

Estudos SEGIB nº5

Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010



Estudos SEGIB nº5

Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010



Secretaría General Iberoamericana Secretaria-Geral Ibero-Americana

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
Paseo Recoletos, 8
28008-Madri

® Copyright SEGIB

Novembro de 2010

Autora do Informe:
Cristina Xalma, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Direção:
Jose María Vera, Diretor de Planejamento da Secretaria para a Cooperação da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Colaboração:
Unidade Técnica de Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul - Sul.
Gerente (Patricia González) e consultora (M^a Clara Sanín).

Fotografia capa:
II Fase do Projeto de Cooperação Sul-Sul e Triangular entre o México, Alemanha e Equador em matéria de Gestão Integral de Resíduos Sólidos. Seu propósito principal é construir para uma rede de promotores ambientais para a prevenção e gestão integral dos resíduos sólidos e formar promotores ambientais no tema. Trata-se ademais de uma réplica de um projeto previamente executado na Guatemala.

Produção: believe

Depósito Legal: M-48974 – 2010

ÍNDICE

ÍNDICE DE MATÉRIAS

APRESENTAÇÃO _____ 1

RESUMO EXECUTIVO _____ 5

CAPÍTULO I. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO* _____ 9

*A cargo dos 22 Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana

Introdução

A Cooperação Internacional em um contexto de pós-crise

A Cooperação Sul-Sul no espaço Ibero-Americano

Os novos desafios para fortalecer a Cooperação no espaço Ibero-Americano

Anexo. A Cooperação Sul-Sul nas cenas regional e internacional (2009-2010)*

* Autoria: Cristina Xalma, Investigadora SEGIB

CAPÍTULO II. IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL _____ 21

Introdução

Avanços metodológicos: diferenciando ações e projetos de cooperação

Matrizes de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Mapas de distribuição geográfica

Padrões de cooperação

Fluxos de cooperação: direção e determinantes

Distribuição setorial da cooperação

Perfil regional de capacidades e necessidades

Custo e valor econômico da cooperação técnica

Ajuda Humanitária e de Emergência

CAPÍTULO III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA _____ 67

A Cooperação Triangular na agenda internacional sobre Cooperação ao Desenvolvimento

Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América

Perfil regional de capacidades e necessidades

CAPÍTULO IV. COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL _____ 81

Introdução metodológica

Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: experiências sob esquemas de acordo

Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: experiências segundo âmbito de institucionalidade

A AOD e o fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional



CAPÍTULO V. CASOS COM ÊXITO NA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL* _____ 99

*Autoria principal: Unidade Técnica do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Patricia González, Gerente da Unidade Técnica e María Clara Sanín, consultora)

Casos com êxitos e Programa para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Critérios para identificar Casos com êxito

Metodologia para sistematizar Casos com êxitos

Caso 1. O intercâmbio do Mapa de Cooperação entre a Colômbia e o Uruguai

Caso 2. El Salvador e Guatemala: Fundos para fortalecer a capacidade exportadora das MIPYMES

CAPÍTULO VI. IBERO -AMÉRICA NA AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL _____ 117

Introdução

Crise econômica e fluxos internacionais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento destinada a Ibero-América

A AOD da Espanha, Portugal e Andorra à seus sócios ibero-americanos

CAPÍTULO VII. AS INSTITUIÇÕES DE COOPERAÇÃO NA IBERO-AMÉRICA* _____ 133

* Autoria principal: José María Vera,

Diretor de Planejamento da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Introdução

Instituições governamentais responsáveis da cooperação

Marcos legais

Dupla função: recepção e oferta de cooperação

Estruturas e organização

Equipes humanos

Coordenação com outras instituições e atores da cooperação

Tendências de futuro e desafios

BIBLIOGRAFIA _____ 151

ANEXO _____ 157



ÍNDICE DE FIGURAS

QUADROS

- Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nas cenas regional e internacional (2009-2010)
- Quadro II.1. O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e seus avanços entorno aos Sistemas de Informação
- Quadro II.2. O que são e o que não são projetos e ações de cooperação?
- Quadro II.3. Venezuela: cooperação e inversão em desenvolvimento
- Quadro II.4. Piscicultura e desenvolvimento em fronteira: o caso da Argentina e do Paraguai
- Quadro II.5. Formação Profissional e políticas de emprego
- Quadro II.6. A luta contra doenças transmitidas por vetores
- Quadro II.7. Fortalecendo a gestão da cooperação
- Quadro II.8. Cuba e seus Programas de Cooperação Social
- Quadro II.9. Costa Rica e a cooperação ligada à geração e subministro de eletricidade
- Quadro II.10. O Fundo México-Chile para o financiamento da Cooperação Sul-Sul
- Quadro II.11. SIMEXCID e o Valor Econômico da Cooperação Técnica e Científica do México
- Quadro II.12. Cooperação e Assistência de Emergência: um círculo virtuoso
- Quadro III.1. Uma fórmula de financiamento da Cooperação Triangular: os Fundos Mistos
- Quadro III.2. Urbanização e Sustentabilidade ambiental: à uma melhor gestão dos resíduos
- Quadro III.3. Uma aposta pelo fitossanitário e pela Triangulação Sul-Sul-Sul
- Quadro III.4. Fortalecendo as políticas de habitação de interesse social
- Quadro IV.1. A Rede Interamericana para a Administração Laboral (RIAL)
- Quadro IV.2. O Projeto Agrosaúde: Segurança alimentária e biofortificação de cultivos
- Quadro V.1. Critérios para identificar Casos com êxitos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral
- Quadro V.2. Perguntas guia para a sistematização de Casos
- Quadro VII.1. Instituições responsáveis da cooperação, por países
- Quadro VII.2. O sistema de coordenação da Cooperação Espanhola

ESQUEMAS

- Esquema II.1. Definições e modelos tipo de Projetos e Ações de Cooperação
- Esquema II.2. Projetos intercambiados entre os principais ofertantes e receptores. 2009.
- Esquema III.1. Presença dos países na Cooperação Sul-Sul e Triangular, segundo rol. 2009.
- Esquema VII.1. Estrutura Organizativa da Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI) do Equador



GRÁFICOS

- Gráfico II.1. Relação entre a oferta de Projetos e Ações, segundo país. 2009.
- Gráfico II.2. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2009.
- Gráfico II.3. Perfil setorial dos projetos de cooperação, segundo país e rol. 2009.
- Gráfico III.1. Participação dos distintos sócios na Cooperação Triangular, segundo rol. 2009.
- Gráfico III.2. Cooperação Sul-Sul e Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2009.
- Gráfico III.3. Distribuição da Cooperação Sul-Sul e Triangular, por rol e perfil de atividade. 2009.
- Gráfico VI.1. Total AOD neta destinada a países em desenvolvimento. 2000-2009
- Gráfico VI.2. AOD neta mundial, segundo nível de ingressos e área geográfica dos receptores. 2000-2008
- Gráfico VI.3. AOD neta destinada a países ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2008
- Gráfico VI.4. Participação sobre o total da AOD na região, por receptor. 2007-2008
- Gráfico VI.5. Peso dos doadores na AOD neta destinada aos Países Ibero-Americanos. 2000 e 2008
- Gráfico VI.6. Relação entre os principais doadores e receptores de AOD na América Latina. 2009
- Gráfico VI.7. AOD neta que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2009
- Gráfico VI.8. Total AOD neta da Espanha, segundo área geográfica de destino. 2000-2009
- Gráfico VI.9. Participação dos países sobre a AOD destinada pela Espanha à região. 2008-2009
- Gráfico VI.10. AOD neta que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2009
- Gráfico VI.11. AOD neta que Andorra destina a outros países da Ibero-América, segundo receptor. 2009

MAPAS

- Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo oferente. 2009.
- Mapa II.2. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo receptor. 2009.
- Mapa II.3. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo rol. 2009.

MATRIZES

- Matriz II.1. Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2009.
- Matriz II.2. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2009.
- Matriz II.3. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2009.
- Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores de atividade. 2009.
- Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores de atividade. 2009.



TABELAS

- Tabela II.1. Projetos executados pela Argentina no setor agropecuário 2009
- Tabela II.2. Projetos e ações relacionadas com o levantamento e processamento de dados. 2009
- Tabela II.3. Custo Econômico da Cooperação, segundo país. 2009
- Tabela II.4. Principais operações de Ajuda Humanitária e de Emergência 2009
- Tabela III.1. Cooperação Sul-Sul e Triangular, com o Chile como primeiro ofertante. 2009
- Tabela III.2. Cooperação Sul-Sul e Triangular, segundo primeiro ofertante. 2009
- Tabela IV.1. Traços dos Sistemas de Cooperação Regional
- Tabela IV.2. Casos selecionados de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, por gêneses 2008
- Tabela IV.3. Participação declarada dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, segundo marco institucionalidade. 2009
- Tabela IV.4. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, em um marco institucional Sul-Sul. 2009
- Tabela IV.5. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, em um marco institucional Norte-Sul. 2009
- Tabela IV.6. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, cuja institucionalidade está marcada pelo setorial. 2009
- Tabela IV.7. Caracterização de triangulações com caráter regional. 2009
- Tabela IV.8. Apoio da Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através de sua AOD. 2009
- Tabela VI.1. AOD neta mundial destinada aos países Ibero-Americanos, segundo receptor. 2000-2008
- Tabela VI.2. AOD neta destinada aos países Ibero-Americanos, segundo doadores. 2000-2008
- Tabela VI.3. Fundo de Cooperação para Água e Saneamento, segundo receptor. 2009
- Tabela VII.1. Conformação de equipes humanas das instituições de cooperação, segundo país
- Tabela A.1. AOD neta destinada pela Espanha aos países Ibero-Americanos. 2000-2009
- Tabela A.2. AOD neta destinada por Portugal aos países Ibero-Americanos. 2000-2009
-
- 

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) leva à XX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Mar del Plata a que já é a quarta edição do *Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010*. Esta edição analisa o sucedido ao longo do ano 2009 com as modalidades de Cooperação Sul-Sul que foram consideradas no âmbito Ibero-Americano: a Cooperação Horizontal Sul-Sul (Bilateral e Regional) e a Triangular. Além disso, o Informe inclui uma análise entorno aos casos que tiveram êxito na Cooperação Sul-Sul na região; uma aproximação à visão que os países têm desta modalidade de cooperação no espaço Ibero-Americano; assim como um estudo sobre a situação das instituições responsáveis da cooperação nos distintos países.

Como novidade destacável, o Informe persiste na linha iniciada na edição precedente e, a modo de capítulo introdutório, recolhe as reflexões que os Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana têm respeito da Cooperação Sul-Sul. Cabe destacar aqui que a visão recolhida no ano passado foi trasladada como posição de bloco ao Evento de Alto Nível das Nações Unidas de Nairobi (Kenya), para comemorar o 30+1 aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires sobre Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento; uma amostra de como o trabalho que entorno à Cooperação Sul-Sul está-se fazendo no espaço Ibero-Americano traslada-se aos principais foros de discussão internacional.

Outra novidade a destacar refere-se à forte complementaridade que este Informe mantém com o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Aprovado na Cúpula de San Salvador em 2008 e realizado a princípios de 2010, o Programa fez notáveis avanços em suas linhas de ação. O alcançado, especialmente no âmbito conceitual, de medição e de gestão de sistemas de informação, trasladou-se ao presente Informe em termos de uma melhor e mais rigorosa metodologia.

Em qualquer caso e com o mesmo espírito que nos acompanha desde a primeira edição, o que a SEGIB espera é que este Informe siga sendo uma ferramenta útil para os países Ibero-Americanos; para seus responsáveis de cooperação e suas unidades técnicas; para o conjunto da região e, como não, para os povos que esta comunidade representa.

Enrique V. Iglesias
Secretário-Geral Ibero-Americano

Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação Ibero-Americana

Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, na data de 1 de novembro de 2010

PAÍS	ORGANISMO	TITULAR RESPONSÁVEL
ANDORRA	<i>Ministério de Assuntos Exteriores e Relações Institucionais</i>	<i>Sra. María Ubach</i>
ARGENTINA	<i>Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto</i>	<i>Sra. Julia Levi</i>
BOLÍVIA	<i>Ministério de Planejamento do Desenvolvimento</i>	<i>Sr. Harley Rodríguez</i>
BRASIL	<i>Agência Brasileira de Cooperação (ABC)</i>	<i>Sr. Marco Farani</i>
COLÔMBIA	<i>Direção de Cooperação Internacional; Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sra. María Andrea Albán</i>
COSTA RICA	<i>Direção de Cooperação Internacional Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Circe Villanueva Monje</i>
CUBA	<i>Ministério para o Comércio Exterior e a Inversão Estrangeira</i>	<i>Sr. Orlando Hernández</i>
CHILE	<i>Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)</i>	<i>Sra. Cristina Lazo Vergara</i>
EQUADOR	<i>Agência Equatoriana de Cooperação Internacional (AGECI)</i>	<i>Sra. Gabriela Rosero</i>
EL SALVADOR	<i>Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Jaime Miranda</i>
ESPAÑHA	<i>Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)</i>	<i>Sra. Julia Olmo</i>
GUATEMALA	<i>Subsecretaria de Cooperação Internacional</i>	<i>Sra. Ana María Méndezchicas</i>
MÉXICO	<i>Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica Secretaria de Relações Exteriores</i>	<i>Sr. José Octavio Tripp</i>
NICARÁGUA	<i>Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Valdrack L. Jaentschke</i>
PANAMÁ	<i>Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sra. María Celia Dopeso</i>
PARAGUAI	<i>Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Claudia Patricia Aguilera</i>
PERU	<i>Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)</i>	<i>Sr. Carlos Pando Sánchez</i>
PORTUGAL	<i>Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)</i>	<i>Sr. Augusto Manuel Correia</i>
R. DOMINICANA	<i>Subsecretaria Técnica da Presidência</i>	<i>Sra. América Bastidas</i>
URUGUAI	<i>Ministério de Relações Exteriores</i>	<i>Sra. Zulma Guelmán</i>
VENEZUELA	<i>Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores</i>	<i>Sr. Rubén Molina</i>

RESUMO EXECUTIVO

Na mesma linha que na edição precedente, o primeiro Capítulo deste Informe aprofunda-se na **visão que os países Ibero-Americanos têm sobre a Cooperação Sul-Sul**. Em um contexto no que a crise internacional faz prever uma redução dos fundos de ajuda para a América Latina, o texto (elaborado pelos 22 Responsáveis de Cooperação da Conferência Ibero-Americana) advoga pelo **fortalecimento de modalidades como a Cooperação Sul-Sul e a Triangular**. Assim mesmo, **destaca os aspectos diferenciais destas modalidades de cooperação no espaço Ibero-Americano**, em termos de **princípios, instrumentos e procedimentos**. Finalmente, reflete sobre os novos desafios que a Cooperação Sul-Sul e a Triangular enfrentam na região, dando especial ênfase na **necessidade de melhorar os sistemas de informação** das unidades técnicas dos países; um desafio a que seguro contribuirá o desenvolvimento do **Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul**, em vigência desde janeiro de 2010.

Trás estas reflexões, o Informe adentra-se na análise das modalidades de Cooperação Sul-Sul que foram consideradas para o espaço Ibero-Americano: a Horizontal Bilateral, a Horizontal Regional e a Triangular. Cabe destacar aqui que esta análise apresenta uma novidade metodológica importante respeito a realizada em edições anteriores: apresenta uma medição baseada em *ações* (de uma dimensão relativamente menor) a outra que combina as *ações* com os *projetos de cooperação* (dimensão relativamente maior).

A constatação de que a mudança metodológica capta melhor a crescente complexidade da Cooperação Sul-Sul na região, constata-se através de alguns dos dados obtidos com sua aplicação à primeira das modalidades consideradas. Em efeito, **ao longo de 2009, os países ibero-americanos participaram em 881 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral**; um número que praticamente triplicou ao das *ações* de cooperação (321).

Praticamente o 96,5% desses 881 projetos foram executados por Cuba e Venezuela (os dois primeiros ofertantes da região, com participações superiores ao 20%); **México, Brasil e Argentina** (pesos por em cima do 10%); **junto a Colômbia (8,7%) e o Chile (6,2%)**. Neste ano, no entanto, destacou também a incipiente atividade mostrada pela Bolívia, Equador, Costa Rica, Guatemala, Paraguai e Uruguai, que ofereceram o 3,5% restante.

Por sua parte, a distribuição dos projetos por receptores registrou uma maior dispersão. De fato, um 45% dos 881 projetos finais destinaram-se a 12 países com participações relativas sobre o total de entre um 2,5 e um 4,9%: por blocos sub regionais, Costa Rica, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana; Colômbia e Equador; Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Enquanto isso a **Venezuela e Cuba foram também os principais receptores, concentrando cada um deles entorno a um 16-17% dos projetos de 2009**; a mesma porcentagem que somaram de maneira conjunta a **Guatemala e a Bolívia, terceiro e quarto receptor com mais volume de projetos recebidos**. Finalmente, só o Chile, Honduras e Peru registraram um volume de projetos inferior ao 2,5%.

Por setores de atividade, **a maioria dos projetos executados em 2009 (345, aproximadamente o 40% do total) estiveram relacionados com atividades de tipo econômica**: 187 com os Setores Produtivos; 158 com o desenvolvimento de Infraestruturas e Serviços Econômicos. Enquanto **as atividades de caráter Social implicaram praticamente a outro 40% (342 projetos)**. Menor importância relativa tiveram **os projetos classificados no âmbito de Outras dimensões de atividade** que **representaram o 22%** dos 881 projetos finais.

O peso que as distintas atividades tiveram sobre o total de projetos esteve diretamente relacionado com o perfil de capacidades e necessidades dos países:

- Desde o lado das capacidades, Cuba e Brasil transferiram suas melhores experiências no âmbito social; Venezuela e Argentina mostraram um perfil mais centrado em suas fortalezas econômicas (a energia e o agropecuário, respectivamente); Equador, Costa Rica e Uruguai mostraram também certa concentração de projetos no âmbito econômico; enquanto Chile, Colômbia e México executaram a maior parte de sua cooperação em Outras dimensões de atividade (Cultura, Gênero, Meio Ambiente, Prevenção de desastres mas, também, Fortalecimento da gestão e das instituições públicas, com especial relevância na Justiça e a Segurança).
- Desde o lado das necessidades, Venezuela e Cuba concentraram sua cooperação na recepção de projetos econômicos; unicamente três países, Colômbia, Guatemala e México, apresentaram uma maioria de projetos classificados em Outras dimensões; o resto recebeu sobre tudo projetos de caráter social, com participações relativas que oscilaram entre o 37% da Costa Rica e o 70% de Uruguai.

Finalmente e em outro passo mais no intento por ajustar os resultados deste Informe à dimensão real da Cooperação Sul-Sul, o **segundo Capítulo aborda outro debate importante: o da valorização da Cooperação Técnica**. Neste sentido, mostram-se os avanços que no âmbito ibero-americano conseguiu-se respeito a: definição de *valor econômico* e sua diferenciação respeito do *custo econômico*; a recopilação de informação referida ao *custo econômico* da cooperação; o fortalecimento de mecanismos (como os Fundos Mistos) para a compartimentação desse custo; e a **obtenção de uma primeira fórmula** (elaborada pela Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica do México) **para estimar o valor econômico**. Como dado interessante, a aplicação desta fórmula sugere que os projetos executados pelo México na região no ano 2009 tiveram um valor de 16 milhões de dólares, uma cifra 4 vezes superior ao custo econômico assumido.

Por outro lado, no ano 2009 registraram-se na região **46 projetos/ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular**. Sua caracterização sugere que tal e como passou na anterior modalidade de cooperação, esta executou-se majoritariamente através de projetos (um 80%). O grau de participação e o rol exercido por cada país nesta cooperação deferiu:

- **Como primeiro oferente, Chile executou praticamente o 40%** das ações e projetos registrados; **outro 40% explicou-se** pela atuação conjunta do **México, Brasil e Argentina**; enquanto a Costa Rica, Venezuela e Bolívia mostraram pesos relativos menores, de um 9%, 7% e 2%, respectivamente.
- Enquanto **os países que exerceram o rol de receptores em um maior número de ocasiões foram El Salvador (20%), Bolívia e Paraguai (17% cada um), junto ao Equador (13%)**. Por baixo destes localiza-se a Costa Rica, Colômbia e Nicarágua (peso relativo sobre o total executado entre o 7 e o 9%); Guatemala, República Dominicana e Honduras (entre um 2 e um 4% do total).
- **Só teve dois países ibero-americanos que exerceram de segundo ofertante: Cuba**, que compartilhou várias triangulações Sul-Sul-Sul junto com a Venezuela e a Bolívia; **e a Espanha**, presente no 10% das triangulações executadas em 2009. Dois países extra regionais, **Japão e Alemanha acapararam o rol de segundos ofertantes em um 37% e um 30% das ocasiões**, respectivamente. Outros atores mantiveram participações pontuais: Canadá e Coreia do Sul; a OIT; o BID e o BCIE.

No que se refere a análise setorial da Cooperação Sul-Sul e Triangular, os resultados corroboraram que se tratou de **atividades de elevada complexidade científico-tecnológica**, que justificam a soma de esforços

e recursos ligada a esta modalidade de cooperação. Assim, **praticamente a metade dos 46 projetos/ações registrados relacionaram-se com atividades não classificáveis em categorias socioeconômicas** (Fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil, e Meio ambiente); **um 30% à economia** (atividades fitossanitárias no agropecuário, silvicultura, pesca e indústria); **e o 20% restante em atividades sociais** (Educação, Saúde, Proteção social e Políticas para favorecer o acesso à habitação aos segmentos da população mais desfavorecidos).

Respeito à **Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional** e como já viu-se em outras edições, um primeira análise de vários esquemas de concertação (ALBA, CAN, Conferência Ibero-Americana, MERCOSUL e Projeto Mesoamericano) não arrojou uma fácil sistematização: cada um desses esquemas tinha um sistema de cooperação com características próprias e não necessariamente coincidentes com a priori associadas à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. De fato, a horizontalidade não parecia ser um traço definitivo deste sistemas se não mais bem algumas experiências concretas. Conforme isso, optou-se pela **análise de casos** que se reuniram traços próprios desta modalidade de cooperação. Neste sentido e para este Informe, **identificaram-se experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que diferiam entre elas pelo marco institucional sob o que se executaram**. Assim, identificaram-se casos executados dentro de esquemas de concertação regional (“Sul-Sul”, como são a AEC, a ALBA, a CAN, MERCOSUL e SICA; mas também esquemas “Norte-Sul,” caso dos Organismos Ibero-Americanos, do Projeto Mesoamericano e da OEA); assim como experiências que, ainda respondendo a um funcionamento regional e horizontal, mostraram uma institucionalidade variável. Tratou-se, por exemplo, de programas de cooperação com operativas similares a uma triangulação estendida regionalmente e participados por atores que nem sempre foram governamentais. As conclusões obtidas enriqueceram o debate sobre os componentes, atores e princípios que devem caracterizar esta modalidade.

No Capítulo dedicado já aos denominados **“Casos com êxitos”** se produz um dos saltos qualitativos mais importantes deste Informe. Em efeito, a identificação e a sistematização deste tipo de experiências é uma das Linhas de Ação do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul; e **o Capítulo recolhe os avanços que a Unidade Técnica do Programa alcançou neste âmbito ao longo de 2010**. Estes avanços afetam a três questões: **a definição de critérios para identificar casos com êxitos; o desenvolvimento de uma proposta metodológica para sistematizar estes casos; um primeiro exercício de sistematização a partir de dois projetos selecionados** de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (em concreto, o Mapa da Cooperação entre a Colômbia e o Uruguai; o Fundo de exportação para MIPYMES entre a Guatemala e El Salvador).

No que se refere já à **Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial**, no ano 2009 mantiveram-se as tendências desta última década: crescimento dos volumes totais de AOD; orientação aos Objetivos do Milênio (ODM); concentração dos fluxos nos países de menor desenvolvimento relativo; **deslocamento da América Latina como receptora de AOD mundial. Ainda assim, durante os dois últimos anos, a região aumentou o volume dos fundos recebidos**, isso fundamentalmente graças aos esforços de seus dois principais doadores: Estados Unidos e Espanha (25% e 20%, respectivamente, do total a América Latina). Por motivo da crise econômica mundial e dos ajustes fiscais anunciados pelos principais doadores, **a projeção a futuro é que os fundos à região voltem a decrescer**.

Finalmente, cabe destacar que o presente Informe inclui um último Capítulo dedicado à **institucionalidade dos sistemas de cooperação dos países Ibero-Americanos**. Elaborado a petição dos próprios Responsáveis de Cooperação, o texto analisa a situação das instituições responsáveis da cooperação na Ibero-América, descreve sua estrutura, equipes e processos de coordenação e expõe as principais tendências e desafios que têm no futuro. Com isso pretende-se contribuir a um maior conhecimento destas instituições, assim como a fornecer elementos ao debate sobre as estruturas mais adequadas para afrontar os desafios da Cooperação ao Desenvolvimento, em todas suas modalidades.

CAPÍTULO I
A Cooperação Sul-Sul
no espaço Ibero-Americano

Introdução

O Terceiro *Informe sobre a Cooperação na Ibero-América* publicado durante o ano 2009 pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) descreve em seu Capítulo I sobre uma primeira aproximação da reflexão que se realiza no espaço Ibero-Americano (conformado por 22 países da América Latina, do Caribe e da Europa de língua hispana e portuguesa)¹ sobre os princípios, características e importância da Cooperação Sul-Sul.

A diversidade e heterogeneidade que caracteriza aos membros deste espaço contribui à criação de um sistema de cooperação regional diverso, inovador e múltiplo em suas modalidades. Neste sentido, a diversidade dos atores envolvidos foi e seguirá sendo uma contribuição significativa ao sistema de Cooperação Internacional pela diversidade de suas modalidades e instrumentos na implementação da cooperação que se realiza no marco deste espaço.

O sistema Ibero-Americano de Cooperação nasceu com o propósito de estabelecer um marco institucional que regule as relações de cooperação dentro da Conferência Ibero-Americana. O sistema é coordenado pela SEGIB que tem a função de articular, fortalecer e velar pela qualidade desta Cooperação.²

O propósito deste Capítulo é aprofundar na reflexão iniciada no terceiro Informe sobre a Cooperação Ibero-Americana considerando o atual contexto internacional de pós crise econômica e financeira internacional, a especificidade da Cooperação Sul-Sul que se desenvolve neste espaço, a importância de fortalecer esta cooperação no contexto internacional e os desafios que isso leva.

A Cooperação Internacional em um contexto de pós-crise

É um fato que a dinâmica da Cooperação Internacional para o desenvolvimento sofrerá os efeitos da recente crises econômica e financeira no devenir da economia global. Destes efeitos traduzem-se para o presente ano na caída dos níveis de atividade econômica dos doadores tradicionais de cooperação, somado a pacotes de resgate fiscal e monetário implementados para enfrentar a crise que redundam em um forte deterioro das finanças públicas destes países.³

A participação da América Latina e do Caribe como receptora de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) foi de um 7,2% do total da AOD neta outorgada pelos doadores no ano 2008,⁴ onde a África e a Ásia concentraram o 68,5% desta Ajuda.

Tendo presente o anterior, é muito provável que a participação da região da América Latina e do Caribe como receptora de fluxos totais de ajuda oficial ao desenvolvimento -que já era decrescente de maneira prévia à recente crise- veja-se ainda mais reduzida, isso sem considerar nesta análise a situação particular do Haiti e da Guatemala, que reveste um caráter excepcional.

* Capítulo a cargo dos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, em base a uma proposta elaborada por María Cristina Lazo, Diretora da Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI), revisada e comentada pelo resto de países.

Como já se mencionou no Terceiro Informe, a tendência dos fluxos da AOD para países de menor desenvolvimento relativo concentrou-se em países de menores ingressos da Ásia e África em detrimento dos Países de Renda Média da América Latina apesar das grandes iniquidades e assimetrias internas nos países da região classificados segundo nível de ingresso.⁵

Dos doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cabe destacar o rol da Espanha que honrou os compromissos durante 2009, a pesar da situação internacional e o contexto de incerteza respeito às repercussões da recente crise econômica e financeira. Neste cenário, faz-se mais necessário do que nunca fortalecer a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular, em conjunto com os doadores tradicionais, para acompanhar e contribuir para alcançar as prioridades de desenvolvimento da América Latina e do Caribe, particularmente às destinadas a diminuir as assimetrias internas a cada país, as desigualdades e promover um desenvolvimento sustentável

A Cooperação Sul-Sul no espaço Ibero-Americano

O Terceiro Informe da Cooperação Sul-Sul publicado no ano 2009 brinda informação geral sobre os projetos de Cooperação Sul-Sul mais relevantes que se realizam na região, e apresenta uma primeira aproximação sobre sua diversidade e prática baseada em critérios próprios e originários que formam parte de sua fortaleza.

O espaço Ibero-Americano é, efetivamente, amplo e diverso. A riqueza da Cooperação Sul-Sul desenvolvida, nasce desde uma prática baseada nos seguintes critérios principais:⁶

1. É uma cooperação baseada na horizontalidade, na solidariedade e o interesse e benefício mútuo, destinado a abordar conjuntamente os desafios do desenvolvimento e principais prioridades dos cooperantes.
2. É, por tanto, uma Cooperação Internacional para o desenvolvimento na qual prima o intercâmbio de conhecimentos por cima do financeiro. Assim, cobre uma amplitude de âmbitos acorde aos requerimentos dos participantes mediante assistência técnica e/ou fortalecimento de capacidades.
3. Estabelece uma relação entre cooperantes que oferecem e demandam ações de acordo a suas fortalezas e debilidades em condições de reciprocidade e respeito à soberania.
4. A Cooperação Sul-Sul procura pela eficiência no uso dos recursos.
5. Favorece as relações entre países de uma mesma região, promovendo a integração, assim como a relação com países sócios de outras regiões com os que se pode construir alianças.

A riqueza da Cooperação Sul-Sul também se traduz em suas modalidades e procedimentos. As principais são as seguintes:

- **A Cooperação Triangular:** como seu nome indica nela participam três atores fundamentais. Habitualmente, estes foram um doador tradicional, um País de Renda Média e um terceiro país de menor desenvolvimento relativo. Cada um dos atores involucrados contribui sua própria experiência em pro de um objetivo comum intimamente relacionado com as prioridades nacionais de desenvolvimento do país que o demanda.

É importante, no entanto, recalcar que, atualmente, a Cooperação Triangular não se desenvolve unicamente através dos atores tradicionais descritos, cuja atuação origina-se geralmente em uma experiência bilateral de Cooperação Norte-Sul entre o doador tradicional e alguns dos outros sócios envolvidos. Hoje também existe uma Cooperação Triangular Sul-Sul intra-regional, esquema onde dois Países de Renda Média da Região associam-se a favor de um terceiro de menor desenvolvimento relativo.⁷

Assim mesmo, cabe fazer menção à multiplicidade de combinações possíveis no esquema de associatividade em prol de um terceiro. Dos doadores tradicionais (país ou Organismo Internacional) se associam com um País de Renda Média a favor de um quarto. Dois Países de Renda Média da região associam com um doador tradicional em prol de um quarto. Se bem as combinações descritas eram praticamente impossíveis de imaginar faz alguns anos, hoje estas se estão executando ao interior do Espaço Ibero-Americano.

- **A Cooperação Sub regional:** Cooperação realizada entre sub-regiões da América Latina e o Caribe, administrada e executada em bloco. A região da América Latina e do Caribe tem múltiplos esquemas de integração com características e necessidades próprias que se complementam entre si, ainda que suas necessidades muitas vezes diferem. É assim como cabe destacar a cooperação da Espanha com a CAN, CARICOM, MERCOSUL e SICA.⁸ Assim mesmo, alguns países realizam atividades de alcance regional em campos de interesse comum como transversalidade de gênero ou desnutrição infantil. Neste âmbito também é necessário mencionar a Cooperação Triangular com caráter regional que se desenvolve na América Latina e no Caribe com outros países e Organismos Internacionais.
- **A Cooperação bilateral Sul-Sul:** Esta foi a modalidade mais aplicada entre os países da Região. Ela se desenvolve preponderantemente através do intercâmbio de experiências e conhecimentos.⁹

Em relação aos procedimentos, estes asseguram cada vez mais a eficiência. Os elementos que permitem realizar esta afirmação são os seguintes:

- Em primeiro lugar, trata-se de uma cooperação entre governos, o que assegura que esta colaboração responda a prioridades nacionais.
- Em segundo lugar, porque a identificação e formulação dos projetos e/ou programas realiza-se com a participação de todos os atores envolvidos, o que assegura sua apropriação.¹⁰
- Em terceiro lugar, porque a eleição dos expertos, o tipo de assistência técnica e sua modalidade, assim como o cronograma de atividades define-se e revisa conjuntamente.
- Em quarto lugar, porque a partir de Comissões Mistas (ou similares), se estabelece um Programa de atividade que pode ser monitorado e avaliado a sua finalização em acordo com todas as partes.

Os novos desafios para fortalecer a Cooperação no espaço Ibero-Americano

Os avanços foram importantes durante os últimos anos, particularmente no que se refere a fortalecer o diálogo multilateral entre países do Norte e do Sul como o demonstram as reuniões e foros internacionais realizados até a data, ainda falta muito por fazer.

Neste período o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul conseguiu definir conceptualmente seus processos e sistematizar experiências concretas da cooperação que se desenvolvem neste espaço, assim como visibilizar sua especificidade e critérios que asseguram a eficiência e apropriação desta cooperação. As estatísticas, ainda incompletas e a sistematização de experiências exitosas que formam parte do presente Informe assim o demonstram.

No entanto, o contexto atual de incremento das brechas sociais e econômicas em nosso continente obriga a considerar **novos desafios** para o médio prazo.

Neste sentido, a experiência do espaço Ibero-Americano demonstra que a cooperação é um instrumento que contribui ao desenvolvimento dos países que o integram.

O desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul não esteve ainda acompanhado da implementação de sistemas de medição adequados. Perduram carências nos sistemas de informação e registro, assim como nas estatísticas.

Evidencia-se que não se conta com todos os indicadores adequados para medir o impacto econômico e social assim como os resultados da cooperação desenvolvida no espaço Ibero-Americano.

Com o objeto de enfrentar estas carências, os desafios se estão concentrando através do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul em avançar nos seguintes âmbitos de ação:

- Estabelecer indicadores para:
 - A designação de recursos de cooperação que considerem as brechas sociais e econômicas existentes.
 - Mostrar o impacto da transferência de experiências que se desenvolvem sob as distintas modalidades da Cooperação Sul-Sul e Triangular.
 - Medir o impacto social e econômico das ações que se executam.
- Compartilhar e elaborar um banco de boas práticas sob critérios unificados.
- Acordar um mínimo de variáveis a registrar nos sistemas de informação, com o propósito de ter dados que sejam comparáveis para facilitar análises estatísticas sobre a cooperação na Ibero-América.
- Promover a criação de sistemas de informação nacionais flexíveis e amigáveis que respondam às necessidades e particularidades das modalidades de cooperação que cada país realiza.
- Fortalecer o diálogo político e a coordenação entre atores da Cooperação Norte-Sul, Triangular e Sul-Sul para uma participação mais eficiente.

-
- Detectar as fortalezas nacionais e desenvolver as capacidades em matéria de Cooperação Sul-Sul
 - Consolidar os mecanismos de monitoramento e avaliação e reduzir a fragmentação e duplicação de ações.
 - Definir uma agenda regional articulada baseada nas prioridades da Ibero-América.
 - Gerar esquemas alternativos de cooperação incluindo quando seja pertinente a associação público privada.

Avançar em cada um destes campos de ação permitirá mostrar com maior clareza a eficiência da Cooperação que se desenvolve no espaço Ibero-Americano.

NOTAS

- ¹ Os países membros do Espaço Ibero-Americano são Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.
- ² Na V Cúpula Ibero-Americana, celebrada em San Carlos de Bariloche (Argentina) em 1995, assinou-se o Convênio para a Cooperação Ibero-Americana no Marco da Conferência Ibero-Americana com o qual cria-se o Sistema Ibero-Americano de Cooperação como instrumento reitor dos programas e projetos de cooperação emanados das Cúpulas da Conferência Ibero-Americana. O Convênio para a Cooperação Ibero-Americana entrou em vigor no dia 4 de dezembro de 1996.
- ³ O déficit fiscal dos países desenvolvidos do Grupo dos Vinte (G20) localiza-se em um 8,7 % do PIB em 2010 e a dívida pública bruta destes países se localizará entorno ao 106,7 % do PIB, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI 2009). Ver artigo CEPAL 2010 "A Cooperação Internacional no Novo Contexto Mundial: Reflexões desde a América Latina e o Caribe" LC/G.2440 (SES.33/11) 26 de março 2010, citando a (FMI, 2009).
- ⁴ O total da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento outorgada pelos países membros do Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento da OCDE o 2008 foi de 128,6 bilhões de dólares dos quais 9,26 bilhões foram destinados a América Latina e o Caribe e 88,2 bilhões a África e Ásia. Ver OCDE: "Development Aid at a Glance: Statistics by Region", edição 2010.
- ⁵ Na média entre 2000 e 2008, nenhum país da América Latina e do Caribe figurou entre os primeiros 10 receptores de AOD como porcentagem do Ingresso Nacional Bruto. Muito pelo contrário, dos 10 países que recebiam menos AOD a nível mundial, 7 pertenciam a América Latina e o Caribe. Idem CEPAL (2010).
- ⁶ No terceiro Informe de 2009 puderam encontrar-se descritos com maior detalhe 10 critérios que definem a Cooperação Sul-Sul na Região da América Latina e do Caribe hispano. Ver SEGIB, "Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009", Estudo SEGIB N° 4, No. 2009, Págs. 17-18.
- ⁷ Para exemplos ver Capítulos II, III e IV deste Informe, assim como edições anteriores.
- ⁸ Siglas respectivas da Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade de Estados do Caribe (CARICOM), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA).
- ⁹ Para Ver Capítulo II.
- ¹⁰ Se entenderá por apropriação a incorporação desde um início do país solicitante nos programas ou projetos de cooperação para assegurar o impacto econômico e social concebido por este país.

Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nas cenas regional e internacional (2009-2010)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contribuições
2009 (02)	Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda (WP-EFF). Paris (França).	Multilateral (CAD)	Impulsiona-se o <i>Task Team on South-South Cooperation</i> . Formado por doadores tradicionais, países receptores, sociedade civil, academia e agências de desenvolvimento. Sua principal função reside em fortalecer plataformas regionais de Cooperação Sul-Sul; assim como em mapear, documentar, analisar e discutir as sinergias entre os princípios da Eficácia da Ajuda e a Cooperação Sul-Sul. Entre os participantes destacam, entre outros, Equador, Espanha, México, Peru e República Dominicana, assim como Colômbia, que ostenta, ademais, a Presidência.
2009 (03)	II Cúpula América do Sul - Países Árabes (Aspa). Doha (Qatar)	Inter-regional	Debate sobre a crise financeira mundial e seu impacto nas duas regiões, assim como sobre as medidas conjuntas que se poderiam tomar, pondo especial ênfases nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul.
2009 (04)	V Cúpula Extraordinária ALBA-TCP. Cunamá (Venezuela)	Regional (ALBA)	Com o objeto de promover a Cooperação Sul-Sul entre regiões em desenvolvimento, os chefes de Estado e de Governo dos países membros instruem ao Banco do ALBA a estabelecer mecanismos de cooperação técnico - institucional com o Banco de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação Econômica da Ásia Central.
2009 (05)	Simpósio internacional "Cooperação Triangular - Novas Alternativas para o Desenvolvimento". Brasília (Brasil)	Bilateral (Brasil e Alemanha) e / Multilateral (CE)	Debate amplo sobre questões relativas à Cooperação Triangular: participantes, princípios gerais, modalidades, vantagens comparativas e valor agregado respeito a outras formas de cooperação. O objetivo último reside em ir gerando convocatórias que permitam aprofundar na análise e sistematização da Cooperação Triangular e sua eficácia
2009 (07)	Reunião do G5 e o G8. L'Aquila (Itália)	Multilateral (G5 e G8)	Reunião no âmbito do Processo de Diálogo de Heiligendamm. Abordam-se algumas questões relativas à Cooperação ao Desenvolvimento. Ressalta-se que, ainda em tempos de crise econômica, deve manter-se uma aposta por seguir melhorando a qualidade e a eficácia tanto da Cooperação Norte-Sul como da Sul-Sul. Assim mesmo, insta-se a reconhecer o valor da Cooperação Triangular e a impulsiona-la com eficácia
2009 (07)	XXXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Assunção (Paraguai)	Regional (MERCOSUL)	Obtém-se a Declaração presidencial sobre Assistência Humanitária do Mercosul. Através dessa se estabelece um mecanismo institucional de Cooperação destinado à geração de mecanismos para prevenir e atender os efeitos de desastres de origem natural ou antrópico. O mecanismo inclui intercâmbios de experiências e assessorias técnicas.
2009 (08)	III Reunião Ordinária de Chefes de Estado e de Governo de UNASUR. Quito (Equador)	Regional (UNASUR)	Em um contexto de crise econômica, procuram-se mecanismos que acelerem a integração e a Cooperação regional. Conforme a isto, criam-se vários Conselhos Sul-americanos que ajudem a enfrentar problemáticas setoriais. Ressaltam, entre outros, os dedicados ao Desenvolvimento Social, a Educação, as Infraestruturas e o Planejamento, assim como a Tecnologia e a Inovação.
2009 (09)	<i>Policy Dialogue on Development Cooperation</i> . Cidade do México (México)	Bilateral (México) e Multilateral (CAD)	Contrastam-se os enfoques que os distintos países mantêm respeito da Cooperação ao Desenvolvimento. Aposta-se pelo fomento do princípio de horizontalidade na Cooperação entre países latino-americanos; o apoio ao Desenvolvimento de capacidades; e a orientação da Cooperação a favor do Desenvolvimento econômico e social. Se insiste ademais no impulso a um maior número de experiências de Cooperação Sul-Sul e de Triangular.
2009 (09)	Primeira Reunião do <i>Task Team on South-South Cooperation</i> . Washington (Estados Unidos)	Multilateral (CAD)	Para conhecer as sinergias entre Cooperação Sul-Sul e Eficácia, o TTSSC opta por identificar histórias de casos de boas e más práticas de Cooperação Sul-Sul. Nessa Reunião, discutem-se os critérios que se aplicarão na identificação dessas histórias de casos, as quais serão apresentadas e analisadas em 2010 no Evento de Alto Nível de Bogotá.

Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nas cenas regional e internacional (2009-2010) (continuação)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contribuições
2009 (09)	64º Período de Sessões da Assembleia Geral de Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	O Secretário-Geral da ONU apresenta o Informe <i>Promoção da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: uma perspectiva de 30 anos</i> , no que avalia-se a evolução do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) desde sua aprovação (1978) até a atualidade. Incide-se no recente impulso da Cooperação Sul-Sul e da Triangular, especialmente através da emergência de formas de concertação Sul-Sul como o Banco do Sul ou UNASUR. Abordam-se ademais os possíveis desafios de futuro.
2009 (10)	Reunião Especializada do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI) de Altas Autoridades da Cooperação. Bogotá (Colômbia)	Regional (OEA)	Com o objeto de melhorar a eficácia da Cooperação na região aposta por: uma maior articulação das políticas de Cooperação dos países; um aumento dos recursos da OEA para a Cooperação, especialmente em suas modalidades horizontal Sul-Sul e triangular; a realização da Rede Inter-americana de Cooperação (COOPERANET) para apoiar o diálogo entre os diretores de Cooperação dos países membros.
2009 (11)	Reunião preparatória do África Regional Consultation Core Working Group (Cwg). Adis Abeba (Etiópia)	Multilateral (Nações Unidas, União Africana)	Decide-se realizar um Grupo de Trabalho sobre a Cooperação Sul-Sul na África. Suas funções principais serão: o impulso a uma conceitualização africana da Cooperação Sul-Sul; o estabelecimento de vínculos entre esta Cooperação e o Desenvolvimento da região (através, entre outros, da incorporação da Cooperação Sul-Sul à agenda das reuniões ministeriais); a integração da perspectiva africana da Cooperação Sul-Sul à agenda internacional sobre Cooperação.
2009 (11)	Reunião de Alto Nível sobre Responsabilidade Mútua e Transparência (FCD/ECOSOC). Viena (Áustria)	Multilateral (Nações Unidas)	Preparatória do II Fórum de Alto Nível sobre Cooperação ao Desenvolvimento de ECOSOC (Nações Unidas). Neste apresenta-se o informe <i>South-South and Triangular Cooperation: Improving information and data</i> com um duplo objetivo: a melhora da informação e a recolha de dados sobre ambas modalidades de Cooperação; a geração com ele de mecanismos de fortalecimento tanto da Cooperação Sul-Sul como da Triangular.
2009 (11)	II Cúpula África e América do Sul (ASA). Ilha Margarita (Venezuela)	Inter-regional	A Cúpula senta as bases para a Cooperação econômica entre a África e a América do Sul, assim como para a busca de posições políticas comuns na agenda internacional. O documento final estabelece 95 pontos para a intensificação das relações comerciais Sul-Sul em âmbitos como a Cooperação multilateral, a segurança ou o setor de energia e mineração, entre outros.
2009 (11)	Constituição do Banco do Sul. Ilha Margarita (Venezuela)	Regional	No âmbito da II Cúpula África e América do Sul (ASA), Argentina, Brasil, Venezuela, Equador, Uruguai, Bolívia e Paraguai, assinam a ata constitutiva do Banco do Sul. Os 3 primeiros concordam aportar 4.000 milhões de dólares do capital inicial (sobre 20.000 milhões do capital autorizado); o resto aportará quantidades acordes com suas possibilidades.
2009 (11/12)	XIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Estoril (Portugal)	Regional (Conferencia Ibero-Americana)	Obtém-se, entre outros resultados, o Programa de Ação de Lisboa e o Comunicado especial sobre Cooperação ao Desenvolvimento com Países de Renda Média (PRM): o primeiro destaca a realização do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e a nomeação de seu gerente; o segundo, o respaldo político ao tema dos PRM na agenda internacional do Desenvolvimento.
2009 (12)	30+1 Aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Quênia (Nairobi)	Multilateral (Nações Unidas)	O Documento Final de Nairóbi revisa os trinta anos de vigência do Plano de Ação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) de 1978. Reconhece a crescente importância da Cooperação Sul-Sul e alenta aos países em Desenvolvimento a seguir aunando esforços na luta frente aos problemas comuns. Assim mesmo, convida aos países desenvolvidos a somar-se a ele através da triangulação. Menção especial ao fato de que América Latina acuda ao encontro com uma posição comum sobre Cooperação Sul-Sul, alcançada no seio das reuniões mantidas pelos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana e em consenso nos dias prévios durante a XIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo de Estoril (Portugal).

Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nas cenas regional e internacional (2009-2010) (continuação)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contribuições
2009 (12)	Sexto Dia comemorativo da Cooperação Sul- Sul. Washington (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Intercâmbio de experiências e exemplos concretos busca de soluções Sul-Sul aos problemas do Desenvolvimento. Em concreto, intercambiam-se: novas propostas de associação triangular e Sul-Sul nos âmbitos da mudança climática, a segurança alimentaria e a saúde; acordos de financiamento de associações Sul-Sul e triangulares; exemplos de gestão de ambas modalidades de Cooperação.
2010 (02)	Cúpula da Unidade. Cancun (México)	Regional inter-governamental	Procura um espaço de concertação política que afiance a posição da região na cena internacional e que fortaleça seu Desenvolvimento. Aposta pela coordenação entre os esquemas de concertação existentes assim como pelo reforço da Cooperação Sul- Sul e Triangular.
2010 (02)	Reunião regional Ásia Pacífico sobre Cooperação Sul- Sul e Efetividade da Ajuda. Seul (Coreia do Sul)	Bilateral/ Regional (Coreia do Sul e Banco Mundial)	Preparatória do Evento de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento de Capacidades a celebrar em março em Bogotá (Colômbia); assim como do IV Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda previsto para dezembro de 2011 em Seul. Debate-se sobre a complementaridade entre a Cooperação Sul-Sul e a Norte-Sul; e sobre a relação com a agenda da Eficácia da Ajuda. Nas conclusões incidem-se na horizontalidade da Cooperação Sul-Sul e na necessidade de melhorar os mecanismos para avaliar sua eficácia
2010 (02)	Conferência sobre Financiamento ao Desenvolvimento e Doadores Emergentes. Moscou (Rússia)	Bilateral (Rússia) e Multilateral (Banco Mundial e OCDE)	Debate sobre a crescente contribuição de novos doadores bilaterais ao financiamento ao Desenvolvimento: que papéis jogam na nova arquitetura da ajuda; como distribui - se o financiamento procedente de estes países e de que mecanismos dispõe-se para fazê-lo de maneira eficaz
2010 (03)	Oficina "A Cooperação Triangular da UE no contexto da Eficácia da Ajuda". Madri (Espanha)	Bilateral (Espanha) e Multilateral (UE)	No âmbito de Presidência da União Europeia, a Agencia Espanhola de Cooperação ao Desenvolvimento (AECID) convoca aos Estados membros e à Comissão Europeia para intercambiar suas experiências e seus pontos de vista em matéria de Cooperação Triangular assim como suas implicações para os esforços na melhora da eficácia da ajuda.
2010 (03)	Evento de Alto Nível sobre a Eficácia da Cooperação Sul- Sul e Desenvolvimento de Capacidades. Bogotá (Colômbia)	Multilateral (CAD)	Apresentam-se 110 histórias de caso de Cooperação Sul-Sul, quase a metade (53) participadas por atores da América Latina e o Caribe. Interpretando os pontos 19a, 19b e 19e do Programa de Ação de Acra, obtêm-se lições interessantes sobre a adaptação dos princípios da eficácia segundo Paris e Acra à CSS; o enriquecimento da agenda da eficácia através da prática em CSS; os espaços de complementaridade entre a CSS e a Cooperação Norte-Sul.
2010 (04)	31º Conferência Regional da FAO. Cidade do Panamá (Panamá)	Multilateral/ Regional (FAO)	Reúne a 26 países membros da FAO da América Latina e do Caribe. Discute sobre os desafios que enfrentam a agricultura e a segurança alimentaria na região. Das recomendações finais apresenta-se a necessidade de dar uma resposta integral aos problemas e de apoiar estas respostas em uma maior promoção da Cooperação Sul-Sul.
2010 (05/06)	Seminário - Oficina "Desenho e programação da linha de trabalho de formação e intercâmbio de experiência". San Salvador (El Salvador).	Regional (Conferência Ibero- Americana)	Atividade no âmbito do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Avança-se no desenho de um programa de formação sobre Cooperação Sul-Sul em aspetos tão diversos como: o Desenvolvimento de capacidades institucionais para fortalecer a Cooperação Sul-Sul; a identificação, formulação, negociação, monitoramento e avaliação de projetos; o Desenvolvimento de sistemas de informação ajustados às necessidades dos países.
2010 (05/06)	33º Período de Sessões da CEPAL. Brasília (Brasil)	Regional (CEPAL)	Reflete sobre a participação de América Latina no renovado impulso da Cooperação Sul-Sul, assim como nas oportunidades que se lhe apresentam em um cenário pós-crise global. CEPAL insta aos países a fortalecer seus sistemas de indicadores, isso tanto para que optem (por critérios que não se refere exclusivamente o nível relativo de renda) aos fluxos de AOD mundial; como para que meçam em melhores condições o impacto econômico e social da Cooperação Sul-Sul.

Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nas cenas regional e internacional (2009-2010) (continuação)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contribuições
2010 (06/07)	Fórum de Cooperação ao Desenvolvimento (ECOSOC). Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Reflete sobre a relação entre Cooperação, Objetivos do Milênio (ODM), Transparência da Ajuda e Fortalecimento de novas formas de Cooperação, em especial da Sul-Sul e Triangular. Nesse último caso, insiste em que toda melhora de sua eficácia passa por avanços nos sistemas de informação. A estes efeitos, impulsiona uma base de dados geral, administrada pelo FCD de ECOSOC, que recolherá dados anuais sobre a Cooperação Sul-Sul bilateral e triangular.
2010 (06)	Reunião do <i>Task Team on South-South Cooperation</i> . Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (CAD)	Celebrada no âmbito do Fórum de Cooperação ao Desenvolvimento (FCD) de ECOSOC. Compartilham-se os avanços realizados no Evento de Alto Nível de março, em Bogotá, em termos da relação entre Cooperação Sul-Sul e Eficácia da Ajuda. Aprova-se um plano de trabalho para seguir avançando nessa direção e para preparar a apresentação dos resultados no próximo Evento de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda (Seul, 2011).
2010 (07)	Seminário - Oficina "Sistemas de Informação e registro da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América". Cartagena de Indias (Colômbia)	Regional (Conferência Ibero-Americana)	Atividade no âmbito do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Avança-se em um mapa regional que mostra o estado dos sistemas de informação nos países latino-americanos. Identificam-se as fases de implementação de ditos sistemas (desenho; Desenvolvimento; consolidação), assim como as fortalezas que mostram alguns países frente às necessidades de outros. Em base aos resultados obtidos, planejam-se intercâmbios de experiências bilaterais que permitam um maior Desenvolvimento dos respectivos sistemas de informação.
2010 (09)	Evento de Alto Nível sobre os Objetivos do Milênio. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Revisa o estado em que se encontram os Objetivos do Milênio (ODM). Assume progressos mas os considera insuficientes. Conforme a isso, aposta por um maior compromisso político; adota um Plano de Ação Mundial que promova a consecução dos ODM na data limite de 2015; e insiste na necessidade de valer-se de distintos meios, entre os que destaca a promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular.
2010 (11)	Evento de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular. Genebra (Suíça)	Multilateral (Nações Unidas)	Convocado pela Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD para comemorar o Dia da Cooperação Sul-Sul (19 de dezembro). A agenda prevê tratar os seguintes temas: 1) Apresentação de Centros de Excelência em Cooperação Sul-Sul e Triangular; 2) Desenvolvimento de Capacidades no manejo de ambas modalidades de Cooperação; e 3) Identificação de Boas Práticas de Cooperação Triangular.

Fonte: SEGIB a partir da Aliança Bolivariana Para Os Povos de Nossa América (ALBA) (2010 e 2009); Assembleia Geral das Nações Unidas (2009); Associação de Parlamentários Europeus com África (AWEPA) (2010); Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2010); Conferência Ibero-Americana (2009a, 2009b e 2009c); Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (2010 2009); Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI/OEA) (2009); Declaração da Cúpula da Unidade de América Latina e o Caribe (2010); G8 (2009a e 2009b); MERCOSUL (2009^a e 2009b); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2009); Organização dos Estados Americanos (OEA) (2009); Pantoja (2009); PNUD (2009); Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (2010); União de Nações Sul-americanas (UNASUR) (2010, 2009a e 2009b).

CAPÍTULO II
Ibero-América e
a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Introdução

O presente Capítulo analisa o sucedido com a cooperação técnica que os países latino-americanos intercambiaram entre si durante 2009. Tal e como aconteceu nas edições precedentes, a metodologia aplicada para estudar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral foi a que sofreu variações mais importantes. Estas mudanças têm uma dupla origem:

- Em primeiro lugar, as reuniões mantidas pelos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, Diretores por sua vez das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação que nutrem de dados ao Informe. Levando em conta as capacidades das que realmente dispõem os países, os Responsáveis orientam sobre o tipo de informação que o Informe pode conter assim como do modo em que deve tratar-se. O objetivo é que os resultados que projetam estas metodologias aproximem-se cada vez mais à realidade nacional e regional desta modalidade de cooperação.
- Em segundo lugar, os avanços que se produzem no âmbito do Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Neste sentido, a Unidade Técnica do Programa avançou no desenvolvimento das Linhas estabelecidas em seu Plano Operativo Anual (POA)¹. Os passos dados na linha referida aos Sistemas de Informação dos que dispõem os países no âmbito da cooperação, são especialmente relevantes para este Informe, pois se traduzem na possibilidade de dispor de mais informação e de maior qualidade (Quadro II.1).

Fruto destes esforços, esta edição do Informe dá um passo na diferenciação entre *ações* e *projetos* de cooperação.

- Em edições anteriores a principal unidade de análise eram as *ações*. Atuavam de denominador comum e permitiam uma primeira quantificação mas tinham um grande limitante: incluíam realidades heterogêneas, desde estudos, assessorias, estágios e oficinas de capacitação, entre outros, até projetos de cooperação.
- A presente edição dá oportunidade para utilizar duas unidades de análise: as *ações* (de uma dimensão relativamente menor) e os *projetos* (dimensão relativamente maior). De fato, e nesse ajuste entre medição e realidade, o objetivo é caminhar a uma metodologia baseada exclusivamente na análise por projetos

Aceitada esta diferenciação, no obstante, a forma de apresentar o número de *ações* e *projetos*, se mantém. Neste sentido, as matrizes de oferta e recepção de cooperação assim como os mapas de distribuição geográfica por ofertantes receptores são os instrumentos que seguem permitindo visualizar com rapidez quem coopera com quem e com que intensidade. As matrizes desagregam-se ademais por setores de atividade, o que permite seguir aprofundando também no perfil de necessidades e capacidades de cada país e do conjunto da região.

Quadro II.1. O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e seus avanços entorno aos Sistemas de Informação

Entre os diferentes atores vinculados à cooperação internacional (de nível central, setorial e territorial), existe certo consenso acerca de que a cooperação Sul-Sul teve um desenvolvimento crescente nos últimos anos. Não só isso, se não que se entende que a Cooperação Sul-Sul veio-se intensificando, até chegar a ser considerada como uma prioridade dentro das políticas de cooperação de alguns países do espaço Ibero-Americano.

Neste sentido, faz alguns anos o desafio era visibilizar ou mostrar aos diferentes atores da Cooperação Internacional que a Cooperação Sul-Sul existia e que entorno a ela geravam processos, aprendizagem e redes. Agora, o objetivo é outro e o que se faz necessário é “avançar na delimitação da Cooperação Sul-Sul, em determinar sua magnitude, conhecer suas experiências e destilar suas boas práticas” (Alonso, 2010).

A estes efeitos, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul é um espaço que espera fazer uma contribuição em vários dos desafios antes mencionados, a partir da realidade dos países e suas diferentes práticas e prioridades.

Pelo anterior, uma das linhas de trabalho esta destinada a possibilitar que os países fortaleçam os sistemas de informação, registro e cômputo da cooperação sul-sul, para com isso avançar no conhecimento de sua “magnitude”. E no âmbito desta tarefa, é necessário ter claro que “há uma grande diferença entre dispor de um mar de dados e dispor de informação relevante oportuna e confiável” (Waisbluth, 1980).

Neste mesmo sentido e durante o ano 2010, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul pôde constatar o interesse dos países por avançar ou melhorar entorno a seus Sistemas de Informação. Os resultados dos distintos eventos e trabalhos realizados neste sentido assim o sugerem. Mais especificamente:

1. No Encontro realizado no mês de Março em Buenos Aires, cujo principal objetivo era revisar o Questionário que dá origem a este Informe 2010, foi possível constatar quê:
 - Os países contêm com algum tipo de registro de informação, de acordo a suas possibilidades técnicas e financeiras, assim como de algumas competências legais para alimentar seus Sistemas de Informação.
 - Existe coincidência acerca da importância de contar com Sistemas que integrem ou considerem tanto o registro de dados para emissão de reportes estatísticos como o registro de experiências. Ambas coisas devem servir para dar conta dos processos que se geram entorno à Cooperação Sul-Sul.
2. Por sua parte e com ocasião do Seminário - Oficina realizado em El Salvador em junho de 2010, cujo objetivo era definir os conteúdos de formação do Programa, contemplou-se uma mesa de trabalho específica para os sistemas de Informação. Esta mesa concluiu que os temas que se requerem abordar são os relacionados com a conceitualização e medição da Cooperação Sul-Sul, no manejo estatístico e a gestão de sistemas de informação. Igualmente os participantes ressaltaram que dispor de um sistema de informação constitui de maneira significativa a visibilizar a Cooperação Sul-Sul da Ibero-América, a apoiar os processos de planejamento e a rendição de contas à cidadania, como também, à investigação e à geração de conhecimento.

Quadro II.1. O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e seus avanços entorno aos Sistemas de Informação (continuação)

3. Assim mesmo, a importância que os países lhe outorgam ao tema viu-se refletida em sua oportuna resposta ao "Questionário - Para o mapeamento sobre os sistemas de cômputo, informação e sistematização da cooperação que cada país recebe ou realiza". Trata-se de um questionário cujas respostas permitiram a realização de um primeiro diagnóstico sobre o estado dos sistemas de informação dos países da região; um "mapeamento" inicial melhorável (segundo convenham os próprios países) mas de grande utilidade.

4. Finalmente, a participação de 40 profissionais de 14 países no Seminário -Oficina "Sistemas de Informação e Registro da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: Compartilhando experiências" que se realizou em Cartagena de Indias nos dias 21, 22 e 23 de julho, corroborou a prioridade no tema. Nesta atividade, foi possível aprofundar sobre os sistemas de informação existentes, identificado os desafios que requerem ser abordados em um futuro próximo. Dentro destes destacam: alcançar uma maior compatibilidade da informação, a geração de indicadores conjuntos, o levantamento de informação qualitativa e a sistematização dos projetos de Cooperação Sul-Sul.

Neste mesmo âmbito, os países manifestaram ademais sua vontade de realizar intercâmbios estruturados de experiências sobre sistemas de informação. A participação dos países nestes intercâmbios dependerá, entre outras questões, do momento em que se encontrem seus sistemas (fase de desenho, de desenvolvimento ou de consolidação, segundo sua própria definição) e da capacidades e necessidades que deles se derivem. De fato e conforme este critério, considerou-se que era prioritário atender, em primeiro lugar, aos países que estiveram ainda na fase de desenho e implementação de seu sistema de informação. O Programa brindará apoio e acompanhamento para o desenvolvimento dos sistemas destes países.

O ano 2011 será um ano onde os processos que se iniciaram durante o 2010 entrarão em uma etapa de desenvolvimento e consolidação, com o trabalho conjunto que se veio desenvolvendo entre os países com o apoio do Programa.

Patricia González
Gerente da Unidade Técnica
do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

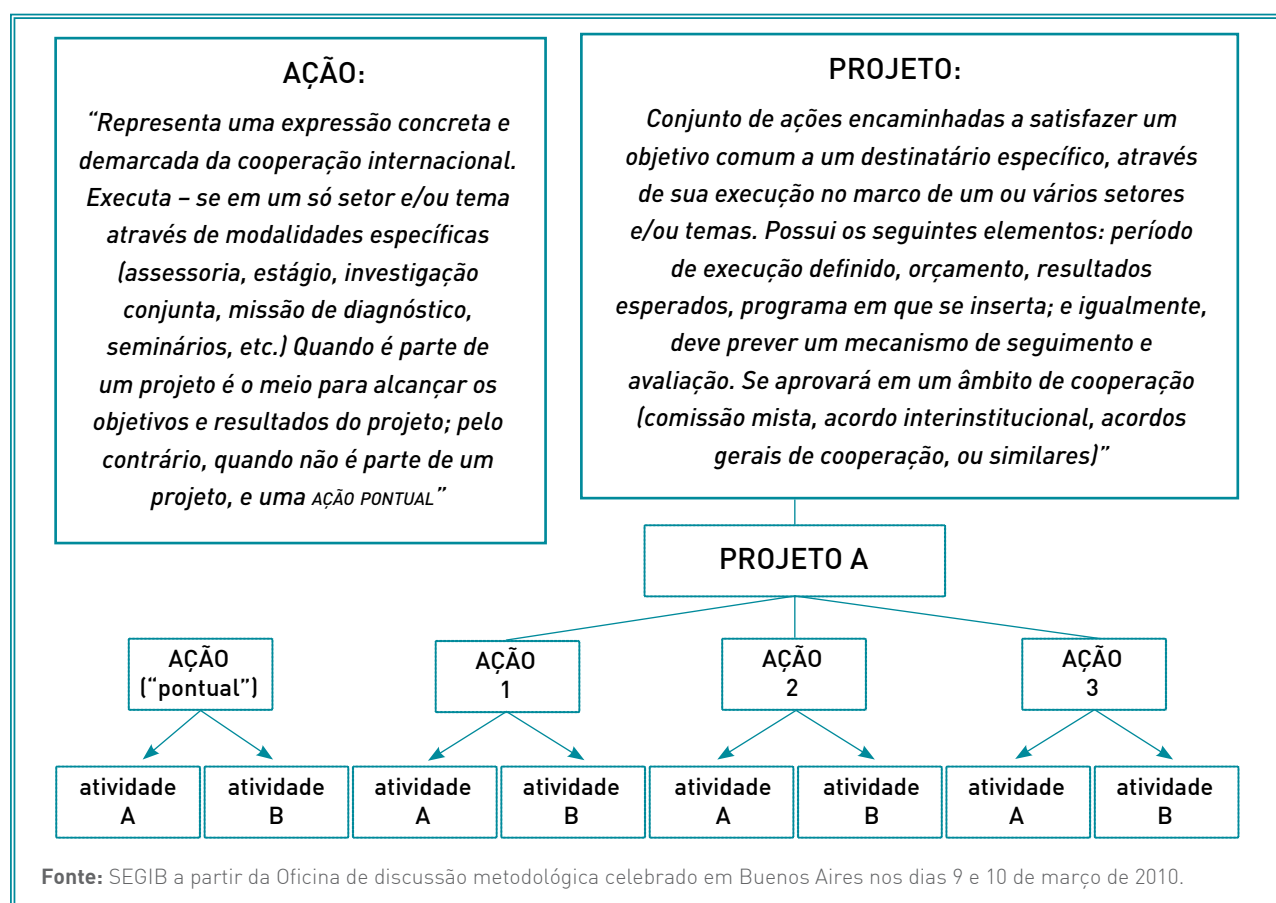
Menção aparte merecem o tratamento do custo e o valor econômico da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Ainda que se está avançando em seu tratamento metodológico, o debate está ainda aberto. Por esse motivo, os países optam este ano por limitar-se a trasladar a este Informe o estado da questão e não as estimativas referentes ao volume de recursos financeiros que pode estar movendo esta modalidade de cooperação. Em consequência, explica-se para onde vão os métodos de identificação do custo e do valor econômico; incluem-se dados daqueles países que aplicaram estas metodologias (caso do Brasil e do México); mas posterga-se a publicação dos resultados de todos os países latino-americanos até o momento em que se disponha de informação completa e precisa para cada um deles. Estima-se no obstante que esta publicação não está muito distante, pois todos os avanços que o Programa Sul-Sul registre em termos de sistemas de informação contribuem a isso.

Finalmente acrescenta-se informação acerca da ajuda humanitária que os países intercambiaram em 2009 para solidarizar-se ante as emergências sofridas. Terremotos, furacões, incêndios, inundações e secas, entre outros, deixaram milhares de danificados. Como em outras ocasiões, incluso os países com menos recursos responderam solidariamente e tentaram paliar os danos causados por estas emergências.

Avanços metodológicos: diferenciando ações e projetos de cooperação

Em março de 2010 celebrou-se em Buenos Aires (Argentina) uma oficina de discussão metodológica. Um dos resultados desta oficina foi o estabelecimento de uma diferenciação mais precisa entre o que deve ser uma *ação* e um *projeto* de cooperação. O Esquema II.1 recolhe as definições resultantes, assim como uma ilustração que facilite sua compreensão.

Esquema II.1. Definições e modelos tipo de Projetos e Ações de Cooperação



Conforme a isto, um *projeto de cooperação* (como o Projeto A -esquema superior-) está integrado por um conjunto de *ações* encaminhadas a satisfazer um objetivo comum à um destinatário concreto. Em geral, aprova-se em um marco de cooperação específico (uma comissão mista; um acordo interinstitucional; um acordo geral de cooperação; ou similar) e reúne os seguintes elementos:

- Um período de execução definida;
- Uma designação orçamentária;
- Uns resultados esperados;
- Um mecanismo de seguimento e avaliação.

Enquanto, uma *ação de cooperação* está integrada por uma ou várias *atividades*, com frequência meramente logísticas, mas necessárias para sua execução. Costuma-se realizar através de Ferramentas como as investigações, assessorias, estágios, capacitações, seminários, oficinas ou similares. Apresenta-se de dois modos distintos:

- Como *ação pontual* (Ação A). A *ação* executa-se para conseguir um objetivo concreto; em um momento ou período definido de tempo; e ainda que confluem nela traços próprios de um projeto, não se dão todos os necessários para sua conformação.
- Somadas a outras *ações* (Ações 1, 2 e 3). Neste caso, as características associadas ao conjunto de *ações* são as mesmas que identificam a um *projeto*.

Para uma melhor compreensão das diferenças remarcadas no texto, elaborou-se no Quadro II.2, o qual recolhe exemplos do que são e o que não são, ações e projetos.

Quadro II.2. O que são e o que não são projetos e ações de cooperação?

Para ilustrar através de hipotéticos casos um projeto e uma ação de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, se escolheram, respectivamente, um projeto de alfabetização e um estágio em saúde reprodutiva. Em concreto:

1. Projeto de alfabetização entre os países A (ofertantes) e B (receptor). Nascido em uma Comissão Mista entre ambos países, tinham um objetivo e uns destinatários claramente definidos: a alfabetização de um mínimo de três comunidades rurais do país B, comunidades ademais em especiais condições de vulnerabilidade e cuja taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos superasse o 35%. Tal e como se recolhe na tabela seguinte, o projeto cumpria com o desafio de requisitos requeridos: um período de execução definido (20 meses); um orçamento (estimado pela comunidade receptora); uns resultados esperados (tanto em termos da própria alfabetização como de outros impactos socioeconômicos); e um mecanismo de seguimento e avaliação (que valoraria resultados, impactos e sustentabilidade).

Projeto de alfabetização em comunidades rurais do país B.

Elementos projeto	Descrição
Período de execução	20 meses, divididos nas seguintes fases: <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico da situação (2 meses) - Identificação das comunidades e dos potenciais alunos (1 mês) - Organização logística dos cursos (3 meses) - Alfabetização (12 meses) - Avaliação de resultados (2 meses)
Orçamento	Estimado segundo um custo de (x) dólares por comunidade na que se execute o projeto
Resultados esperados	A alfabetização do 100% das pessoas maiores de 15 anos que, na fase de diagnóstico, sejam identificadas como analfabetas totais ou funcionais. Com isso espera-se favorecer ademais sua integração laboral; um aumento de seus ingressos; e uma melhora do bem-estar familiar
Mecanismos de seguimento avaliação	Uma vez terminado o projeto se avaliarão seus resultados. Se levarão em conta, entre outros aspectos, os impactos obtidos (diretos e indiretos) e sua futura sustentabilidade

Quadro II.2. O que são e o que não são projetos e ações de cooperação? (continuação)

2. Ação/Estágio em saúde reprodutiva. O país A dispunha de um Instituto de saúde reprodutiva com um método de trabalho muito avançado em termos de identificação, diagnóstico e tratamento de algumas doenças. O país B estava impulsionando um instituto de características similares. O país A ofereceu ao país B a possibilidade de que 10 de seus profissionais médicos visitassem seu instituto e realizassem um estágio de 1 mês. O objetivo era transferir as capacidades desde os profissionais de um país ao outro e com isso fortalecer ao setor da saúde reprodutiva do receptor.

Estágio em saúde reprodutiva.

Elementos projeto	Descrição
Período de execução	Um mês, sem que de momento contemple-se sua posterior continuidade
Orçamento	O custo total limita-se à cobertura compartilhada dos custos logísticos (transporte, alojamento e manutenção dos estagiários)
Resultados esperados	A capacitação de 10 estagiários do país B e o conseqüente fortalecimento de seu recém-formado instituto de saúde reprodutiva
Mecanismos de seguimento a avaliação	Não estão previstos

Esta ação reunia elementos próprios de um projeto, mas não todos os requeridos. Por isso, trata-se como uma ação de caráter pontual, sem aspecto de continuidade, e não como projeto. De fato, esta ação tinha um orçamento e uns resultados esperados; mas não tinha, por exemplo, nenhum mecanismo de avaliação previsto. Além disso, nasceu de uma iniciativa interinstitucional mas sem que esta colaboração se marcasse em um acordo formal entre ambas instituições.

Fonte: SEGIB a partir da Oficina de discussão metodológica celebrado em Buenos Aires nos dias 9 e 10 de março de 2010

Matrizes da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

A diferença entre projetos e ações permitiu este ano construir com duas Matrizes de Oferta e Receção de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral correspondentes, respetivamente, a cada um dos mencionados instrumentos. Prévio a sua apresentação, sem embargo, e com o objeto de ilustrar as vantagens que reporta haver avançado nesta direção, optou por construir a Matriz II.1.

Esta matriz resulta de solapar as duas principais. O sombreado de cada quadro destaca que país intercambiou Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e com que outro. Mas a diferente intensidade de cor designada a cada caso destaca três possibilidades: que só se intercambiaram ações; que só se intercambiaram projetos; que tivesse uma combinação de ambos.

Sua observação reforça a ideia de que a Cooperação Sul-Sul evoluciona vai-se fazendo mais completa neste sentido e em uma leitura desde os ofertantes, os casos nos que só se intercambiaram ações estariam participadas por países cuja oferta de cooperação é incipiente, como a do Equador, Peru, Costa Rica e Uruguai, e incluso pontual, como sucede com El Salvador, Paraguai e República Dominicana. Pelo contrário, ofertantes consolidados como o Brasil, Colômbia, Cuba, Argentina, Chile, México e Venezuela monopolizariam os casos em que só se oferecem projetos ou bem uma combinação de ambos instrumentos.

Matriz II.1. Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2009

OFERTANTES		RECETORES																	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA						
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai
PRM-BAIXA	Bolívia	■		■															
	Brasil	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■
	Colômbia	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■
	Cuba	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Equador	■				■			■	■				■	■				■
	El Salvador					■													
	Guatemala			■			■												
	Honduras							■											
	Nicarágua								■										■
	Paraguai			■						■								■	
	Peru			■		■	■			■	■							■	
R. Dominicana						■					■								
PRM-ALTA	Argentina	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Chile	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Costa Rica			■				■	■	■				■	■	■	■	■	
	México	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Panamá																■		
	Uruguai		■	■			■			■	■		■	■	■	■	■	■	
	Venezuela	■	■	■	■	■	■		■	■		■	■	■	■	■		■	

■ Registram-se ações e projetos ■ Só registram-se projetos ■ Só registram-se ações

Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países classificaram-se por níveis de renda: Média-Baixa (entre 936 e 3.705 dólares); Média-Alta (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

A transição a um modelo de cooperação baseado principalmente em projetos tornou-se a ficar avaliada pelos números que projetaram as Matrizes II.2 e II.3.² Em efeito, para o ano 2009, os países participaram em um total de 881 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral; enquanto o número total de ações situou-se muito a baixo, em umas 321.

Matriz II.2. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2009

Em unidades

OFERTANTES		RECETORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXA	Bolívia			1																1	
	Brasil	10		7	14	4	4	3		2	15	8	2	9		6	7	5	10	15	121
	Colômbia	1			8		8	12	8	3	1	3	7	1		6	8	8	2	1	77
	Cuba	13	7	5		4	3	11	4	6	2	5	3	9	5	2	7	8	5	106	205
	Equador									1										14	15
	El Salvador																				
	Guatemala			1																	1
	Honduras																				
	Nicarágua																			1	1
	Paraguai			2																	2
	Peru																				
R. Dominicana																					
PRM-ALTA	Argentina	12	10	7	14			3		2	18	2	2			3	4	3		9	89
	Chile	3		2	2	2	2	18		2		5				7	10	1	1		55
	Costa Rica			5													1				6
	México	3		7	4	15	11	27	4	2		2	4	5	12	20		3	7		124
	Panamá																				
	Uruguai										1					1	1			2	5
	Venezuela	25	8	1	103	4	1	1		24	2		4		1		1		4		179
TOTAL	67	25	38	145	29	29	75	16	39	41	21	27	24	18	43	39	28	29	148	881	

Segundo os critérios do Banco Mundial, os países classificaram-se por níveis de renda: Média-Baixa (entre 936 e 3.705 dólares); Média-Alta (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Matriz II.3. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2009.

Em unidades

OFERTANTES		RECETORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXA	Bolívia																				
	Brasil					4			4	3			1		3		4	8	1	28	
	Colômbia					5				2	2	8			16		6			39	
	Cuba					5			5			9							14	33	
	Equador	2							1	1	1			1	1				2	9	
	El Salvador						1													1	
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
	Paraguai																	1		1	
	Peru			2		1	1	1		1							21			27	
R. Dominicana						1													1		
PRM-ALTA	Argentina				2	8	1	3		3	6	5	4		4		8		3	47	
	Chile	4		5	7	8	16	2		5	4					3	3	5		62	
	Costa Rica								1	1	1						1			4	
	México	2					3			2	5	1	5	3	1	2		6	2	32	
	Panamá																				
	Uruguai		7	1			1				2	3		3	2		2			22	
	Venezuela			1	7	4				1	2									15	
TOTAL		8	7	9	16	30	28	7	1	22	27	12	26	7	4	26	5	50	15	21	321

Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países classificaram-se por níveis de renda: Média-Baixa (entre 936 e 3.705 dólares); Média-Alta (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Mapas de distribuição geográfica

O processamento da informação incluída nas Matrizes II.2 e II.3 permite desenhar os seguintes Mapas de distribuição geográfica da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral:³

- O Mapa II.1., que mostra aos países segundo o volume de projetos que ofereceram, este medido em termos do que representaram sobre os 881 registrados.
- O Mapa II.2., que organiza de novo aos países mas em seu rol de receptores, atendendo a porcentagem que os projetos que receberam representaram sobre o total.
- Os Mapas II.3., que em suas versões A e B reproduzem o anterior (distribuição da oferta e da recepção, respectivamente) mas para as ações de cooperação.

Tal e como se observa pois no primeiro dos mapas, a distribuição geográfica da oferta de projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral mostrou um alto nível de concentração. Em efeito, cinco países explicaram mais do 80% do total dos projetos executados na região: Cuba e Venezuela, os dois principais ofertantes, com participações respectivas superiores ao 20%; México, Brasil e Argentina, cada um deles com pesos relativos superiores ao 10%.⁴ Acrescentando a estes países o executado pela Colômbia (8,7%) e pelo Chile (6,2%) explicaram-se praticamente o 96,5% dos 881 projetos do ano 2009.

Neste ano, no entanto, destacou também a incipiente atividade mostrada pelos outros países; uma atividade que ainda que em termos relativos seja menor (um 4% do total) não deixa de ser muito significativa. Trata-se das experiências do Equador, Costa Rica e Uruguai, que este ano ofereceram 15, 6 e 5 projetos, respectivamente; assim como do Paraguai, Bolívia e Guatemala, que também executaram 1 ou 2 projetos de cooperação, em cada caso.

Por sua parte, a distribuição dos projetos por receptores (Mapa II.2) registrou uma maior dispersão. De fato, todos os países, sem exceção, receberam entre 16 projetos (mínimo correspondente a Honduras)⁵ e 148 projetos (caso da Venezuela). Este permitiu que um 45% dos 881 projetos finais ficassem distribuído nada menos que entre doze países, cada um deles com participações relativas sobre o total de entre um 2,5 e um 4,9%: México junto a El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e República Dominicana na zona Norte e da América-Central mais o Caribe; Colômbia e Equador na sub-região andina; e o bloco que integra Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Enquanto isso, os dois principais ofertantes (Venezuela e Cuba) foram também os principais receptores, concentrando cada um deles entorno a um 16-17% dos projetos de 2009; a mesma porcentagem que somaram de maneira conjunta Guatemala e a Bolívia, terceiro e quarto receptor com mais volume de projetos recebidos. Finalmente, só o Chile, Peru e a mencionada Honduras registraram um volume de projetos inferior ao 2,5%.

No que se refere às ações e tal e como se observa nos Mapas II.3.A e B, a oferta de cooperação esteve também mais concentrada que a recepção, mas em um grau relativamente menor que no caso dos projetos. De fato, neste caso, os cinco países que ofereceram mais ações (Chile, Argentina, Colômbia, Cuba e México, nesta ordem de importância relativa) explicaram conjuntamente dois terços das 321 ações. Outro 25% explicou-se pelo papel jogado pelo Brasil, que somou a seus 121 projetos umas 28 ações; e de maneira destacável, Peru e Uruguai, dois dos países com atividade mais incipiente e que executaram, respectivamente, 27 e 22 ações. O 10% restante deveu-se, quase em sua totalidade, à atividade da Venezuela e Equador, que executaram respectivamente quase um 5 e um 3% das ações finais. A Costa Rica contribuiu ao global com o impulso a 4 ações e El Salvador, Paraguai e R. Dominicana fizeram o próprio somando cada um uma ação pontual.

Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo ofertantes. 2009



Legenda. Faixas de intensidade, segundo a porcentagem de ações de cooperação oferecidas no ano 2009:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	
Entre um 2,6 e um 5,0%	
Entre um 5,1 e um 7,5%	
Entre um 7,6 e um 10,0%	
Mais de um 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Mapa II.2. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo receptor. 2009



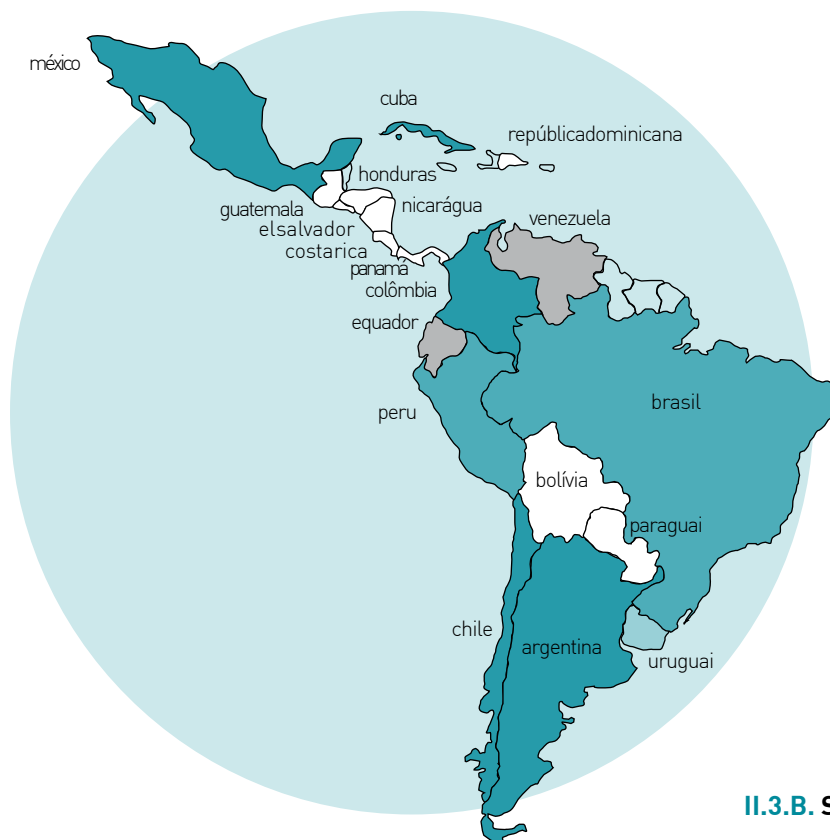
Legenda. Faixas de intensidade, segundo a porcentagem de ações de cooperação recebidas no ano 2009:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	
Entre um 2,6 e um 5,0%	
Entre um 5,1 e um 7,5%	
Entre um 7,6 e um 10,0%	
Mais de um 10,1%	

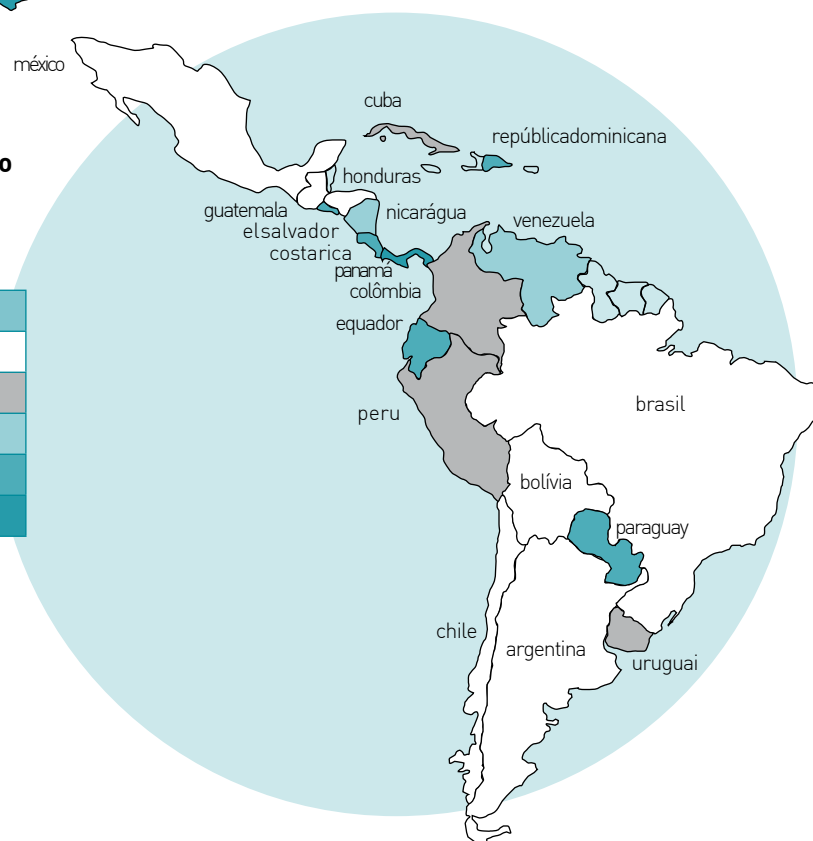
Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Mapa II.3. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo rol. 2009

II.3.A. Segundo ofertante



II.3.B. Segundo receptor



Legenda. Faixas de intensidade, segundo porcentagem de ações de cooperação oferecidas ou recebidas no ano 2009:

VALOR	COR
Menos de um 2,5%	
Entre um 2,6 e um 5,0%	
Entre um 5,1 e um 7,5%	
Entre um 7,6 e um 10,0%	
Mais de um 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

A recepção de ações mostrou seguramente a distribuição mais dispersa, pois só um país, Panamá, concentrou mais de um 10% do total das recebidas. Enquanto isso, o Equador, com 30 ações, quase roçou esse 10% e El Salvador e Costa Rica, junto a República Dominicana e ao Paraguai, acapararam, em cada caso, entorno a um 8% das ações finais. O resto de países localizou-se em participações relativas menores: entorno ao 7% (Nicarágua e Venezuela); entre um 2,6 e um 5% (Colômbia, Cuba, Peru e Uruguai); e abaixo de 2,5% (de norte a sul, México, Guatemala, Bolívia, Brasil, Argentina e Chile).

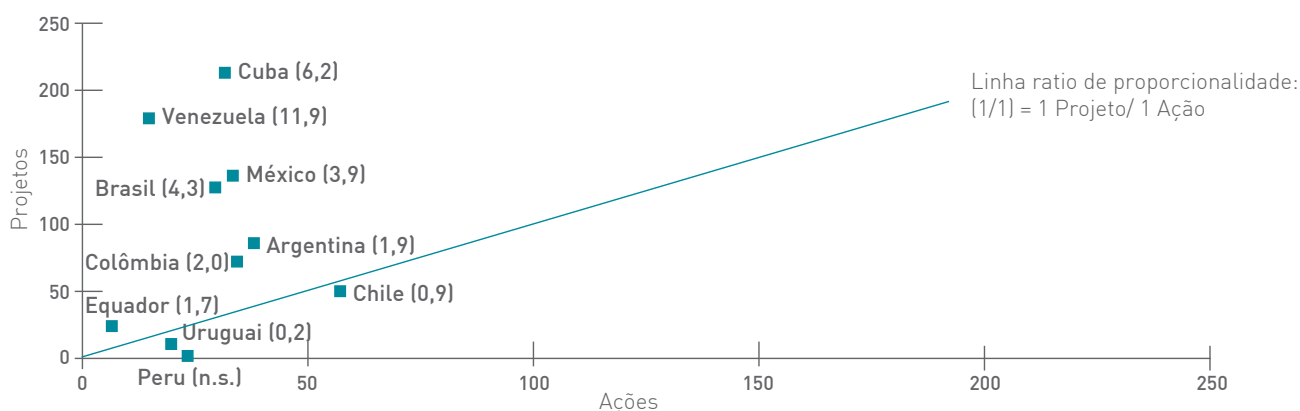
Padrões de cooperação

O Gráfico II.1. recolhe a relação que existe entre os projetos e as ações oferecidas por cada país. Para interpretar o gráfico deve levar-se em conta que:

- No eixo horizontal localizam-se o número de ações oferecidas; e no vertical, o correspondente ao número de projetos.
- Todo ponto ou coordenada do gráfico corresponde-se com uma combinação determinada de ações e projetos. Assim, por exemplo, a coordenada (33 –ações–; 205 –projetos–) refere-se ao oferecido por Cuba; a (47; 89) ao oferecido pela Argentina; e a (27; 0), à cooperação peruana.
- A diagonal que cruza o gráfico localiza todos os pontos em que o número de ações e projetos coincide: é dizer, os pontos ou coordenadas nos que por cada ação registra-se também um projeto, em proporção de 1/1. Consequentemente, os pontos situados por cima da linha correspondem a países que ofereceram um número de projetos superior ao de ações; e o inverso, para os que se situam por baixo.

Gráfico II.1. Relação entre a oferta de Projetos e Ações, segundo país. 2009

Eixos, em unidades; valores país, em ratio projetos/ações



Nota: n.s. Não significativo.

O valor que, trás o nome do país, acompanha a cada um dos pontos do gráfico, refere-se à relação de proporcionalidade que resulta de dividir o número de projetos entre o número de ações. Por sua localização, estes número devem ser superior a 1 (por cima da diagonal); igual a 1 (sobre a diagonal); inferior a 1 (por baixo).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Quadro II.3. Venezuela: cooperação e inversão em desenvolvimento

Segundo o Ministério de Planejamento e Desenvolvimento (MPD), a Venezuela é o sexto país do mundo com maiores reservas de petróleo provadas, o sétimo produtor mundial e o quinto com um volume de exportações mais elevado. Sua riqueza petrolífera o converte em um país com capacidade para liberar recursos financeiros para seu desenvolvimento mas também, e por vocação solidária, para a cooperação ao desenvolvimento com outros países da região.

Neste sentido, os projetos que este país executou em 2009 caracterizaram-se por requerer uma enorme inversão de recursos. Ainda que não se dispõe de dados referentes ao custo econômico destes projetos, uma olhada na tabela seguinte sugere que as inversões de alto custo são uma constante da cooperação venezuelana.

Dimensão atividade	Sectoratividade	Projeto	Duração	Receptor
Social	Saúde	Avaliação de mecanismos de ação naturais contra o câncer e doenças parasitárias (chagas e leishmaniasis)	2006-2009	Bolívia
		Produção de anticorpos para o Tratamento do envenenamento por cobras e escorpiões	2006-2009	Bolívia
		Construção e Equipamento Hospital Pediátrico de Especialidades	2009-2011	Guatemala
		Instalação de Serviços clínicos diagnósticos odontológicos em unidades móveis para zonas rurais	2007-2009	Nicarágua
		Apoio a planos e projetos dirigidos a melhorar a Infraestrutura edilícia e equipamentos do Hospital Universitário	Não disponível	Uruguai
		Reconstrução de um albergue para menores de idade com problemas de drogadição	2007 até a data	Uruguai
	Água	Construção de um aqueduto e remodelação do sistema de abastecimento de água em Baracoa	Não disponível	Cuba
Econômica	Energia	Ampliação da refinaria em Cienfuegos	Não disponível	Cuba
	Agricultura	Avaliação agrônômica, caracterização físicoquímica e factibilidade técnica da obtenção de esteviósidos (glúcidos)	2006-2009	Bolívia
		Desenvolvimento das zonas agropecuárias vinculadas à Refinaria Cienfuegos	Não disponível	Cuba
		Reabilitação de silos	2006-2009	Nicarágua
		Mecanização agrícola	Não disponível	Nicarágua
	Indústria	Instalação e realização de uma planta de produção de suco de uvas	2008-2010	Brasil
Comunicações	Instalação de interconexão de fibra ótica	1 ano	Brasil	

Em efeito e como se observa na mencionada tabela, alguns dos projetos executados na área da saúde derivaram em inversões em infraestruturas e equipamentos para hospitais ou outros centros de atenção clínica (Guatemala, Nicarágua e Uruguai) ou em Investigação e Desenvolvimento (Bolívia). No mesmo âmbito social, destinaram-se recursos também ao sistema de abastecimento de água de Baracoa, no oriente cubano. Não faltaram, dado o perfil econômico do país, inversões em infraestruturas energéticas (como a ampliação de uma refinaria em Cuba) ou outros para melhorar a produção agrícola, fosse de novo com o desenvolvimento de custosas investigações (Bolívia e Nicarágua) ou com a dotação de infraestruturas e equipamentos (Cuba e Nicarágua). As inversões alcançaram também a outros setores como a indústria e as comunicações, caso do Brasil.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Ministério de Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela (MPD) (<http://www.mpd.gob.ve>).

O Gráfico sugere que em 2009 houve diferentes formas de executar a cooperação:

- Um grupo de países (todos os que estão em cima da diagonal) ofereceram mais projetos que ações. Em concreto e segundo lê-se no gráfico,⁶ Venezuela ofereceu 12 projetos por cada uma das ações executadas; Cuba, 6 projetos; Brasil e México, entorno a 3; a Argentina, Colômbia e Equador, uns 2 projetos por ação.
- Outro grupo (por baixo da diagonal) ofereceu mais ações que projetos. A este pertenceram o Peru, que, de fato, ofereceu só ações (27); Uruguai, que executou 5 projetos e 22 ações; o Chile, que ofereceu um número próximo de ações e projetos (62 e 55, respectivamente), mostrando por isso um ratio de proporcionalidade muito próximo à unidade (de 0,9).

Esta análise ratifica o destacado ao princípio do capítulo, quando se sugeria que os países com uma trajetória mais longa em Cooperação Sul-Sul teria transitado a um padrão de cooperação baseado preferentemente na execução de projetos; enquanto aqueles com inícios mais próximos ou que retomam sua cooperação sul-sul trás certo paro (caso do Peru), teriam executado sobre tudo ações. Haveria exceções, como as do Equador, que recém impulsionou seu rol de ofertante com muita força (15 projetos em 2009) ou Chile que, com uma Cooperação Sul-Sul muito sólida, seguiu combinando ações e projetos.

Finalmente, cabe destacar uma particularidade relacionada com o padrão de cooperação da Venezuela, o segundo ofertante mais importante da região. Neste sentido, a Venezuela não só destacou pelo elevado número de projetos (179) e de seu ratio projeto/ação (12) se não também, por outro traço: o impulso de um grande volume de projetos de enorme envergadura (Quadro II.3).

Fluxos de cooperação: direção e determinantes

Uma observação às Matrizes de Oferta e Recepção sugere que nem todos os países intercambiam cooperação com todos. De fato, que se intercambiem com uns ou com outros e que se faça com maior ou menor intensidade, depende de muitas distintas variáveis como podem ser a proximidade geográfica, o desenvolvimento da fronteira, a trajetória histórica ou a afinidade política. Neste sentido, em anos precedentes e a modo de ilustração, o México concentrou sua cooperação com a América Central; Argentina com suas vizinhas Bolívia e Paraguai; e Venezuela com os membros de Petroamérica e da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA).

Da análise do sucedido em 2009 também desprendem-se algumas particularidades respeito à direção e concentração dos fluxos de cooperação. Segundo o Esquema II.2:

- Durante 2009 destacou, por um lado, a relação entre Cuba e a Venezuela (Esquema II.2.A). A cooperação entre ambos países (nascida formalmente no 2000 com a assinatura do Acordo Energético de Caracas) alimentou-se ano após ano; e uma de suas manifestações em 2009 foi o intercâmbio de um volume muito elevado de projetos: 106 de Cuba a Venezuela; 103 à inversa. Este elevado volume de projetos foi importante ademais pelo que representou no conjunto da cooperação de cada um de eles: em concreto, Venezuela explicou praticamente o 52% do que Cuba ofereceu e mais de 71% do que recebeu; e quase nas mesmas proporções, Cuba explicou o 57% do que a Venezuela ofereceu e um 71% do recebido.

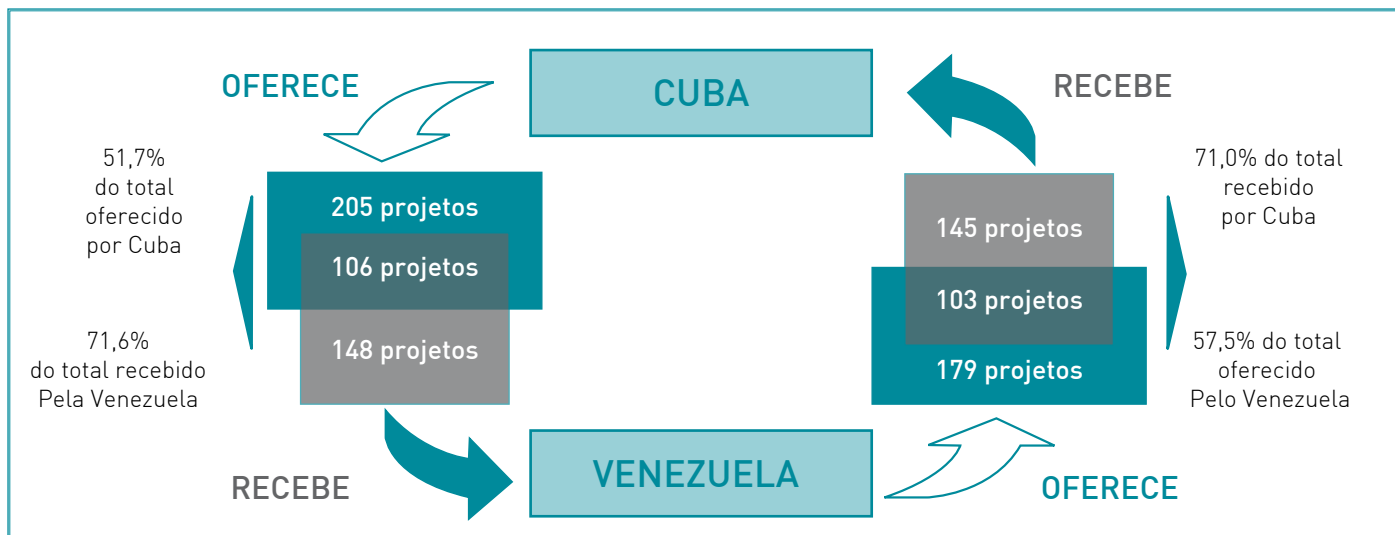
-
- Os casos cubano e venezuelano, sem embargo, diferem quando se analisa a distribuição da oferta da cooperação de cada um deles há outros países. Em efeito, a cooperação cubana mostra uma distribuição mais homogênea. De fato, Cuba é o único país que executou cooperação com todos os países da região, e isso por valores que oscilaram entre os 2 projetos realizados na Costa Rica (1% do total executado) e os 13 da Bolívia (segundo receptor da cooperação cubana atrás da Venezuela e que representou um 6,3% de seus 205 projetos). Enquanto isso, a Venezuela registrou projetos de cooperação em outros 12 países, mas houve uma tendência à concentração (Esquema II.2.B) em dois países da ALBA, Bolívia e Nicarágua, que receberam conjuntamente cerca de um 30% da cooperação venezuelana; e para que a Venezuela explicou, respectivamente, um 37% e um 61% do recebido.
 - Em terceiro lugar caberia destacar alguns traços da cooperação mexicana (Esquema II.2.C). Assim, seus projetos executaram-se em 15 países, mas também foram dois, Guatemala e Costa Rica, os que concentraram mais de um terço do total. Este dado confirmaria a tendência constatada em Informes precedentes e apontada ao princípio desta sessão acerca da ação prioritária do México concentrou-se em território centro-americano, como fórmula de aposta ao desenvolvimento de sua região fronteira natural.

Finalmente, alguma anotação no que se refere ao resto de ofertantes e receptores:

- a) Entre os principais ofertantes da cooperação, três deles tiveram um receptor que destacou sobre outros: O Chile executou mais de um terço de seus projetos na Guatemala; Colômbia também teve como destino principal a este país centro-americano (16%); A Argentina executou uma quinta parte dos projetos no vizinho Paraguai. Enquanto isso, o Brasil mostrou também uma distribuição de sua cooperação mais homogênea. Fruto disso, o Brasil não teve um receptor principal se não três: Cuba, Paraguai e a Venezuela, cada um com um 12% dos projetos brasileiros.
- b) No rol de receptores, a dependência respeito de projetos de uns poucos ofertantes foi mais aguda naqueles países que receberam um número relativamente baixo de projetos, por baixo de 30. Foi o caso do Equador, El Salvador e Uruguai, os três com 29 projetos. Em efeito, mais da metade da cooperação que o Equador recebeu procedeu de México; praticamente o 70% da que chegou a El Salvador foi executada também pelo México (38%) e Colômbia (28%); e mais de um terço da recebida pelo Uruguai, explicou-se pela atuação do vizinho Brasil.

Esquemas II.2. Projetos intercambiados entre os principais ofertantes e receptores. 2009

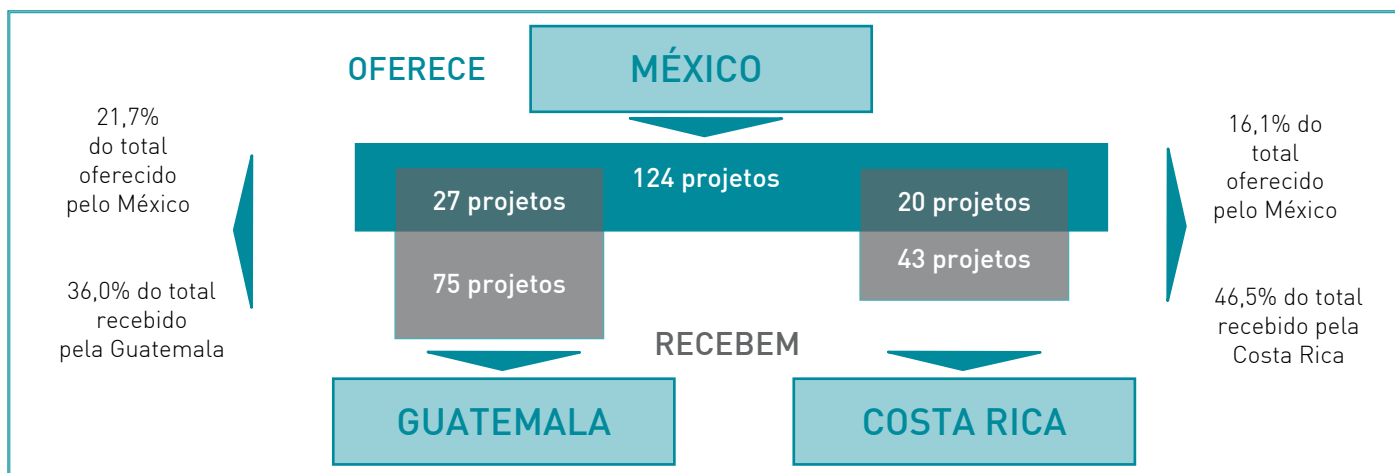
II.2.A. Cuba e a Venezuela



II.2.B. Venezuela, Bolívia e Nicarágua



II.2.C. México, Guatemala e Costa Rica



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Distribuição setorial dos projetos e as ações de cooperação

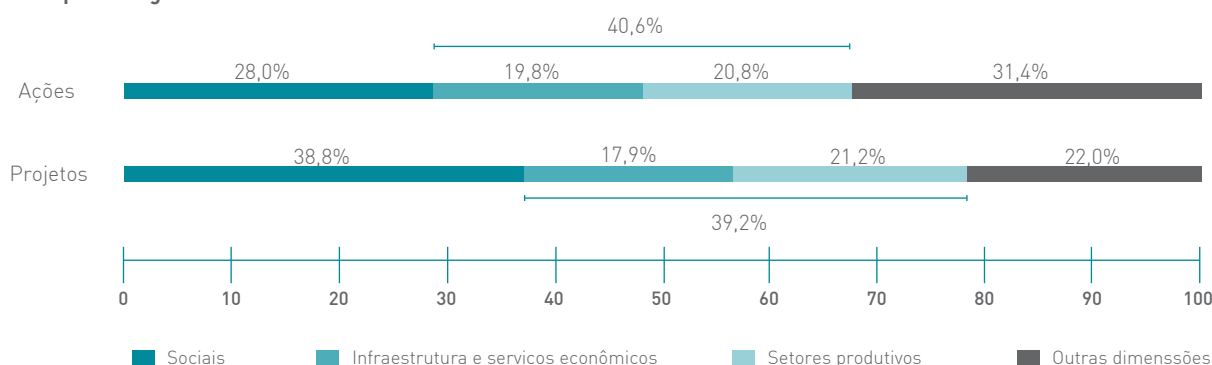
O exercício de desagregar a cooperação por setores contribui a desvelar quais são as capacidades mais fortes da região; uma informação que, unida ao conhecimento das capacidades e necessidades de cada país (sessão posterior) ajuda a orientar a toma de decisões sobre cooperação. Conforme isso e a estes efeitos, as Matrizes de oferta e recepção desagregaram-se por setores de atividade. As matrizes resultantes (Matrizes II.4, para projetos, nesta mesma sessão; e as Matrizes A.1, para ações, no anexo) apresentaram estes setores agrupados segundo as seguintes dimensões:

- Social* (Educação, Saúde, Habitação ou Água, entre outros);
- Econômica* (desmembrada por sua vez em *Infraestrutura e Serviços Econômicos*, para a criação de condições de funcionamento da economia; e *Setores produtivos*)
- Outra* (mais heterogênea, referida a aspetos tão diferentes como o Fortalecimento Institucional, a Cultura, o Género, o Meio Ambiente, ou a Prevenção de Desastres).

Assim e tal e como se observa nas Matrizes II.4 e no Gráfico II.2 elaborado a modo de resumo, a maioria dos projetos executados em 2009 (345, cerca do 40% do total), estiveram relacionados com atividades de tipo econômico: 187 com os Setores Produtivos; 158 com o desenvolvimento de Infraestruturas e Serviços Económicos. Muito cerca se situaram as atividades de carácter Social, as quais implicaram praticamente a outro 40% (342 projetos). Menor importância relativa tiveram os projetos classificados no âmbito de Outras dimensões de atividade que representaram o 22% dos 881 projetos finais.

Gráfico II.2 Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2009

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Mais especificamente e no âmbito das atividades econômicas, as relacionadas com os Setores Produtivos afetaram, fundamentalmente, ao setor agropecuário. Houve projetos para quase todas as fases da cadeia produtiva: apoios para os sistemas de regadio; avanços na geração e uso de biofertilizantes; projetos sobre melhoramento genético; e incluso assistências para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares. Ademais, inspecionaram-se projetos relacionados com o gado; a silvicultura e o processamento da madeira; o turismo; e, dentro da indústria, ao têxtil e aos processos de tratamento de suas matérias-primas. Especial relevância tiveram também os projetos dedicados à pesca e a piscicultura, de alto impacto sobre o desenvolvimento e a segurança alimentária das populações recetoras (Quadro II.4).

**Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral,
por setores de atividade. 2009**

Em unidades

II.4.A. Dimensão social

OFERTANTES		RECETORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXA	Bolívia																				
	Brasil	7		3	5	2	1	2			6	2	1	5		1	5	4	7	1	52
	Colômbia				3		4	2	4	2		1	4			2	3	5		1	31
	Cuba	13	7	2		4	3	11	4	6	2	5	3	9	5	2	7	7	5	47	142
	Equador																			2	2
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																			1	1
	Paraguai																				
	Peru																				
R. Dominicana																					
PRM-ALTA	Argentina	3	4		1		1			6											15
	Chile	1		1	1	1	2	6		1		1			3						17
	Costa Rica			1																	1
	México			1	2	3	4	3	1				3	4	8		1	5			35
	Panamá																				
	Uruguai																			1	1
	Venezuela	6	3		15	2	1	1		13	2		1						1		45
TOTAL		30	14	8	27	12	15	26	9	21	17	8	10	17	9	16	15	17	18	53	342

**Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral,
por setores de atividade. 2009 (continuação)**

II.4.B. Dimensão econômica. Infraestrutura e serviços econômicos.

OFERTANTES		RECETORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXA	Bolívia																				
	Brasil				5		2		1		2				1	2				2	15
	Colômbia				1		1	2	1		1			1		2					9
	Cuba																			14	14
	Equador																			4	4
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
	Paraguai				2																2
	Peru																				
R. Dominicana																					
PRM-ALTA	Argentina	2	2		4					3					1		1		1	14	
	Chile						1				2					2				5	
	Costa Rica				3															3	
	México					5		4				1								10	
	Panamá																				
	Uruguai																				
	Venezuela	19	3	1	52	1				3			3								82
TOTAL	21	5	6	62	6	3	7	1	4	4	2	6	1		4	4	1		21	158	

**Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral,
por setores de atividade. 2009 (continuação)**

II.4.C. Dimensão econômica. Setores produtivos.

OFERTANTES		RECETORES																TOTAL		
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México		Panamá	Uruguai
PRM-BAIXA	Bolívia																			
	Brasil	1			4	1	1		1	5	1		1		2		1	1	12	31
	Colômbia											1					1			2
	Cuba																1		35	36
	Equador																		7	7
	El Salvador																			
	Guatemala																			
	Honduras																			
	Nicarágua																			
	Paraguai																			
	Peru																			
R. Dominicana																				
PRM-ALTA	Argentina	2	2	7	6				1	5	2					1	1		8	35
	Chile	1			1		3									1	1			7
	Costa Rica															1				1
	México	2		1		2	4	5	2	1		1	2	1	1	6			1	29
	Panamá																			
	Uruguai										1					1				2
	Venezuela		1		25	1			7										3	37
TOTAL	6	3	8	36	4	4	9	2	10	10	5	3	2	1	8	4	5	5	62	187

**Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral,
por setores de atividade. 2009 (continuação)**

II.4.D. Outras dimensões.

OFERTANTES		RECETORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXA	Bolívia			1																1	
	Brasil	2		4		1	1			4	3	1	3		2			2		23	
	Colômbia	1			4		3	8	3	1		2	2		2	5	2	2		35	
	Cuba			3															10	13	
	Equador									1									1	2	
	El Salvador																				
	Guatemala			1																	1
	Honduras																				
	Nicarágua																				
	Paraguai																				
	Peru																				
R. Dominicana																					
PRM-ALTA	Argentina	5	2		3		2		1	4		2		2	3	1				25	
	Chile	1		1		1	8			1		2			4	7		1		26	
	Costa Rica			1																1	
	México	1		5	2	5	3	15	1	1		1	1	1	7	4		2	1	50	
	Panamá																				
	Uruguai														1				1	2	
	Venezuela		1		11				1					1		1				15	
TOTAL	10	3	16	20	7	7	33	4	4	10	6	8	4	8	15	16	5	6	12	194	

Segundo os critérios do Banco Mundial, os países se classificaram por níveis de renda: Média-Baixa (entre 936 e 3.705 dólares); Média-Alta (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Quadro II.4. Piscicultura e desenvolvimento em fronteira: o caso de Argentina e Paraguai

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) diferencia com clareza entre a pesca (atividade econômica que trata de sacar da água peixes e outros animais úteis ao homem) e a aquicultura (dedicada ao cultivo de espécies aquáticas vegetais e animais destinadas à produção tanto de alimentos como de matérias primas de uso industrial e farmacêutico). Quando a aquicultura afeta só aos peixes, a FAO fala de piscicultura, atividade à que qualifica como “o setor de produção de alimentos de crescimento mais acelerado” e da que diz que explica “quase o 50% dos produtos pesqueiros mundiais destinados à alimentação” (<http://www.fao.org/fi/glossary/aquaculture/default.asp>).

Tal e como se observa na tabela seguinte, em 2009 os países latino-americanos potenciaram numerosos projetos e ações ligados a este âmbito de atividade. Alguns, como os executados por Argentina e Venezuela no Panamá e Nicarágua relacionaram-se com a pesca artesanal. Algum outro, como o que executou Argentina também no Panamá, combinou questões relativas à pesca e a conservação dos mares com o fomento do turismo, tratando com isso de buscar uma atividade econômica complementar para os pescadores. Finalmente, o resto, participados como ofertantes pela Argentina, Chile, Cuba e México e como receptores pela Bolívia, Colômbia, Nicarágua e República Dominicana, estiveram orientados à capacitação e à transferência de técnicas e métodos de cultivo intensivo de peixes e outras espécies.

Projetos e ações relacionados com a pesca, a piscicultura e a aquicultura. 2009.

Ofertante	Receptor	Projeto/Ação	Nome	Duração
Argentina	Bolívia	Projeto	Apoio ao desenvolvimento da Piscicultura na Comunidade San Pablo Exiamas Província Abel Ituttalde do Departamento de La Paz	2 anos
Argentina	Nicarágua	Projeto	Formação de Formadores em artes de úteis de pesca artesanal	1 mês
Argentina	Panamá	Projeto	Desenvolvimento de artes e métodos de pesca artesanais e aproveitamento integral das capturas	1 mês
Argentina	Panamá	Projeto	Capacitação em biologia, conservação e uso sustentável de cetáceos e seminário oficina de capacitação a pescadores e operadores de turismo das comunidades do Arquipélago de Las Perlas	1 mês
Argentina	Paraguai	Projeto	Programa de Cooperação Técnica Transfronteiriça em Piscicultura	2 anos
Chile	Nicarágua	Ação	I Curso de Internacional “Atualização em Sistemas Produtivos em Aquicultura: Bases Científicas e Tecnológicas”	18 dias
Chile	Colômbia	Ação	Desenvolvimento da Aquicultura de Moluscos no Dpto.de Magdalena	n.d.
Cuba	R.Dominicana	Ação	Capacitação para a Produção Semi-intensiva em Lagoas e Tanques de Peixes e Camarões	n.d.
México	Bolívia	Projeto	Desenvolvimento e implementação do projeto de criação intensiva de peixes nativos da Amazônia	4 meses
Venezuela	Nicarágua	Projeto	Programa de apoio à Pesca artesanal	n.d.

n.d. Não Disponível **Fonte:** Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Por sua relação com a segurança alimentária e o desenvolvimento de comunidades fronteiriças, entre todos os projetos destacou especialmente o Programa de Cooperação Técnica Transfronteiriça em Piscicultura ou Programa CARPA, denominação esta última derivada tanto da espécie de peixe que cultiva como das iniciais dos países que participaram (Argentina e Paraguai). O projeto impulsionou a petição das autoridades paraguaias e aprovou-se no âmbito da primeira Comissão Mista entre ambos países. Nasceu com o objeto de promover o desenvolvimento econômico e social de dois municípios fronteiriços (o Departamento de Itapúa de Paraguai e o da província de Misiones de Argentina) através de uma aposta pela piscicultura.

Quadro II.4. Piscicultura e desenvolvimento em fronteira: o caso de Argentina e Paraguai (continuação)

Para sua execução foram selecionados um total de 50 produtores da zona. Identificaram-se também os terrenos nos que se podiam construir tanques para o cultivo das carpas. Escolheu-se esta espécie porque cumpria um duplo objetivo: são herbívoras e não requeriam de alimento muito equilibrado (o que reduzia os custos de produção), ao tempo que tinham um alto conteúdo proteico (o que permitiria melhorar a dieta da população). Uma vez satisfeito o autoconsumo, o objetivo último é comercializar o excedente produzido. A cooperação argentina atuou através da capacitação, o ditado de oficinas teórico-práticas sobre o cultivo de carpas, e o apoio à sementeira dos tanques, o cuidado dos peixes e sua posterior pesca.

Uma vez finalizado o projeto, as autoridades de ambos países qualificaram a experiência de bem-sucedida. Nesse sentido, conseguiu-se formar a técnicos locais que têm agora capacidade para formar a outros; construíram-se uns 78 tanques; aumentou-se a produção de carpa e melhorou-se a segurança alimentária dos habitantes da zona. O sucesso é tal que, depois de ter sido aplicado em 7 municípios, espera-se poder replicar a 6 novos municípios com a participação conjunta dos mesmos técnicos argentinos junto aos já formados no Paraguai.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; recursos digitais FAO-Pesca (<http://www.fao.org/fishery/es>)

Por sua parte, a cooperação relacionada com a criação de Infraestruturas e Serviços econômicos esteve muito centrada no desenvolvimento de fontes energéticas alternativas; na aplicação econômica de avanços científico tecnológico; e na transferência de métodos de trabalho, normas de qualidade ou sistemas de gestão das exportações que favoreceram uma inserção mais competitiva dos países nos mercados externos. Assim mesmo, teve vários projetos relacionados com a Formação e as Políticas de Emprego (Quadro II.5), questão esta última à que as economias latino-americanas prestaram estes anos especial atenção.

Quadro II.5. Formação Profissional e Políticas de Emprego

Segundo o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (CINTEFOR) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde meados da década passada as políticas públicas de emprego na América-Latina tiveram que dar uma importância crescente à formação profissional. Este interesse refletiu-se não só no aumento da oferta formativa se não também na incipiente organização de marcos e sistemas normativos e de certificação destas capacitações. O modelo de formação profissional que se foi desenvolvendo combinou seu tradicional espírito de inclusão social (especializado e dirigido a desempregados e grupos vulneráveis como mulheres, jovens ou maiores de 50 anos) com o do ajuste entre educação e necessidades do setor produtivo (mais geral e orientado a facilitar a inserção laboral de qualquer trabalhador).

Parte desta política traduziu-se, ademais, em um intercâmbio crescente de experiências entre as instituições pertinentes dos países latino-americanos. Em ocasiões, estes intercâmbios produziram-se entre os Ministérios do Trabalho, mas em muitas outras os atores implicados foram os institutos ou centros especializados na capacitação como são, entre outros, o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) da Colômbia, o Instituto Nacional de Aprendizagem (INA) da Costa Rica ou o Serviço Nacional de Promoção Profissional (SNPP) do Paraguai.

Ao longo do ano 2009, parte destes intercâmbios foram protagonizados pelo Equador e a Costa Rica:

- O Equador recebeu cooperação em matéria de emprego a distintos níveis:

Quadro II.5. Formação Profissional e Políticas de Emprego (continuação)

- A cooperação que brindou a Argentina esteve orientada a fortalecer o marco institucional e, em concreto, o funcionamento, objetivos e necessidades do Serviço Público de Emprego.
- Por sua parte, a assistência técnica que ofereceu o Peru esteve orientada à transferência de metodologias e marcos de atuação em temas de normalização, avaliação e certificação de competências ou aprendizagens adquiridos na experiência laboral.

Assim mesmo, o Equador marcou em um programa de colaboração mais amplo o intercâmbio de experiências com o Instituto Nacional de Capacitação e Educação Socialista (INCES) da Venezuela. Neste caso, a cooperação gozou de um alto nível de reciprocidade e ambos países fortaleceram mutuamente seus Centros de Formação enquanto intercambiavam cursos especializados em aspectos produtivos tão variados como a mecânica ou a gestão ambiental e de qualidade das indústrias lácteas.

- A Costa Rica participou da cooperação com outros países exercendo um duplo rol:
 - Como ofertante, o Instituto Nacional de Aprendizagem (INA) transferiu parte de suas fortalezas (sua experiência didática e de desenvolvimento curricular dos programas de capacitação) às instituições homólogas de Honduras, Panamá e Paraguai.
 - Como receptor, em 2009 as colaborações centraram-se com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil, cujo potencial tecnológico ajudou a cobrir uma das debilidades costa-riquenses, referida à constante necessidade de atualizar técnicas e capacidades sem necessidade de mudar ou substituir um equipamento que costuma ser custoso.

Fonte: SEGIB a partir da Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; recursos digitais PAO-Pesca (<http://www.fao.org/fishery/es>).

Em 2009 foi também um ano prolífico na execução de projetos sociais. Como em exercícios anteriores, Educação e Saúde acapararam uma boa parte desta cooperação. Na área educativa destacaram os processos para promover a educação a distância; os dedicados a orientar os programas curriculares; e os que ligaram educação com culturas nativas ou originárias. Por sua parte, os projetos executados no âmbito da Saúde abordaram temas também diversos como a desnutrição, o combate a AIDS, a saúde reprodutiva ou o desenvolvimento de sistemas de vigilância epidemiológica. Chamaram especialmente a atenção os projetos que acrescentaram esforços na luta contra doenças que afetam cada ano a milhares de pessoas na América Latina mais para as que de momento não existem vacinas, como são a dengue e a denominada Síndrome Pulmonar por Hantavirus (Quadro II.6).

Ainda no âmbito social registaram-se também outro tipo de projetos como os relacionados com a gestão e provisão de água potável ao maior volume possível da população: projetos de tratamento de águas residuais; de implementação de sistemas de informação para a identificação de águas subterrâneas; de potabilidade; ou de gestão de tarifas. Acrescentaram-se aos anteriores projetos vinculados a políticas sociais e de vivenda e, muito especialmente, à transferência de sistemas de diagnóstico do déficit habitacional.

Quadro II.6. A luta contra doenças transmitidas por vetores

Numerosas doenças com alta incidência nas regiões em desenvolvimento são doenças transmitidas por vetores. Neste sentido, os mosquitos atuam como vetores transmissores da febre amarela e do paludismo ou malária; os cachorros, da raiva; e as pulgas, da peste e dos tífos. A evolução destas está muito ligada ao nível de desenvolvimento relativo, pois a pobreza incide nelas em um duplo sentido: aumenta as populações de vetores e as opções de contágio aos humanos, enquanto reduz a capacidade destes para enfrentá-las e superá-las.

A particularidade destas doenças, sua localização as vezes também climática e geográfica (algumas delas formam parte das denominadas doenças tropicais), dão um valor especial às capacidades que alguns países em desenvolvimento desenvolveram para enfrentá-las, assim como à possibilidade de que as compartilham com outros através da Cooperação Sul-Sul. É o caso das colaborações estabelecidas entre vários países latino-americanos em seus combates contra a Síndrome Pulmonar do Hantavírus e a dengue, duas doenças cujos vetores de transmissões são, respectivamente, os roedores e os mosquitos.

O Hantavírus pode contrair-se ao respirar o aire contaminado com urina, excrementos ou saliva de um roedor. Pode manifestar-se através uma febre hemorrágica com síndrome renal (FHRS) ou de Síndrome Pulmonar por Hantavírus (SPHV). A primeira afecção costumam apresentar-se na Ásia e Europa, enquanto que a segunda se dá no continente americano (incluindo Estados Unidos, onde em 1993 surgiu o primeiro surto desta doença). Segundo a Organização Pan-americana da Saúde (OPS), os casos mais recentes (uns 1.500 no conjunto da América Latina) registraram-se na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Panamá, Paraguai e Uruguai. Apesar de que o número de afetados é relativamente menor, sua taxa de letalidade costuma ser muito elevada, superior ao 40%.

A dengue tem uma incidência muito maior. Transmitido através da picada d mosquito Aedes, ao longo de 2009 e sempre também segundo a OPS, registraram-se na América Latina mais de 830.000 casos, grande parte deles nos países do Cone Sul (quase 440.000), a América-Central e o México (uns 204.000), a Sub-região andina (cerca de 179.000) e no Caribe Hispano (uns 8.900). Frente ao Hantavírus, no obstante, a taxa de letalidade (ainda incluindo sua variante mais grave, a dengue hemorrágico) é menor e oscila entre 0,6% e um 11,4%, segundo país.

Neste marco e em 2009 registraram-se os seguintes projetos e ações de Cooperação Horizontal Bilateral:

- O Brasil executou no Panamá um projeto para fortalecer o combate do Hantavírus nas áreas rurais e de maior possibilidade de propagação. Através de um trabalho conjunto na erradicação das populações de transmissores, o projeto conseguiu neutralizar o impacto do vírus.
- O Equador articulou na Bolívia um conjunto de capacitações teóricas e práticas para que esta desenvolvesse capacidade de resposta própria frente aos surtos de dengue. Estas capacitações foram integrais e afetaram à vigilância epidemiológica, o controle de surtos, a participação comunitária e a coordenação interinstitucional, e o manejo clínico da dengue e da dengue hemorrágica.
- A cooperação de Cuba com a Venezuela centrou-se no desenvolvimento de uma vacina contra a dengue ademais de capacitar em técnicas de proteção endotelial em pacientes que contraíram o vírus.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; recursos digitais da Organização Mundial da Saúde (OMS) (<http://www.who.int/topics/dengue/es/>) e da Organização Pan-americana da Saúde (OPS).

Finalmente, a cooperação de 2009 afetou a outras dimensões de atividade. Uma grande parte desta relacionou-se com a gestão cultural, a preservação meio-ambiental e a gestão de áreas protegidas ou a prevenção de desastres (especialmente incêndios). Mas a maioria estiveram relacionados com outras duas questões: os Direitos Humanos e o Fortalecimento Institucional. Assim, teve projetos de antropologia forense para a identificação de desaparecidos nas ditaduras dos setenta e oitenta; e transferência de experiências para lutar contra o tráfico de pessoas, para erradicar o trabalho infantil ou para administrar de melhor forma possíveis os processos de migração massiva. Por sua parte, combinou-se a assistência a aspectos institucionais muito concretos de um país (criação de Serviços Postais ou dos próprios sistemas de cooperação -Quadro II.7-) com o fortalecimento de questões relativas à justiça e a segurança (apoios aos Ministérios de Justiça; criação de Defensorias públicas; e incluso formação de gendarmes e profissionais do exércitos e inteligência civil).

Quadro II.7. Fortalecendo a gestão da cooperação

Nos últimos anos os países latino-americanos estão fazendo um enorme esforço por melhorar os sistemas de gestão de sua cooperação. Estas melhoras aplicam-se a qualquer das modalidades de cooperação das que participam os países (Internacional, Sul-Sul e Triangular) e afetam a todas as ferramentas (por exemplo, aos sistemas de informação) que facilitem, entre outros objetivos, o planejamento estratégico, o estabelecimento de políticas públicas, ou a negociação, elaboração e avaliação de projetos.

Projetos e ações para o fortalecimento da Cooperação Internacional. 2009.

Ofertantes	Receptor	Projeto/ Ação	Nome	Duração
Chile	Costa Rica	Projeto	Intercâmbio de experiências no processo de gestão e articulação dos sistemas nacionais de cooperação internacional.	n.d.
Chile	Uruguai	Ação	Apoio ao Fortalecimento da Gestão de Cooperação	n.d.
Colômbia	Guatemala	Projeto	Fortalecimento de Capacidades Institucionais da SEGEPLAN para a formulação, execução, seguimento e avaliação da Estratégia Nacional de Cooperação Internacional.	2 anos
Colômbia	El Salvador	Projeto	Compartilhamento de Mapas de cooperação	Desde 2007
Colômbia	Uruguai	Projeto	Compartilhamento de Mapas de cooperação	Desde 2007
Equador	Costa Rica	Ação	Intercâmbio de Experiência na Gestão de Cooperação Internacional	n.d.
México	Costa Rica	Projeto	Conhecimento da experiência mexicana em política e gestão da cooperação internacional	6 meses

n.d. Não Disponível. **Fonte:** Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Como se observa na tabela anterior, no ano 2009 numerosos países intercambiaram experiências relacionadas com este âmbito. Em geral, estes intercâmbios facilitaram que países como a Costa Rica ou a Guatemala conhecessem as experiências do Chile, Colômbia, Equador ou México na articulação e tratamento de seus sistemas nacionais de cooperação. Outras ações e projetos permitiram, por sua parte, que países como El Salvador e Uruguai combinassem estas mesmas aprendizagens (em fases mais avançadas) com a melhora de seus sistemas de informação e, em concreto, de ferramentas de visibilidade como o Mapa da Cooperação da Colômbia.

Cabe destacar aqui o esforço que nesta mesma direção está realizando o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Neste sentido, está previsto que, para o ano 2010, parte dos intercâmbios bilaterais que possam produzir-se neste âmbito, desenvolvam-se com o apoio do Programa.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Perfil regional de capacidades e necessidades

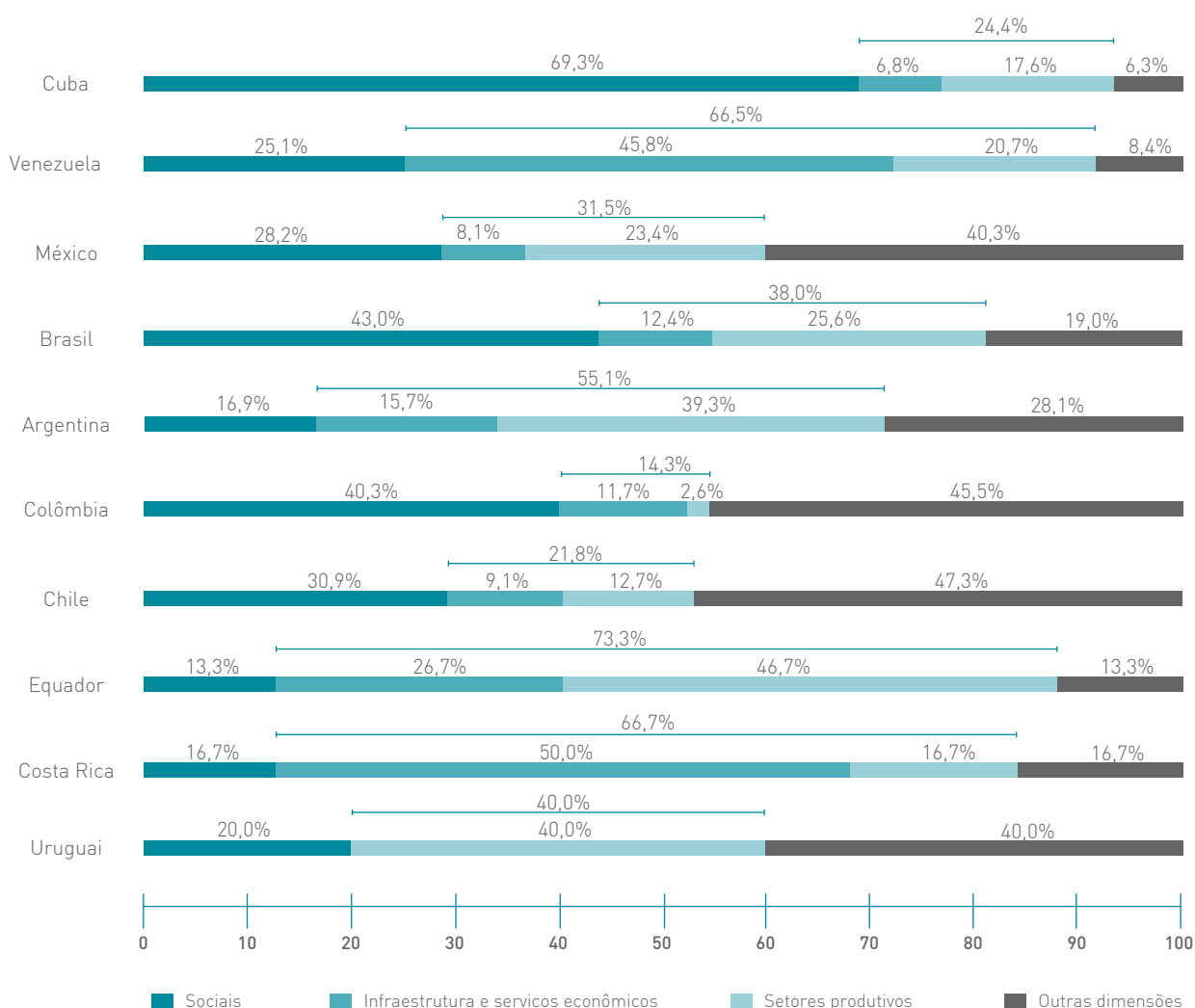
Os Gráficos II.3.A e II.3.B mostram a participação relativa das distintas dimensões de atividade sobre o total de projetos oferecidos ou recebidos por cada país, respectivamente. O resultado é uma visualização rápida do perfil de capacidades e necessidades da região; um perfil que orienta aos países em uma gestão cada vez mais eficaz dos fluxos de cooperação.

Assim e iniciando a análise desde o lado das capacidades, Cuba (primeiro ofertante) baseou sua cooperação na transferência de suas melhores experiências no âmbito social. Tal e como se observa no Quadro II.8, esta cooperação (quase um 70% da que finalmente ofereceu) teve dois grandes traços: em primeiro lugar, centrou-se, sobre tudo, em Saúde e Educação; em segundo lugar, articulou-se através de Programas⁷ Setoriais, de longa duração e com execução simultânea em vários países. Isto permite entender que em 2009 todos os países (com a exceção da Costa Rica) beneficiaram-se de ao menos 2 programas sociais de origem cubana.

Gráfico II.3. Perfil setorial dos projetos de cooperação, segundo país e rol. 2009

Em porcentagem

II.3.A. Ofertantes



Nota: No caso dos ofertantes e com o objeto de que as porcentagens foram significativas, a participação dos setores sobre o total de projetos só se calculou para os países que ofereceram um mínimo de 5 projetos.

Gráfico II.3. Perfil setorial dos projetos de cooperação, segundo país e rol. 2009 (continuação)

II.3.B. Receptores



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Quadro II.8. Cuba e seus Programas de Cooperação Social

No ano 2007 (último para o que há dados disponíveis), Cuba ocupava a 51ª posição na classificação dos países segundo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador que combina informação referida ao Produto Interior Bruto (PIB) per-cápita, a taxa de matrícula e de alfabetização, assim como a esperança de vida. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se a classificação mundial tivesse estabelecido levando em conta só o PIB/cápita, Cuba estaria 44 posições a baixo, o que indica que uma parte importante do desenvolvimento cubano baseia-se nos êxitos sociais alcançados em saúde e educação.

Uma prática habitual da cooperação cubana desde princípios dos sessenta foi a exportação destes êxitos sociais a outros países da região. A réplica do realizado em Cuba fez-se de maneira programática e com atuações setoriais de longo prazo. Os Programas de Cooperação resultantes aplicaram-se simultaneamente em distintos países, buscando iguais objetivos mas adaptando-os à realidade local.

Principais Programas Sociais da Cooperação cubana. 2009

Setor atividade	Programa	Receptor																	
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Uruguai	Venezuela
Educação	Programa Alfabetização "Yo Sí Puedo"	■	■	■		■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Programa para bolsistas estrangeiros	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Saúde	Programa Integral de Saúde		■							■	■		■			■			■
	Genética (tratamento a deficientes)		■						■										■
	Operação Milagre (operações oftalmológicas)	■	■						■	■	■		■		■	■		■	■

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

A tabela superior mostra alguns dos Programas de Cooperação Social mais destacados em 2009. Como se observa, todos os países da região, a exceção da Costa Rica, beneficiaram-se de alguns deles. Tratou-se de dois programas educativos (o "Yo Sí Puedo" de alfabetização e o de concessão de bolsas a estudantes estrangeiros) e de três pertencentes ao âmbito da saúde (o Programa Integral dedicado à prestação de serviços de saúde em zonas rurais assim como à formação de seus profissionais; o de Genética para a identificação e adequado tratamento de pessoas com deficiências e a "Operação Milagre", para a cirurgia oftalmológica de população com escassos recursos).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; PNUD (2009).

Na mesma linha atuou o Brasil, quarto ofertante da região. O 43% de sua cooperação esteve orientada a cobrir todo tipo de necessidades sociais; e uma grande parte desta articulou-se, também, através de Programas. Assim, é fácil encontrar projetos executados simultaneamente em vários países, caso dos impulsionados através dos Programas de Bancos de Leite Humano (Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai e Uruguai); de Implementação de sistemas para a identificação de águas subterrâneas (Argentina, Cuba e México); e de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde (Panamá e Paraguai).

Enquanto isso, a Venezuela e a Argentina (segundo e quinto país com maior volume de projetos oferecidos), mostraram um perfil mais centrado no econômico. Em ambos casos, ademais, a cooperação teve muito que ver com suas respectivas fortalezas: a energia, para a Venezuela; a agropecuária, para a Argentina. De fato, a maior parte do executado pelo país andino orientou-se ao fortalecimento do setor energético. Teve também, no obstante, numerosos projetos destinados a fortalecer o sistema produtivo e industrial dos receptores. Por sua parte e tal e como se observa na Tabela II.1, a Argentina potenciou os projetos agropecuários em todas suas dimensões (terras, melhoramento genético, pecuária, desenvolvimento de plantas agroindustriais e segurança alimentária, entre outros).

Tabela II.1. Projetos executados pela Argentina no setor agropecuário. 2009

Receptor	Projeto	Duração
Bolívia	Organização funcionamento da associação de produtores e regantes do projeto San Jacinto e áreas de influência	Desde julho de 2007
Bolívia	Assessoramento técnico no processo de trabalho no Matadouro Municipal de Achachicala	2 anos
Brasil	Transferência de Cultivares e Técnicas para o Melhoramento de Batatas	Desde novembro de 2009
Colômbia	Intercâmbio de experiências no desenvolvimento e realização de programas de segurança alimentária e nutricional para a população em condições de vulnerabilidade	1 ano
Colômbia	Intercâmbio sobre Desenvolvimento Tecnológico do Algodoeiro	1 ano e 10 meses
Colômbia	Produção de espécies forrageiras tropicais	1 ano e 10 meses
Colômbia	Projeto de cooperação para o fortalecimento institucional do Ministério de Agricultura na gestão dos riscos do setor agropecuário ante eventos adversos de tipo climático	n.d.
Cuba	Intercâmbio de tecnologia do cultivo de batata	2009-2011
Cuba	Expressão de genes sintéticos com aplicação na obtenção de vacinas veterinárias	2009-2011
Cuba	Huanglonbing, sintomatologia segundo espécies, avanços em técnicas moleculares de detenção e estudos sobre seu vetor <i>Diaphorina citri</i>	2009-2011
Cuba	Organização da Agricultura Urbana e Segurança Alimentária	2009-2011
Cuba	Estudo de Biodiversidade do Gado <i>Criollo</i> Cubano e comparação com outras raças <i>criollas</i> americanas, através de marcadores moleculares autossômicos, do ADN mitocondrial e do cromosoma Y	2009-2010
Cuba	Estatística Aplicada às Ciências Agropecuárias (II)	21 dias
Cuba	Avaliação de riscos em lugares húmidos	1 ano e 2 meses
Guatemala	Segurança Alimentária sustentável nos departamentos de Alta e Baixa Verapaz	2009-2012
México	Valoração de raças autóctonas de gado produtor de fibra e dos sistemas tradicionais de cria em Chiapas (México) e Neuquén (Argentina)	18 dias
Paraguai	Produção de Hortaliças e frutas com ênfase em Boas Práticas Agrícolas e de Manufatura	Desde 2009
Paraguai	Implementação da norma ISO 6888 (Parte 1 e 2) para a detecção e tipificação de <i>Stafilococcus Aureus</i> em queijos artesanais	Desde 2009
Peru	Educação Produtiva Agro alimentária local nas Redes Educativas Rurais, II III Etapa.	28 dias
Peru	Desenvolvimento e implementação da produção de queijos com leite de gado ovino	1 ano
Venezuela	Desenvolvimento integral da produção leiteira	2008-2009
Venezuela	Programa de melhoramento genético do rebanho bovino	2007-2009
Venezuela	Subministro de plantas agroindustriais, veículos e equipamentos viais	2005-2009
Venezuela	Recuperação e realização da planta frutícola em Caripe	2007-2009
Venezuela	Desenho e Instalação de laboratórios de produção e investigação de batata e laboratórios de biotecnologias reprodutivas para a melhora produtiva da pecuária	2007-2009
Venezuela	Reabilitação de dois (2) frigoríficos / matadouros	2008-2009

N.d. Não Disponível. **Fonte:** SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Ainda desde o lado das capacidades, os outros três países que mostraram certa concentração de projetos no âmbito econômico foram o Equador, Costa Rica e Uruguai. Ao tratar-se, no obstante, de três países com um número menor de projetos oferecidos (entre 5 e 15) seu perfil não teve uma definição tão clara como nos casos anteriores. Cabe destacar no entanto o acontecido no caso costa-riquense, país que participou em numerosos intercâmbios de cooperação na área da geração e o subministro de energia (Quadro II.9).

Quadro II.9. Costa Rica e a cooperação ligada à geração e subministro de eletricidade

No transcurso das últimas décadas, a Costa Rica realizou um enorme esforço para alcançar um duplo objetivo: eletrificar o país e fazê-lo além disso do modo ecologicamente mais sustentável. Neste sentido e segundo dados do Instituto Costa-riquense de Eletricidade (INE), a princípios dos oitenta apenas o 70% do território nacional gozava de subministro elétrico; em 2007, esta porcentagem tinha-se elevado até o 98%. Assim -mesmo e também em 2007, o 90% da energia elétrica gerada no país tinha sua origem em fontes de recursos renováveis: o 74% era hidráulica, o 15% geotérmica e um 1% eólica, frente a apenas um 10% de origem térmico.

A experiência que a Costa Rica desenvolveu no âmbito da energia renovável explica parte da cooperação na que participou junto a outros países. Assim e tal e como sugeriram as tabelas seguintes, em 2009 este país centro-americano transferiu a Colômbia parte de sua expertise no uso energético da biomassa e a geotermia, assim como no desenvolvimento, operação e manutenção de parques eólicos. Ao mesmo tempo, reforçou sua experiência conhecendo mais de perto o modo em que a Colômbia administrava um projeto hidroelétrico e explorando, junto ao Brasil, a produção de novas fontes alternativas de produção de biocombustível

Cooperação participada pela Costa Rica no âmbito elétrico. 2009

A. No rol de ofertante

Receptor	Projeto/ Ação	Nome	Duração
Colômbia	Projeto	Assessoria e capacitação em estudos de exploração e avaliação de recursos de biomassas para seu uso energético	1 ano
Colômbia	Projeto	Assessoria e capacitação em estudos de exploração e avaliação de recursos geotérmicos para seu uso energético	1 ano
Colômbia	Projeto	Assessoria e capacitação em processos exitosos no desenvolvimento, operação e manutenção de parques eólicos.	1 ano

B. No rol de receptor

Ofertantes	Projeto/ Ação	Nome	Duração
Brasil	Projeto	Acreditação de Laboratório Químico da Área de Controle de Azeites do Centro de Serviços - LIMAT	2 anos
Brasil	Projeto	Alternativas de Produção de Biocombustível	3 anos
Brasil	Ação	Gestão para a manutenção de centrais elétricas	n.d.
Colômbia	Projeto	Desenvolvimento de sistemas de informação e administração de mercados maioristas de eletricidade	n.d.
Colômbia	Ação	Assessoria técnica EPM ao ICE para o desenvolvimento de projetos hidroelétricos Diquis- Reventazón	n.d.
Colômbia	Ação	Implementação de sistemas de informação com ênfase no mercado elétrico regional	5 dias
Colômbia	Ação	Melhoramento e reestruturação integral dos processos de financiamento via tarifas.	n.d.
Colômbia	Ação	Implementação de um sistema de controle interno em uma empresa elétrica.	5 dias
Colômbia	Ação	Práticas modernas de manutenção	10 dias

Quadro II.9. Costa Rica e a cooperação ligada à geração e subministro de eletricidade (continuação)

O resto da cooperação participada pela Costa Rica neste âmbito orientou-se a preparar a sua empresa pública de eletricidade a operar em um mercado aberto, uma possibilidade esta que leva três anos debatendo-se. Neste sentido, a Costa Rica aproximou-se às experiências colombiana e brasileira em manutenção e gestão das centrais, subestações e linhas de transmissão de suas respectivas empresas públicas, assim como aos processos de desenho e implementação de sistemas de tarifas e de controle externo. O objetivo é que uma possível abertura do mercado garanta que a empresa pública de eletricidade costa-riquense siga operando de modo mais eficiente possível mas sem que isso atue em detrimento do cumprimento dos objetivos sociais para os que foi concebida. De fato, uma grande referência para isso foi a empresa FURNAS de Brasil, de caráter público, dependente da Electrobras, que atende ao 51% da demanda elétrica nacional e que desde uns 5 anos opera como um agente mais no mercado elétrico conciliando com êxito seus objetivos econômicos e sociais.

Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; entrevista e documentação de projetos do Instituto Costa-riquense de Eletricidade (ICE).

Finalmente, os outros três ofertantes mais importantes (Chile, Colômbia e México) localizaram-se entre o 40 e o 50% de sua cooperação no marco das Outras dimensões de atividade. Tratou-se fundamentalmente de projetos destinados à Cultura, o Gênero, o Meio Ambiente e a Prevenção de desastres mas, também, ao fortalecimento da gestão e das instituições públicas, com especial relevância na Justiça e na Segurança. Teve além disso numerosos projetos orientados ao fortalecimento das capacidades estatísticas dos receptores, fortalecimento este no que o México jogou um papel especialmente relevante (Tabela II.2).

Tabela II.2. Projetos e ações relacionados com o levantamento e processamento de dados. 2009

Ofertante	Receptor	Projeto/ Ação	Nome	Duração
Argentina	Brasil	Projeto	Negociação Coletiva: Gestão e Sistematização de Dados.	9 meses
Cuba	Equador	Ação	Oficina "Manejo da base de dados de pessoas com deficiência resultado da Missão Solidária Manuela Espejo	2 dias
Cuba	Venezuela	Projeto	Processamento e análise dos dados do segundo estudo nacional de crescimento e desenvolvimento humano da população da República Bolivariana de Venezuela (Senacredh 2007-2011)	5 anos
México	Argentina	Projeto	Estatística de comércio exterior por entidade federativa	5 meses
México	El Salvador	Projeto	Organização e manejo de sistemas de informação de estatísticas agropecuárias	4 meses
México	Colômbia	Projeto	Organização e manejo de sistemas de informação de estatísticas vitais e de saúde	n.d.
México	El Salvador	Ação	Desenho, Levantamento e Análise de Pesquisa	10 dias
México	Panamá	Ação	Estágios e/ou curso sobre estatística vitais e registro civil	n.d.

n.d. Não Disponível. **Fonte:** SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Desde a perspectiva das necessidades, a análise das proporções que os setores de atividade tiveram sobre o total dos projetos recebidos (Gráfico II.3.B) expõe quê:

- só os dois primeiros receptores (Venezuela e Cuba), concentraram sua cooperação na recepção de projetos econômicos (56% e 67%, respectivamente);
- unicamente três países, Colômbia, Guatemala e México, apresentaram uma maioria de projetos (entorno ao 40%) classificados em Outras dimensões;
- o desafio de países recebeu majoritariamente projetos de caráter social, com participações relativas que oscilaram entre o 37-38% da Costa Rica, Peru e República Dominicana e o 60-70% da Argentina, Panamá e Uruguai.

Mais especificamente:

- Os projetos econômicos destinados a Venezuela englobaram aspectos de muito distinta índole: fortalecimento da agricultura, a pecuária à pesca, desenvolvimento de encadeamentos produtivos, avanços na geração de fontes de energia renováveis, aplicações econômicas da Ciência e a Tecnologia, formação profissional e emprego, entre outros. Enquanto, Cuba combinou a recepção de projetos no âmbito agrícola e da segurança alimentária com o reforço de suas infraestruturas, sobre tudo em energia, transporte e comunicações.
- Colômbia e México receberam numerosos projetos nas áreas da Cultura, na Prevenção de desastres, na Gestão ambiental e no fortalecimento da Gestão pública. A Guatemala compartilhou este perfil ainda com diferenças, pois o apoio recebido em termos de Fortalecimento institucional esteve muito centrado em questões de Paz, Direitos Humanos, Justiça e Segurança.
- Entre os países com maior recepção de projetos sociais, destacaram El Salvador, Honduras e Nicarágua (mais de 50%). Os três países receberam projetos educativos que englobaram desde a alfabetização até o apoio aos programas curriculares de educação superior, enquanto os dedicados à saúde destinaram-se também a aspectos diversos: atenção médica, prevenção, tratamento integral ou investigação. Em muitos casos, ademais, destacou a atenção prestada a determinados grupos sociais: população surda, deficiente, crianças e famílias em condições de especial vulnerabilidade, entre outros.

Custe e valor econômico da cooperação técnica

O exercício de diferenciar projetos e ações foi um passo a mais na intenção de ajustar os resultados deste Informe à dimensão real da cooperação. Nesta mesma intenção, ademais, e no âmbito tanto das reuniões de Responsáveis de Cooperação como do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, os países impulsionaram outro debate importante: o que afeta à *valorização* da cooperação técnica.

Em efeito, dar-lhe um valor econômico aos projetos e ações de cooperação é um modo de homogeneizar seus conteúdos e de fazê-los comparáveis em tempo e espaço. Mas a designação numérica de um valor não é nem muito menos imediata, pois a *valorização* econômica da cooperação topa com vários obstáculos. De fato e tal e como se desprende das conclusões do Seminário-Oficina de Cartagena de Indias (Colômbia) de julho de 2010:⁸

- a) Ainda que exista consenso sobre do que conceitualmente significa essa *valorização*, ainda não se diferenciam com nitidez nem seus componentes nem seu método de cômputo,
- b) Em consequência, não existe ainda um mecanismo homogêneo de coleta dos dados necessários para efetuar esta *valorização*, de fato, as plataformas de informação de que dispõem os países para recolher dados econômicos limitam-se, de momento e com a única exceção do México, a aspectos referentes aos custos.

Do anterior desprende-se a necessidade de avançar em uma dupla direção: por um lado, à uma definição mais concreta do valor econômico da cooperação, por outro, à dotação aos países de sistemas de informação com capacidade para capturar estes valores.

O debate está inconcluso, mas ao longo deste ano obteve-se certos resultados em quatro questões:

- 1) A definição de *valor econômico* e sua diferenciação respeito do *custo econômico*,
- 2) A recopilação de informação referida ao *custo econômico* da cooperação,
- 3) O fortalecimento de mecanismos para a compartimentação desse custo,
- 4) A obtenção de uma primeira fórmula (mexicana) para estimar o *valor econômico*.

Em primeiro lugar pois, avançou-se em uma definição de *valor econômico* que o mostrará como algo distinto e que vai mais além do *custo econômico*. Em concreto, assumiu-se que:

- O custo econômico corresponde-se com a soma dos gastos em que se incorre para executar a cooperação (operativos, de financiamento de atividades complementarias, de transporte, viáticos, hospedagem,...).
- O *valor econômico* obtém-se ao somar a esse *custo econômico*, o *valor* designado aos recursos técnicos e profissionais mobilizados para executar esta cooperação.

Por outro lado, alguns países avançaram na recopilação de dados econômicos. Como se observa na Tabela II.4 e dado que o custo da Cooperação Sul-Sul costuma ser compartilhado, o Brasil reportou tanto o custo econômico da cooperação na que exerceu de ofertante, como a parte deste custo (quase o 54%) assumida por ele. Por sua parte, a Argentina, Chile e Colômbia reportaram diretamente a parte de custo assumido.⁹

Tabela II.3. Custo Econômico da Cooperação, segundo país. 2009

País	Rol	Projetos declarados (unidades)	CustoEconômico Total (dólares)	Custo assumido (dólares)	Financiamento/Custo (porcentagem)
Brasil	Oferente	100	16.520.433	8.904.244	53,9
Chile	Ofertante	26	---	2.506.652	---
Argentina	Ofertante	90	---	782.040	---
Colômbia	Ofertante	86	---	273.911	---

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Em terceiro lugar, consolidou-se a fórmula de cofinanciamento dos custos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Entre os instrumentos idealizados para facilitar os custos compartilhados, seguiu destacando o Fundo México-Chile, dotado de um orçamento anual de 2 milhões de dólares contribuídos em partes iguais por ambos países (Quadro II.10).

Finalmente, o México compartilhou com o resto de países os avanços que realizou ao longo de 2009 em termos de desenho e aplicação tanto de seu Sistema de Informação sobre Cooperação Internacional (SIMEXCID), como da fórmula de cômputo do *valor econômico* de sua Cooperação Técnica. Seus interessantes resultados expõem-se no Quadro II.1. Destacar, no obstante, os resultados obtidos em termos de valor e de custo econômico da cooperação que executou na região: mais de 100 projetos, nos que gastou 4 milhões de dólares mas cujo valor ascendeu a cerca de 16 milhões.

Quadro II.10. O Fundo México-Chile para o financiamento da Cooperação Sul-Sul

O Fundo Conjunto de Cooperação México-Chile constitui um relevante exemplo de intercâmbio e cofinanciamento de experiências de Cooperação Sul-Sul. Nascido em janeiro de 2006 no âmbito da assinatura do Acordo bilateral de Associação Estratégica (AAE), foi concebido como instrumento para fortalecer a cooperação entre ambos países através do desenvolvimento e cofinanciamento de projetos conjuntos em âmbitos de interesse comum.

Sua articulação dotou-se de:

- a) Um orçamento anual de 2 milhões de dólares, assumido a partes iguais pelos dois países.
- b) Um conjunto de instrumentos para sustentar aos entes responsáveis da administração e gestão do Fundo. Conforme a isso:
 - Constituiu-se uma Comissão de Cooperação e a dotou-se de um Regulamento;
 - Estabeleceram-se as Bases de Operação do Fundo Conjunto;
 - Configuraram-se distintas ferramentas para a apresentação, monitoramento e seguimento dos projetos, tais como convocatória e formatos para projetos, informes por atividade, informe final e de seguimento financeiro, entre outros.

De seus três primeiros anos de funcionamento destacam os seguintes resultados:

- a) A execução conjunta de 22 projetos de grande importância para ambos países nos seguintes âmbitos de atividade: justiça penal, meios de comunicação, cultura, desenvolvimento social, educação, desenvolvimento econômico e segurança pública.
- b) Um renovado impulso às relações bilaterais entre o México e o Chile.
- c) O trabalho conjunto e a comunicação habitual permitiram ademais, conjugar posições em diversos foros e reuniões internacionais vinculadas com a Eficácia da Ajuda e com a nova arquitetura da Cooperação Internacional.

Fonte: Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI)

Quadro II.11. SIMEXCID e o Valor Econômico da Cooperação Técnica e Científica do México

Em março de 2010 o Governo mexicano lançou SIMEXCID, o Sistema de Informação do México sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (<http://simexcid.sre.gob.mx/>). Trata-se de uma plataforma tecnológica que registra toda a cooperação internacional que se executa no interior e para o exterior do país e da que participa ao menos uma instituição nacional. O registro inclui distintas modalidades de cooperação (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul –técnica- e Cooperação Triangular), cada uma nos rols que o México lhe correspondam (ofertante ou receptor).

Uma das novidades que oferece este sistema é que, no caso da Cooperação Técnica e Científica, não se limita a oferecer informação geral de cada um dos projetos (duração; fase de execução; setor de atividade; técnicos participantes;...) se não que acrescenta um dado muito particular: o referido a seu valor econômico.

Em efeito, ao longo de todo o ano 2009, o México esteve trabalhando no desenho de uma fórmula para estimar o valor econômico de sua Cooperação Técnica e Científica. Esta fórmula foi concebida para avançar na estimação do "custo real" da Cooperação Técnica: um valor que fosse mais além dos custos administrativos (transporte, viáticos ou hospedagem, entre outros) e que acrescentaram a estes o custo que tem para a Administração Pública mexicana que seus técnicos e profissionais participem em projetos e ações de cooperação.

Cuadro II.11. SIMEXCID e o Valor Econômico da Cooperação Técnica e Científica do México (continuação)

A continuação expõe-se esta fórmula. Dado que o mais relevante é conhecer os critérios utilizados, a fórmula expõe-se de um modo simples e só a efeitos de ilustrar que tipo de elementos podem servir na hora de realizar uma valorização econômica de qualquer modalidade de Cooperação Técnica. Neste sentido:

Valor Total da Cooperação Técnica e Científica = Custos Variáveis (CV) + Custos Fixos (CF), onde:

- Custos Variáveis (CV) = $X * (1+A) * H * (1+E) + T + G$. Para obtê-los levaram-se em conta:
 - O "valor" do cooperante (técnico, profissional, funcionário...). Para cada um dos cooperantes principais estimou-se:
 - X. O custo médio de cada uma das horas de trabalho do técnico principal. Tomou-se como referência a escala salarial da Administração Pública do México; e considerou-se que um mês de salário se correspondia com a remuneração de 20 dias laborais e uma média de 8 horas ao dia.
 - H. O total das horas trabalhadas.
 - A. Um custo fixo para o ajudante do técnico principal.
 - E. Um coeficiente de ponderação do salário médio utilizado em função da experiência profissional acumulada, a raiz dos anos de experiência.
 - Somaram-se os gastos de transporte (T) e os de atividade (G) (viáticos, hospedagem, administração, papelaria...)
- Custos Fixos (CF). Assumiu-se um conjunto de gastos operativos (papelaria, luz, água, telefone, outros...) inerentes a qualquer atividade. Para o caso da Cooperação Técnica e Científica, estimou-se em um 12% do valor total a que ascenderam os Custos variáveis da atividade.

Ao aplicá-la obtém-se, por exemplo, a seguinte tabela, onde se distingue entre o custo e ao valor econômico da Cooperação Técnica (ou Horizontal Sul-Sul Bilateral) que o México ofereceu a outros países da região em 2009. Como se observa nesta e segundo as próprias estimativas mexicanas, para executar os correspondentes projetos, o México gastou em 2009 uns 4 milhões de dólares em transporte, viáticos outros gastos de índole similar. Mas se a este gasto efetivo se soma o "valor" correspondente ao trabalho e a experiência ofertada por seus técnicos, o valor econômico final destes projetos é muito superior, equivalente aos 16 milhões de dólares. De fato, e segundo desprende-se da última coluna, o custo representaria só um 25% do valor final.

Custo e valor econômico da Cooperação Técnica e Científica do México. 2009

Custo e valor, em dólares; Custo/Valor, em porcentagem

	Custo	Valorizado	Valor Econômico	Custo/Valor
Chile	817.219	3.461.358	4.278.577	19,1
Costa Rica	1.144.804	2.844.067	3.988.870	28,7
Guatemala	316.458	1.193.231	1.509.689	21,0
El Salvador	270.537	820.473	1.091.011	24,8
Bolívia	492.573	544.752	1.037.325	47,5
Colômbia	168.921	629.660	798.580	21,2
Equador	212.314	686.664	898.978	23,6
Uruguai	119.137	530.037	649.174	18,4
Cuba	184.129	276.872	461.001	39,9
Honduras	56.080	260.635	316.715	17,7
Argentina	81.800	185.203	267.002	30,6
Panamá	50.648	185.730	236.378	21,4
Nicarágua	30.686	155.979	186.665	16,4
R. Dominicana	59.645	86.940	146.585	40,7
Peru	27.071	68.640	95.711	28,3
Total	4.032.021	11.930.240	15.962.260	25,3

Nota: O Custo se corresponde com os gastos assumidos para o desenvolvimento da atividade (T+G); o valorizado, com o valor designado ao cooperante [$X * (1+A) * H * (1+E)$], mais os custos derivados dos gastos operativos (CF).; o Valor Econômico resulta da soma de ambas. Fonte: SEGIB a partir da Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria de Relações Externas do México

Fonte: Direção Geral de Cooperação Técnica Científica da Secretaria de Relações Externas do México

Ajuda Humanitária e de Emergência

Ainda que no existe um claro consenso sobre o conteúdo dos termos Ajuda Humanitária e de Emergência (Abrisketa e Pérez de Armiño, 2000), no caso específico ibero-americano estes conceitos referem-se “às ajudas (em espécie, financeiras e técnicas) destinadas a um país que acaba de sofrer uma catástrofe de origem natural (terremotos, furacões, ciclones, chuvas torrenciais, entre outros) para com isso facilitar o restabelecimento dos serviços essenciais e a volta a condições de vida normais” (SEGIB, 2009).

Conforme a esta conceitualização, a Tabela II.4 recolhe as intervenções mais destacadas de Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina em 2009. Trata-se de ações nas que tanto o país que necessitou a assistência como o que a prestou, é latino-americano. Neste sentido, a tabela ordena cronologicamente as principais emergências às que teve que fazer frente a região, assim como o tipo de resposta obtida.¹⁰

Sua observação da ideia, em primeiro lugar, da natureza das emergências a enfrentar:

- 1) Em janeiro um terremoto de 6,1 graus na escala Richter sacudiu a Costa Rica. Os danos (estimados em 500 milhões de dólares) agravaram-se pelas chuvas e os deslizamentos de terra. A cifra de danificados ascendeu a mais de 125.000.¹¹
- 2) Em fevereiro a emergência afetou a Guatemala. Iniciou-se ali um incêndio que arrasou o denominado *Cerro de Pecul*. O fogo ardeu durante mais de um mês, arrasando uns 350 hectares de bosque (mais de 350 campos de futebol).¹²
- 3) Entre março e julho concentraram-se as alertas sanitárias por surtos de epidemia: dengue, na Argentina e Bolívia, gripe AH1N1 em toda a região, com o México como primeiro país com casos detectados (abril) e a Nicarágua como o último (junho).
- 4) Setembro registrou, por um lado, um inusual tornado na província de Missões na Argentina, e por outro lado, a prolongação de uma longa seca na Guatemala, cujos danos sobre as colheitas e os alimentos (sobre tudo de milho e feijão) agravaram os problemas de fome e desnutrição de 300.000 famílias de sete províncias do país (as que formam o denominado “Corredor Seco”).¹³
- 5) Já em novembro outra seca, prolongada também durante mais de 11 meses, devastou a produção agrícola e pecuária do Paraguai. Os danos em termos de segurança alimentária afetaram a 5 departamentos do país.
- 6) Tormentas tropicais e furações produziram seus impactos mais fortes em outubro e novembro e nas regiões da América-Central e no Caribe. Assim, uma depressão tropical e suas consequentes inundações agravaram a situação da Guatemala, enquanto o Furação IDA, com ventos de 124 quilómetros por hora, sacudiu em novembro à região central, e com especial intensidade a Guatemala, Nicarágua e El Salvador.

Tabela II.4. Principais operações de Ajuda Humanitária e de Emergência. 2009

Mês	Tipo de emergência	País afetado	País que assiste	Tipo de ajuda		
				Financeira	Em espécie	Técnica
01	Terremoto de Cinchona	Costa Rica	Brasil	100.000 \$ para a aquisição de equipamentos de comunicação de alerta antecipado e monitoramento sísmológico		
			Chile		14 toneladas de leite em pó	
			Colômbia	14.950 \$US		Aeronave e efetivos para resgate
			El Salvador		1.000 cochonetes e 1.000 mantas	
			Honduras		3.000 lâminas de zinco, 300 cochonetes, 30 barracas	
			México	25.000 \$US		
02	Incêndio de Cerro Pecul	Guatemala	México			2 helicópteros para sufocar fogo
03	Epidemia de dengue	Argentina	Paraguai			Equipamentos para o combate ao mosquito da dengue, 15 fumigadores pesados
		Bolívia	Argentina		100.000 unidades de medicamentos	
			Brasil	100.000 \$ ao Fundo Central de Respostas a Emergências (CERF) das Nações Unidas	10,7 toneladas de substâncias para repelir mosquitos, por 120.000 \$	Transferência de tecnologia para produção local de repelentes, por 1.749\$
			Colômbia		4,3 toneladas de elementos médicos e sanitários	
			México			Capacitação oferecida por expertos mexicanos para combater a dengue
			Paraguai			Equipamentos para o combate ao mosquito da dengue valorados em 60.000 \$
			Venezuela	Não disponível		
05	Efeitos dos furacões Ike e Gustav de 2008	Cuba	Uruguai			Unidade potabilizadora de água, delegação de 19 técnicos e operários para reconstrução linhas Alta tensão
			Venezuela	Não disponível		
06-07	Alerta sanitário por surto Gripe AH1N1	Bolívia			5.000 vacinas	
		Cuba	México		4.136 vacinas	
		R.Dominicana			5.000 vacinas	
		Nicarágua	Venezuela		5t de medicamentos	
09	Tornado	Argentina	Paraguai		20t de alimentos , chapas, colchonetes, medicamentos e mantas	Médicos e especialistas em emergências

**Tabela II.4. Principais operações de Ajuda Humanitária e de Emergência. 2009
(continuação)**

Mês	Tipo de emergência	País afetado	País que assiste	Tipo de ajuda		
				Financeira	Em espécie	Técnica
09	Seca e crise insegurança alimentária	Guatemala	Brasil	100.000 \$ para compra de alimentos através do Programa "Vitacereal"		
			Chile		20 toneladas de alimentos, entre estes 13.440 quilos de leite em pó e 400 rações familiares	
			Colômbia	15.000 \$ para a compra de feijão negro, atol fortificado e milho branco	10 toneladas de Bienestarina por uns 12.800 \$	
			Equador		Açúcar (2t), aveia (2t), macarrão borboleta (1t), sal (1t), aceite (1t), leite (1,6t), "Mi papilla" (0,76t) e "Mi bebida" (0,74t)	
			México		60.000 despensas	
			Venezuela	Não disponível		
10	Depressão Tropical	Guatemala	México		6.000 toalhas sanitárias, 683 jogos de cozinha por um valor de 24.424 \$US	
11	Furação IDA	El Salvador	Argentina		Comprimidos potabilizadores de água	Deslocamento expertos em manejo de subministros, LSS-SUMA e em Albergues Temporários de Emergências
			Brasil	50.000 \$ para projeto Escolas Seguras, 55.000 para a compra sapatos a crianças, 80.000 para a compra de outros bens necessários	Alimentos	
			Colômbia	15.000 \$US	4,3 toneladas de Bienestarina e de elementos médicos e sanitários	
			Costa Rica		Cobertas, toalhas, fraldas, papel higiênico, utensílios de cozinha e cozinhas de gás	Equipe interdisciplinares para caracterizar zona impacto inundações e deslizamentos, e estabelecimento de recomendações.
			México		Mais de 3000 kits de asseio pessoal, mais de 3000 cobertores, de 3000 despensas, umas 750 lâminas de papelão, 2.784 litros de água, cochonetes, toalhas sanitárias... pelo valor de 55.544 \$	
			Peru		148 camas e 320 colchonetes	
			Guatemala	Colômbia	15.000 \$US	
	Nicarágua	Cuba			Envio profissionais de medicina	
		Venezuela	2,4 milhões de \$ para alimentos, 2 milhões para a reparação de casas e escolas			
	Sequia	Paraguai	Brasil	100.000 \$US		
Venezuela			Não disponível			

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Ante estas emergências, e como se observa em segundo lugar na Tabela II.4, quase todos os países ofereceram uma resposta solidária: desde o México, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Cuba, ao Norte e Centro do continente, até o Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile, no Cone Sul, passando pela Venezuela, Colômbia, Equador e Peru, na região andina.

Mas a análise das direções nas que se estabeleceram os fluxos de assistência, assim como dos perfis dos países, sobre tudo quando ofereceram ajuda, reforça uma ideia destacada por Pérez de Armiño (2000): que a ação humanitária “*baseia-se em uns determinados princípios éticos e operativos*” que primam a atenção urgente às “*necessidades das pessoas*” por cima de qualquer outra consideração. Por esse motivo, não importa se o México ou o Chile estão mais ou menos próximo geograficamente da Guatemala na hora de assistir-lhe em sua crise de segurança alimentária, nem que quando deva fazer frente a uma epidemia de dengue, o Paraguai tenha menor nível de desenvolvimento relativo que a Argentina, nem sequer que a Costa Rica assista a El Salvador poucos meses depois de fazer frente a um forte terremoto. O critério que se impõe pois é o da solidariedade com os *países irmãos*.

Por sua parte e em terceiro lugar, observa-se que os países não só responderam solidariamente se não que o fizeram com todo tipo de apoios:

- 1) Financeiro. Foram o Brasil, a Colômbia e a Venezuela que mais assistência financeira prestaram aos países danificados. A maioria desta ajuda ligou-se à compra de bens e serviços de distinta índole (entre outros, alimentos, remédios, reconstrução de casas e escolas, ou compra de ferramentas muito precisas como, por exemplo, equipamentos de monitoramento de movimentos sísmicos). As quantidades mobilizadas, em cada caso, oscilaram entre os 15.000 dólares e os 2,4 milhões.
- 2) Em espécie. Foi o recurso majoritário de países com menor nível de desenvolvimento relativo, fato que mostra sua grande vontade de ajuda. Neste sentido pois, as doações de alimentos, medicinas, material de construção, barracas de acampar ou roupas de abrigo, correram sobre tudo a cargo de países como Equador, El Salvador, Honduras e Peru.
- 3) Em espécie e técnica. Teve país que tenderam a combinar a doação de bens com a assistência técnica, isso em tarefas tão diversas como a prestação de serviços sanitários, de helicópteros para incêndios, de potabilização de água, ou para repelir aos mosquitos transmissores da dengue. De fato, esta foi uma combinação muito usada pela Argentina, Costa Rica, Cuba, México e Paraguai.

Finalmente, teve em 2009 assistências humanitárias (em concreto as prestadas pelo Uruguai e a Venezuela a Cuba durante o mês de maio) que responderam a emergências do ano anterior (os furacões Ike e Gustav de setembro de 2008). Isto sugere, como se reclama em alguns âmbitos, que as ações de ajuda humanitária estão deixando de ter um caráter meramente pontual, de ação rápida frente às necessidades iminentes da população, para passar a ter um caráter mais permanente, de ação prolongada. Isto entronca ademais com a ideia de que a Ajuda Humanitária deve acabar derivando em intervenções mais próprias da Cooperação ao Desenvolvimento. Neste sentido, o Quadro II.12 recolhe algumas experiências que mostram a “virtuosa” relação entre ambos instrumentos de solidariedade.

Quadro II.11. Cooperação e Assistência de Emergência: um círculo virtuoso

Ao longo de 2009, registraram-se dois casos interessantes de projetos de cooperação vinculados, de um modo o de outro, as ações de Ajuda Humanitária e de Emergência. Ambos casos tiveram um protagonista comum: Bolívia.

- Por um lado, registram-se ações/projetos de cooperação cuja origem foram intervenções de emergência. Em efeito, desde princípios do ano, a Bolívia teve que fazer frente a um surto de dengue cujo saldo final de afetados foi o maior da região andina (quase 85.000, segundo a OPS). Para fazer frente a este surto, a Bolívia solicitou ajuda a outros países da região, entre eles o Equador que, por contraste, registrou uns 4.500 casos (a cifra mais baixa em todo o território andino).

O apoio solicitado referia –se à doação de inseticidas e remédios. Mas ante esta solicitação, o Ministério da Saúde Pública do Equador consultou a possibilidade de acompanhar esta doação de capacitações técnicas que aumentaram a capacidade da Bolívia de enfrentar a futuros surtos de dengue. Optou-se pois, por articular um conjunto de capacitações que permitiram a transferência da experiência que o Equador tinha desenvolvido nos últimos anos. A proposta de enviar expertos tanto no manejo clínico epidemiológico da dengue como em labores de fumigação levou-se à Embaixada da Bolívia. Após as consultas pertinentes, a Bolívia aceitou a proposta e manifestou seu interesse em receber a assistência técnica por parte do Equador. Finalmente, a cooperação equatoriana ofereceu estas capacitações em quatro departamentos do país: Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Pando e Beni.

- Por outro lado, houve ações/projetos de cooperação que dotaram a Bolívia de capacidades para assistir a países vizinhos em situações de emergência. Neste sentido, e a união entre os hospitais El Niño de La Paz e Exequiel González de Santiago de Chile permitiu, entre outros resultados, a doação e melhor gestão de Bancos de Sangue na Bolívia. Seu ótimo funcionamento foi especialmente relevante na Ajuda Humanitária que este país andino prestou, já em 2010, aos danificados dos terremotos do Haiti (12 de janeiro) e do próprio Chile (27 de fevereiro). Em efeito, ante ambas emergências, o Governo boliviano respondeu organizando campanhas oficiais de doações e enviando aos países afetados lotes de sangue e plasma (centenas de litros, em cada caso).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; e páginas digitais do Programa Regional de Dengue da Organização Pan-americana da Saúde (OPS) (<http://www.paho.org/Spanish/AD/DPC/CD/dengue-program-page.htm>), Iberoamérica por Haití (www.iberomaericaporhaiti.com) y TeleSur (www.telesurtv.net).

NOTAS

1.- O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul nasce na XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de San Salvador (El Salvador). Segundo se estabelece no Documento de Formulação deste, o Programa nasce para “fortalecer e dinamizar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Ibero-Americana, contribuindo à qualidade e impacto de suas ações assim como à extensão de boas práticas associadas às mesmas” (SEGIB, 2009). Seu Plano Operativo Anual (POA) contempla cinco Linhas de Ação:

- a) Linha 1. Formação e intercâmbio estruturado de experiências;
- b) Linha 2. Apoio a sistemas de cômputo, informação e sistematização da cooperação que cada país recebe e/ou realiza;
- c) Linha 3. Informe anual da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América;
- d) Linha 4. Foro de discussão e formação de posições entre os Responsáveis de Cooperação;
- e) Linha 5. Casos exitosos de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América.

2.- Recordar que cada casa da Matriz informa do:

- a) número de projetos/ações intercambiadas por um casal de cooperantes: na correspondente horizontal se identifica o nome do país que nessas ações exerce o rol de ofertantes; na vertical, o de que atua como receptor.
- b) As casas das últimas fila e coluna informam do total de projetos/ações em que cada país participou: de novo como ofertante o receptor, respectivamente.
- c) A soma final da última coluna e da última fila coincide e refere-se ao número total de projetos/ações executadas esse ano.

3.- Recordar que para construir um mapa estimam-se as porcentagens de participação que os países tiveram sobre o total de projetos/ações oferecidos ou recebidos, segundo corresponda. Organizam-se depois estes valores por faixas de intensidade (menos de um 2,5%; entre um 2,6 e um 5,0%; entre um 5,1% e um 7,5%; entre um 7,6% e um 10,0% e por cima de um 10,1%) e se designa a cada faixa uma cor. Os mapas resultantes permitem visualizar com rapidez que países da região concentraram os maiores e os menores níveis de atividade de oferta e de recepção de cooperação.

4.- A teor do declarado, a cooperação cubana e argentina poderia ter sido incluso superior. Neste sentido, a cooperação dos dois primeiros ofertantes do ano passado viu-se reduzida pela necessidade que ambos países tiveram de concentrar parte de seus recursos técnicos e humanos na atenção de emergências de caráter nacional (o forte impacto dos dois furacões de finais de 2008, no caso de Cuba; um surto de febre aftosa, no da Argentina).

5.- Os dados correspondentes a Honduras (16 projetos recebidos, 1 ação) contrastam com os registrados nos anos precedentes (49 ações em 2008, 46 ações em 2007). Isto é assim pela ruptura que, tanto em registros como em relações bilaterais, supôs Golpe de Estado de 28 de junho de 2009, condenado pelas Chefas e pelos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos (Cúpula Ibero-Americana, 2009d).

6.- Ao lado de cada ponto (e atrás do nome do país ao que este ponto corresponde) destaca-se o valor (com um decimal) correspondente ao ratio ou proporção que existe entre o número de projetos oferecidos e o de ações.

7.- Os Programas de Cooperação referem-se a um conjunto de projetos que compartilham setor de atividade e objetivo, executados em uma área geográfica ampla e com uma duração de caráter plurianual.

8.- A referência bibliográfica é o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (2010; p.10).

9.- Os dados econômicos reportados por estes países referem-se ao custo econômico e ao financiamento assumido para a execução do total dos projetos que cada um deles declarou como ofertante. O número de projetos não tem porque coincidir com o que mostra a Matriz II.2. de Oferta e Recepção de Cooperação. Isto é assim porque a Matriz elaborou-se com a informação declarada por todos (ofertantes e receptores). Ao cruzar os dados, identificam-se projetos repetidos; alguns identificados só por uma das partes; ou alguns que foram reportados como ação ou vice-versa. Ao contrastar todos estes fatos, o número inicialmente declarado costuma não coincidir com o resultante.

10.- Esta seção não inclui o referente ao Haiti porque este país não é membro da Conferência Ibero-Americana. Ainda assim, e por mandato das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, a cooperação e a ajuda humanitária dos países da América Latina a este país foi documentada e encontra-se em www.iberoamericaporhaiti.com.

11.- A Nação, 20 de maio de 2009.

12.- O Jornal da Guatemala, 23 de fevereiro de 2009.

13.- BBC Mundo, 11 de setembro de 2009 e Televisa, 18 de setembro de 2009.

CAPÍTULO III
A Cooperação Sul-Sul e Triangular
na Ibero-América

A Cooperação Triangular na agenda internacional sobre Cooperação ao Desenvolvimento

No transcurso do último biênio, a Cooperação Sul-Sul e Triangular foi adquirindo um papel cada vez mais destacado na agenda internacional sobre Cooperação ao Desenvolvimento. Assim o sugere uma revisão do Quadro I.1. “A Cooperação Sul-Sul nos cenários regional e internacional (2009-2010)”, anexado ao primeiro Capítulo deste Informe. Sua observação permite identificar tanto espaços de discussão sobre triangulação como debates recorrentes.

No que se refere aos espaços de discussão, quase todos os grandes foros de debate abordaram, de um modo ou outro, questões relacionadas com a Cooperação Triangular. Em ocasiões, o tratamento desta modalidade de cooperação foi colateral, como parte de um marco de discussão mais amplo. Foi o caso dos Foros de Cooperação ao Desenvolvimento (FCD) do Conselho Econômico e Social de Nações Unidas (ECOSOC), dos eventos organizados pela Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD, do *Policy Dialogue on Development Cooperation* e das reuniões sustentadas pelo G8, el *Task Team on South South Cooperation* ou a Organização de Estados Americanos (OEA). Mas também teve convocatórias dedicadas exclusivamente à Cooperação Sul-Sul e Triangular. Em concreto:

- O Simpósio Internacional “Cooperação Triangular: Novas Alternativas para o Desenvolvimento” celebrado em Brasília em maio de 2009 e que teve por convocantes às Agências de Cooperação de Brasil e Alemanha, junto à Comissão Europeia.
- A Oficina “A Cooperação Triangular da União Europeia (UE) no contexto da Eficácia da Ajuda” impulsionada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) em março de 2010 em Madri, coincidindo com a Presidência espanhola da UE.

Como se observa, tais eventos caracterizaram-se por propiciar o debate entre os protagonistas desta modalidade, sobre tudo entre os doadores tradicionais (como Alemanha, Espanha ou a Comissão Europeia) e os novos ofertantes (Brasil e México, entre outros).

Por sua parte, no que refere aos temas de discussão e ainda que são muitos os aspectos abordados nesses foros, a maioria se agrupam entorno a três grandes debates:

1. O primeiro debate aprofunda-se nas janelas comparativas da Cooperação Triangular. Neste sentido, destaca-se que as triangulações reduzem as barreiras culturais e linguísticas entre os cooperantes; facilitam a participação de novos atores na cooperação internacional; e propiciam o acesso a novas fontes de financiamento ao desenvolvimento (www.oecd.org/dataoecd/63/32/43705278.pdf) (OCDE, 2009).
2. Uma segunda fonte de discussão deriva da necessidade de impulsionar e fortalecer a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Entendida como uma ponte entre a Norte-Sul e a Sul-Sul, convida-se aos doadores tradicionais a participar desta modalidade. Assim mesmo e especialmente desde o foros como o *Task Team* ou a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD, apoia-se no estudo de casos e o intercâmbio de experiências. O objetivo é aprender das “melhores práticas” e impulsionar sua extensão em aspectos que afetam, por exemplo, a suas fórmulas de gestão e de financiamento.

Neste último caso, tem que levar em conta que, segundo as Agências de Cooperação alemã, brasileira e espanhola, a Cooperação Triangular costuma responder a uma destas três fórmulas de financiamento: *comum* (fundo cofinanciado pelo doador tradicional e o novo ofertante); *paralela* (cada ofertante administra seus fundos de maneira separada); e *unilateral* (o projeto o financia o doador tradicional e o novo ofertante dedica-se à execução técnica) (www.oecd.org/dataoecd/63/32/43705278.pdf) (AECID, 2010). No caso ibero-americano podem encontrar-se experiências de todo tipo. No entanto, destacam, pela maior complexidade em seu procedimento, os Fundos de financiamento misto impulsionados pelo Chile com a GTZ alemã e pela Espanha com o próprio Chile e com a Argentina (Quadro III.1).

3. Finalmente, o terceiro debate entronca com um dos temas que centra grande parte da atenção da agenda internacional sobre Cooperação ao Desenvolvimento: a Eficácia da Ajuda. Neste caso, insiste-se na necessidade de aumentar a eficácia da Cooperação Triangular por distintas vias, entre as que destacam a melhora da coordenação entre as partes e a criação de um sistema de informação que apoie a toma de decisões e o desenho de políticas (ECOSOC, 2009 e 2010).

Quadro III.1. Uma fórmula de financiamento da Cooperação Triangular: os Fundos Mistos

O desenvolvimento de Fundos Mistos para o Financiamento da Cooperação Triangular é ainda uma fórmula incipiente. Ainda assim, já no ano 2003, a Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI) acordou com a Agência Alemã de Cooperação (GTZ) impulsionar o Fundo de Cooperação Trilateral GTZ-AGCI, também conhecido como “ChileCoopera”. Em 2009, no obstante, surgiram duas novas iniciativas, ambas protagonizadas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AECID), cujos procedimentos ainda estão em revisão: o Fundo Misto de Cooperação Triangular Chile-Espanha e o Fundo Hispano-Argentino de Cooperação Triangular. Mais especificamente:

1. O Fundo de Cooperação Trilateral GTZ-AGCI, cofinanciado pela Alemanha e o Chile, integra dois tipos diferentes de atuações:
 - a) Por um lado, a execução, por parte chilena, de projetos de assistência técnica em terceiros países da região; projetos baseados em experiências já exitosas da cooperação entre a Alemanha e o Chile.
 - b) Por outro lado, a assessoria alemã à própria AGCI e a outros organismos públicos do Chile para que estes sigam desenvolvendo novos métodos e instrumentos de Cooperação Trilateral.

Os projetos ou atividades respondem a uma lógica “demand-driven” e iniciam sua andança com uma solicitação por parte dos receptores. As solicitações são estudadas e aprovadas por um comitê bipartido chileno-alemão que leva em conta a disponibilidade de fundos e o cumprimento de três requisitos. Em concreto, o projeto deve:

- Gerar um impacto positivo sobre o desenvolvimento da população receptora;
- Ser compatível com as regulações de cooperação de todos os países participantes;
- Contar no país receptor com uma contraparte que se responsabilize do projeto.

Segundo as próprias autoridades chilenas, o resultado que se gera é uma “situação win-win-win” na que todos os participantes ganhem:

- a) O apoio alemão ao Chile permite que a AGCI e o setor público chileno disponham, em sua atuação em terceiros países, de metodologias de trabalho, instrumentos e procedimentos constantemente melhorados. Ademais, a Cooperação chilena consegue assim dispor de um volume de fundos dificilmente alcançáveis se a cooperação fosse executada exclusivamente de maneira bilateral.
- b) A Alemanha tem a possibilidade, através do Chile, de replicar projetos exitosos em outros países da região, potenciando recursos e aproveitando a aproximação cultural e geográfica do Chile com estes países.
- c) Assim mesmo, através deste mecanismo, os países receptores podem beneficiar-se de experiências de cooperação exitosas e receber certo efeito multiplicador dos resultados obtidos no Chile.

Quadro III.1. Uma fórmula de financiamento da Cooperação Triangular: os Fundos Mistos (continuação)

2. O Fundo Misto de Cooperação Triangular Chile-Espanha nasce no marco da evolução da relação de cooperação entre ambos países e no avanço da ideia compartilhada de que a Cooperação Triangular é o instrumento que permite que esta associação bilateral repercuta mais positivamente no desenvolvimento da região (http://www.impactalliance.org/ev_en.php?ID=49336_201&ID2=DO_TOPIC) (AECID, 2010).

Houve, sem embargo, dois passos prévios à concepção deste Fundo:

- Uma primeira ação, destinada a orientar estrategicamente a associação bilateral e suas atuações, foi a realização do estudo “Capacidades e oportunidades de cooperação do setor público chileno”. A partir deste pretendia-se identificar as experiências que a Chile estava em condições de compartilhar.
- Uma segunda ação consistiu no desenho do Programa de Cooperação Triangular que define o marco das atuações. Baseado nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Programa projetou-se em duas linhas: o próprio fortalecimento institucional da AGCI e a execução de projetos triangulares de desenvolvimento na região, em consonância com os ODM8 e ODM1, 4 e 5, respectivamente.

Após estes passos, ambos países subscreveram um Acordo Institucional e constituíram o mencionado Fundo Misto, cuja primeira experiência financiada será, quase com toda segurança, no Paraguai.

3. O Fundo Hispano-Argentino de Cooperação Triangular é a experiência mais recente e seu regulamento está em fase de estudo. Nasceu no marco da VII Comissão Mista entre ambos países (fevereiro de 2009) e ao amparo de um Acordo Especial para a realização de atividades de Cooperação Triangular, institucionalizando assim uma experiência já desenvolvida em projetos para o Haiti.

Fonte: SEGIB a partir Agência Chilena de Cooperação (AGCI) y http://www.agci.cl/docs/cooperacion_triangular_agci_gtz.pdf; e Agência Espanhola de Cooperação ao Desenvolvimento (AECID) (2010) e recursos digitais de Evento de Alto Nível de Bogotá em março de 2010 (http://www.impactalliance.org/ev_en).

A Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América

A crescente importância da Cooperação Sul-Sul e Triangular na agenda regional e internacional sobre cooperação e desenvolvimento esteve acompanhada de uma intensa atividade em termos de execução de projetos e ações. Assim o sugere a observação das Tabelas III.1 e III.2, as quais recolhem o total de projetos e ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular executados na região latino-americana em 2009. Os registros apresentam-se ordenados segundo o primeiro ofertante (Chile, na primeira tabela; outros países ibero-americanos, na segunda). De fato, o critério de inclusão dos projetos e as ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular tem que ver com o perfil de seus protagonistas: todos os receptores e ao menos um dos ofertantes devem ser países membros da Conferência Ibero-Americana.¹

Conforme a isso e tal e como se observa nas tabelas, no ano 2009 registraram-se na região 46 projetos/ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular. A caracterização desta cooperação (por tipologia, setor de atividade ou custo econômico) sugere que apenas uma quinta parte executou-se através de ações (Cursos de capacitação para a Promoção da Saúde ou Oficinas sobre contratações públicas, entre outros). Em consequência, a maioria da cooperação articulou-se através de projetos cujo custo econômico moveu-se, incluso, entre os 60.000 e os 170.000 dólares (caso, por exemplo, de um Projeto de Fortalecimento das Capacidades Institucionais para o Manejo Florestal Sustentável ou de um de Desenvolvimento de Tecnologia para a Produção de pectínidos, respectivamente –Tabela III.1-).

Tabela III.1. Cooperação Sul-Sul e Triangular, com o Chile como primeiro ofertante. 2009

SEGUNDO OFERTANTE	RECEPTOR	Projeto/Ação	Setor de atividade	Dimensão cooperação	Custo econômico (\$)		
					Segundo ofertante	Chile	Receptor
Alemanha	Colômbia	Fortalecimento institucional da autoridade ambiental do Departamento do Valle del Cauca para a gestão da RESPEL (Resíduos Perigosos)	Meio Ambiente	Outra	9.712	17.930	n.d.
		Fortalecimento Superintendência Indústria e Comércio (SIC) em aplicação mecanismos proteção ao consumidor	Governo e sociedade civil	Outra	3.681	3.050	n.d.
	El Salvador	Implementação do Sistema Dual em Educação Técnica Superior a partir do trabalho conjunto entre escola e empresa	Educação	Social	2.061	13.486	n.d.
		Desenho de programas estratégicos de superação da pobreza e vulnerabilidade	Proteção social	Social	19.990	18.949	n.d.
	Honduras	Fomento de políticas públicas de proteção social e superação da pobreza	Outros	Social	8.797	11.982	n.d.
	Nicarágua	Fortalecimento de Capacidades Institucionais para o Manejo Florestal Sustentável	Silvicultura	Econômica	14.465	42.577	n.d.
	Paraguai	Políticas Públicas de habitação social para a Identificação e caracterização de assentamentos urbanos e rurais precários	Políticas Sociais	Social	16.135	27.212	n.d.
República Dominicana	Transferência da metodologia do Programa Interjoven para o fomento do Emprego Juvenil	Políticas de Emprego	Econômica	4.819	3.763	n.d.	
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Costa Rica	Desenvolvimento de uma metodologia de programação e avaliação da gestão orçamentária dos Órgãos do Governo Central, no marco do Programa de Implementação do Pilar Externo do Plano de Ação a Médio Prazo para a Efetividade do Desenvolvimento (PRODEV)	Governo e sociedade civil	Outra	n.d.	n.d.	n.d.
Canadá	Bolívia	Transferência tecnologia em matéria defesa penal	Governo e sociedade civil	Outra	46.356	14.079	n.d.
Coreia do Sul	Equador	Diplomado Internacional em Governo Eletrônico e Gestão Pública	Governo e Sociedade Civil	Outra	n.d.	n.d.	n.d.
Espanha	Paraguai	Fortalecimento da Gestão e o Desenvolvimento das pessoas do setor público ao serviço da cidadania	Governo e sociedade civil	Outra	n.d.	n.d.	n.d.
Japão	Colômbia	Desenvolvimento de tecnologia para a produção de pectínidos no Departamento de Magdalena	Ciência e tecnologia	Econômica	100.000	n.d.	70.000
	Costa Rica	Incorporação do Modelo de Atenção Biopsicossocial no Centro Nacional de Reabilitação	Saúde	Social	17.005	16.000	n.d.
	Equador	IV Curso Internacional de Políticas de Reabilitação e Estratégias de Inclusão Social para pessoas com Deficiência	Políticas Sociais	Social	n.d.	n.d.	n.d.
		IV Curso Internacional de Produção Bovina Sustentável para a Pequena e Média Agricultura	Agricultura	Econômica	n.d.	n.d.	n.d.
		Projeto de cooperação no Âmbito Florestal e Pecuário	Meio ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.
Paraguai	Paraguai	Apoio a serviços de atenção precoce de deficientes	Saúde	Social	42.100	18.638	n.d.

n.d.* Não disponível. Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.2. Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2009

Primer ofertante	Segundo ofertante	Receptor	Projeto/Ação	Setor de atividade	Dimensão cooperação
Argentina	Espanha	Paraguai	Fortalecimento Institucional com enfoque de Desenvolvimento Social e Humano para a Inclusão social e econômica da população	Governo e sociedade civil	Outra
			Desenvolvimento da Rede Vial Produtiva	Transporte	Econômica
			Fortalecimento do tecido produtivo de Madeiras, Agroindústria, Têxteis e Coros	Indústria	Econômica
	Japão	Bolívia	Projeto Fortalecimento da Geração de Informação Estatística para o monitoramento de ODM	Saúde	Social
			Projeto Múltiplo San Jacinto	Pesca	Econômica
Bolívia	Espanha	El Salvador	Assistência Técnica sobre tecnologias não convencionais para a depuração de águas residuais	Meio Ambiente	Outra
Brasil	Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Bolívia Equador Paraguai	Contribuição ao Desenvolvimento de Políticas e Programas Nacionais de Prevenção e eliminação das piores formas de trabalho infantil	Governo e Sociedade Civil	Outra
	Japão	Bolívia	I Curso Internacional de Capacitação para a Promoção da saúde, Desenvolvimento Local e Municípios Saudáveis	Saúde	Social
		Costa Rica Guatemala Honduras	Capacitação de centro-americanos em Vigilância comunitária	Governo e sociedade civil	Outra
Costa Rica	Alemanha	El Salvador	Diálogo Centro-Americano sobre Medidas Relativas à Biodiversidade e o Sistema de Propriedade Intelectual	Ciência e tecnologia e Meio Ambiente	Econômica e Outra
			Oficina sobre contratações Públicas	Governo e sociedade civil	Outra
			Seminário sobre Indicadores para analisar o impacto do comércio internacional	Governo e sociedade civil	Outra
		Nicarágua	Intercâmbio de experiências sobre manejo, conservação e uso da biodiversidade e recurso hídrico em Áreas Silvestres Protegidas da Costa Rica e Nicarágua, dirigidas à formulação de projetos binacionais entre ambos países	Meio ambiente	Outra
México	Alemanha	Equador República Dominicana	Gestão Integral de Resíduos Sólidos Municipais	Meio Ambiente	Outra
	Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE)	El Salvador	Traslado de experiências sobre o Sistema Nacional para a Qualidade do México	Indústria e Comércio	Econômica
	Japão	El Salvador	Obtenção de Proteína Unicelular com Levedura de Torula em Substrato de Suco de Polpa de Café e Mel de Cana-de-açúcar	Agricultura	Econômica
			Projeto TAISHIN-Melhoramento da tecnologia para a construção e sistema de difusão da vivenda social sísmo-resistente	Prevenção de desastres	Outra
		Nicarágua	III Curso Internacional Multidisciplinario sobre programas de Proteção Civil e Prevenção de Desastres	Prevenção de desastres	Outra
			III Curso Internacional de Prevenção e Controle do Câncer no Colo Uterino	Saúde	Social
Paraguai	Melhoramento da produção de sementes de sésamo (gergelim) para pequenos produtores	Agricultura	Econômica		
Venezuela	Cuba	Bolívia	Curso de especialização em Gestão da Propriedade Intelectual	Ciência e tecnologia	Econômica
			Desenvolvimento do Cultivo e inocuidade da coca e sua aplicação em outros campos	Agricultura	Econômica
			Desenvolvimento de um sistema de produção pecuária sustentável em zonas selecionadas da Bolívia e Venezuela invadidas pela samambaia macho (pteridium aquilinum)	Agricultura	Econômica

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Por sua parte e no que se refere aos participantes, um traço prevalecente até o ano passado era que todos os países ibero-americanos participavam como receptores ao menos uma ação ou projeto de Cooperação Triangular e que alguns deles combinavam este com outras participações como ofertante. Este ano, sem embargo e tal e como se observa no Esquema III.1, esse rol dual ficou reservado só a dois países: Bolívia e Costa Rica, que exerceram como primeiro ofertante em 4 e 1 ocasiões respectivamente e como receptor em outras 8 e 3. O geral foi que os países participaram da Cooperação Sul-Sul e Triangular exercendo só um dos dois rols: em concreto, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México e Venezuela participaram sempre como ofertantes; enquanto, El Salvador, Guatemala Honduras, Nicarágua e República Dominicana, junto a Colômbia, Equador e Paraguai, participaram nas triangulações como receptores.

Esquema III.1. Presença dos países a Cooperação Sul-Sul e Triangular, segundo rol. 2009

Em parêntese, número de ações/projetos nos que participou cada país no exercício de cada rol

Primeiroofertante	Segundoofertante	Receptor
Chile (18)	Japão (17)	El Salvador (9)
México (8)	Alemanha (14)	Bolívia (8)
Brasil (7)	Espanha (5)	Paraguai (8)
Argentina (5)	Cuba (3)	Equador (6)
Costa Rica (4)	OIT (3)	Nicarágua (4)
Venezuela (3)	Canadá (1)	Colômbia (3)
Bolívia (1)	Coreia do Sul (1)	Costa Rica (3)
	BID (1)	Honduras (2)
	BCIE (1)	R. Dominicana (2)
		Guatemala (1)

46 projetos/ações de cooperação

Fonte: SEGIB a partir da Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

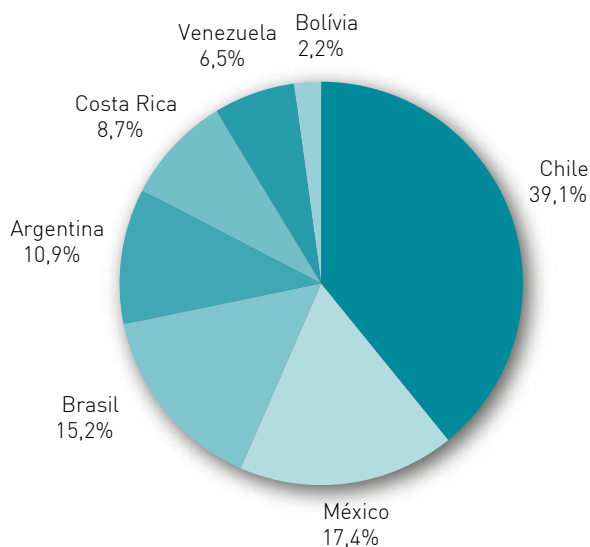
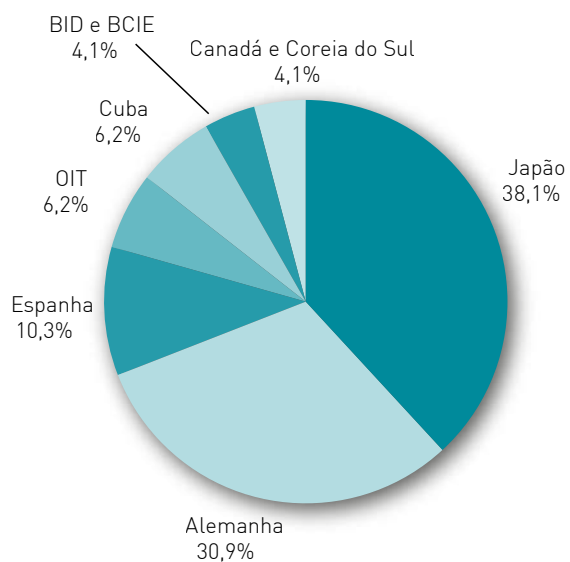
Uma observação combinada do Esquema III.1 e dos Gráficos III.1 sugere, ademais, que os países mantiveram graus distintos de participação sobre a Cooperação Triangular:

1. Em efeito e no exercício do primeiro ofertante, o Chile executou praticamente o 40% das ações e projetos finalmente registrados. Outro 40% explicou-se pela atuação conjunta do México (17%), Brasil (15%) e Argentina (11%). Enquanto a, Costa Rica, Venezuela e Bolívia impulsionaram entre 1 e 4 projetos, o que explica que seus pesos relativos sobre o total foram de um 9%, 7% e 2%, respectivamente (Gráfico III.1.A).
2. Enquanto a distribuição dos projetos/ações entre os receptores apresentou um maior grau de dispersão. O países que exerceram o rol de receptores em um maior número de ocasiões foram El Salvador (20%) Bolívia e Paraguai (17% cada um), junto ao Equador (13%). Por baixo destes localizaram-se a Costa Rica, Colômbia e Nicarágua, cujo peso relativo sobre o total executado oscilou entre o 7 e o 9%. Finalmente, a Guatemala, R. Dominicana e Honduras não receberam mais de 3 projetos cada um, o que se traduz em pesos relativos de entre um 2 e um 4% (Gráfico III.1.C).

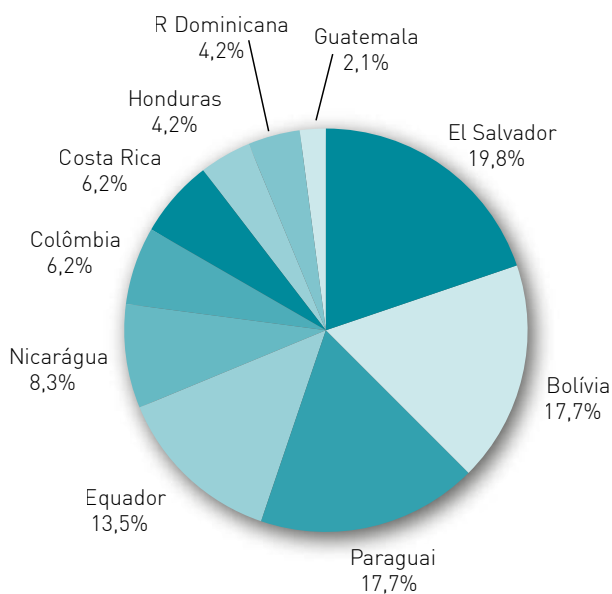
Gráfico III.1. Participação dos distintos sócios na Cooperação Triangular, segundo rol. 2009

Em porcentagem

III.1.A. Primeiro ofertante



III.1.B. Segundo ofertante



III.1.C. Receptor

3. Finalmente, só teve dois países ibero-americanos que exerceram de segundo ofertante: Cuba, que compartilhou várias triangulações Sul-Sul-Sul junto a Venezuela e a Bolívia; e Espanha, presente no 10% das triangulações executadas em 2009. De fato, dois países extra regionais, Japão e Alemanha, explicaram mais de dois terço partes da atividade final (37% e 30%, respectivamente). Outros atores mantiveram participações mais pontuais, de entre um 4% e um 7%: tratou-se de dois países (Canadá e Coreia do Sul), de um Organismo Internacional (A Organização Internacional do Trabalho –OIT-) e de dois bancos regionais (o Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID- e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica –BCIE-).

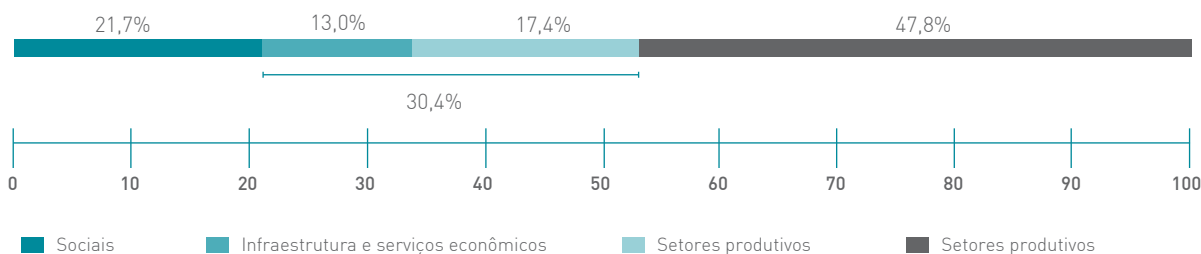
Perfil regional de capacidades e necessidades

A classificação por setores de atividade dos projetos/ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular executados em 2009, da informação sobre do perfil de capacidades e necessidades que mostram tanto o conjunto da região como os países a nível individual.

Assim e para conhecer o perfil regional elaborou-se o Gráfico III.2, o qual distribui a Cooperação Sul-Sul e Triangular de 2009 por grupos setoriais de atividade. Tal e como se observa neste, praticamente a metade (um 48%) dos 46 projetos/ações registrados relacionaram-se com atividades não classificáveis em categorias socioeconômicas. Por sua parte, 52% restante dividiu-se entre as atividades econômicas (um 30%) e as sociais (um 22%).

Gráfico III.2. Cooperação Sul-Sul e Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2009

Em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Mais especificamente, as triangulações relacionadas com dimensões de atividade não socioeconômicas estiveram muito concentradas no Fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil assim como no Meio ambiente. A modo de ilustrar, teve projetos dedicados a capacitar ao setor público em uma gestão adequada ao enfoque do Desenvolvimento Humano, a fortalecer os serviços à cidadania e a transferir tecnologia em matéria penal; assim como vários projetos orientados ao intercâmbio de experiências em matéria de uma gestão meio ambiental sustentável, especialmente em termos de gestão de todo o tipo de resíduos (Quadro III.2). Com caráter mais pontual, se identificaram triangulações para apoiar a alguns países na prevenção frente a possível desastres de origem natural.

A análise anterior apoia a ideia de que a Cooperação Sul-Sul e Triangular costuma vincular-se a atividades de elevada complexidade científico-tecnológica, um rasgo que provavelmente justifica a soma de esforços e recursos ligada a esta modalidade de cooperação. Na mesma linha aponta o detalhe do sucedido com o resto dos projetos.

Quadro III.2. Urbanização e Sustentabilidade ambiental: Para uma melhor gestão dos resíduos

A urbanização é um fenômeno que costuma estar ligado à degradação meio ambiental. Segundo destacava já em 1988 a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), a pressão sobre o meio ambiente se produz em um duplo sentido: ao provocar um consumo em excesso de recursos, com seu conseqüente esgotamento, e ao provocar um excesso de resíduos cuja acumulação deriva na contaminação do ar, dos solos e das águas.

Neste sentido e segundo Burdet e Sudjic (2007), o crescimento demográfico urbano é um desafio sem precedentes para a sociedade do século XXI. De fato, estes autores estimam que no ano 2050 o 75% da população mundial viverá em uma área urbana. Como se observa no obstante na tabela seguinte, há países da América Latina que já alcançaram esses graus de urbanização: em 2005, o México, Colômbia e Chile concentravam entre o 75 e o 85% de sua população em áreas urbanas; o Equador e a República Dominicana registravam entorno ao 60% de população urbana; e El Salvador e a Guatemala distribuíam sua população, quase ao 50%, entre áreas urbanas e rurais.

Indicadores de urbanização de uma seleção de países latino-americanos. 1951 e 2005.

Países	Número cidades de mais de 100.000 habitantes		População urbana (% sobre a população total)	
	1951	2005	1951	2005
Chile	3	19	60,7	86,6
Colômbia	6	30	43,0	76,0
México	11	69	42,5	74,7
R. Dominicana	1	8	23,9	63,7
Equador	2	13	28,5	61,3
El Salvador	1	4	36,5	50,4
Guatemala	1	2	24,9	46,1

Fonte: SEGIB a partir de <http://www.eclac.org/estadisticas/>

Assim e no processo de urbanização destes países, foi fundamental avançar em uma gestão ambiental sustentável. Conforme este objetivo, em 2009 destacaram alguns projetos de Cooperação Sul-Sul e Triangular relacionados tanto com a sustentabilidade ambiental como com a gestão de todo tipo de resíduos. Em concreto:

1. Triangulações do México e Alemanha no Equador e República Dominicana

Em 1995, a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) decidiu impulsionar no México um projeto de transferência de experiências em gestão ambiental de resíduos sólidos. Os bons resultados derivados desta colaboração levaram a que, em 2003, ambos países decidiram compartilhar o aprendido com o resto da região. O objetivo era chegar àqueles municípios em plena expansão urbana e, em concreto, a seus promotores ambientais, através de cursos de capacitação em matéria de resíduos sólidos urbanos. Estes cursos articularam-se em torno a três módulos de prevenção e gestão integral de resíduos que abordaram questões como o próprio conceito, técnicas de sensibilização cidadã sobre as "3R" (Reduzir, Reciclar, Reutilizar), marcos jurídicos pertinentes, tecnologias e métodos de armazenamento, entre outros.

Desde 2005 até a atualidade capacitaram promotores em um mínimo de 1600 municípios, a maioria na Guatemala e El Salvador (em 2008) e no Equador e na República Dominicana (ao longo de 2009). Constituiu-se ademais a Rede GIRE SOL, um portal latino-americano de resíduos sólidos (www.giresol.org) desenhado para facilitar a seus membros o acesso a todas as ferramentas necessárias para seu desempenho na propagação dos conhecimentos entorno à Prevenção e Gestão Integral dos Resíduos Sólidos.

Quadro III.2. Urbanização e Sustentabilidade ambiental: Para uma melhor gestão dos resíduos (continuação)

2. Projeto da Cooperação chileno-alemão na Colômbia

Tratou-se de uma triangulação dedicada ao fortalecimento institucional das autoridades ambientais do Departamento de Valle del Cauca na Colômbia. O objetivo era capacitar na gestão de um tipo muito particular de resíduos, os RESPEL ou Resíduos Perigosos, caracterizados estes por “possuir alguma das características de corrosividade, reatividade, explosividade, toxicidade, inflamabilidade (ou outros) agentes infecciosos” (http://www.giresol.org/index.php?option=com_content&view=article&id=33&Itemid=82).

3. Triangulação Espanha –Bolívia – El Salvador

Consistiu em um curso sobre tecnologias não convencionais para a depuração de águas residuais, onde participaram funcionários do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (MARN) de El Salvador.

Fonte: SEGIB a partir da Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Burdet e Sudjic (2007); estatísticas da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (<http://www.eclac.org/estadisticas/>); página digital da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI em apoio à Década de uma Educação para a Sustentabilidade de Nações Unidas (<http://www.oei.es/decada/index.php>), Rede GIRE SOL (<http://www.giresol.org/index.php>).

No âmbito econômico, o 57% das triangulações apoiam o desenvolvimento de Setores produtivos: atividades agropecuárias, em silvicultura, pesca e indústria. As agropecuárias, por exemplo, mostraram de novo um alto grau de complexidade científica e tecnológica: localizaram-se sobre tudo no âmbito fitossanitário e necessitaram fortes inversões em investigação. Entre estas destacou a recolhida no quadro III.3, uma triangulação que aplicou avanços em sanidade vegetal e animal ao desenvolvimento de uma agropecuária sustentável e que contou com três protagonistas do Sul (Bolívia, Cuba e Venezuela). Enquanto, o 43% dos projetos econômicos fortaleceram o desenvolvimento de Infraestruturas e serviços, em geral, em políticas de emprego, transporte e aplicação econômica de avanços em ciência e tecnologia.

Quadro III.3. Uma aposta pelo fitossanitário e pela Triangulação Sul-Sul-Sul

Durante 2009 destacou um projeto fitossanitário dedicado a acabar com a invasão de pastos pecuários de uma das cinco ervas daninhas mais estendidas do mundo (a samambaia macho -pteridium aquilium-) (Alonso-Amelot, 1997); um projeto impulsionado ademais através de uma triangulação Sul-Sul-Sul, com a Venezuela e Cuba como ofertantes e a Bolívia como receptor.

A samambaia macho é muito abundante em zonas altas de produção pecuária. Está presente em 20 ou mais cultivos de 65 países. Por várias razões, sua capacidade invasora é muito elevada (Arnaude e Peraza, 2004):

1. É resistente a pragas e doenças;
2. É especialmente propensa a invadir zonas de cultivo que recorreram ao derrube de árvores ou a queima;
3. Repovoa-se com mais rapidez que outras espécies porque: desprende um componente químico que afeta negativamente ao crescimento, desde raiz, de outras espécies vegetais; absorve água em maiores quantidades, reduzindo com isso a quantidade disponível para outros cultivos.

O negativo, no obstante, reside não só nesta capacidade invasora se não nos efeitos nocivos que sua presença gera (Alonso-Amelot, 1997) (Arnaude e Peraza, 2004):

- Ao minguar a capacidade de crescimento do pasto ou a forragem, reduz a alimentação disponível para o gado;
- A ingestão da samambaia macho pode provocar sobre o gado problemas de distinta gravidade, entre outros: intoxicações agudas e crônicas, infecções hematológicas, hemorragias internas e, nos caprinos, cegueira. Nos casos mais graves, o consumo da erva provoca câncer gástrico.

Quadro III.3. Uma aposta pelo fitossanitário e pela Triangulação Sul-Sul-Sul (continuação)

- O ser humano não está isento de riscos e vários estudos sugerem que em zonas invadidas de samambaia macho identificou-se uma alta incidência de câncer gástrico e esofágico nas populações humanas.

A luta contra a expansão desta erva requer de uma combinação de várias táticas de controle, que pode incluir desde o tratamento químico com herbicidas até a introdução de fungos que os ataquem.

Em qualquer caso, o projeto Triangular impulsionado pela cooperação cubana - venezuelana na Bolívia perseguia atuar sobre determinadas regiões da Bolívia invadidas por este tipo de erva. O objetivo era desenvolver técnicas que permitiram reduzir notavelmente a presença da samambaia macho e conseguir assim uma cadeia de efeitos positivos: a maior disponibilidade de forragem e pasto para o gado bovino da região; a redução do impacto sobre outras espécies e sobre o próprio gado; o desenvolvimento de um sistema de produção pecuária sustentável.

Fonte: SEGIB a partir da Agência e/ou Direções gerais de Cooperação; Alonso-Amelot (1997); Arnaude e Peraza (2004).

Finalmente, uma quinta parte das triangulações de 2009 tiveram uma orientação Social. Teve projetos no âmbito da Educação (conciliando escola e empresa), no da Saúde (desenvolvimento de modelos de atenção biopsicossocial e a deficientes e de terapias de prevenção e tratamento do câncer no colo uterino), em Políticas de proteção social (desenho de programas de superação da pobreza) e também em Políticas para favorecer o acesso à habitação aos segmentos da população mais desfavorecidos (ver exemplos em Quadro III.4).

Quadro III.4. Fortalecendo as políticas de habitação de interesse social

Durante o ano 2009 e no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular dedicada às políticas de habitação social, destacaram dois projetos de muita distinta índole:

1. O primeiro projeto, impulsionado desde o Fundo de Cooperação Trilateral AGCI-GTZ no Paraguai, teve como objetivo principal apoiar a formulação de uma política habitacional sustentável e de longo prazo no Paraguai; uma política com tom social que contribuisse, por sua vez, a vencer a pobreza e a iniquidade.

O referente foi a política de habitação social desenvolvida no Chile nas últimas décadas. Segundo um documento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (Held, 2000), a política aplicada:

- combinou os subsídios aos demandantes de habitação com a orientação ao mercado;
- definiu os estânder a que deviam responder as habitações com caráter social;
- impulsionou subsídios e créditos hipotecários designados aos demandantes segundo o grau de cumprimento de três requisitos: de economizar e de perfil demográfico e socioeconômico

Para identificar as necessidades reais da população e dar prioridade à população de menos recursos, a aplicação desta política foi precedida por estudos de déficit habitacional, um conceito definido pela diferença entre o número de lares existentes e o de habitações disponíveis..

A primeira fase do projeto de Cooperação Triangular que o Chile e a Alemanha executaram no Paraguai (2007-2009) consistiu pois em dotar à Direção Geral de Estatísticas, Pesquisa e Censos (DGEEC) e ao Conselho Nacional da Habitação (CONAVI) do país receptor, de metodologias de cálculo do déficit habitacional como ferramenta indispensável para o posterior desenvolvimento (Fase II, a partir de 2010) de uma política que garanta o acesso à habitação a população tradicionalmente excluída.

Quadro III.4. Fortalecendo as políticas de habitação de interesse social (continuação)

2. O segundo projeto, réplica de uma colaboração japonesa-mexicana em El Salvador, esteve também dedicado a população de baixos recursos localizada, ademais, em zonas especialmente vulnerável frente a movimentos sísmicos. Trava-se neste caso de se desenvolver no país centro-americano tecnologias para a construção de habitações sociais que fossem também sismo resistentes.

O precedente era a própria experiência que o Japão tinha impulsionado no México antes de 2001, ano em que El Salvador, como resposta a dois terremotos de forte impacto, solicitou assessoramento ao Governo japonês, que decidiu responder através de uma triangulação com sua contraparte mexicana.

A primeira fase do projeto executado em El Salvador (2001-2008) esteve dedicada a impulsionar a implementação das metodologias pertinentes. Assim, instalaram-se dois laboratórios (de Estruturas Grandes e de Mesa inclinável) responsável de gerar informação e proporcionar recomendações para reduzir a vulnerabilidade e o risco de derrube das construções ante desastres sísmicos.

Em 2009 iniciou-se a segunda fase cuja duração está prevista até 2012. O objetivo agora é difundir o uso destas metodologias para evitar a construção de habitações vulneráveis, assim como desenvolver marcos normativos que forcem que as construções se ajustem, efetivamente, a estes métodos.

Fonte: SEGIB a partir Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; recursos digitais do Ministério da Habitação e Urbanismo (MINVU) do Chile (<http://www.minvu.cl>); Held (2000).

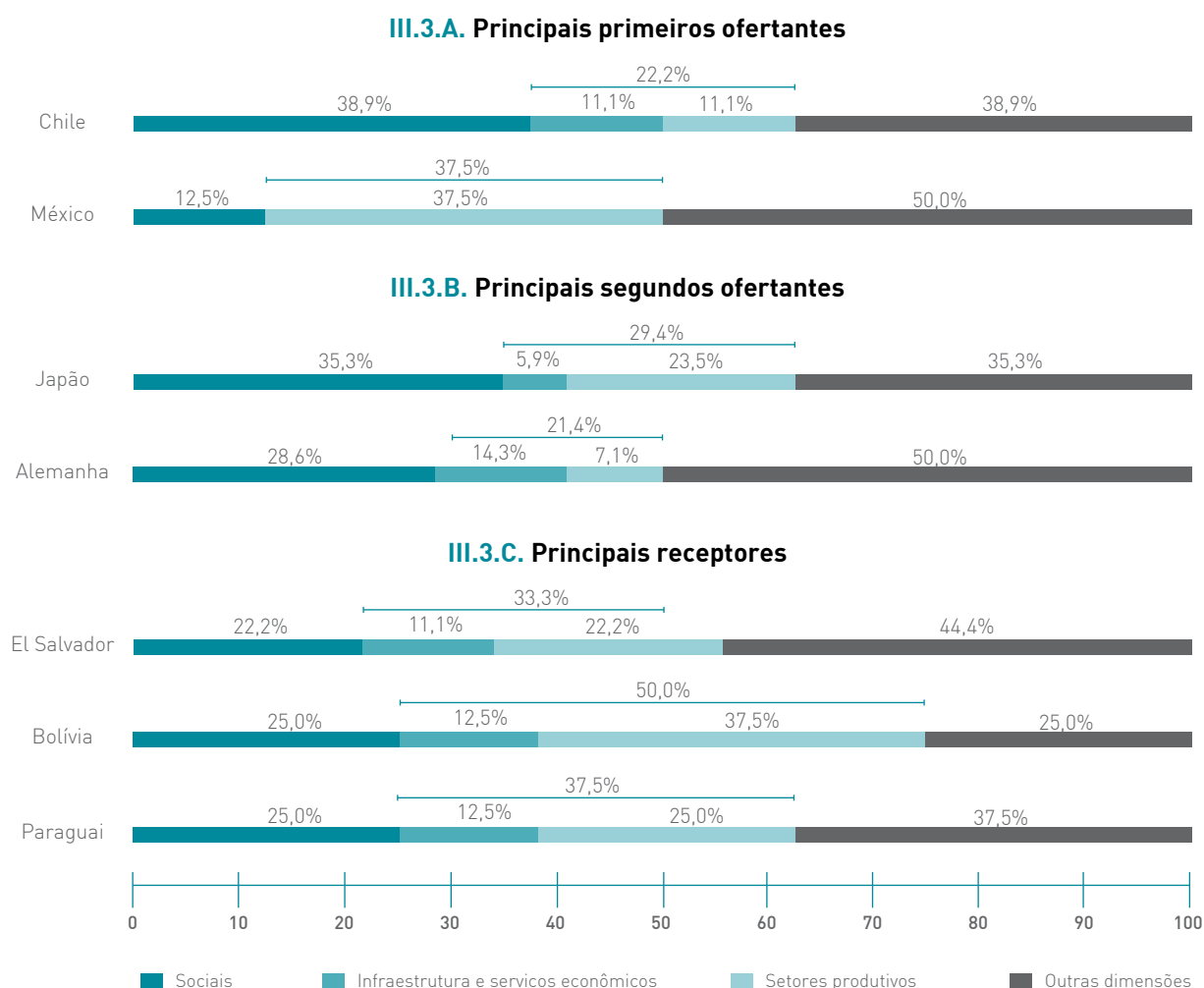
Por sua parte, o perfil de necessidades e capacidades dos países obteve-se ao combinar dois tipos de informações: o rol exercido por cada país nos distintos projetos e o setor de atividade no que estes projetos se localizam. Os dados mais sobressalientes a respeito resumem-se nos Gráfico III.3. De sua observação desprende-se que em 2009:

1. O 80% das capacidades transferidas pela cooperação chilena através de um esquema triangular estiveram relacionadas com o desenho de políticas públicas (de saúde, educação, proteção social e meio ambiental) e com a gestão institucional. Nesse último caso, cabe destacar que uma grande parte das instituições implicadas tinham responsabilidades econômicas (Superintendência de Indústria e Comercio, Órgãos do Governo Central encarregados da Efetiva Implementação do Desenvolvimento), o que explicaria por sua vez que as triangulações chilenas pertencentes estritamente ao âmbito da economia ficaram reduzidas ao 20%.
2. México, enquanto isso, mostrou uma especial fortaleza em capacidades relativas à gestão meio ambiental e a prevenção de desastres. Também desenvolveu importantes projetos na área econômica, a maioria relacionados com a agricultura e a aplicação de técnicas para a melhora de cultivos e de produtos.
3. Em seu rol de receptores, a triangulação contribuiu, sobre tudo, a que El Salvador cobrisse parte de seus déficits no âmbito meio ambiental (gestão de águas residuais e da biodiversidade); o Paraguai fortalecesse seu setor público, tanto em termos institucionais como de implementação de políticas, especialmente sociais; e a Bolívia potenciasses seu desenvolvimento econômico nas áreas da agricultura, da pesca e da ciência e tecnologia.

4. Finalmente, entre os ofertantes não regionais o Japão foi o que mostrou um perfil de especialização mais diversificado. Uma amostra disso foram o tipo de Cursos Internacionais a Terceiros Países promovidos em 2009: de caráter social (por exemplo o de implementação de um Modelo de Atenção Biopsicossocial para Centros de Reabilitação ou o de Promoção de centros de saúde comunitários); econômico (caso das capacitações em Produção bovina sustentável para Pequenas e Médias Empresas –PYMES-); e outros (sobre programas de Proteção civil e Prevenção de desastres). Enquanto o perfil alemão esteve mais especializado, concentrando-se preferentemente no meio ambiental (gestão de resíduos, manejo florestal, biodiversidade) e o fortalecimento institucional, muitas vezes em áreas propriamente econômicas (comércio internacional, indústria, contratações públicas, estatísticas).

Gráfico III.3. Distribuição da Cooperação Sul-Sul e Triangular, por rol e perfil de atividade. 2009.

Em porcentaje



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

NOTAS

1 Não se incluem pois, por exemplo, projetos triangulares executados pelo Brasil em países africanos.

CAPÍTULO IV
Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

Introdução metodológica

Como acontece com o resto das modalidades, a análise do estado e evolução da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na América Latina requer ir avançando em sua delimitação conceitual. Para tal contribui o trabalho que tanto os países latino americanos como este mesmo Informe estão realizando em termos de coleta e sistematização de experiências de cooperação com caráter regional e horizontal.

O ponto de partida, coincidindo com a edição de 2008, foi uma primeira aproximação do conceito da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Neste sentido, foi assumido que esta modalidade levava associado um conjunto de características:

- A cooperação ocorria no contexto de um esquema de acordo regional;
- Participavam dela dois ou mais países em desenvolvimento;
- Para garantir a horizontalidade (entendida em termos de uma interlocução entre sócios, sem condicionalidades), os países trabalhavam conjunta e coordenadamente no esboço e execução dos projetos e/ou programas de cooperação. Uma cooperação, por sinal, adaptada às realidades locais e alinhada com os planos e estratégias de desenvolvimento nacional dos países receptores, solicitantes por sua vez da cooperação.
- Os membros que preferencialmente deviam protagonizar a execução dos projetos eram as administrações responsáveis pelas políticas públicas correspondentes. As secretarias destas administrações, junto com as dos sistemas de acordo, deviam apoiar a dita execução administrativa e tecnicamente.
- Como garantia de reciprocidade e equidade, os projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional deviam contar com colaborações de recursos e/ou financeiras dos participantes, podendo estas ser complementadas com fundos de origem externa.

Sob a aplicação destes critérios, o Informe de 2008 revisava as dinâmicas de funcionamento dos sistemas de cooperação de cinco esquemas de acordo regional: a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Conferência Ibero-Americana, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Sistema de Integração Centro Americana (SICA). Essa análise sugeria, tal como se resume na Tabela IV.1, uma realidade muito heterogênea: cada esquema do acordo tinha um sistema de cooperação com características próprias e não necessariamente coincidentes com as associadas a priori à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. De fato, a horizontalidade não parecia ser uma característica definidora dos sistemas de cooperação, mas antes algumas experiências concretas, pelo que seu maior e mais explícito fortalecimento se convertia em importante desafio.

Tabela IV.1. Características dos Sistemas de Cooperação Regional

Organismoregional	Sistema de cooperação e funcionamento	Áreas e Programas de Cooperação	Origem financiamento
Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)	Em setembro de 2007 foi aprovada a criação de uma Secretaria Técnica que deveria estar subordinada funcionalmente aos Conselhos de Ministros e de Presidentes. Por ora, os projetos são aprovados nas Cúpulas de Chefes de Estado	A maioria dos projetos se relaciona com o âmbito energético e o social (educação, saúde e esportes)	Interno, colaborações econômicas e técnicas procedentes dos países membros (sobretudo da Venezuela e Cuba, respectivamente)
Comunidade Andina (CAN)	Dispõe de um Sistema de Cooperação Técnica Internacional. Os órgãos da CAN levam propostas à Secretaria-Geral, que busca os fundos, marca a linha dos programas, os apóia e os segue através de uma Unidade de Cooperação Técnica	Os programas são aplicados sobre setores que vão desde o desenvolvimento fronteiriço à cooperação policial e judicial ou a promoção da democracia e dos direitos humanos	Misto, combina fundos da cooperação internacional com colaborações variáveis dos países membros
Conferência Ibero Americana	Articula-se em torno dos Programas Ibero Americanos de Cooperação. As propostas emanam dos países membros. Cada Programa tem uma Secretaria Técnica cuja sede situa-se em um Ministério do país impulsor ou em um organismo ibero americano	Costuma pertencer a uma destas três áreas: Cultural, Econômica e Social	Interno, procedente dos países participantes nos Programas (com a particularidade de que dois desses países são Espanha e Portugal; que são, por sua vez, doadores de cooperação internacional)
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Seu sistema articula-se sobre dois mecanismos: o Comitê de Cooperação Técnica (CT) e o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)	Destacam os orientados ao fortalecimento de setores econômicos e comerciais e, em definitivo, do próprio sistema de integração	Depende de se a cooperação é executada através do CT (financiamento externa); ou do FOCEM (financiamento interna, com colaborações países segundo o capacidades)
Sistema de Integração Centro Americana (SICA)	O sistema está em formação. Por ora, é a Direção Geral de Cooperação Internacional a que coordena com as instituições adscritas a formulação, gestão e progresso dos programas regionais	Destacam projetos em âmbitos diversos como o Meio Ambiente, Turismo, Cultura, Economia e Áreas sociais	Misto, combina fundos da cooperação internacional com colaborações variáveis dos países membros

Fonte: Reprodução da SEGIB (2009).

Conforme estes resultados, o Informe de 2009 deu um passo metodológico: passou da análise da dinâmica dos sistemas de cooperação a limitar-se ao estudo de casos concretos que, no contexto de esquemas de acordo, puderam ser representativos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Tratou-se, pois, de se selecionar e analisar seis dos projetos apresentados pelos países ibero-americanos e executados nos espaços do ALBA, da CAN junto ao OAS (Organismo Andino de Saúde), da Conferência Ibero-Americana, MERCOSUL e o Projeto Centro Americano. As conclusões encontram-se resumidas na Tabela IV.2.

Como se observa na mencionada Tabela, as experiências selecionadas reuniam características próprias de um projeto ou programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. A origem de cada um deles, entretanto, diferia: dos dois primeiros (assistências técnicas entre os países membros do MERCOSUL) derivaram de outros executados em um âmbito bilateral Norte-Sul; outros dois projetos (os realizados sob os Programas Ibero-Americano e Grã-nacional da ALBA) resultaram de uma extensão do bilateral Sul-Sul para o triangular e regional; os dois últimos, o Centro Americano e o Andino, eram os únicos nascidos originalmente em seu mesmo âmbito regional de execução, com marcada horizontalidade e financiamento dos participantes.

Tabela IV.2. Casos selecionados de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, por gênese. 2008

Gênese	Projeto original			Desenvolvimento do projeto/programa regional resultante
	Nome	Ofertante	Receptor	
Projetos derivados de outros cujo original foi emoldurado por uma <u>Cooperação Norte-Sul</u>	"Melhora da Tecnologia de Acondicionamentos e Embalagens para a Distribuição de Mercadorias no MERCOSUL"	Japão, através da sua Agência de Cooperação (JICA)	MERCOSUL	Ao serem identificadas assimetrias entre os países membros do MERCOSUL e antes da execução do projeto, foram impulsionadas assistências técnicas intrarregionais : desde os países com maiores capacidades até os de menos (da Argentina à Bolívia e do Brasil ao Paraguai).
	"Melhora dos sistemas nacionais de coleta e tratamento nacional de dados estatísticos"	União Européia (UE)	MERCOSUL	Ao serem identificadas assimetrias entre os países membros do MERCOSUL e antes da execução do projeto, foram impulsionadas assistências técnicas intrarregionais : desde os países com maiores capacidades (Argentina e Brasil) até o com menos (Paraguai).
Projetos que nasceram como <u>Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral</u> , para acabar inserindo-se em uma dinâmica regional	"Bancos de Leite Humano"	Brasil	Distintos países da América Latina	A XVII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Chile (2007) presumiu sua ampliação a uma execução regional: o Programa Ibero-Americano de Bancos de Leite Humano . Executada em todos os países subscritos (entre estes, Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Colômbia); todos contribuem para seu financiamento, porém o Brasil arca com os gastos centrais.
	Programa de Alfabetização "Sim, Eu Posso"	Cuba	Venezuela	Uma vez alfabetizada a Venezuela, este país junto com Cuba somaram capacidades para impulsionar a Cooperação Triangular na Bolívia e Nicarágua. Com a incorporação da Rep. Dominicana, Honduras e Equador à Alternativa Bolivariana para os Povos da América (ALBA), estas "triangulações Sul-Sul" passaram a ser executadas através do Programa Grannacional ALBA-Educação .
Projetos nascidos nos âmbitos regionais, executados com um forte caráter horizontal e com financiamento procedente dos participantes	Programa de Biocombustíveis	Colômbia, através do Projeto Mesoamericano	El Salvador e Honduras	Construção, com financiamento e execução colombiana, de 3 plantas de biocombustíveis em Honduras e El Salvador. Dois objetivos: o fomento de energias renováveis e de uma economia alternativa à agricultura para a população local. Prevê-se seguir na Guatemala, México, Panamá e República Dominicana.
	Plano Andino de Saúde em Fronteiras (PAMAFRO)	Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, através da Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Organismo Andino de Saúde (OAS)	Colômbia, Equador, Peru, Venezuela	Cooperação técnica bilateral entre países fronteiriços: por um lado, Colômbia com Venezuela, Equador e Peru; por outro, os dois últimos entre si. Promove e fortalece a organização social e comunitária na luta contra a malária. O financiamento (de 26 milhões de dólares para 2007-2011) procede do Fundo de Luta contra a Malária, Tuberculose e AIDS.

Fonte: SEGIB (2009).

O presente Informe seguiu baseando-se na análise de casos relatados pelas Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países Ibero-Americanos. Não obstante e com o objetivo de seguir alimentando o debate conceitual sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, a variação a respeito do estudo precedente reside nos critérios utilizados. Mais especificamente e tal como se observa na Tabela IV.3, os países identificaram experiências com características próprias desta modalidade de cooperação, porém diferenciadas por terem sido executadas sob contextos institucionais de índole distinta:

1. Houve uma quantidade importante de casos realizados sob esquemas de acordo regional: esquemas “Sul-Sul”, integrados unicamente por países em desenvolvimento, como são a Associação de Estados do Caribe (AEC), a ALBA, a CAN, MERCOSUL e SICA; mas também esquemas “Norte-Sul,” pela presença da Espanha, Portugal e Andorra (caso dos Organismos Ibero-Americanos) e de países como Estados Unidos e Canadá (Projeto Centro Americano e Organização dos Estados Americanos –OEA-).

Tabela IV.3. Participação declarada dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, segundo o âmbito. 2009

Países	Âmbito institucional sob o qual foi executada a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional								
	AEC ¹	ALBA ²	CAN ³	MERCOSUL ⁴	Organismos IBEROAMERICANOS ⁵	Projeto CENTROAMERICANO	SICA ⁶	OEA ⁷	Outros
Argentina									
Bolívia									
Brasil									
Chile									
Colômbia									
Costa Rica									
Cuba									
Equador									
El Salvador									
Espanha									
Guatemala									
Honduras									
México									
Nicarágua									
Panamá									
Paraguai									
Peru									
R. Dominicana									
Uruguai									
Venezuela									

Nota: 1) AEC (Associação de Estados do Caribe); 2) ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos da América); 3) CAN (Comunidade Andina de Nações); 4) MERCOSUL (Mercado Comum do Sul); 5) COMJIB (Conferência de Ministros de Justiça dos países Ibero-Americanos), OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura), OIJ (Organização Ibero-Americana da Juventude), OISS (Organização Ibero-Americana da Seguridade Social) e SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana); 6) SICA (Sistema de Integração Centro Americana); 7) OEA (Organização dos Estados Americanos).

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

2. Foi relatada, contudo, uma quantidade crescente de experiências (na Tabela IV.3 na coluna Outros) que, embora respondendo a um funcionamento regional e horizontal, mostraram uma institucionalidade variável. Para finalidade de ilustração, tratou-se de:

- a) Experiências cujo eixo condutor foi a resolução conjunta de problemas setoriais: o realizado, por exemplo, nos âmbitos das Conferências de Ministros de Justiça da Ibero América (COMJIB), a Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho (CIMT) e o Instituto de Nutrição da Centro América e Panamá (INCAP), cada um sob os respectivos abrigos da Conferência Ibero-Americana, OEA e SICA.
- b) Programas de cooperação com operativas similares a uma triangulação estendida regionalmente com participação de membros que nem sempre foram governamentais.

Tal como assinalado anteriormente, estas evidências remetem a nova análise de casos, desta vez em função do âmbito institucional no qual se desenvolveu a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. As conclusões que obtidas enriquecerão o debate sobre os componentes, membros e princípios que devem caracterizar esta modalidade. Ainda assim, e dado que parte dos relatórios incluem o papel desempenhado por países como a Espanha e vários esquemas de acordo dos quais não faz parte (como CAN ou MERCOSUL) será analisada também a relação que se estabelece entre o instrumento mais importante da cooperação espanhola -sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento- e o fortalecimento da Horizontal Sul-Sul Regional.

Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: experiências sob esquemas de acordo

As Tabelas IV.4 e IV.5 reúnem as principais características de quatro dos Programas e Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional declarados pelos países para a edição deste Informe:

- O Projeto de Estudo e apoio a pessoas incapacitadas (ALBA);
- O Programa de Integração Produtiva (ORPIP) para a promoção de Micro, Pequenas e Médias Empresas (PYME) que permitam corrigir assimetrias e complementar os modelos produtivos dos países que transitam até um processo de integração comercial e econômica (MERCOSUL);
- O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento institucional da Gestão de Territórios (Proterritório), sob o esboço que favoreça um desenvolvimento local integral;
- O Programa de Redução de Desastres para o Desenvolvimento Sustentável em cidades fronteiriças do Peru e Equador para o esboço de políticas que ajudem regiões vulneráveis a prevenir o impacto dos desastres de origem natural (OEA).

Tal como se detalha na mencionadas Tabelas, trata-se de experiências protagonizadas diretamente ao menos por 18 dos 22 países ibero-americanos e realizadas no contexto, respectivamente, de quatro esquemas de acordo distintos: dois "Sul-Sul" (ALBA e MERCOSUL) e dois "Norte-Sul" (Conferência Ibero-Americana e OEA). Os projetos selecionados afetam áreas de atividade diversas (saúde, empresas, fortalecimento governamental e prevenção de desastres) e mostram características próprias da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. De concreto e no que se refere a este último aspecto:

-
- 1. Com respeito aos objetivos.** Os projetos emolduram-se na Cooperação Técnica e respondem à necessidade de fortalecer as capacidades das instituições de governo correspondentes, em seus distintos níveis de atuação (local, regional e nacional). A culminação disto se reflete no esboço e implementação de políticas públicas. Isto sucede inclusive, por exemplo, no projeto da PYMES do MERCOSUL, onde o apoio às empresas passa pelo prévio fortalecimento das políticas de formação e financiamento aplicadas desde os entes governamentais.
 - 2. Com respeito à execução.** Ao tratar-se de Cooperação Técnica, os projetos selecionados recorrerão ao mesmo tipo de instrumentos: Estudos; diagnósticos; transferências de tecnologia, recursos e capacidades; formação através de seminários, oficinas, cursos e estágios; assessorias; intercâmbios de experiências e assistências técnicas entre países (“Sul-Sul”, em todos os casos selecionados).
 - 3. Com respeito aos procedimentos.** Tratou-se de projetos com marcada horizontalidade, posto que nascessem por solicitação dos receptores. A mencionada solicitação foi especialmente explícita nos casos dos projetos Ibero- e Inter-Americano, pois os mecanismos “*demand-driven*” formam parte do âmbito normativo de seus respectivos sistemas de cooperação (mais especificamente, da constituição de Programas de Cooperação, no primeiro caso, e da apresentação da solicitação de projetos aos órgãos pertinentes do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral –CIDI-, no segundo). Outras características próprias desta horizontalidade tiveram que ver com a execução de uma atuação conjunta e coordenada entre ofertantes e receptores. Esta atuação esteve, ademais, adaptada às realidades locais, alinhada com as estratégias nacionais e coordenada a nível regional. Exemplos ilustrativos dela foram, por um lado, o processo de conformação do Plano de Ação 2009-2010 de Proterritórios (constituído através da soma de planos nacionais acordes com as estratégias do país); e, por outro lado, o trabalho conjunto que desde a primeira até a última fase de implementação do projeto realizaram os equipamentos multidisciplinares de profissionais de todos os países participantes no projeto sobre deficientes da ALBA.
 - 4. Com respeito a financiamento.** Em todos os casos houve colaborações de recursos técnicos e profissionais por parte dos países em desenvolvimento. Porém, estes países assumiram também, proporcionalmente a suas possibilidades, contribuições de caráter financeiro: no caso de ALBA, o orçamento foi financiado exclusivamente com estas contribuições; nos casos do MERCOSUL, Conferência Ibero-Americana e OEA, as contribuições destes países foram complementadas com as realizadas pela Cooperação Internacional, através de doadores como a Espanha, BID, FONPLATA, CAF ou Banco do Sul. No que se refere a estes últimos casos, cabe assinalar que o conjunto destas colaborações foi gerenciado através dos denominados Fundos de Cooperação, concretamente: FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL), Fundo de Cooperação em Gestão Territorial de Proterritórios; e FEMCIDI (Fundo do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral).
 - 5. Outros aspectos.** O conteúdo das Tabelas IV.4 e IV.5 sugere que houve uma aposta clara em garantir a sustentabilidade dos projetos. Neste sentido, incidiu-se em diversos aspectos, entre os que se destacaram a formação de profissionais dos países receptores, a integração das políticas resultantes nas estratégias e prioridades nacionais, e a busca de fontes estáveis de financiamento que assegurassem a continuidade dos projetos já empreendidos.

Tabela IV.4. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, em um marco institucional Sul-Sul. 2009

Marco institucional	ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas)	MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)
Projeto	Projeto Estudo de Pessoas com Deficiência	Observatório Regional Permanente de Integração Produtiva (OR-PIP) (Linha 5 do Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL)
Objetivo e setor de atividade	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar pessoas com deficiência • Estudar causas • Determinar necessidades • Responder integralmente dando prioridade aos casos mais críticos <p>Setor: Saúde</p>	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corrigir assimetrias entre as economias dos países membros do MERCOSUL • Fortalecer a complementaridade produtiva das empresas do MERCOSUL, especialmente das PYMES e das pertencentes a países membros de menor nível de desenvolvimento relativo • Fortalecer o setor público, para que capacite, financie, apoie as mencionadas empresas <p>Setor: Empresas</p>
Participantes	<p>Ibero-Americanos: Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela.</p> <p>Outros: San Vicente e Granadina, Dominica e Antígua e Barbuda.</p>	<p>Ibero-Americanos: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.</p>
Gênesis	Nasceu no âmbito nacional cubano (2001-2003). Por seus positivos resultados aplicou-se bilateralmente na Venezuela (2007-2008). Em 2009 integrou-se a ALBA e, a petição dos Governos, aplicou-se no Equador, Nicarágua e Bolívia. Em 2010 prevê-se estendê-lo ao resto de países membros.	Em 2008, coincidindo com a Presidência Pro Tempore da Argentina, o MERCOSUL decidiu avançar em seu propósito de integração produtiva. Em um contexto de economias de distinto desenvolvimento relativo, isto se traduziu em fixar como objetivo o avanço na direção de uma maior complementaridade das empresas nacionais. Conforme isto, apostou-se no Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL; um programa que facilitasse a complementaridade entre empresas nacionais (especialmente as PYMES e as de países de menor nível de desenvolvimento relativo), através do fortalecimento das políticas públicas.
Mecanismos execução	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Estudo e análise por métodos clínicos, epidemiológicos, pedagógicos e sociais. • Criação de equipamentos de trabalho multidisciplinares: 400 profissionais médicos cubanos (de distintas especialidades), especialistas em informática e pessoal autóctone (alguns formados na Escola Latino Americana de Medicina (ELAM), em Cuba ou na Venezuela. • Articulação de resposta junto a organismos e dependências nacionais, em um âmbito de atuação de acordo com a política nacional em matéria de deficientes 	<p>Programa de Integração Produtiva tem 7 linhas de ação horizontal, entre estas: a cooperação entre organismos vinculados ao desenvolvimento empresarial e produtivo, a complementação em Pesquisa e Desenvolvimento, a transferência de tecnologia e a formação de recursos humanos. A linha 5 corresponde ao Observatório Regional Permanente de Integração Produtiva (ORPIP). Esta linha:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realiza diagnósticos dos setores produtivos a nível regional, assim como da situação das Micro, Pequenas e Médias Empresas dos países membros do MERCOSUL (mais Venezuela). De fato, sua primeira função é criar um Sistema Geográfico de Informação Produtiva • Gera insumos para o esboço e desenvolvimento de programas e/ou políticas públicas que favoreçam a integração produtiva entre as empresas dos distintos países • Dispõe de distintos instrumentos: <ul style="list-style-type: none"> - Assistências Técnicas entre países - Seminários – Oficina de um país para o resto dos países participantes - Coordenação de políticas setoriais
Mecanismos financiamento	<p>Todos os países doam bens e serviços básicos (medicamentos, cadeiras de rodas...); construções (habitações, centros de acolhimento de crianças, laboratórios cito genéticos...).</p> <p>Cuba e Venezuela, ademais, contribuem com recursos profissionais, técnicos, materiais e financeiros.</p> <p>Os países receptores contribuem com recursos profissionais e assumem custos de manutenção.</p>	<p>Tratando-se de um instrumento para corrigir as assimetrias entre os países, seu financiamento emoldura-se no Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM); o qual se nutre, principalmente, de fundos próprios (colaborações dos distintos países em proporção à sua capacidade). Não obstante, em certas ocasiões se complementa com alternativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organismos de crédito nacionais, regionais e internacionais (como CAF, BID, FONPLATA; Banco do Sul...) • Doadores tradicionais (por exemplo, Espanha)
Outros	A sustentabilidade vem garantida por sua integração em políticas nacionais. Ademais, o Centro Nacional de Genética Médica de Cuba forma profissionais da Venezuela e do Equador (e proximamente da Nicarágua e Bolívia).	Transita para um financiamento estável através do futuro estabelecimento do Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

Fonte: SEGIB a partir da Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Lucángeli (2008); e o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL (http://www.mercosur.coop/recm/IMG/pdf/Programa_de_Integracion_Productiva_del_Mercosur.pdf).

Tabela IV.5. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, em um marco institucional Norte-Sul. 2009

Marco institucional	Conferência Ibero-Americana	OEAs (Organização de Estados Americanos)
Projeto	Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão territorial (pró territórios)	Programa de Redução de Desastres para o Desenvolvimento Sustentável nas Cidades de Piura (Peru) e Machala (Equador)
Objetivo e setor de atividade	<p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade, eficiência e impacto das políticas e o gasto público. Desenvolver capacidades em gestão territorial nas instituições, organizações sociais, membros e agentes públicos. Fomentar e articular a participação, descentralização e reorganização dos sistemas produtivos com visão espacial <p><u>Setor:</u> Fortalecimento institucional e Desenvolvimento rural integral rural integral</p>	<p><u>Objetivo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Reduzir a vulnerabilidade da população assentada em zonas de perigos naturais e prevenir vulnerabilidades futuras Dotar aos governos locais, Defesa Civil, comunidade e demais membros das cidades de Machala e Piura, de um Sistema de Gestão do Risco de Desastres <p><u>Setor:</u> Prevenção de desastres</p>
Participantes	<p><u>Países ibero- americanos:</u> Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Panamá e Peru</p> <p><u>Apoio:</u> Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)</p>	<p><u>País ofertante:</u> Peru</p> <p><u>País receptor:</u> Equador</p>
Gênesis	Desde 2006, alguns responsáveis ibero americanos por políticas públicas de desenvolvimento rural trocaram informalmente experiências sobre gestão de territórios. Cedo constatarem a necessidade de buscar mecanismos para articular os mencionados intercâmbios e cobrir carências de recursos, de âmbitos legislativos e de esboço de políticas e estratégias que vinculem a gestão territorial com o desenvolvimento sustentável. Conforme isso e à iniciativa de México e Espanha, a XVIII Cúpula Ibero Americana de El Salvador em 2008 aprovou o Programa Ibero Americano Pró territórios.	Piura e Machala são duas cidades importantes da Região Fronteiriça Peru – Equador. Nos últimos anos, ambas as cidades cresceram desordenadamente. Por isso, a população foi ocupando áreas muito vulneráveis às inundações, sobretudo em épocas de chuvas torrenciais e quando cresce o fenômeno El Niño. Ante esta situação, ambos os países levaram aos órgãos pertinentes do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI), uma solicitação de apoio ao intercâmbio de experiências em matéria de prevenção de desastres
Mecanismos execução	<p>O Programa constituiu-se entorno de três linhas de ação:</p> <ol style="list-style-type: none"> Conhecimento, pesquisa e sistematização de lições aprendidas. Observatórios de Desenvolvimento Territorial. Desenvolvimento de capacidades em gestão territorial (desenvolvimento de âmbitos legislativos e normativos, esboço de novas estratégias e políticas públicas, dotação de instrumental técnico e humano, entre outros). Programa de conectividade (mecanismo de divulgação e interlocução). <p>As ferramentas utilizadas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> A geração de informação A formação dos membros Assessorias Assistências Técnicas <p>A implementação segue o Plano de Ação 2009-2010, definido através da soma das ações com que, a nível nacional, concordaram os países com o próprio Programa. Em certas ocasiões as ações recebem cooperação técnica e de gestão de Organismos Internacionais como a IICA e a UNFPA.</p>	<p>Intercâmbio de capacidades e experiências que permitam a transferência de capacidades do Peru a Equador nos seguintes âmbitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Esboço de Planos de Redução de Desastres. Devem incluir: 1) Avaliação de perigos, vulnerabilidade, riscos e medidas sobre o uso do solo; 2) Métodos de identificação e priorização de projetos de prevenção e mitigação de desastres. Fortalecimento de Instituições Locais em Gestão do Risco de Desastres.
Mecanismos Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> Os países contribuem com recursos humanos e técnicos que se complementam com os financeiros. Constituiu-se um Fundo de Cooperação em Gestão territorial, administrado pela SEGIB, que opera em coordenação técnica, administrativa e financeira com a Secretaria Técnica do Programa. O Fundo nutre-se de: 1. Colaborações voluntárias de cada país. 2. Doações da Cooperação Internacional. 	<p>O financiamento corre a cargo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fundo do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (FEMCIDI), o qual nutre-se de colaborações dos países membros segundo uma tabela acordado. Recursos disponibilizados pelas contrapartes dos países participantes (neste caso os Institutos de Defesa Civil do Peru e Equador).

Tabela IV.5. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, em um marco institucional Norte-Sul. 2009 (continuação)

Marco institucional	Conferência Ibero-Americana	OEA (Organização de Estados Americanos)
Outros	A sustentabilidade do programa e sua viabilidade tem sido uma preocupação permanente dos países. Por trás de uma primeira avaliação das ações executadas, valorizam positivamente seu progresso e reforçam os aspectos que garantam o êxito da iniciativa.	Complementado com o Programa Binacional de Desenvolvimento Fronteiriço Peru- Equador. O mencionado Programa combina: a integração e cooperação entre os dois países, junto à execução de programas e projetos de infraestrutura social e produtiva.

Fonte: SEGIB a partir da Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: experiências segundo o âmbito de institucionalidade

Entre os projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional relatados pelos países para esta edição do *Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero América*, destacam-se alguns que não se desenvolveram no contexto dos esquemas de acordo regional tradicionalmente considerados. Neste sentido e como já se avançou, os países associaram características de horizontalidade e componentes Sul-Sul a experiências regionais de institucionalidade muito distinta. As Tabelas IV.6 e IV.7 reúnem 4 destas experiências: as duas primeiras vêm marcadas por forte caráter setorial; as duas segundas se referem a programas de cooperação que combinam componentes triangulares com os próprios da regional.

De concreto, foram selecionadas duas experiências setoriais: o Plano Modelo de Acesso à Justiça da Conferência de Ministros de Justiça dos países Ibero-Americanos (COMJIB) e o projeto sobre Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional do Instituto de Nutrição da América-Central e Panamá (INCAP). Tanto a COMJIB como o INCAP, ainda estando emoldurados por esquemas de acordo mais amplos (a Conferência Ibero-Americana em um caso e o Sistema de Integração Centro americano –SICA- no segundo) são organismos independentes com capacidade jurídica própria, forjados regionalmente para enfrentar problemas setoriais concretos (Justiça e Segurança Alimentar, respectivamente). De fato, ambas as instituições iniciaram sua atividade anteriormente aos próprios esquemas de acordo (em 1949, o INCAP e nos anos 70, a COMJIB), e têm como máximos órgãos diretivos uma Secretaria Geral (a COMJIB) e um Conselho formado pelos Ministros de Saúde dos países centro americanos junto à diretora da Organização Pan-americana da Saúde (OPS) (o INCAP).

Com respeito aos componentes horizontal, Sul-Sul e regional, ambos os projetos (Tabela IV.6) voltaram a ter a participação de pelo menos 18 dos 22 países ibero-americanos. Compartilharam, como objetivo final, o esboço de políticas públicas em seus respectivos âmbitos. Neste sentido, trataram de homogeneizar as capacidades existentes através da execução de projetos de Cooperação Técnica cujos instrumentos recorrentes foram os Estudos, as capacitações, a transferência de recursos e as assistências técnicas entre países (Sul-Sul, em alguns casos; Norte-Sul, em outros). Ainda assim, tratou-se de projetos nascidos por solicitação dos receptores e nos que estes, junto aos ofertantes, trabalharam de maneira conjunta e coordenada. De fato e muito especialmente no caso do Plano de Acesso à Justiça, foram os próprios países do Sul, no duplo papel de ofertantes e receptores, que marcaram as linhas de atuação a seguir. Finalmente, no caso da COMJIB, o financiamento proveio de recursos da própria organização, nutridos através das cotas dos países membros e as colaborações voluntárias dos participantes em cada linha de ação. Por sua parte, os projetos do INCAP foram financiados pela OPS, organismo de apoio cujos fundos combinaram cotas de países e AOD mundial. Cabe acrescentar aqui que outros organismos, como a Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho (CIMT), mostraram mecanismo similar de gênese, funcionamento e institucionalidade. O Quadro IV.1 mostra as assistências técnicas que a CIMT impulsionou através da Rede Interamericana de Administração Laboral (RIAL).

Tabela IV.6. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, cuja institucionalidade está determinada pelo setorial. 2009

Marco institucional	COMJIB (Conferência de Ministros da Justiça dos países Ibero-Americanos)	Instituto de Nutrição da América -Central e Panamá (INCAP), instituição do Sistema de Integração da América-Central (SICA)
Projeto	Plano Modelo de Acesso à Justiça (Uma das 7 linhas de trabalho da COMJIB. Liderada pelo Chile)	Vigiando a Segurança Alimentar e Nutricional
Objetivo e setor de atividade	<p><u>Objetivo:</u> Garantir o acesso à Justiça a todos os cidadãos dos países participantes, com ênfase na inclusão de grupos vulneráveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População indígena • Jovens • Mulheres <p><u>Setor:</u> Justiça</p>	<p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotar os países centro americanos de um Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) com caráter regional. • Melhorar a capacidade definitiva desses países na toma de decisões e o esboço das políticas que afetam essa esfera da saúde pública. <p><u>Setor:</u> Fortalecimento institucional e saúde</p>
Participantes	<p><u>Países que marcam as linhas de atuação:</u> Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.</p>	<p><u>Países ibero americanos:</u> Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. <u>Países não Ibero americanos:</u> Belize <u>Apoio:</u> Organização Pan-americana da Saúde (OPS), através do orçamento e de suas escritórios nos países</p>
Gênese	<p>Em 2006, durante a seção plenária de Las Palmas (Espanha), a COMJIB decidiu impulsionar como Linha de trabalho prioritária o "Acesso à justiça". Um ano após, celebrou-se no Chile uma reunião de Especialistas neste tema. O principal resultado foi um "Guia de Boas Práticas de Acesso à Justiça" nas quais foram definidos o modelo de justiça a que se aspira e o tipo de atuações a seguir para sua implementação (estratégias de informação, capacitações , criação de unidades especializadas).</p>	<p>O projeto foi desenvolvido por solicitação dos países segundo as guias estabelecidas no PABA sobre TPD. Neste sentido, os países dispunham, a modo individual, de contextos legais e mecanismos de análise e informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2008, não obstante, foi detectada a necessidade de avançar na direção de uma homogeneização de capacidades e instituições que permitisse, ademais, a geração atualizada e sistematizada de informação regional. A formulação do projeto requereu: um diagnóstico geral dos subsistemas de informação; uma análise DAFO dos subsistemas existentes; o esboço de uma proposta metodológica para a operação de um SISVAN a partir dos subsistemas existentes.</p>
Mecanismos execução	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de políticas Intergovernamentais • Assistências Técnicas entre os países. Os mesmos que marcam as linhas de atuação podem participar destas como ofertantes, ou como receptores. Ainda assim, outros países da COMJIB, como Espanha ou Portugal, podem prestar assistência. Duas das executadas em 2009 são: <ol style="list-style-type: none"> a. Promoção da Cultura de Paz entre jovens em conflito com a lei no Equador, com transferências do Brasil e Espanha. b. Criação de Escritórios Integrais de Atenção a vítimas de violência de gênero na Bolívia, com assistências da Espanha, Brasil e Peru 	<p>Para sua execução dotaram-se os países de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos de diagnóstico sobre indicadores, disponibilidade de informação e subsistemas de informação existentes • Um pacote de software • Uma proposta metodológica para implementação do SISVAN desenvolvido pelo INCAP <p>A partir daí e ao longo de 2009, os países:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trocaram experiências • Participaram em oficinas presenciais <p>Parte da execução teve um caráter virtual</p>
Mecanismos Financiamento	<p>Recursos da COMJIB nutridos através das cotas dos países membros, mais as colaborações voluntárias dos países participantes em cada uma das linhas de ação. Neste último caso destaca-se o Fundo disponibilizado pela cooperação espanhola.</p>	<p>O orçamento chegou a 61.400 dólares, sendo assumido pela Organização Pan-americana da Saúde (OPS), cujos fundos combinam as cotas dos países e as colaborações de doadores de cooperação internacional.</p>

Fonte: SEGIB a partir da Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela IV.7. Caracterização de triangulações com caráter regional. 2009

Marco institucional	Programa regional HIV-SIDA	Fundo para projetos de caráter regional do NORAD (Agência Norueguesa para a Cooperação)
Projeto	Projeto de harmonização de políticas públicas em Educação Sexual e Prevenção do HIV-AIDS no âmbito escolar	Projeto "Desenvolvendo capacidades e compartilhando tecnologia para a gestão da biodiversidade: Herbários na América - Central"
Objetivo e setor de atividade	<u>Objetivo:</u> Assegurar o acesso dos jovens escolarizados à educação sexual e preventiva frente à AIDS <u>Setor:</u> Educação sexual e Saúde reprodutiva	<u>Objetivos:</u> • Desenvolvimento de capacidade para gerar e administrar informação botânica que possa ser integrada a processos socio-produtivos. • Apoiar a construção de uma agenda regional de conservação e desenvolvimento. <u>Setor:</u> Biodiversidade (Meio Ambiente)
Participantes	<u>Ofertantes e receptores:</u> Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. <u>Apoio de:</u> • Departamento VIH-AIDS e hepatite viral do Ministério de Saúde Pública do Brasil • Agência Alemã de Cooperação (GTZ) • Programa Conjunto das Nações Unidas para a Luta contra a AIDS (ONUSIDA)	<u>Oferecente:</u> Costa Rica, através do INBIO (Instituto Nacional de Biodiversidade, Organização Não Governamental legislada publicamente por sua importância crítica). <u>Receptores:</u> Países centro-americanos (El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) <u>Colaboradores:</u> Universidades dos países participantes
Gênese	Em 2006, uma consulta do MERCOSUL mostrou que os países da região tinham poucas capacidades instaladas em termos de educação sexual e prevenção do VIH-AIDS no âmbito escolar. Frente a esta situação, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai decidiram implementar projetos de cooperação horizontal que assegurassem o acesso dos jovens à informação pertinente e que fortalecessem as políticas nacionais em educação sexual e prevenção do VIH-AIDS.	Até 2002, a Noruega foi um dos principais doadores de AOD à Costa Rica. Parte de seu apoio se dirigia a organizações como INBIO. Quando, em 2002, a Costa Rica passou a ser classificada como PRM, a Noruega decidiu transformar parte de seu AOD em Fundos para projetos de caráter regional, como o gerido pelo INBIO para os anos de 2003-2009.
Mecanismos execução	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de políticas públicas • Assistências Técnicas entre países participantes • Capacitações de formadores 	Os países identificaram necessidades e solicitaram: • Intercâmbios de experiências e estágios entre herbários de distintos países • Oficinas de formação <u>Exemplos concretos:</u> • Em toda a região. Oficinas de plantas comestíveis. Contribuiu para a segurança Alimentar sem necessidade de cultivar, pois estão no entorno. • Petén (Guatemala). Foram detectadas crianças que chegam aos postos de saúde intoxicados por alguma planta. A capacidade de reação é crucial, porém por muitas vezes os profissionais da saúde não conhecem as plantas. Foi elaborado um guia sobre plantas tóxicas, que foi entregue aos postos de saúde, de maneira que se facilitou a capacidade de reação em casos de intoxicação. • Copán (Honduras). Sua riqueza arquitetônica está nas vizinhanças de grande diversidade natural. Foram capacitados os guias de turismo sobre isso.
Mecanismos financiamento	Financiado para finalidade de triangulação, pelo que as principais colaborações procedem da Agência Alemã de Cooperação (GTZ) e do Ministério de Saúde Pública do Brasil. Somam-se, neste caso, contribuições dos organismos de apoio, como pode ser a ONUSIDA.	Os Fundos procedem principalmente da Cooperação Norueguesa. O INBIO é o responsável pela gestão.
Outros	Êxitos que garantem sua sustentabilidade: 1) Institucionalização de conceitos, metodologias e produtos; 2) Fortalecimento de políticas públicas; 3) Aumento de capacidades de educação sexual; 4) Inclusão da educação sexual nos currículos de centros escolares e primários; 5) Designação do orçamento dos Ministérios de Educação, Contribuição para o "Convênio Ministerial prevenir com Educação".	O projeto aumentou e acumulou um grande capital social: preparou amplo grupo de cientistas; resgatou conhecimentos tradicionais; difundiu informações científicas a diversos públicos; disponibilizou novas estratégias de gestão da relação sociedade-natureza; reconstituiu e fortaleceu os herbários como instituições de caráter nacional. Uma das chaves para o êxito do projeto foi o respeito às características culturais e as particularidades das instituições envolvidas.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; material do Instituto Nacional de Biodiversidade (INBIO) da Costa Rica (<http://www.inbio.ac.cr>); documentação do Programa Regional de VIH AIDS para a América Latina, Caribe e África da Agência Alemã de Cooperação (GTZ) no Brasil (<http://www.gtz.de/en/index.htm>).

Quadro IV.1. Rede Interamericana para a Administração Laboral (RIAL)

Em 2001, a Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) da Organização de Estados Americanos (OEA) identificou como prioridade o fortalecimento institucional de seus respectivos Ministérios. Após vários debates entorno dos mecanismos a empregar, em 2005 a CIMT decidiu criar a RIAL (Rede Interamericana para a Administração Laboral). Formada por todos os países membros da OEA, foi concebida como um mecanismo de cooperação e de assistência técnica entre os Ministérios do Trabalho dos países membros. Sua Secretaria Técnica está, de fato, no Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) da CIMT.

Em sua primeira etapa, entre 2006 e 2009, a cooperação horizontal implementou-se, principalmente através das seguintes ferramentas:

- Um Portfólio de Programas (www.sedi.oas.org/ddse/rial) que sistematiza os programas executados pelos Ministérios do Trabalho na área da Administração Laboral e que serve para planejar cooperações de caráter Sul-Sul e Norte-Sul entre as distintas administrações.
- A realização de oficinas e seminários hemisféricos nos quais analisar experiências, extrair lições e apresentar recomendações.
- O estabelecimento de Fundos de Cooperação que coordenem e financiem as atividades de cooperação bilateral (Sul-Sul e Norte-Sul) entre os Ministérios. Através de convocatórias abertas, os Ministérios apresentam propostas de assistência técnica bilateral negociadas diretamente entre estes, por solicitação do receptor e de acordo com suas capacidades e debilidades. Neste momento, os fundos contam com várias contribuições da própria OEA, junto à do Canadá, Estados Unidos, Brasil, México e Argentina.
- A realização de estudos e documentos técnicos.

Todas as atividades foram executadas pelos Ministérios do Trabalho dos países membros, que podem exercer, segundo o caso, o duplo papel de ofertantes e receptores. Não obstante, podem receber apoio técnico externo de outros membros, como sindicatos patronais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), entre outros.

Um exemplo concreto da cooperação realizada nestes anos foi a assessoria que a Argentina prestou ao Equador para esboçar e implementar seu Observatório laboral, referenciado em seu homônimo Observatório de Emprego e Dinâmica Empresarial; uma ferramenta útil para a orientação da tomada de decisões em políticas de emprego.

Fonte: Histórias de Caso do Evento de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul e Eficácia da Ajuda de Bogotá (www.impatalliance.org).

Por sua parte, houve outras experiências relatadas como Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que também mostraram particularidades tanto em sua institucionalidade como em sua operatividade. Tratou-se, tal como ficou reunido na Tabela IV.6, de um Projeto de harmonização de políticas públicas em Educação sexual e prevenção do VIH-AIDS no âmbito escolar e de um dedicado ao Desenvolvimento de capacidades na gestão de biodiversidade. Ambos os projetos responderam a triangulações de execução regional:

- No primeiro, a Agência Alemã de Cooperação (GTZ) junto com o Programa das Nações Unidas para a Luta contra a AIDS (ONUSIDA) disponibilizaram o apoio financeiro e técnico; o Ministério de Saúde Pública do Brasil atuou como principal ofertante, pois sua experiência na luta contra a AIDS é amplamente reconhecida na região; e o resto dos países (Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai), em sua participação em um intercâmbio de experiências e de assistências técnicas marcadas pela horizontalidade, exerceram um duplo papel (ora como receptores, ora como ofertantes).

-
- No segundo, a Agência Norueguesa de Cooperação (NORAD) disponibilizou à Costa Rica, através de seu Instituto Nacional em Biodiversidade (INBIO), um Fundo para a execução de projetos regionais; o INBIO geriu o Fundo e articulou uma cooperação técnica horizontal de caráter regional entre entes públicos homólogos e universidades de vários países centro-americanos (El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), tudo isso também por solicitação destes mesmos países.

Conforme o anterior e se seguir analisando os detalhes de ambos os projetos (Tabela IV.7), confirma-se que as duas experiências apresentaram suficientes características de horizontalidade, regionalidade e Sul-Sul como para serem identificadas pela modalidade de cooperação aqui tratada. Para finalidades de síntese, baseou-se em cooperação técnica; recorreu-se ao uso de assistências técnicas, capacitações e coordenações de políticas; estiveram orientados ao fortalecimento das políticas e as instituições públicas em todos os níveis (local, nacional e regional); responderam a mecanismos “*demand-driven*”; além de haverem sido executadas sob a atuação conjunta e coordenada de todos os membros participantes. Contudo, algumas de suas características diferiram dos associados a priori à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional:

- Nenhuma das experiências descritas foi executada sob o âmbito dos esquemas de acordo regional. Neste sentido, tampouco gozaram de uma institucionalidade ou de uma capacidade jurídica própria. Tratou-se, pois, de projetos ou programas de cooperação cuja gênese esteve, de algum modo, relacionada com a AOD mundial.
- De fato e em correspondência com o anterior, tiveram menos autonomia financeira e gozaram de maior apoio em fundos de origem externa. De concreto e como já se assinalou, o grosso do financiamento proveio das cooperações alemã e norueguesa.
- A natureza dos membros envolvidos foi muito variada. Participaram, por exemplo, instituições governamentais nacionais (Ministério de Saúde Pública do Brasil); universidades públicas (caso da Nacional Autônoma de Honduras - UNAH-); organismos intergovernamentais (como ONUSIDA); e inclusive Organizações Não Governamentais (como o próprio INBIO, organização, porém, que o Governo costa-riquenho submeteu a legislação pública por sua importância crítica para o país).
- A procedência dos fundos e o apoio de organizações multilaterais dotou esses projetos e programas de um componente Norte-Sul mais forte que nos casos anteriormente analisados.

Uma experiência de características similares foi o projeto de Agro saúde dedicado ao aumento da segurança Alimentar através do melhoramento genético de produtos que fazem parte da dieta básica latino americana, reunido no Quadro IV.2. Trata-se de um projeto de triangulação regional apoiado pela cooperação canadense; coordenado e liderado pela Colômbia; executado via cooperação técnica em 14 países da região, todos eles com papéis duplos de ofertantes e receptores; e com participação de membros públicos e privados.

Conforme o anterior e como reflexão final, a análise realizada ajuda a avançar em um dos objetivos apresentados em princípios do Capítulo: a maior delimitação conceitual da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Neste sentido, a análise realizada afeta sobretudo a institucionalidade associada a esta modalidade de cooperação, mas também, e de maneira importante, a natureza dos membros que a protagonizam. De fato, ao longo dos próximos anos, um desafio importante da Cooperação Sul-Sul consistirá em definir qual papel podem desempenhar efetivamente os membros não governamentais em uma cooperação cujo objetivo final parece residir no fortalecimento das instituições e políticas públicas.

Quadro IV.2. O Projeto Agro saúde: Segurança alimentar e biofortalecimento de cultivos

Há alguns anos começou-se a falar da “Fome oculta”, um problema associado à ingestão de produtos como arroz, feijão, milho e batata-doce. Altamente calóricos, acalmam a fome ao serem consumidos, mas amiúde não alimentam o suficiente. A “Fome oculta” afeta, sobretudo, ainda que não exclusivamente, a países em desenvolvimento, dentro dos quais são especialmente vulneráveis certos grupos, como as mulheres grávidas e crianças com menos de 5 anos. Frente a esta situação, 14 países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e R. Dominicana, além do Haiti) decidiram trabalhar conjuntamente na melhoria genética daqueles produtos que, fazendo parte da dieta básica dos latino americanos, mostrassem carências nutricionais. Trabalhava-se, assim, além disso, na melhoria da segurança alimentar da região.

O projeto configurou-se como um consórcio de instituições internacionais, públicas e privadas, dedicadas a melhorar a segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe, mediante o desenvolvimento de cultivos com maiores conteúdos de nutrientes e melhores características agrônômicas. Participaram dele 5 instituições líderes em agro saúde: o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) da Colômbia; o Consórcio Latino Americano e do Caribe de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento da Mandioca (CLAYUCA), com sede na própria CIAT; o Centro Internacional da Batata (CIP), do Peru; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Brasil; e o Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo (CIMMYT), com uma sede regional na Colômbia.

As instituições que foram aderindo dos 14 países latino americanos (como o Instituto Nacional de Pesquisas de Grãos, de Cuba) trabalharam no âmbito das convocatórias do consórcio. Participaram em oficinas anuais, realizaram pesquisas conjuntas, prestaram assistências técnicas e intercambiaram experiências. Em determinadas ocasiões, instituições como o CIAT, da Colômbia, emprestaram seus laboratórios para tornar esse trabalho efetivo. De fato, foi o próprio CIAT que geriu a obtenção de fundos para viabilizar esta cooperação, ao apresentar à Agência de Cooperação Canadense (CIDA) um projeto em segurança alimentar de caráter regional.

Uma das experiências trocadas, orientadas ao esboço e implementação de políticas públicas no âmbito da segurança alimentar, foi realizada por Cuba. Neste sentido, Cuba é o país da América Latina que mais consome arroz per capita (70 kg ao ano). O Instituto Nacional de Pesquisas de Grãos decidiu melhorar o conteúdo de ferro e zinco deste produto. A experiência foi bem-sucedida, pois enquanto o arroz importado contém 3,19 mg de ferro por quilograma, o melhorado contém 5,27 mg. Em razão disso, o impacto nutricional por unidade de arroz consumida melhorou em cerca de 20%. Isto constatado projetou-se a elaboração de produtos processados com este arroz melhorado. Todo o trabalho foi incorporado de maneira explícita no Plano Nacional de Nutrição do país. Tomando este referencial, o Panamá decidiu também ligar o melhoramento genético com as políticas nacionais de nutrição.

Fonte: Instituto Nacional de Grãos (ING) dependente do MINAG (Ministério da Agricultura) de Cuba.

A AOD e o fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

A Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional reunida para a elaboração deste Capítulo inclui experiências em que participou a Espanha com dois tipos de esquemas de acordo: os quais é membro (caso dos vinculados à Conferência Ibero-Americana) e os quais não é membro (MERCOSUL, CAN ou SICA, entre outros). Em ambos os tipos de situações, contudo, chama a atenção o duplo papel representado pela Espanha. De concreto:

- Em algumas das experiências relatadas, a Espanha combina a contribuição financeira junto ao apoio técnico e profissional através, por exemplo, de sua participação em assistências técnicas, intercâmbios de experiências, seminários ou oficinas, entre outros.
- Em outras ocasiões, a cooperação espanhola se limita ao apoio financeiro. O relevante deste dado é que

não se trata de mera transferência de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) até Organismos Regionais, mas sim do uso desse instrumento em apoio a experiências concretas de caráter regional e horizontal.

Com efeito, a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) pode ser utilizada como instrumento efetivo de apoio ao fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. No caso específico espanhol, a Estratégia Multilateral da Cooperação Espanhola vigente desde 2009 (DGPOLDE, 2008) atua como guia de referência. De fato, a Estratégia adotada situa o âmbito de atuação da AOD espanhola a respeito dos Organismos Regionais.

De concreto, esta Estratégia se reflete sobre a importância e eficácia das atuações multilaterais frente aos problemas de caráter global e decide dar prioridade ao fortalecimento das capacidades do sistema multilateral de cooperação. Conforme tal, a cooperação espanhola aposta em aumentar os fundos de AOD destinados a organismos multilaterais, porém também em redistribuir esses fundos em favor de três tipos de atores: os Organismos das Nações Unidas (especialmente em toda ação orientada à consecução dos Objetivos do Milênio), Os Fundos de Desenvolvimento e as Iniciativas regionais. Neste último âmbito, o documento reconhece explicitamente o papel dos Organismos Regionais na promoção do desenvolvimento e opta por promover mecanismos que contribuam para seu fortalecimento.

No caso específico da América Latina, o anterior concretiza-se no apoio explícito a distintos esquemas de acordo regional. A institucionalização deste apoio através da assinatura dos respectivos Memorandos de entendimento e da celebração de Comissões Mistas periódicas, é um processo que está em andamento. De fato, vários Memorandos já regem a relação da Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID) com organismos como a CAN, MERCOSUL, SEGIB e SICA.

Neste sentido e tal como se reúne na Tabela IV.8, para 2009, estima-se que a Espanha destinou mais de 50 milhões de dólares de AOD a oito Organismos Regionais: os cinco Ibero-Americanos junto com CAN, SICA e MERCOSUL. Mais de duas terças partes deste total (equivalentes a uns 35 milhões de dólares) foram canalizadas para Projetos e/ou Programas que fortalecessem a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na América Latina.

De fato, a Tabela IV.8 limita-se a reunir experiências selecionadas sob um duplo critério: por um lado, casos relacionados com os organismos ibero americanos (COMJIB, OEI, OIJ, OISS e SEGIB) assim como com outros sub-regionais (CAN, MERCOSUL e SICA); e por outro lado, casos nos quais houve um destino explícito do financiamento para projetos de caráter regional, horizontal e Sul-Sul. Assim, finalmente, em 2009 a Espanha destinou 29,5 milhões de dólares a projetos de fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, realizados sob o âmbito de organismos ibero americanos; aos quais haverá que somar os 4,5 milhões destinados a projetos de iguais características, só que no contexto dos esquemas de CAN, SICA e MERCOSUL. Estas contribuições permitiram a realização de uma cooperação instrumentalizada através de assistências técnicas, formação, intercâmbios de experiências e coordenação de políticas; instrumentos todos estes que cumpriram com o duplo objetivo de fortalecer as políticas públicas dos países latino americanos ao mesmo tempo em que dotavam a região com uma maior capacidade para fazer frente a problemas de caráter global.

Tabela IV.8. Apoio da Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através de sua AOD. 2009

Organismo/Mecanismo de acordoregionalreceptor dos fundos	Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul			
	Volumede fundos (dólares)	Âmbito de aprovaçãodos fundos	Mecanismo de fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	Exemplos de projetos apoiados com os mencionados fundos
Programas Ibero-Americanos e Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)	17.772.858	Cúpula de Chefes de Estado e Governo; Comissão Mista	- Intercâmbio de experiências em políticas públicas - Assistências Técnicas entre países - Formação de funcionários, técnicos e responsáveis políticos - Coordenação de políticas inter-governamentais	- Programa Ibero-Americano de Formação e Transferência Tecnológica em matéria de Gestão integrada de Recursos Hídricos - Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul - Observatório de Gênero - Emergências e desastres naturais - Boas práticas sobre PYMES
Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI)	10.011.874	Comissão Mista	- Intercâmbio de experiências em políticas públicas - Coordenação de políticas inter-governamentais - Assistências Técnicas entre países - Formação de gestores públicos - Réplica de boas práticas - Difusão de conhecimento	- Programa para o desenvolvimento e a modernização da Educação Técnico Profissional na Ibero América - Programa de Apoio à qualidade da educação básica na Ibero América - Programa de Formação e Capacitação na cultura (ACERCA)
Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB)	1.295.365	Comissão Mista	- Intercâmbio de experiências em políticas públicas - Coordenação de políticas inter-governamentais - Assistências Técnicas entre países	- Programa de atenção à mulher vítima de violência de gênero. - Promoção da cultura de paz entre jovens em conflito com a lei - Plano Modelo de Acesso à Justiça
Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ)	226.299	Comissão Mista	- Intercâmbio de experiências em políticas públicas - Formação de técnicos e gestores públicos	- Sistema Ibero-Americano de Indicadores de Juventude - Formação de operadores em políticas públicas de juventude
Organização Ibero-Americana da Seguridade Social (OISS)	114.373	Comissão Mista	- Coordenação de políticas inter-governamentais	- Convênio Ibero-Americano de Seguridade Social
Total Ibero-Americanos	29.420.769	---	---	---
Comunidade Andina de Nações (CAN)	2.789.600	Memorando entendimento	- Intercâmbio de experiências em políticas públicas - Coordenação de políticas inter-governamentais - Assistências Técnicas entre países - Formação de técnicos e gestores públicos	Programa Regional Andino (PRA), com atividades como: - Oficina preparatória do Programa Justiça e Luta contra o Delito na Comunidade Andina. - Oficina sobre Análise de Dinâmicas de Mudança de Cobertura e Uso da Terra nos Andes do Norte e Centro
Sistema de Integração Econômica Centro Americano (SICA)	1.738.989	Comissão Mista	- Convênios - Projetos executados através de organismos dependentes (o SITCA -Sistema da Integração Turística da Centro América ou a OSPESCA -Organização Pesqueira Centro Americana-, entre outros)	- Projeto Fortalecimento do serviço civil na América Central e República Dominicana - Programa de Formação em integração regional para funcionários centro-americanos - Elaboração de um programa de qualidade para o serviço turístico
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	21.940	Memorando entendimento	- Assistências Técnicas entre países	- <i>Seminário-Oficina Políticas públicas nos processos de integração regional: agricultura familiar e igualdade de gênero no MERCOSUL</i> - <i>Seminário-Oficina Integração e cooperação fronteira no MERCOSUL</i>
Total Outros	4.550.529	---	---	---
Total Contribuição para o fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	33.971.298	---	---	---
Contribuição TotalaOrganismos Regionais da América Latina	75.197.954	---	---	---

Nota: Os fundos aqui incluídos não se referem ao total das colaborações da Cooperação Espanhola aos Organismos Regionais mencionados, mas sim, somente à parte das contribuições espanholas que se dirigiram, em 2009, a projetos e/ou programas executados sob uma modalidade de Cooperação Horizontal Sul-Sul regional.

Fonte : SEGIB a partir da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

CAPÍTULO V
Casos com-êxitos
de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Casos com êxito e Programa para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

As edições de 2008 e 2009 incorporaram uma novidade ao *Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*: passaram da conceitualização e sistematização de experiências de Cooperação Sul-Sul a uma primeira tentativa de identificar, ademais, os casos que pudessem responder às denominadas “boas práticas”, “melhores práticas” ou “experiências com êxito”. Tratava-se, pois de avançar em um dos debates sobre o qual gira a atual agenda internacional sobre desenvolvimento: o da relação entre Cooperação (neste caso Sul-Sul) e Eficácia.¹

Os critérios adotados para identificação deste tipo de experiências respondiam aos consensos a que, em sucessivas reuniões, iam chegando os Responsáveis pela Cooperação Ibero-Americana. Neste sentido, ficava estabelecido que os mencionados critérios deviam combinar questões relativas não apenas aos resultados obtidos, mas também, ao processo de implementação. De concreto e tal como se reunia no próprio Informe e em seu guia metodológico, os projetos selecionados deviam:

- a) “...haver nascido de um consenso entre países considerados sócios; um consenso preferencialmente pautado no âmbito de uma Comissão Mista ou de sua equivalente;
- b) ...haver deixado instalada, após sua finalização, uma nova capacidade de, no mínimo, um dos sócios” (SEGIB, 2010; p.9).
- c) Como critério adicional, estimava-se que a valorização e posterior seleção como Boa Prática “devia proceder, preferencial, embora não exclusivamente, do sócio receptor” (SEGIB, 2009; p.112).

Mas conforme a importância que este tema foi adquirindo nas agendas internacional e regional, os Responsáveis pela Cooperação deram um passo a mais. Assim, e tal como se avançou no Capítulo II, na Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de San Salvador, em outubro de 2008 decidiu-se por impulsionar o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul; e em novembro de 2009 assinaram o Plano Operativo Anual (POA) do mencionado Programa Cinco Linhas de Ação, das quais a quinta se refere, exclusivamente, à necessidade de definir critérios para identificar casos com êxito entre as iniciativas de Cooperação Horizontal Sul-Sul que se realizam no Espaço Ibero-Americano (www.cooperacionsursur.org).

Resultando dessas mudanças, o presente Informe passa, pois, a incorporar o trabalho que o Programa para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul vai obtendo em termos dos agora denominados “casos com êxito”.² De fato e dado que o Programa iniciou sua atividade em janeiro de 2010, o presente capítulo resume os avanços alcançados nesta linha durante seu primeiro ano de funcionamento. Esses avanços afetam três grandes questões:

- a) A definição de critérios para identificar casos com êxito;
- b) O desenvolvimento de uma proposta metodológica para sistematizar os mencionados casos;
- c) Um primeiro exercício de sistematização a partir de dois projetos selecionados.

* Autoria principal: Unidade Técnica do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Elaboração, Maria Clara Sanín, consultora; Supervisão, Patricia González, Gerente da Unidade Técnica).

Cabe assinalar, finalmente, que a autoria principal deste Capítulo recai, justamente, na Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Os produtos são desenvolvidos utilizando-se, como insumos, as discussões e conclusões das distintas oficinas e reuniões do Programa e do *Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero América*, complementado com um processo de consulta com todos os países membros.

Critérios para identificar casos com êxito

Os países membros do Programa estão conscientes da necessidade de se conseguir uma Cooperação Sul-Sul cada vez mais eficaz e horizontal. Identificar casos com êxito que cumpram com ambos os requisitos permite: destacar e compartilhar os aprendizados e avanços práticos dos países, detectar aspectos nos quais é necessário melhorar, dar visibilidade à cooperação e servir de guia para o planejamento de experiências futuras.

Mas para se definir um caso como “com êxito”, é necessário contar com alguns critérios comuns. Assim, e partindo dos critérios já trabalhados nas edições precedentes, o Programa buscou se aprofundar em aspectos próprios da Cooperação Horizontal. Ainda assim e por ora, decidiu limitar a aplicação dos resultados que fora obtendo a projetos executados sob a modalidade de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Um desafio para o futuro é, contudo, analisar a aplicabilidade dos avanços conseguidos a esquemas de Cooperação Regional e Triangular.

Neste sentido e tal como se observa no Quadro V.1, a análise realizada permitiu estabelecer 12 critérios que facilitem aos países identificar casos com êxito de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Esses critérios, sujeitos a contínua melhora a partir da reflexão conjunta por parte dos membros do Programa, procuram ser mínimos comuns que não excluam outros critérios que cada país considere relevantes. Para interpretá-los cabe assinalar que:

- a) Os critérios se dividem em dois grupos: os primeiros afetam o *processo* da cooperação e se espera deles que reflitam sua horizontalidade; os segundos associam-se aos *resultados* do projeto e se espera que reflitam sua eficácia.
 - b) Desejando que esses critérios fossem o mais facilmente identificáveis para os países, estabeleceu-se para cada um deles uma definição que permitisse um entendimento comum entre os membros do Programa.
 - c) Finalmente, cada critério se relacionou à fase do projeto a que corresponde:
 - Fase 1, de identificação da cooperação;
 - Fase 2, de formulação e negociação;
 - Fase 3, de implementação do projeto;
 - Fase 4, relativa aos resultados obtidos.

Aplicando esses critérios, cada país define quais experiências relata como cooperação com êxito, sendo o ideal que seja o receptor o que a relata. Neste sentido, esses critérios não constituem um mecanismo de avaliação, mas antes um guia para facilitar sua identificação. É importante esclarecer que para que um país decida selecionar um caso como experiência com êxito, deve ter resposta para todos os critérios estabelecidos.

Quadro V.1. Critérios para identificar casos com êxito de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Identificação	<p>Demanda do solicitante ante uma necessidade estratégica A cooperação técnica é gerada por demanda do país solicitante para responder a temas prioritários definidos no Plano de desenvolvimento do país, leis ou outros documentos oficiais como planos setoriais, institucionais Ou territoriais.</p>
	<p>Capacidade do ofertante no tema A experiência/capacidade que o país ofertante compartilha é uma experiência com êxito em seu país e tem o interesse e a capacidade para compartilhá-la.</p>
Formulação negociação	<p>Horizontalidade na negociação O sócio ofertante e o sócio solicitante estabelecem a cooperação de maneira voluntária, sem exigir condições e/ou imposições políticas o comerciais.</p>
	<p>Consenso no planejamento Os objetivos, atividades e recursos necessários para a cooperação são definidos por consenso entre ambos os sócios e ficam formalizados em um documento oficial.</p>
	<p>Adaptabilidade ao contexto O país ofertante considera as particularidades do contexto e das instituições do solicitante ao planificar os mecanismos para compartilhar e adaptar sua experiência.</p>
Implementação	<p>Responsabilidade compartilhada Ambos os países disponibilizam recursos humanos, materiais e financeiros para cumprir com os cronogramas e atividades estabelecidos. A cooperação nem depende completamente de especialistas e/ou materiais do ofertante, nem gera dependência posterior em relação a ele.</p>
	<p>Economia O custo de realizar a cooperação é inferior ao que custaria desenvolver essa capacidade no país solicitante por outro meio.</p>
	<p>Inovação A experiência utiliza meios ou metodologias inovadoras para compartilhar ou transferir suas capacidades.</p>
	<p>Transparência A informação sobre esta cooperação, incluindo recursos investidos, está disponível ao público em geral.</p>
	<p>Capacidade Instalada e Benefício Mútuo Os objetivos do projeto são alcançados, deixando capacidades instaladas no solicitante. A experiência deixa ao país ofertante aprendizados valiosos para sua instituição e para futuras experiências de cooperação.</p>
Resultados	<p>Sustentabilidade dos resultados O país solicitante desenvolve mecanismos para garantir a continuidade por ocasião dos resultados obtidos.</p>
	<p>Replicabilidade O solicitante é capaz, através da execução do projeto, de oferecer suas novas capacidades a outros países que delas necessitem, ou replicá-las em seu país.</p>

Metodologia para sistematizar casos com êxitos

Um dos objetivos do Programa é que os países consigam sistematizar os casos com êxito. Esta sistematização facilitaria, por sua vez, tanto a gestão de aprendizados como a melhora na eficácia e horizontalidade da cooperação. Ao desenvolver-se este processo no âmbito de um Programa de Fortalecimento institucional da Cooperação Sul-Sul, os resultados deveriam permitir também: uma identificação dos critérios ou etapas do projeto nos quais se requer um maior desenvolvimento metodológico ou conceitual; e o desenvolvimento de ferramentas de apoio aos países.

Conforme este objetivo, esboçou-se uma primeira proposta metodológica de sistematização que fora ademais de fácil aplicação e baixo custo para os países. Esta metodologia:

- a) Proporciona uma série de perguntas guias. As perguntas permitem percorrer as fases do projeto e os diferentes critérios associados a cada uma delas. As respostas permitem, por sua vez, compilar informações relevantes sobre cada um dos critérios.
- b) Estas perguntas não devem ser entendidas como uma pesquisa, mas antes como um guia em uma série de conversações com os participantes vinculados ao projeto. Em cada uma destas conversações, a pessoa encarregada da sistematização deve pedir aos participantes entrevistados que narrem a gênese, o desenvolvimento e os resultados do projeto. Ao longo desta narração, deve-se verificar se todas as perguntas foram respondidas.

Para estas conversações deve-se ter em conta os seguintes elementos:

- a) Os participantes com os quais se deve conversar são, no mínimo: os encarregados da negociação da iniciativa em cada país e os técnicos que executaram o projeto de cooperação em cada país.
- b) A todas as pessoas envolvidas se deve explicar o propósito da sistematização e a metodologia que se utiliza antes de iniciar e resolver as dúvidas que tenham a respeito do processo ou produto.
- c) Os escritórios encarregados da Cooperação Sul-Sul de cada país devem participar na organização e desenvolvimento destas conversações.
- d) Os participantes envolvidos podem se juntar em uma mesma reunião ou realizar várias, dividindo os participantes por países ou por etapas de implementação.
- e) O ideal é que este exercício se realize no mínimo seis meses depois de haver sido finalizada a experiência, para se poder ter informações mais completas sobre os resultados obtidos e sua sustentabilidade.
- f) Toda a informação que se sistematiza deve ser retro alimentada com os participantes envolvidos para se assegurar que se teve um entendimento acertado do caso.
- g) É necessário pedir toda a documentação que se tenha disponível sobre o projeto.

O Quadro V.2 ilustra as perguntas-guia por cada um dos critérios.

Quadro V.2. Perguntas-guia para a sistematização de casos

<p>Identificação Demanda do solicitante ante uma necessidade Estratégica Capacidade do ofertante no tema</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A quais planos/prioridades/programas/projetos de desenvolvimento/setorial/ territorial ou Lei do sócio solicitante esta cooperação técnica busca dar resposta? • Como identificou o sócio solicitante a demanda de cooperação neste tema do sócio ofertante? • Por quais o sócio solicitante decide realizar a cooperação com esse sócio ofertante? • Como se estabelece o contato entre as instituições dos dois países? • Qual é a experiência do sócio ofertante neste tema? • Por quais interessa à instituição/país ofertante oferecer cooperação neste tema o para esse país? • O sócio ofertante contava com os recursos administrativos, financeiros e técnicos para oferecer a cooperação?
<p>Formulação e Negociação Horizontalidade na Negociação Consenso no Planejamento Adaptabilidade ao Contexto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em quais reunião(ões) se negocia este projeto de cooperação? • Quais participantes de cada país participam no processo de negociação e qual é seu papel? • Quais condição(ões) estabelece(m) as partes para realizar o projeto? • Existe um documento oficial onde se defina o acordo entre as partes? Se a resposta for afirmativa, quais documentos e como é seu processo de redação? • Quem participa no processo de formulação e qual é seu papel? • Quais objetivos, resultados esperados e responsabilidades se estabelecem ao se formular o projeto? • Como se estabelecem os custos do projeto e quem assume cada um deles? • O planejamento do projeto ficou moldado em um documento? Se a resposta é afirmativa, em quais documentos? • Como se ajusta a experiência/capacidades do sócio ofertante ao contexto do sócio solicitante? • Como se reflete este ajuste no projeto?
<p>Implementação Responsabilidade Compartilhada Economia Inovação Transparência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais recursos [humanos/materiais/espécie] cada uma das partes disponibiliza para a implementação do projeto? • Quais funções desempenham os técnicos de cada uma das partes na implementação do projeto? • Da implementação do projeto deriva alguma dependência do sócio solicitante em relação a produtos ou técnicos do sócio ofertante? • As datas de iniciação e de término do projeto coincidem com as estabelecidas no cronograma do projeto? • Se houve alguma mudança ou atraso, qual o motivo e quais efeitos tiveram essas mudanças sobre o desenvolvimento do projeto? • Considera que existe uma boa relação entre os custos do projeto e os resultados esperados? Justifique • Se algum dos sócios não contou com os recursos necessários durante a implementação, que solução se encontrou? • O custo total do projeto foi o estabelecido no planejamento? Se a resposta é não, por quais variou e como se cobriu o sobre custo (se houve)? • A experiência utiliza alguma metodologia, ou desenvolve alguma atividade que considerem inovadora ou inovadora para o desenvolvimento de capacidades? Se a resposta é afirmativa, qual? • Quais informações da experiência estão disponíveis para consultas do público em geral e como?
<p>Resultados Capacidade Instalada e Benefício mútuo Sustentabilidade dos resultados Replicabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais dos resultados planejados o projeto alcançou? • Se algum dos resultados esperados não foi alcançado, qual foi o motivo? • Quais capacidades se fortaleceram no país solicitante e como essas capacidades podem contribuir para o melhoramento da instituição envolvida? • Quais aprendizados ou valor agregado obteve a instituição ofertante desta cooperação? • O projeto gerou algum outro resultado positivo do previsto? Se a resposta é afirmativa, qual? • A experiência contou com um mecanismo de avaliação ou de retro alimentação entre sócios ao se finalizar sua implementação? Se a resposta é afirmativa, como se realizou este processo, quem participou e quais aspectos foram considerados? • Como se garante a sustentabilidade dos resultados alcançados? • Quais elementos são os mais importantes para se garantir a sustentabilidade? • Quais das capacidades adquiridas neste projeto o sócio solicitante se sente com capacidade de oferecer a outros países ou em seu país? • O sócio cooperante voltaria a fazer cooperação neste tema com outros países? Se a resposta é sim, quais elementos melhoraria em futuras cooperações? Se a resposta é não, por quê? • Quais aprendizados considera que a cooperação tradicional Norte-Sul aplicada no desenvolvimento desta Cooperação Sul-Sul deixou?

Como no resto dos capítulos, as Diretorias Gerais e/ou Agências de Cooperação dos países relataram para o presente Informe 30 projetos (pertencentes a distintas modalidades de Cooperação Sul-Sul) que eles mesmos qualificaram como com êxito (Tabela V.1.). Dentre esses 30 casos, foram selecionados dois para se testar a metodologia antes proposta. Cuidou-se para que estas experiências fossem projetos, não ações pontuais, de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, e que respondessem a critérios de diversidade regional e setorial. Os casos selecionados para o piloto foram:

- a) A experiência de cooperação técnica em Mapas de Cooperação, entre a Direção de Cooperação Internacional de Ação Social da Colômbia e o Departamento de Cooperação Internacional da Oficina de Planejamento e Orçamento do Uruguai;
- b) A cooperação técnica ofertada pelo Ministério da Economia de El Salvador ao Ministério da Economia da Guatemala para implementar um fundo de fomento à competitividade e capacidade exportadora da Micro, Pequena e Média Empresa (MIPYME).

A aplicação da metodologia nesses casos permitiu melhorar a definição dos critérios e das perguntas guias, uma vez que comprovou a factibilidade de se fazer uma sistematização de fácil aplicação e baixo custo e tempo por parte dos países, ao não requerer mais de dois dias por caso para conseguir a informação relevante. Ambas as experiências, em sua diversidade, produziram interessantes aprendizados sobre as vantagens e dificuldades da implementação da Cooperação Sul-Sul. Poder contar com um número representativo de casos sistematizados na região permitirá identificar, baseando-se na evidência, tanto os pontos fortes deste tipo de cooperação, como os aspectos nos quais o Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul pode fazer contribuições significativas no metodológico e conceitual para ajudar a melhorar sua qualidade e impacto. Os dois casos são apresentados nas seguintes sessões deste Capítulo.

Caso 1. O intercâmbio do Mapa de Cooperação entre Colômbia e Uruguai

Contar com ferramentas que permitam consultar de maneira eficaz, em tempo real e de fácil acesso e compreensão a Cooperação Internacional que os países dão e recebem, é um dos grandes desafios dos escritórios de cooperação dos países de América Latina. A experiência da Colômbia nesta matéria permitiu ao Uruguai desenvolver capacidades institucionais que hoje tornam possível acessar de maneira pública a este tipo de informação da internet. Este caso, relatado como com êxito tanto pelo sócio receptor como pelo ofertante, reflete a relevância dos critérios de identificação e exalta a importância da negociação horizontal, a adaptabilidade ao contexto da experiência e os esquemas de responsabilidades compartilhadas para garantir tanto o benefício mútuo do projeto como a sustentabilidade de seus resultados (Quadro V.3).³

Motivações claras, desafios similares

Em agosto de 2007 foi promulgada no Uruguai a Lei que estabeleceu a criação do Instituto Uruguaio de Cooperação Internacional, ao qual foi designada “[...] a coordenação, supervisão e acompanhamento da Cooperação Internacional (CI), determinando os planos e programas necessários para dar cumprimento às políticas de desenvolvimento do país”.⁴ Com a promulgação desta Lei iniciou-se um profundo processo de transformação institucional e jurídico para adaptar a institucionalidade Uruguaia ao atual contexto global da ajuda ao desenvolvimento, em particular considerando que este país está catalogado como um País de Renda Média Alta e com altos índices de Desenvolvimento Humano. Este processo adquiriu uma maior relevância na agenda uruguaia, pelo que na Lei de Orçamento 2010 resolveu-se denominar essa nova instituição como Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI).

Tabela V.1. Casos relatados como com êxito pelos países Ibero-Americanos, segundo a modalidade

Modalidade	Ofertante/s	Receptor	Setor	Projeto/Ação
Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral	Argentina	Haití	Agricultura	Autoprodução de Alimentos Frescos – Pro Horta Haiti
		Paraguai	Piscicultura	Programa de Cooperação Técnica Transfronteiriça em Piscicultura (CARPA)
	Brasil	Panamá	Saúde	Fortalecer o combate do Hantavirus em áreas rurais e de maior propagação
	Colômbia	Panamá	Agricultura	Transferência de tecnologia cafeeira para sistemas de agricultura sustentável
		Guatemala	Defesa pública legal	A Investigação como contribuição probatória na estratégia de Defesa
		El Salvador	Gestão de cooperação	Compartilhando Mapas de Cooperação
		Uruguai	Gestão de cooperação	Compartilhando Mapas de Cooperação
	Chile	Guatemala	Sistema de gestão	Projeto Sistema de Gestão de Qualidade para a Defesa Pública
		Equador	Fortalecimento institucional	Projeto Formação de Gendarmes
			Uruguai	Gestão de cooperação
		Bolívia	Saúde	Irmanamento Hospital El Niño em La Paz e Exequiel González Cortés em Santiago
		Paraguai	Proteção social	Acompanhamento do sistema de proteção social
		México	Justiça	Apoio à Reforma do Sistema de Justiça Penal Mexicano
		Haití	Educação	Educação Inicial: Centros de Referência para a Primeira Infância
			Diminuição da pobreza	Seguridade alimentar e fomento agrícola
			Educação	Formação de Recursos Humanos no Chile: Apoio à Formação de Polícias e Becas
	Costa Rica	Gestão orçamentária	Melhorando a avaliação da Gestão Orçamentária	
	Cuba	28 países	Educação	Programa "Sim, posso" e sua versão adaptada a culturas originárias
	Equador	Bolívia	Saúde	Fortalecimento do controle da dengue e manejo clínico de casos de dengue
	El Salvador	Guatemala	Indústria e comércio	Apoio à capacidade exportadora da MYPIME/modelo FOEX-FONDEPRO
México	Bolívia	Educação	Desenvolvimento de materiais multimídia para o aprendizado de línguas e culturas originárias	
	Chile	Fortalecimento institucional	Chile, As Américas e o Mundo 2008: um estudo de opinião pública e política exterior	
México e Chile	México e Chile	Técnico - científico e educativo - cultural	Fundo Conjunto de Cooperação México – Chile	
Cooperação Sul-Sul e Triangular	Cuba Venezuela	Nicarágua	Saúde	Especialização a profissionais da saúde e jornadas especializadas em saúde
			Educação	Educação profissional a estudantes de escassos recursos em áreas rurais
	Chile e Alemanha	Republica Dominicana	Diminuição da pobreza	Melhora do emprego de jovens de zonas desfavorecidas
		Terceiros países	Meio ambiente Modernização Estado	Fundo de cooperação trilateral GTZ-AGCI
México e Japão	El Salvador	Atenção a desastres	Projeto TAISHIN- Habitação popular sismo-resistente	
Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional	Cuba	ALBA	Incapacidade	Estudo de pessoas com incapacidade
	El Salvador, Guatemala, Honduras	Região do Trifinio	Água	Unindo esforços na Região do Trifinio

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Diretrizes Gerais de Cooperação e de Histórias de Casos do Evento de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul e Eficácia, de março de 2010, em Bogotá (<http://www.impactalliance.org>).

Quadro V.3. Aplicação dos critérios para identificar casos com êxito de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral ao caso entre Uruguai e Colômbia

Identificação	Demandadosolicitante ante uma necessidade estratégica	Em agosto de 2007 foi promulgada no Uruguai uma Lei que estabeleceu a criação do Instituto Uruguaio de Cooperação Internacional, dando início a um profundo processo de transformação institucional, jurídico e de melhoramento da gestão da cooperação. Neste contexto, o Uruguai solicitou à Colômbia apoio para desenvolver instrumentos de manejo e visualização de seu sistema de informação de cooperação.
	Capacidade do ofertante no tema	A Colômbia conta com um sistema de informação sobre a Cooperação Internacional vinculado a um Mapa de Cooperação: uma ferramenta visualmente amigável, de fácil uso e de livre acesso, que ilustra sobre um mapa político diferentes aspectos da Cooperação Internacional em execução. Uma das prioridades da Agenda de Cooperação Internacional da Colômbia 2007-2010 é o Fortalecimento da oferta de cooperação técnica do país.
Formulação e negociação	Horizontalidade na negociação	A negociação do apoio da Colômbia ao Uruguai para desenvolver seu Mapa de Cooperação foi entre os Diretores de Cooperação de ambos os países e não teve qualquer condicionalidade.
	Consenso no planejamento	A negociação incluiu a definição dos resultados esperados, as atividades requeridas e os recursos e obrigações de cada uma das partes. Esses acordos ficaram formalizados no documento de petição de cooperação estabelecido pela Ação Social, que posteriormente se oficializou no âmbito da Comissão Mista de 20 e 21 de novembro de 2008 entre Uruguai e Colômbia.
	Adaptabilidade ao contexto	Um dos grandes desafios e êxitos do projeto foi adaptar o Mapa ao sistema de informação e à divisão política e administrativa do Uruguai. Este processo, que no planejamento se havia considerado como uma atividade curta, tomou mais de seis meses, mas garantiu um bom resultado.
Implementação	Responsabilidade compartilhada	Ambos os países contribuíram tanto no técnico como no econômico para o desenvolvimento da experiência. Nas palavras de um funcionário da OPP, <i>“ambos os países trabalham juntos e sentem que o resultado obtido é uma construção conjunta”</i> .
	Economia	As instituições calculam que o custo envolvido por ambas as partes não superou os 15.000 dólares. Para o Uruguai este projeto permitiu poupar no custo de aprendizado sobre como estruturar seu sistema de informação e sua visualização.
	Inovação	A cooperação realizou-se quase em sua totalidade utilizando-se meios virtuais para Conexão com os técnicos dos dois países. Isto permitiu maior interação a um custo menor.
	Transparência	Esta cooperação ficou registrada nos Mapas de Cooperação de ambos os países, que são de acesso público na internet.
Resultados	Capacidade Instalada e Benefício Mútuo	O Uruguai conta com um Mapa de Cooperação totalmente adaptado à sua realidade e de livre acesso na web. Ademais, o apoio técnico prolongado da Colômbia permitiu o Fortalecimento de capacidades no equipamento uruguaio e dar-se conta de que muitos de seus obstáculos e desafios são compartilhados com os demais países da região. Para a Colômbia, esta experiência deu visibilidade a seu Mapa em cenários internacionais, lhe permitindo estruturar melhor futuras ofertas do Mapa.
	Sustentabilidade dos resultados	O Orçamento da futura Agência de Cooperação Internacional do Uruguai inclui os custos necessários tanto para a gestão do Mapa como para o melhoramento do sistema de informação.
	Replicabilidade	O Uruguai considera que se bem que a Colômbia deve seguir compartilhando o Mapa, eles podem disponibilizar a outros países os aprendizados de seu processo de adaptabilidade do Mapa.

O Departamento de Cooperação Internacional do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP) da Presidência do Uruguai, ente encarregado de liderar o processo de criação da Agência, identificou que para conseguir essa transformação seja necessário melhorar os processos de gestão da cooperação no país. Com tal finalidade, estabeleceu dentro de seu Plano de trabalho a identificação de experiências interessantes nesta matéria na América Latina, dando prioridade, entre outros temas, à identificação de sistemas de informação com potentes instrumentos de manejo e visualização.

Desde finais da década de 1990, o Governo da Colômbia veio desenvolvendo um sistema de informação sobre a Cooperação Internacional que o país recebe e dá. Em 2004, com o apoio financeiro da União Europeia e posteriormente da Espanha, a Direção de Cooperação Internacional de Ação Social criou uma base de dados sobre a cooperação no país, que um ano depois complementaria com uma versão na internet do denominado Mapa de Cooperação (doravante o Mapa).⁵ Trata-se de uma ferramenta visualmente amigável, de fácil uso e de livre acesso, que ilustra sobre um mapa político do país diferentes aspectos da Cooperação Internacional em execução. Este mapa tem a capacidade de discriminar a informação de acordo com variáveis como fontes, temas, áreas prioritárias, montos e intervenções por regiões.

O sistema de informação e o Mapa deram resposta à demanda dos responsáveis pela cooperação da Colômbia de ter ferramentas que permitissem uma análise mais profunda e em tempo real da situação da cooperação que o país recebe e outorga. O desenvolvimento dessas ferramentas permitiu ao Governo: a) melhorar os canais de diálogo, intercâmbio de informação e coordenação com os doadores, b) contar com mais e melhores informações para planejar e tomar decisões, c) apoiar a gestão, monitoramento e acompanhamento da cooperação, e d) permitir o acesso público às informações.

Quando a Colômbia apresentou seu Mapa em um seminário de Cooperação Sul-Sul no Chile, em 2007, este despertou grande interesse por parte de vários países, entre eles o Uruguai, por ser uma ferramenta pioneira em permitir uma visualização pública dos fluxos da ajuda. Ante este interesse, a Ação Social formalizou a oferta para apoiar processos de desenvolvimento de Mapas na Região, atendendo assim também a uma das prioridades da Agenda de Cooperação Internacional da Colômbia 2007-2010, como é o Fortalecimento da oferta de cooperação técnica do país.

Unido interesses

O interesse do Uruguai em gerar um sistema de informação que permitisse um eficiente manejo e visualização, coincidiu com o interesse da Colômbia em compartilhar sua experiência do Mapa. Neste cenário, o Diretor do Departamento de Cooperação da OPP contactou a Diretora de Cooperação Internacional de Ação Social para coordenar uma visita que lhe permitisse entender o modelo institucional da cooperação na Colômbia e, neste contexto, o funcionamento e utilidade do Mapa. Esta visita permitiu que a OPP determinasse se essa ferramenta era a adequada para seus interesses e se a institucionalidade colombiana em matéria de cooperação se assemelhava à uruguaia, o que facilitaria o processo de adaptação. A constatação destas duas realidades levou a OPP a solicitar, de maneira formal, cooperação técnica à Ação Social.⁶ À Colômbia, o compartilhamento pela primeira vez de seu Mapa dava a oportunidade de contar com um caso piloto para se fortalecer como sócio ofertante em temas de sistemas de informação da cooperação.

O processo de negociação do projeto foi adiantado entre os Diretores de Cooperação de ambos os países e não teve qualquer condicionalidade, salvo o compromisso mútuo de levar adiante o projeto. A negociação incluiu a definição dos resultados esperados, as atividades requeridas e os recursos e obrigações de cada uma das partes:

-
- a) A Colômbia comprometeu-se a apoiar o processo de criação da Agência Uruguaia de Cooperação para que tivesse uma maior capacidade de visualizar projetos de cooperação através de um software específico que permitisse gerar um Mapa de Cooperação. Para tal propósito, a Ação Social doaria o software e a licença de uso ao Governo uruguaio, o que significava eliminar qualquer dependência futura da Colômbia. Adicionalmente, ofertaria o apoio técnico e tecnológico para a conceitualização e desenvolvimento do Mapa. Os custos derivados deste apoio estariam cobertos por recursos do fundo de Cooperação e Assistência Internacional (FOCAI) da Colômbia.
- b) Por sua parte, o Uruguai se comprometeria a realizar todos os ajustes técnicos requeridos para pôr em funcionamento seu Mapa e disponibilizar à Colômbia, ou outros países, as futuras melhorias e modificações.

Esses acordos ficaram formalizados no documento de petição de cooperação estabelecido pela Ação Social, que posteriormente se oficializou no âmbito da Comissão Mista de 20 e 21 de novembro de 2008 entre Uruguai e Colômbia.⁷

Lidando com os desafios da adaptação

Uma das grandes virtudes deste caso, mas também seu maior desafio em termos operativos foi adaptar o Mapa ao sistema de informação e à divisão política e administrativa do Uruguai. Ao tentar depositar a informação disponível da cooperação no Uruguai no software do Mapa, tornou-se visível a necessidade de melhorar a quantidade e qualidade dos dados. Este processo, que no planejamento do projeto se havia considerado como uma atividade curta, na execução tomou mais de seis meses e implicou para o Uruguai identificar qual das informações dos projetos era a mais pertinente, assim como dispor dos recursos humanos e do tempo para conseguí-la, ordená-la e inseri-la no sistema.

Durante toda esta fase o apoio técnico da Ação Social foi fundamental para a OPP ao compartilhar seus aprendizados na construção de seu sistema de informação. Contar com o apoio de um país que havia lidado com os mesmos inconvenientes, permitiu ao Uruguai agilizar o processo. Isto significou para o país ofertante uma dedicação de tempo muito maior, que não afetou a qualidade nem a disposição do suporte técnico. Uma das características que facilitou este prolongamento foi o uso de meios virtuais, pois a quase totalidade das atividades se desenvolveu mediante correios eletrônicos.

O esboço da interface visual do Mapa do Uruguai contou também com mudanças durante sua implementação. A Ação Social contratou provedores de informática colombianos para que, em trabalho conjunto com seus próprios técnicos, apoiassem a OPP na geração de seu Mapa visual. Todavia, ao ser implementada a maioria das adaptações estabelecidas, concordou-se que os técnicos colombianos entregariam os códigos abertos do software a técnicos de informática do Uruguai para que finalizassem as adaptações locais, além de deixar a capacidade do manejo do sistema no mencionado país. A OPP assumiu o custo desses novos provedores. As instituições calculam que o custo envolvido por ambas as partes não superou os 15.000 dólares. Cabe assinalar, entretanto, que fica pendente acrescentar a essa cifra uma valorização do tempo dedicado pelo pessoal da OPP e da Ação Social, ainda não incluída.

“Não é duplicar, é enfrentar”

Graças ao trabalho conjunto entre a Ação Social e a OPP, o Uruguai conta neste momento com um Mapa de Cooperação totalmente adaptado à sua realidade e de livre acesso na web.⁸ O Orçamento da futura Agência de Cooperação Internacional inclui os custos necessários tanto para sua adequada gestão como para o melhoramento do sistema de informação.

Esta experiência deixou para ambos os países resultados adicionais:

a) Se bem que não dimensionassem o tempo e esforço que implicava a adaptação do Mapa ao sistema local, o apoio técnico prolongado da Colômbia permitiu que o intercâmbio se convertesse em um processo de fortalecimento de capacidades muito valioso para o Uruguai. Contar com o saber fazer da Colômbia em matéria de sistemas de informação e com seu constante apoio durante o processo de mudança institucional foi fundamental para encurtar caminhos, prevenir problemas, desenvolver capacidades em seu pessoal e se dar conta de que muitos de seus obstáculos e desafios são compartilhados com os demais países da região. Participar nesta experiência os ajudou a entender o papel de um sócio igualitário na Cooperação Sul-Sul; no que segundo palavras de um funcionário da OPP, *“ambos os países trabalham juntos e sentem que o resultado obtido é uma construção conjunta”*.

b) Para a Ação Social, esta primeira experiência de intercâmbio do Mapa de Cooperação permitiu dar-lhe visibilidade a este tema em cenários internacionais, mostrando ademais que a agenda da Cooperação Sul-Sul é ampla, incluindo contribuições em melhoramentos tecnológicos. Adicionalmente, permitiu à Colômbia estruturar melhor a oferta do Mapa, considerando os fatores necessários para adaptá-lo a outros contextos e às expectativas do solicitante. Por último, as reflexões e discussões com a OPP em torno dos sistemas de informação enriqueceram a reflexão própria e o processo de melhoria contínua da Ação Social neste tema.

Algumas reflexões finais de ambos os países

Os resultados satisfatórios que ambos os países destacaram da experiência foram produto, segundo os participantes que entrevistaram nela, de uma confluência de membros:

a) Por um lado, houve uma coincidência entre a necessidade real e a sentida do Uruguai de avançar na construção de seu Mapa e o entusiasmo da Colômbia por compartilhar esta capacidade. Fruto desta coincidência, o intercâmbio foi sempre uma prioridade para ambas as instituições.

b) Por outro lado, a intervenção se produziu entre instituições especialistas em cooperação, o que facilitou o diálogo entre os países. Esta reflexão levou ambos os países a concluir que contar com uma boa experiência técnica é um primeiro passo para iniciar um intercâmbio, e que o complemento necessário para seu êxito é contar, ademais, com pessoas que gerenciem adequadamente a cooperação.

c) Finalmente, a proximidade institucional, física e cultural facilitou a construção de confiança mútua. Ainda assim, resultaram pertinentes o conhecimento compartilhado e a flexibilidade na implementação, já que os técnicos envolvidos trabalham em contextos similares e entenderam sempre os obstáculos diários de seus pares. Neste mesmo sentido, o uso de meios virtuais para o desenvolvimento das atividades em um projeto que teve um tempo de execução ao redor de um ano, permitiu poupar custos de transporte e uma maior flexibilidade nas agendas dos envolvidos, sem afetar a qualidade da cooperação.

Mas também foram identificados alguns desafios. De fato, ter os responsáveis de cooperação implementando um projeto deixou por sua vez algumas inquietudes em ambos os países:

- a) Experimentar as particularidades operativas deste intercâmbio, lhes reiterou a necessidade de contar com procedimentos específicos para a Cooperação Sul-Sul. Em particular, de conseguir melhores ferramentas de planejamento, assim como processos de retroalimentação que não se limitem a verificar a execução, mas que vão mais além e consigam identificar tanto os ensinamentos (positivos e negativos) da experiência quanto o valor agregado para cada sócio.
- b) Por fim, coincidiram na necessidade de melhores mecanismos para contabilizar a hora-homem investida no projeto, considerando que os funcionários envolvidos realizam suas atividades de cooperação de maneira paralela a suas obrigações laborais diárias.

Caso 2. El Salvador e Guatemala: Fundos para fortalecer a capacidade exportadora das MIPYMES

Uma experiência com êxito de El Salvador, derivada de um processo prévio de Cooperação Sul-Sul com o Chile, permitiu à Guatemala estruturar um fundo para impulsionar a produtividade e capacidade exportadora de suas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MIPYMES).⁹ A análise deste caso ratifica: o principal da adaptação ao contexto para o êxito de um intercâmbio de experiências e sua futura replicabilidade; a relevância de que surja de uma demanda sentida do sócio solicitante com um processo prévio de reflexão sobre sua pertinência; a importância da existência de uma forte motivação por parte do sócio ofertante (Quadro V.4).¹⁰

A confluência de motivações

Os países da América Central enfrentam o desafio de fortalecer sua competitividade e capacidade exportadora ante a abertura de vários mercados globais: o Tratado de livre Comércio entre a República Dominicana, América Central e Estados Unidos (RP-CAFTA); as negociações do Tratado de livre Comércio com a União Europeia; e a negociação de uma União Aduaneira no âmbito da Integração Centro Americana. Neste contexto, o Ministério da Economia de El Salvador conta com um fundo chamado FOEX-FONDEPRO focado em fortalecer a competitividade e capacidade exportadora de sua Micro, Pequena e Média Empresa (MIPYMES),¹¹ considerando que cerca de 90% de seu universo empresarial corresponde a este tipo de organizações (Vicens e Stark, 2009).

Neste sentido, o FOEX-FONDEPRO originou-se no ano 2002. Emoldurado no Programa Nacional de Competitividade, inspirou-se no modelo Projetos Associativos de Fomento (PROFO) da Corporação de Fomento da Produção do Chile.¹² O modelo chileno foi adaptado ao contexto institucional, econômico e empresarial de El Salvador, dando como resultado um modelo adequado às suas necessidades e possibilidades. O fundo FOEX-FONDEPRO oferece às MIPYMES cofinanciamento não reembolsável de até 75% do custo total de um projeto ou uma iniciativa que lhes permita melhorar sua capacidade exportadora. É um cofinanciamento por demanda orientado à melhorar qualidade, produtividade ou tecnologia, desenvolver novos mercados, impulsionar a capacidade associativa e de inovação, além de criar empreendimentos inovadores. Este Fundo, que operou até 2010 com recursos de cooperação internacional, hoje faz parte da Estratégia Integral de Fomento às Exportações de El Salvador e opera com recursos do Orçamento nacional.

Quadro V.4. Aplicação dos critérios para identificar casos com êxito de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral ao caso entre El Salvador e Guatemala

Identificação	Demandadosolicitanteante umanecessidadeestratégica	Ao conhecer o modelo FOEX FONDEPRO o Ministério da Guatemala solicita a cooperação ao Ministério da Economia de El Salvador, ao considerar o modelo uma ferramenta útil para tornar operativa sua Política de MIPYMEs (2005) e seu Programa de Apoio ao Comércio e Integração (Componente 4: Internacionalização da Pymes).
	Capacidade do ofertante no tema	O fundo FOEX-FONDEPRO opera em El Salvador desde 2002. Foi catalogado pela estratégia DESCA/CENPROMYPE e IBERPYME como uma "boa prática". Para El Salvador, apoiar o Fortalecimento da capacidade exportadora da MIPYME centro americana permite melhorar sua capacidade negociadora em cenários de comércio global.
Formulação e negociação	Horizontalidade na negociação	A cooperação é acordada entre os Ministros de Economia da Guatemala e El Salvador, com o apoio de CENPROMYPE, sem qualquer condicionalidade técnica, política ou comercial.
	Consenso no planejamento	Os objetivos, atividades e recursos da cooperação foram acordados entre os dois Ministérios e ficaram modelados em uma Carta de Entendimento entre o CENPROMYPE, o Ministério da Economia de El Salvador e o Ministério da Economia da Guatemala.
	Adaptabilidade ao contexto	El Salvador criou o FOEX FONDERPO a partir da adaptação de um modelo similar do Chile. Esta experiência ensinou aos técnicos de El Salvador o valor da adaptabilidade ao contexto como um fator chave para o êxito. Sua cooperação com a Guatemala foi enfocada em que entendessem o modelo para que o adaptassem ao contexto da Guatemala.
Implementação	Responsabilidade compartilhada	Na Carta de Entendimento foram estabelecidas as responsabilidades de cada um dos ministérios. Os programas fontes da plataforma de gestão do FOEX-FONDEPRO foram entregues à Guatemala abertos para não gerar qualquer dependência em relação a El Salvador.
	Economia	Para a execução do intercâmbio contaram com o apoio financeiro da GTZ. Se bem que não foram valorizadas as horas dedicadas pelos técnicos na transferência, ambos os países concordam em que por outro meio teria sido mais custoso obter os resultados.
	Inovação	A transferência de plataformas tecnológicas testadas e aplicáveis no contexto centro americano é um elemento inovador da experiência.
	Transparência	As páginas web de ambos os Ministérios publicaram a notícia da assinatura da Carta de Entendimento. Não foram publicados ainda os resultados, já que ainda não terminou o processo.
Resultados	Capacidade Instalada e Benefício Mútuo	O Ministério da Economia da Guatemala conta com pessoal capacitado no modelo FOEX FONDEPRO e com seus próprios manuais de operação e plataforma tecnológica. O fundo ainda não está em funcionamento. O Ministério da Economia de El Salvador ratificou seu interesse em compartilhar seu fundo com outros países e identificou a necessidade de melhorar suas metodologias para futuras ocasiões. Um resultado lateral foi conhecer de perto as políticas de comércio exterior da Guatemala.
	Sustentabilidade dos resultados	Si bem que o Fundo ainda não esteja em execução, conta com recursos pré-aprovados para sua implementação.
	Replicabilidade	Como o Fundo ainda não está em operação, a Guatemala não se sente capaz de responder sobre este critério. Ainda, é importante lembrar que esta cooperação é um exemplo da replicabilidade de uma cooperação prévia entre El Salvador e Chile.

Devido ao seu enfoque inovador e a seus bons resultados, o FOEX-FONDEPRO foi catalogado pela estratégia DESCA/CENPROMYPE e pelo Programa Ibero-Americano de Cooperação Institucional para o Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa (IBERPYPE) como uma “*boa prática*” e um modelo replicável na região centro americana. A raiz desses reconhecimentos, DESCA/CENPROMYPE organizou um estágio regional para que os Governos da América-Central conhecessem a experiência. O Ministério da Economia da Guatemala participou deste estágio e viu nessa ferramenta um grande potencial: com sua adoção poderia tornar operativa sua prioridade institucional de fomentar a internacionalização das PYMES, segundo o estipulado no *Programa de Apoio ao Comércio Exterior e à Integração* (Componente 4).

O Ministério da Economia da Guatemala solicitou à cooperação alemã, através da GTZ, apoio na realização de um estudo de viabilidade institucional e política para implementar o fundo em seu país. No âmbito deste processo organizou uma viagem exploratória a El Salvador para conhecer *in situ* o funcionamento do FOEX FONDEPRO e dialogar com empresas beneficiárias. Nessa viagem participaram tanto tomadores de decisões e técnicos do Ministério, como membros da Câmara da Indústria da Guatemala, em representação dos potenciais beneficiários do Fundo. Os testemunhos de êxito dos empresários salvadorenhos e o conceito positivo do estudo de viabilidade levaram o Ministério da Economia da Guatemala a solicitar o apoio técnico a seus homólogos de El Salvador.

Para o Ministério da Economia de El Salvador, compartilhar esta experiência permitiu:

- a) Primeiro, apoiar o Fortalecimento da capacidade exportadora da MIPYME nos distintos países da América Central e assim contribuir para melhorar a capacidade negociadora da região, êxito que finalmente termina favorecendo os seus empresários.
- b) Segundo, consolidar sua visão institucional de “*serem reconhecidos a nível latino americano como uma das melhores entidades que proporciona cofinanciamento às MIPYME’s para fortalecer sua competitividade*”.¹³

O intercâmbio na prática

Nos acordos de intercâmbio intervieram: por parte de El Salvador, o Diretor da FOEX FONDEPRO e o Vice-Ministro de Comércio e Indústria; pelo lado da Guatemala, o Vice-Ministro de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa. Em março de 2010, esses acordos ficaram modelados em uma Carta de Entendimento entre ambos os vice ministérios com o apoio da FONDEMYPE.¹⁴ Não obstante, como a Carta não havia sido relatada às respectivas Chancelarias, esta não pode ser inscrita na seguinte Comissão Binacional de 14 de abril do mesmo ano.

Na mencionada Carta de Entendimento:

- a) El Salvador comprometeu-se a facilitar recursos humanos para apoiar a elaboração e validação dos manuais operativos do fundo na Guatemala, capacitar o pessoal e disponibilizar abertos os programas fontes da plataforma de gestão do FOEX-FONDEPRO para não gerar dependência posterior do apoio.
- b) Por sua parte, o Ministério da Guatemala envolveria pessoal diretivo e técnico no processo de elaboração e validação dos manuais, além de coordenar a capacitação de seu pessoal e implementaria o Fundo.

Os acordos foram implementados com muita rapidez. Sobre ele influenciou o forte apoio e compromisso dos Vice-Ministros de ambos os países, além do fato de que não se havia fixado qualquer condicionalidade.

Ainda assim, outros fatores decisivos no impacto positivo do projeto vieram da própria atitude do pessoal de ambos os países:

- a) O pessoal de El Salvador passou por um processo similar de apoio técnico por parte do Chile durante a constituição da FOEX FONDERPO. Desta experiência aprenderam o valor de adaptar o modelo a suas realidades institucionais, políticas, empresariais e sociais. Por este motivo, tanto nos estágios quanto nas visitas e traspasso de materiais, os técnicos de El Salvador enfatizaram a importância de não ver o intercâmbio como a simples entrega de conhecimento ou de materiais à Guatemala, mas antes como um espaço de reflexão sobre os pontos bons e dificuldades do fundo, além dos aprendizados mais relevantes do caminho percorrido.
- b) Para os técnicos guatemaltecos esta perspectiva, combinada com o fato de que foram seus pares salvadorenhos os cooperantes, com dificuldades diárias e desafios institucionais e sociais muito similares, lhes permitiu gerar a confiança para crer que o modelo era viável e podia ser com êxito em seu país.

Se bem que foram cumpridas todas as atividades fixadas no projeto, recentes mudanças diretivas na Guatemala implicaram um atraso na aprovação final e colocação em funcionamento do Fundo. Contudo, a Carta de Entendimento está vigente até dezembro deste 2010, o que permite ainda cumprir com todo o acordado no prazo fixado, mas não permite estabelecer ainda o êxito dos resultados do projeto.

Finalmente, cabe assinalar que a realização deste intercâmbio permitiu a El Salvador ratificar seu interesse em seguir compartilhando o fundo com outros países. Não obstante, identificaram a necessidade de documentar melhor sua metodologia de trabalho e de contar com ferramentas que facilitem compartilhá-la. Ademais, para futuras experiências ressaltaram a relevância de se utilizar ao máximo os meios virtuais e as plataformas regionais que permitam compartilhar, de maneira simultânea entre vários países, as inquietudes, experiências e conhecimentos. Um resultado lateral deste processo para os técnicos da FOEX-FONDEPRO foi conhecer as políticas de comércio exterior da Guatemala, o que lhes facilitou entender alguns entraves que produtos salvadorenhos estão apresentando para ingressar nesse mercado.

Lições para o futuro

Os participantes envolvidos identificaram, além da adaptabilidade, alguns fatores relevantes para a boa implementação da experiência:

- a) Que a demanda advenha do sócio solicitante e que se desprenda de uma convicção tanto política quanto técnica de que o intercâmbio é necessário e útil para solucionar ou enfrentar um desafio setorial.
- b) Que a instituição ofertante esteja claramente motivada para envolver-se no projeto, garantindo assim a prioridade institucional e a designação de recursos humanos, em geral escassos. Ainda assim, recordam a importância de contemplar no planejamento o impacto de possíveis mudanças de autoridades na fase de implementação.
- c) Contar com eventos regionais setoriais que permitam unir oferta com demanda, complementado com visitas para conhecer a experiência *in situ* e assim aprofundar em seu entendimento e avaliar sua pertinência. Este caso em particular tem a vantagem de haver envolvido, durante este processo, representantes dos beneficiários finais e considerar sua opinião antes de estabelecer o acordo.

Por último, os países concordaram em assinalar que o projeto se mostra como uma experiência originada de um intercâmbio de cooperação técnica entre países do Sul, uma vez que haja conseguido suficiente amadurecimento e sustentabilidade no receptor, pode ser compartilhada por este com novos países aproveitando ademais os aprendizados de haver sido um receptor da mesma experiência.

NOTAS

- 1- O referente mais importante sobre estudos de casos que relacionem Cooperação Sul-Sul e Eficácia são os registrados pela Task Team am South-South Cooperation para o Evento de Alto Nível de Bogotá de março de 2010. Foram registrados 110 casos (<http://www.impactalliance.org>)
- 2- Diferentemente dos Informes 2008 e 2009, onde se procura ressaltar Boas Práticas, este Informe se refere a Casos com êxito, seguindo o estabelecido pelos Diretores de Cooperação no Plano Operativo Anual do Programa.
- 3- A sistematização deste caso foi realizada seguindo-se a metodologia apresentada na primeira parte do Capítulo. As reuniões para as conversações no Uruguai foram realizadas em 6 e 7 de setembro de 2010. Para sua realização contou-se com o apoio e colaboração do Departamento de Cooperação Internacional do Escritório de Planejamento. Na Colômbia a reunião de conversação foi realizada em 8 de outubro de 2010 com apoio da Direção de Cooperação Internacional de Ação Social. Todas as informações prestadas neste caso foram compiladas durante as mencionadas reuniões de conversação e dos documentos que os participantes envolvidos entregaram. Especial agradecimento a Martín Rivero, Felipe Ortiz, Mateo Porciúncula, Mariana González, Sebastián Villano, Sandra Priscal e equipamento da empresa tecnológica Siniestro do Uruguai, e a Jorge Enrique Prieto e Mónica Varona da Ação Social na Colômbia, por toda a colaboração prestada.
- 4- Art. 116 da Lei no. 18.172 de 31 de agosto de 2007: "Crie-se o Instituto Uruguio de Cooperação Internacional (IUCI) que terá como compromisso a coordenação, supervisão e acompanhamento da cooperação internacional (CI), determinando os planos e programas necessários para dar cumprimento às políticas de desenvolvimento do país".
- 5- Para acessar o Mapa de Cooperação Internacional da Colômbia, visitar: http://www.accionsocial.gov.co/acci/web_acci/nuevomapa/main.asp
- 6- Esta petição foi realizada utilizando-se o formato de petição de Cooperação Técnica que a Ação Social tem estabelecido para toda demanda de Cooperação Sul-Sul.
- 7- República da Colômbia e República do Uruguai (2008). Ata final II Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre a República da Colômbia e a República Oriental do Uruguai. Bogotá 20 e 21 de novembro de 2008.
- 8- Para acessar o Mapa de Cooperação Internação do Uruguai, visitar <http://iuci.opp.gub.uy/cooperacion/mapa/>
- 9- Cabe assinalar que este projeto entre Guatemala e El Salvador foi executado em 2010, motivo pelo qual não aparece reunido no Capítulo II deste Informe, dedicado à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral na Ibero-América em 2009.
- 10- A sistematização deste caso foi realizada de acordo com a metodologia apresentada na primeira parte do Capítulo. As reuniões para as conversações em El Salvador foram realizadas em 27 e 28 de setembro de 2010. Para sua realização contou-se com o apoio e colaboração do Vice Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento e do Ministério da Economia de El Salvador. Na Guatemala os trabalhos foram realizados em 29 e 30 de setembro de 2010 com o apoio da SEGEPLANO e do Ministério da Economia.
- 11- Em El Salvador considera-se uma MIPYME as empresas cujas vendas anuais totais não superem 7 milhões de dólares.
- 12- O Projeto Associativo de Fomento (PROFO) apoia a preparação e o desenvolvimento de grupos de no mínimo cinco empresas que compartilhem uma ideia de negócio comum para os mercados globalizados. Para mais informações a respeito, visitar: <http://www.corfo.cl>
- 13- Informação obtida da página web da FOEX FONDPRO: <http://www.foex.gob.sv>
- 14- Carta de Entendimento entre o Centro para a promoção da Micro e Pequena Empresa na América -Central (CENPROMYPE), o Ministério da Economia de El Salvador (MINEC) e o Ministério da Economia da Guatemala (MINECO), para Implementar o fundo de Competitividade para a MIPYME na Guatemala (FONDECO).

CAPÍTULO VI
A Ibero América
na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)
mundial

Introdução

O presente Capítulo analisa a relação que para o período de 2000-2009 estabeleceu-se entre a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) (principal instrumento da Cooperação Internacional) e a região ibero-americana. Conforme este objetivo são abordados três aspectos concretos:

1. O primeiro bloco analisa as principais tendências do volume mundial de AOD, marcadas na última etapa da presente década pela crise econômica e pela proximidade da data (ano de 2015) em que a comunidade internacional de doadores deveria cumprir os compromissos contraídos com os Objetivos do Milênio (ODM).
2. O segundo aborda a evolução dos fluxos da AODE mundial que nestes anos tiveram como destino os dezenove países receptores da Ibero-América. Foram analisadas a tendência, sua participação sobre o total da ajuda internacional e o peso que os distintos doadores e receptores têm sobre a cooperação destinada à região.
3. Finalmente, o terceiro bloco concentra-se nos fluxos da AODE que tiveram lugar entre os países membros da comunidade ibero-americana: mais especificamente e por importância em volume relativo, desde a Espanha, Portugal e Andorra até os 19 países que se classificam como receptores da AOD.

A origem das fontes de dados utilizadas para elaborar esta análise é dupla: por um lado, as estatísticas e informes emitidos pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE); por outro lado, e como sucede nos capítulos anteriores, as declarações das Agências e/ou Diretrizes Gerais para Cooperação dos países membros da Conferência Ibero americana.

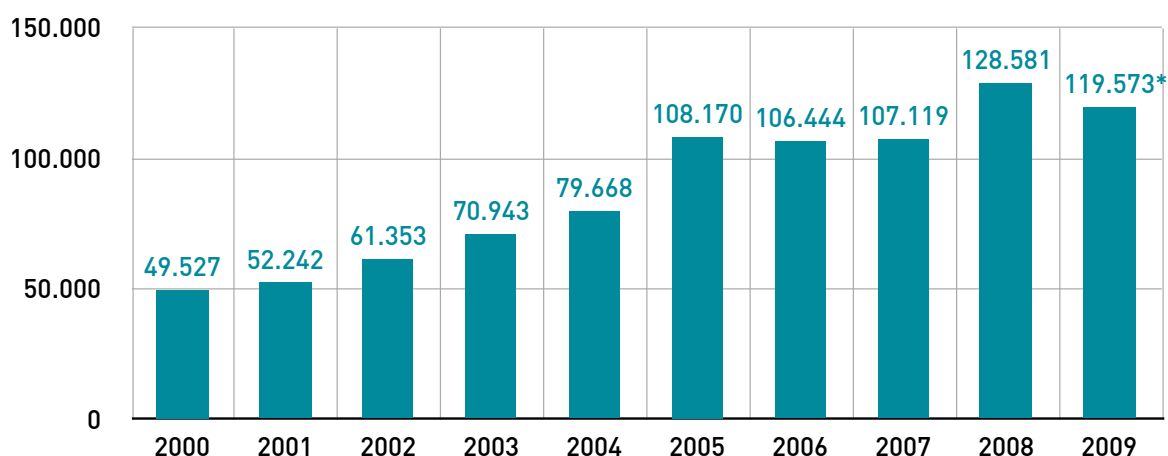
Crise econômica e fluxos internacionais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

A Tabela VI.1 mostra a tendência ao crescimento registrada pela Ajuda Oficial ao Desenvolvimento mundial entre 2000 e 2009. Com efeito, durante os primeiros anos desta década a ajuda mais que duplicou, desde os quase 50.000 milhões de dólares do ano de 2000 até os mais de 108.000 de 2005. O salto registrado pela AODE nesse último ano teve uma causa conjuntural (fundamentalmente, os alívios da dívida para com o Iraque, Afeganistão e Nigéria), mas o relevante é que, depois e até 2007, o volume de fundos mobilizado para a cooperação internacional manteve-se em uma cifra estável. Entre 2007 e 2008, por sua parte, houve de novo um crescimento significativo da ajuda mundial, o que situou a cifra da AODE de 2008 em um máximo histórico, cerca de 130.000 milhões de dólares. Para 2009 unicamente dispõe-se de um dado preliminar e parcial, que só inclui a AODE procedente dos doadores CAD. Ainda e como destacou o Fórum de Cooperação ao Desenvolvimento (FCD) de ECOSOC em julho de 2010, o fato de que os doadores no CADE já representem entorno de 10% da AODE mundial, permite estimar que a cifra final de 2009 possa igualar ou superar a de 2008.

* Autoria principal: José María Vera, Diretor de Planejamento da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Gráfico VI.1. AODE líquida total destinada a países em desenvolvimento. 2000-2009

Em milhões de dólares



* O dado de 2009 é extraído do último informe do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE e refere-se exclusivamente à soma da AODE disponibilizada pelos doadores que são, por sua vez, membros do CAD. A cifra não inclui, pois, nem as contribuições dos doadores no CADE, nem as das agências de cooperação multilateral. **Fonte:** SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e CADE (2010).

Em qualquer caso, a trajetória seguida pela AODE mundial durante esta última década não pode desligar-se dos compromissos que a comunidade internacional de doadores foi subscrevendo para alcançar, em 2015, os Objetivos do Milênio (ODM). Neste sentido, o acordado nas cúpulas que se foram sucedendo (Declaração do Milênio, Monterrey, Paris, Accra e Doha, entre outras) influenciou tanto sobre a tendência global quanto sobre algumas inflexões pontuais. Assim, por exemplo, o salto de 2007 a 2008 (desde os 80.000 até os 108.000 milhões de dólares) foi explicado pelo impulso ao cumprimento dos compromissos da Cúpula das Nações Unidas de 2005, consistentes em alcançar em 2010 uma cifra da AODE mundial que consiga situar-se a cerca de 50.000 milhões de dólares acima da registrada em 2005.

Ainda assim, os Objetivos do Milênio guiaram também a redistribuição da ajuda aos países com menor nível de desenvolvimento relativo. Neste sentido, a observação dos gráficos VI.2.A e VI.2.B sugere que, efetivamente, na última década os fluxos de assistência ao desenvolvimento que experimentaram maior crescimento foram os destinados aos Países Menos Adiantados junto aos de Baixa Renda (dos 17.500 milhões de dólares em 2000 até os quase 50.000 milhões de 2008) e aos Africanos (de 15.000 milhões de dólares a 44.000).

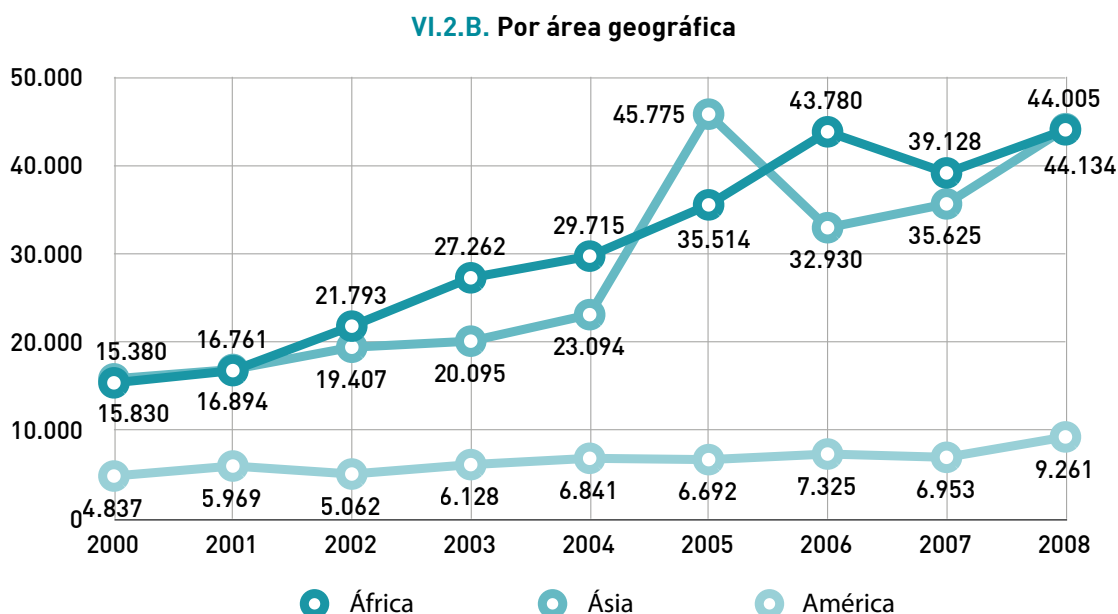
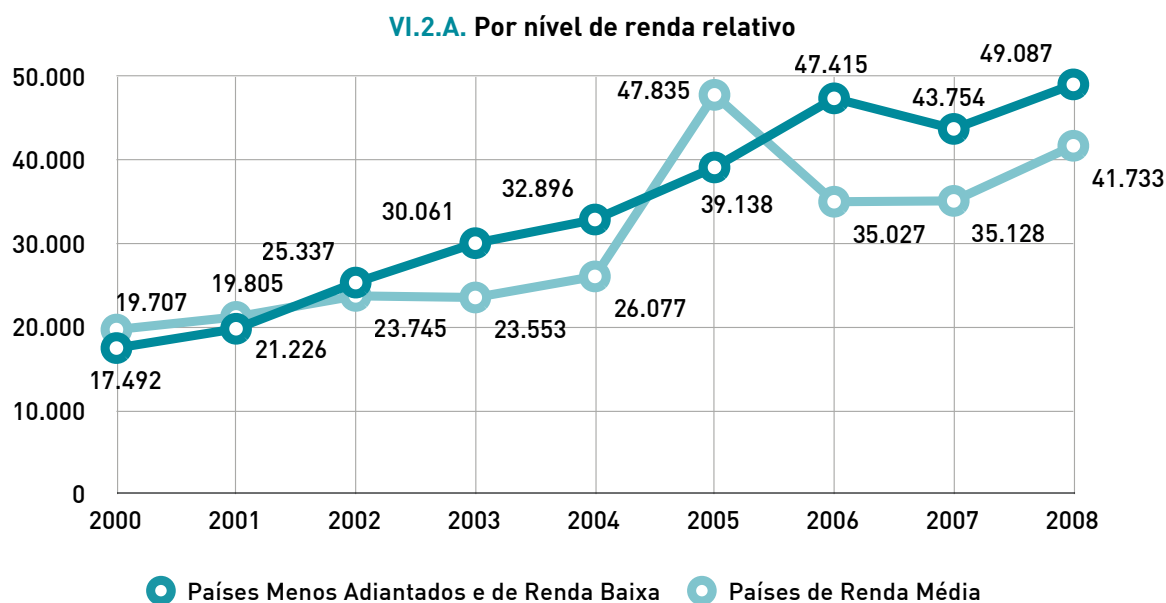
O recente Evento de Alto Nível das Nações Unidas sobre os Objetivos do Milênio (Nova York, setembro de 2010) celebrava os progressos conseguidos até a data, porém expressava ao mesmo tempo sua preocupação pelo que parece irremediável: o distanciamento da possibilidade real de cumprir os ODM dentro de apenas cinco anos. Assim, as crises mundiais que se estão sucedendo estes anos (a alimentar, a energética e a financeira) influem sobre a AODE em duplo sentido: por um lado, aumentam as necessidades de recursos dos países menos desenvolvidos; por outro, e dada a resposta de ajuste fiscal adotada pelos principais doadores, reduzem as previsões da AODE para os próximos anos.

De fato e tal como assinalam os informes do CADE e do ECOSOC (2010), até 2009 a crise teve efeitos “*pouco perceptíveis*” sobre as correntes reais de cooperação ao desenvolvimento. Nos principais fóruns, ademais, os doadores tenderam a ratificar, ainda em âmbito de crise, seu compromisso de manter seu volume atual de ajuda e inclusive de seguir aumentando-a para alcançar o objetivo de 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB).

A título de ilustração, a ratificação desses compromissos foi uma constante em fóruns como os sustentados pelo G8 (Aquila, Itália, julho de 2009), pela OCDE e Banco Mundial (Moscou, Rússia, fevereiro de 2010) ou pelo Fórum de Cooperação ao Desenvolvimento (FCD) (Nova York, Estados Unidos, julho de 2010).¹ O futuro cumprimento destes objetivos choca-se, entretanto, com os anúncios que especialmente ao longo deste 2010 têm feito parte dos principais doadores da AODE mundial; anúncios de importantes ajustes fiscais que se traduzem na redução ou queda no ritmo de seus compromissos quanto ao AODE para 2010-2012 (ECOSOC, 2010).

Gráfico VI.2. AODE líquida mundial, segundo o nível de rendas e área geográfica dos receptores. 2000-2008

Em milhões de dólares



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

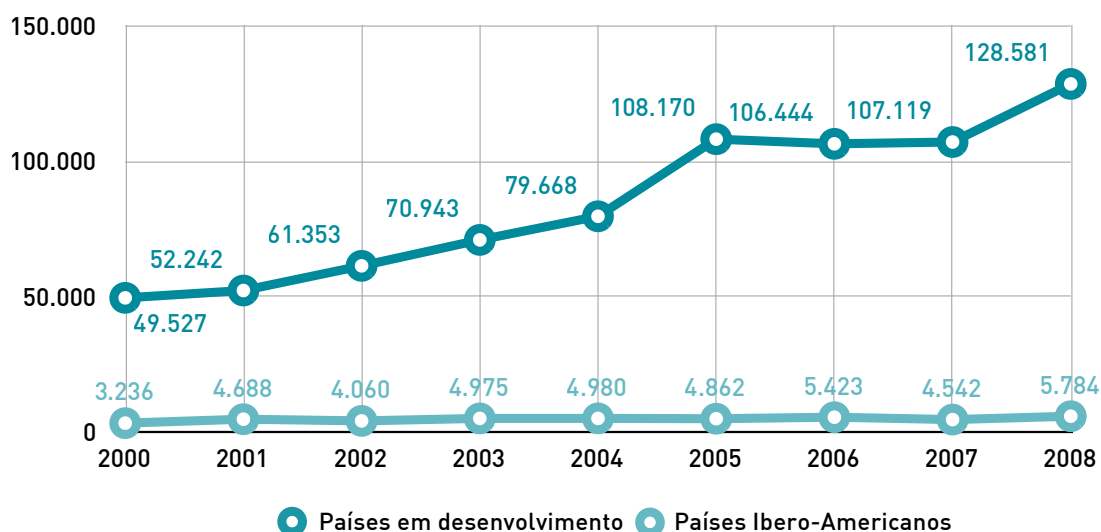
A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento destinada à Ibero-América

Tal como se observa no Gráfico VI.3.A, ao longo desta última década o volume de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial destinado aos países ibero-americanos mostrou um comportamento irregular que, entretanto, não impediu seu crescimento: dos 3.236 milhões de dólares de 2000 até os quase 5.800 milhões de dólares de 2009. A dinâmica de incremento da ajuda destinada à região foi, não obstante, inferior à registrada pela AODE mundial: cerca de 9,3% de média anual frente a 13,2%, respectivamente. Como resultado deste diferencial nas taxas de crescimento, a Ibero-América foi progressivamente deslocada como receptora de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (dos 6,5% que representava em princípios da década aos 4,5% de 2009) (Gráfico VI.3.B).

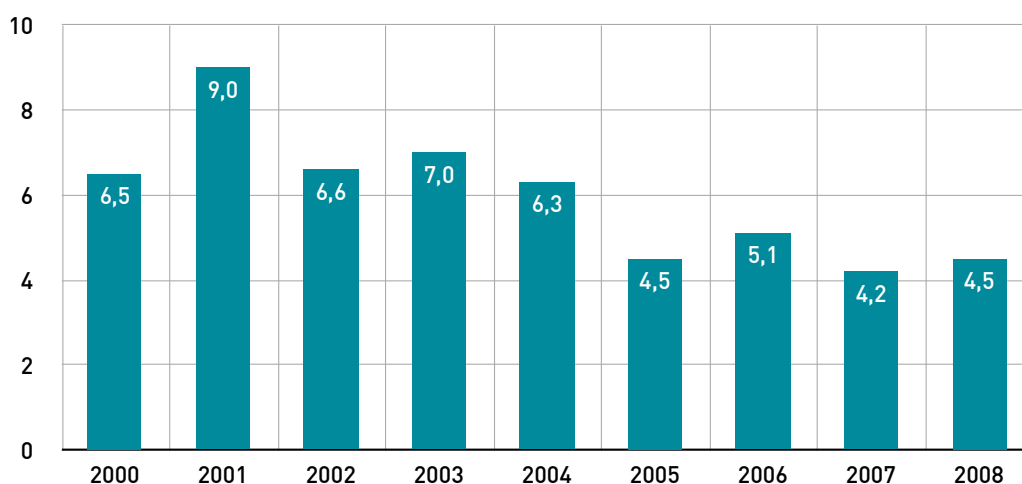
Gráfico VI.3. ODE líquida destinada a países ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2008

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.3.A. Comparação tendências



VI.3.B. Participação da Ibero-América sobre a AODE mundial



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

No que se refere aos receptores (Tabela VI.1 e Gráfico VI.4), a ajuda à região esteve muito concentrada. De fato, pode-se afirmar que, em 2008 e atendendo a critérios geográficos e de nível de renda relativa, mais de três quartas partes da AODE dirigiu-se a dois grupos de receptores: Países de Baixa Média Renda situados nas regiões andina (cerca de 40% dos 5.800 milhões de dólares) e centro americana (cerca de 36%). Mais especificamente, em 2009, a Colômbia (primeira receptora, com 975 milhões de dólares) concentrou cerca de 17% da ajuda final, ao passo que a Bolívia (terceira receptora mais importante), Peru e Equador receberam, respectivamente, cerca de 11%, cerca de 6% e cerca de 4% da AODE regional. Por sua parte, a Nicarágua (com quase 750 milhões de dólares, equivalentes a 13% do total) ocupou o segundo posto em termos de recebimento; Honduras e Guatemala concentraram, em cada caso, em torno de 10% da AOD; e El Salvador, para onde se destinaram uns 230 milhões de dólares, situou-se um pouco abaixo, com uma participação relativa de 4%. O resto dos países andinos e centro americanos, classificados como de Renda Média Alta, receberam quantidades entre 30 e 66 milhões de dólares, o que fez com que suas participações oscilassem entre o 0,5% do Panamá e o 1% da Costa Rica e Venezuela.

Tabela VI.1. AODE líquida mundial destinada aos países Ibero-Americanos, segundo receptor. 2000-2008

Em milhões de dólares. Ordem decrescente, segundo dados de 2008.

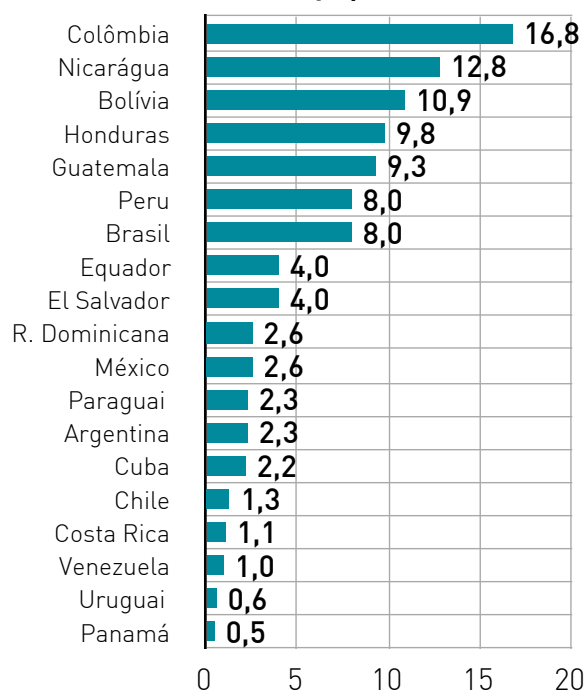
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Colômbia	186	384	438	800	515	621	1.005	723	972
Nicarágua	560	931	517	843	1.240	763	740	840	741
Bolívia	482	744	689	938	785	643	850	477	628
Honduras	448	657	461	394	658	690	594	464	564
Guatemala	263	234	250	247	217	257	484	454	536
Peru	397	451	488	517	463	450	463	260	466
Brasil	231	220	208	198	154	243	113	321	460
El Salvador	180	238	233	192	216	204	163	88	233
Equador	146	184	220	175	153	226	188	217	231
R. Dominicana	56	107	145	69	85	81	54	123	153
México	-58	118	125	123	108	180	270	113	149
Paraguai	82	61	57	51	22	51	56	108	134
Argentina	52	145	81	107	91	96	115	101	131
Cuba	44	54	64	75	104	88	94	93	127
Chile	49	75	-7	86	58	152	87	121	73
Costa Rica	10	0	0	29	13	26	32	58	66
Venezuela	76	45	57	81	45	50	63	78	59
Uruguai	17	15	14	24	29	14	21	37	33
Panamá	15	26	20	27	23	27	31	-135	29
Total	3.237	4.689	4.060	4.976	4.980	4.862	5.424	4.542	5.784

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

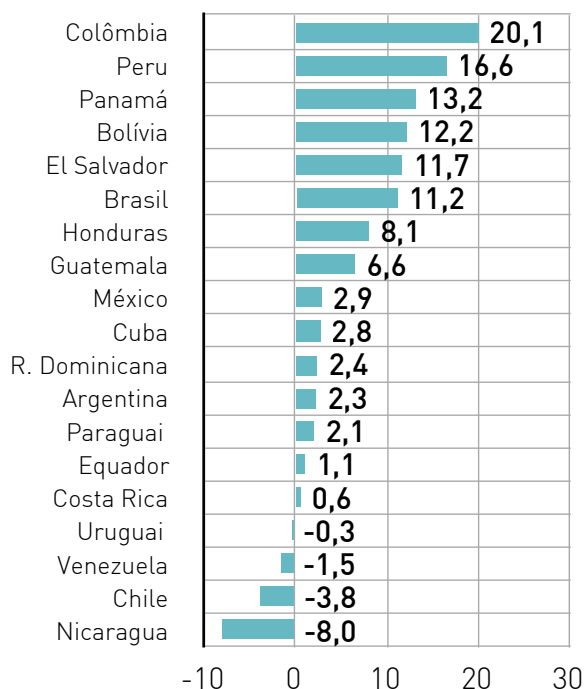
Gráfico VI.4. Participação sobre o total da AODE à região, por receptor. 2007-2008

Em percentagem

VI.4.A. Participação em 2008



VI.4.B. Contribuição ao câmbio 2007-2008



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

Dentre o resto dos receptores cabe destacar o Brasil, país muito ativo como ofertante da Cooperação Sul-Sul que, entretanto, continuou recebendo em 2008 mais de 450 milhões de dólares a título de Ajuda ao Desenvolvimento (um importante 8% do total regional). Frente a isto, o Caribe de fala hispânica (Cuba e República Dominicana) situou-se abaixo (menos de 300 milhões de dólares entre ambos países, cerca de 4,8% da AOD). O México, com quase 150 milhões de dólares, concentrou mais ajuda (2,6%) que o Paraguai (2,3%). Finalmente, a Argentina ainda recebeu fundos superiores a 100 milhões de dólares, ao passo que o Chile e o Uruguai estavam entre os cinco países que não alcançaram tal cifra (73 e 33 milhões, respectivamente).

As mudanças nos volumes recebidos por cada país entre 2007 e 2008 determinaram, por sua vez, o aumento que a AODE regional registrou a respeito do exercício anterior: de cerca de 1.200 milhões de dólares, desde os 4.550 milhões de 2007 até os quase 5.800 de 2008. Assim, e tal como observa-se no Gráfico VI.4.B, Colômbia, Peru e Bolívia, por um lado, junto com El Salvador, Honduras e Guatemala, por outro, contribuíram com 75% do incremento final. Outras contribuições importantes foram as do Brasil (que aumentou a AODE recebida em cerca de 140 milhões de dólares) e a do Panamá (cujo registro da AODE em 2007 havia sido negativo). Tudo isso contribuiu para frear a queda que haviam provocado países como a Nicarágua, segundo receptor da região, que viu como sua AODE reduzia-se em 120 milhões de dólares (desde os 840 milhões que em 2007 a situavam como primeiro receptor até os 740 de 2008).

Tabela VI.2. AODE líquida destinada aos países Ibero-Americanos, segundo doador. 2000-2008

Em milhões de dólares. Ordem decrescente, segundo cifras de 2008.

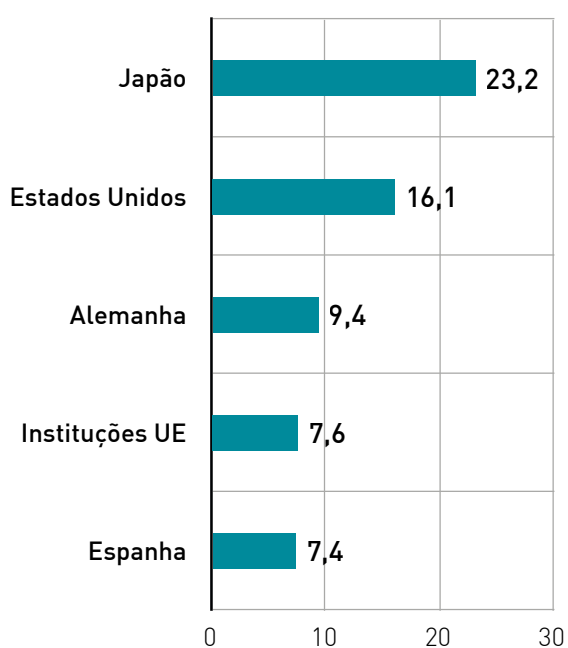
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estados Unidos	521	1.000	986	1.501	1.124	1.236	1.582	1.046	1.426
Espanha	241	647	365	449	572	498	658	1.017	1.187
Alemanha	306	307	320	434	611	385	359	345	568
Japão	750	710	546	441	271	404	414	203	225
França	83	85	133	155	235	122	229	276	156
Suécia	135	112	102	113	151	132	144	154	148
Canadá	60	66	93	107	113	137	117	164	143
Outros países	492	658	725	640	760	782	568	143	786
Total Bilaterais	2.588	3.585	3.272	3.838	3.837	3.696	4.073	3.348	4.639
Instituições UE	245	424	263	392	365	444	531	624	518
Outros organismos	405	680	525	745	778	723	820	570	627
Total Multilaterais	649	1.104	788	1.138	1.143	1.167	1.351	1.194	1.145
Todos os doadores	3.237	4.689	4.060	4.976	4.980	4.862	5.424	4.542	5.784

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

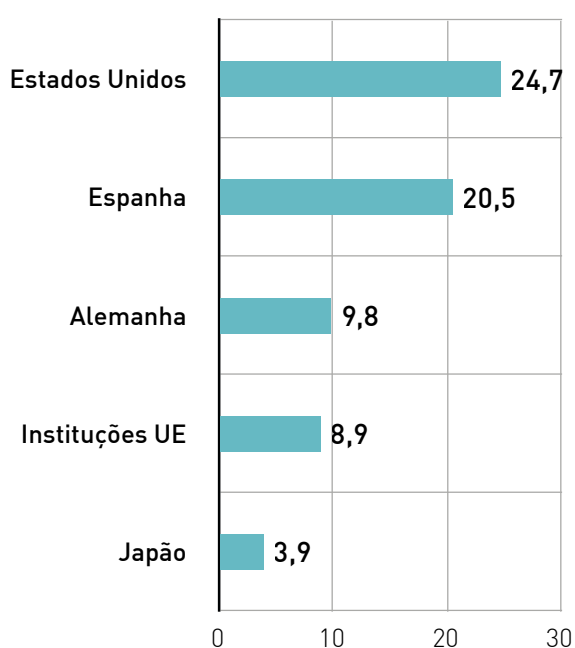
Gráfico VI.5. Peso dos doadores na AODE líquida destinada aos Países Ibero-Americanos. 2000 e 2008

Em percentagem

VI.5.A. Participação em 2000



VI.5.B. Participação em 2008



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

De sua parte e já em termos de doadores, a Tabela VI.2 e o Gráfico VI.5 permitem observar o que ocorreu entre 2000 e 2008 com a origem dos fundos. Neste sentido, em 2008 os Estados Unidos destinaram cerca de 1.425 milhões de dólares aos países da região, uma cifra equivalente a 25% do total regional. Esta contribuição consolidou-os como primeiro ofertante, seguido muito de perto pela Espanha, que mobilizou quase 1.200 milhões de dólares (quinta parte dos 5.800 milhões finais). A certa distância situou-se o terceiro doador bilateral mais importante, Alemanha, que destinou à Ibero-América pouco mais de 550 milhões de dólares, quase os mesmos 10% correspondentes ao primeiro doador multilateral, a União Europeia, responsável, através de suas instituições, por outros 500 milhões. Finalmente, a cooperação japonesa destinou à Ibero-América 150 milhões de dólares (3,9%), cifra muito similar às das cooperações sueca e canadense. Cabe destacar neste caso, entretanto, que o volume da ajuda que o Japão destinou à região em 2008 situou-se muito abaixo do registrado em princípios da década (750 milhões de dólares), quando o país foi o primeiro ofertante. A redução progressiva que a cooperação japonesa tem imprimido à ajuda em questão foi paralela a seu deslocamento pelos Estados Unidos e pela Espanha, dois países que, desde 2005, se mantêm como líderes na região em termos de doadores.

O peso relativo de receptores e doadores, ainda, deve ser interpretado à luz das relações bilaterais estabelecidas entre eles. De fato e para tal, foram elaborados os Gráficos VI.6.A e VI.6.B: o primeiro mostra o grau de concentração dos fundos que os principais doadores destinaram à Ibero-América, por receptores; e o segundo, o grau de dependência que os principais receptores tiveram desses mesmos doadores. A informação combinada que ambos os gráficos oferecem sugere três questões importantes:

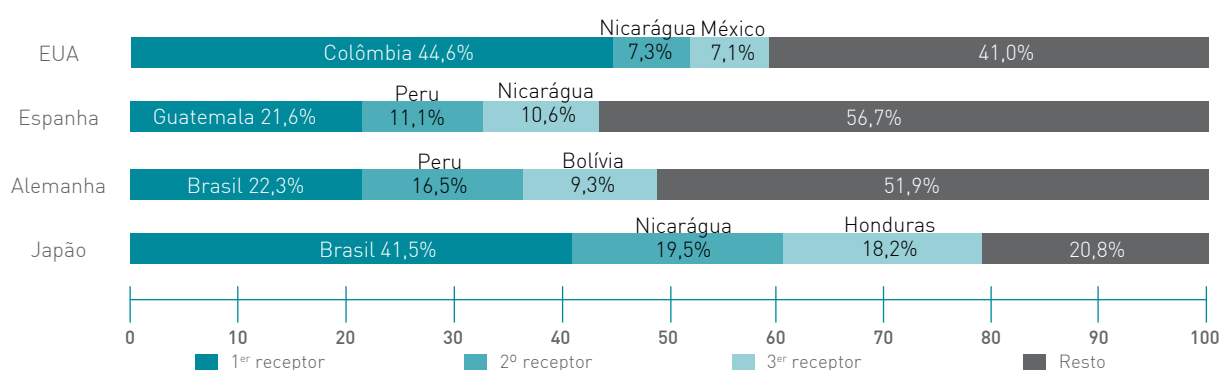
1. A cooperação entre Estados Unidos e Colômbia é especialmente estreita: apenas em 2008 mobilizou 635 milhões de dólares, que representaram 45% do total oferecido pelos Estados Unidos à região e duas terças partes do total recebido pelo país andino. Neste sentido, o que a cooperação estadunidense destinou à Colômbia excede em 513 milhões de dólares ao que destinou a seu segundo receptor (Bolívia). Em um exercício de estimativa, caso fosse assumido este diferencial como "extraordinário", a Colômbia passaria a receber, no total, entorno a 450 milhões de dólares, o que a situaria ao nível do Brasil e abaixo de outros receptores, como Peru e Guatemala; e os Estados Unidos passariam a destinar aos países ibero-americanos uma quantidade inferior aos 1.000 milhões de dólares, uma cifra que relegaria este país em favor da Espanha, como primeiro doador para a região.
2. Em qualquer caso, entretanto, os dados de 2008 revelam que entre 40% e 60% da assistência destinada ao resto dos principais receptores (Nicarágua, Bolívia, Honduras, Guatemala e Peru, todos com participações relativas sobre a AODE regional superiores a 8%) teve como origem uma combinação de fundos procedentes dos Estados Unidos e da Espanha. As proporções representadas por cada doador foram bastante similares (14-17%; 17-20%;...segundo caso) com exceção da Guatemala, país para o qual quase metade de sua AODE procedeu da Espanha (primeiro doador) frente aos 13% dos Estados Unidos (segundo doador).

3. Finalmente, para o Brasil (outro país com peso relativo sobre a AODE regional de cerca de 8%), a metade dos fundos recebidos teve origem nas cooperações alemã (27,5%) e japonesa (20,3%). De fato, e como se observa no Gráfico VI.6.A, o Brasil também foi o receptor de mais peso para ambos os doadores. A explicação para estes dados está relacionada com a larga trajetória bilateral com Alemanha e Japão, assim como seus numerosos acordos de triangulação.

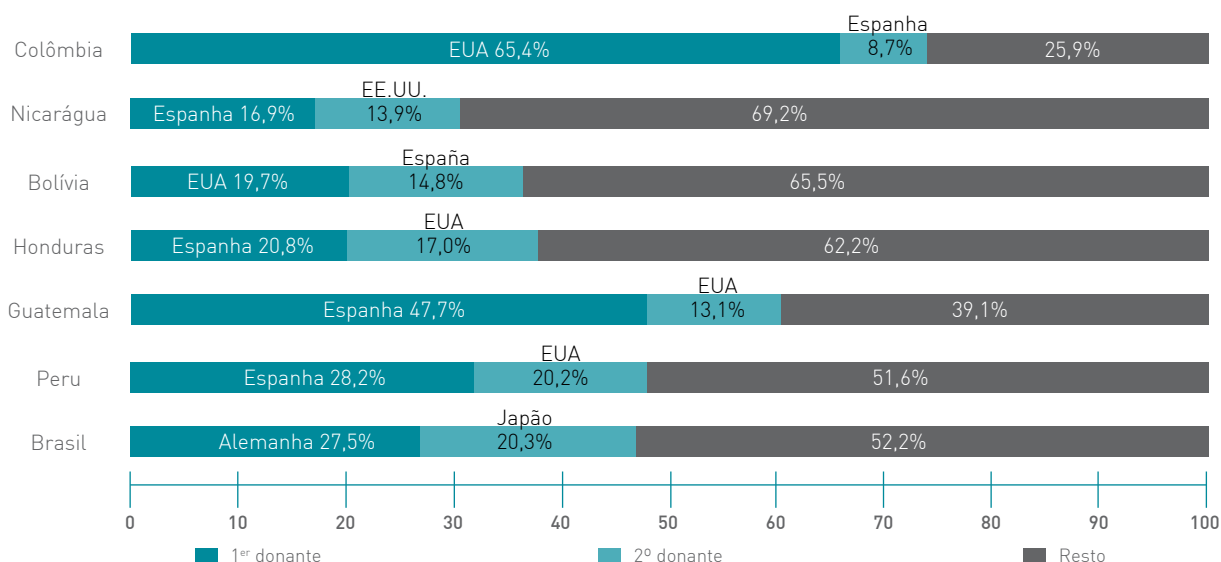
Gráfico VI.6. Relação entre os principais doadores e receptores da AODE na América Latina. 2009

Em porcentagem

VI.6.A. Concentração dos fundos dos doadores, segundo receptor



VI.6.B. Origem dos fundos recebidos, segundo doador



Nota: no Gráfico VI.6.A foram selecionados os quatro principais doadores bilaterais da região; no Gráfico VI.6.B, foram selecionados os receptores que haviam captado, para 2008, mais de 8% do total da AODE da região.

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

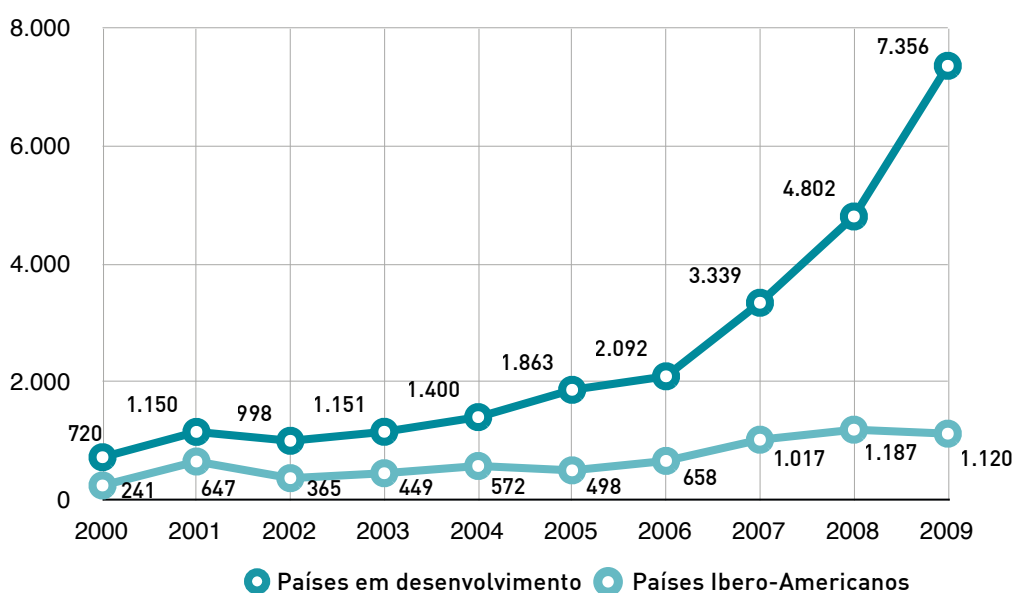
A AODE de Espanha, Portugal e Andorra para seus sócios ibero-americanos

Ao longo desta última década, a comunidade ibero-americana registrou fluxos inter-regionais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento: desde os países peninsulares (Espanha, Portugal e, no âmbito de suas possibilidades, Andorra) até os continentais (os 19 países desde México até o Chile, que se classificam como Países de Renda Média). Conforme isso e como já se comentou na introdução, a presente seção caracteriza estes fluxos para o período 2000-2009. A análise aborda desde os doadores, ordenados segundo seu peso relativo.

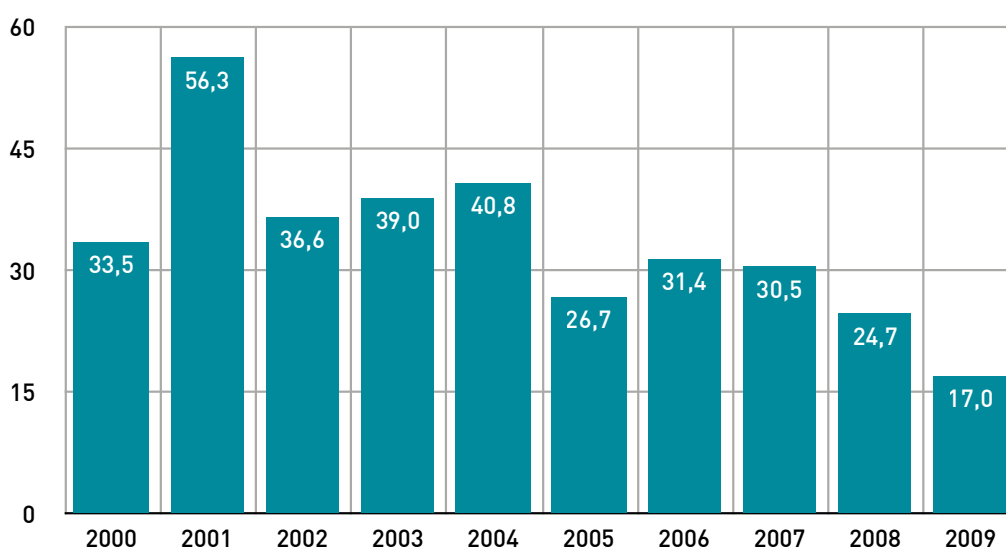
Gráfico VI.7. AODE líquida que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2009

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.7.A. AODE à Ibero-América e ao conjunto dos países em desenvolvimento



VI.7.B. Participação da Ibero América sobre o total da AODE líquida espanhola



Nota: Os dados de 2009 foram obtidos da AECIDE em Euros. A conversão para dólares foi efetuada aplicando-se a taxa de câmbio média de 2009 (1€ = 1,3933\$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu. Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID); das estatísticas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) www.oecd.org/dac/stats/idsonline; e da DGPOLDE (2009).

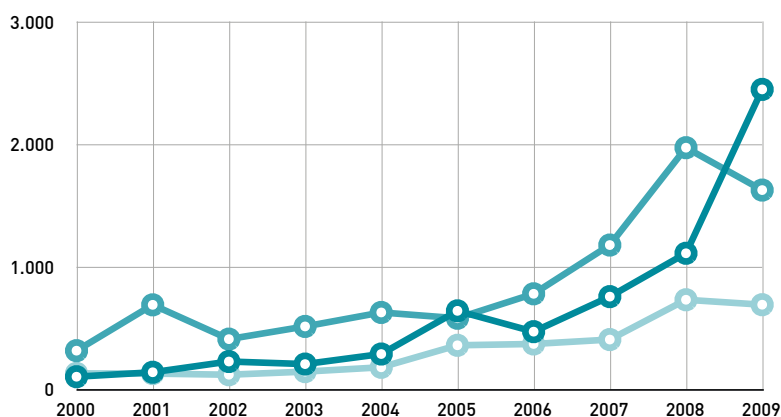
Assim e em primeiro lugar, é analisada a evolução da AODE procedente da Espanha. Foram elaborados para ela os Gráficos VI.7.A e VI.7.B, os quais reúnem: por um lado, um comparativo das dinâmicas sustentadas pela assistência espanhola destinada aos sócios ibero-americanos e ao conjunto dos países em desenvolvimento entre 2000 e 2009; e por outro lado, a conseqüente evolução do peso relativo que a AODE espanhola à Ibero-América manteve sobre o total. A respeito destes dois pontos, destacam-se as seguintes tendências:

1. Entre 2000 e 2008, a Ajuda Oficial espanhola à região tendeu a crescer: desde os 241 milhões de dólares do ano 2000 até os 1.187 milhões de 2008 (máximo histórico de todo o período). No biênio 2007-2008, entretanto, a cooperação espanhola à Ibero-América registrou uma diminuição do 5,7%. Resultado disso, a cifra final de 2008 caiu ligeiramente, para 1.120 milhões.
2. O diferencial no crescimento mantido pela ajuda que a Espanha destinou à Ibero-América (24,5% de média anual entre 2005 e 2009) frente à destinada a todos os países em desenvolvimento (38,2% -14 pontos percentuais por cima-), explica a perda progressiva de participação da Ibero-América como receptora da AODE espanhola: desde os 33,5% do ano 2000, aos 26,7% de 2005 e 17,0% de 2009.

Nesses anos, o intenso crescimento mostrado pela AODE espanhola junto à perda de peso da Ibero-América como destino preferencial, não pode desligar-se dos compromissos internacionais que a Espanha foi assumindo como doadora. Neste sentido, o *Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2009-2012* enumera, em seu Capítulo de "Prioridades regionais", os critérios que determinam o destino da AOD, entre os quais se destacam: sua contribuição à redução da pobreza e ao Desenvolvimento Humano sustentável, o cumprimento dos ODM e a agenda internacional da Eficácia da Ajuda. Tudo isso se traduz em uma concentração da Ajuda aos Países Menos Adiantados e de Baixa Renda, o que, em termos geográficos, significa "a consolidação da África Subsaariana como uma prioridade da Cooperação Espanhola" (DGPOLDE, 2009; p.194). Entretanto, "se (mantém) o compromisso com os sócios tradicionais (de América Latina)", só que, e em coerência com o visto no Capítulo IV, a cooperação tenderá a se canalizar através do "apoio aos mecanismos de acordo regional (...), entre os quais se destacam SICA, CAN e SEGIB" (DGPOLDE, 2009, p.195).

Gráfico VI.8. AODE líquida total da Espanha, segundo área geográfica de destino. 2000-2009

Em milhões de dólares



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
África	107,1	143,5	231,2	210,3	292,3	644,5	474,8	760,7	1.114,4	2.451,4
América Latina e Caribe	319,6	693,6	413,9	517,4	631,5	584,2	783,7	1.181,5	1.975,7	1.629,9
Ásia	134,5	132,6	123,4	148,7	184,0	363,6	374,4	410,3	735,0	694,7

Os dados de 2009 procedem da Direção Geral de Planeamento e Avaliação de Políticas de Desenvolvimento (DGPOLDE) da Espanha, em euros. A conversão para dólares foi efetuada aplicando-se a taxa de câmbio média de 2009 (1€ = 1,3933 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu (BCE). **Fonte:** SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e de declarações da DGPOLDE.

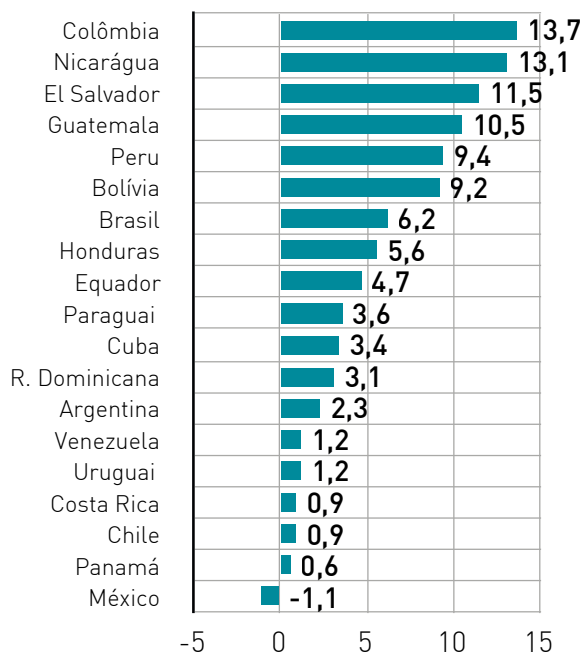
O cumprimento desses compromissos fica reunido no Gráfico VI.8, onde se distinguem as dinâmicas sustentadas entre 2000 e 2009 pela AODE espanhola destinada a três regiões em desenvolvimento: África, América Latina e Caribe,² e Ásia. Como se observa, entre os anos de 2000 e 2008, e com a única exceção de 2005, a Cooperação Espanhola teve a região latino americana como destino preferencial. O ponto de inflexão coincide com o biênio 2008-2009: assim, enquanto a AODE à América Latina e Caribe cai (desde os quase 2.000 milhões de dólares do primeiro ano até os 1.630 milhões do segundo), a destinada à África aumenta exponencialmente (desde os 1.140 milhões de dólares até os quase 2.500). Como consequência, 2009 inverte a tendência dos exercícios precedentes e situa a África como principal região receptora da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento espanhola. Cabe acrescentar, finalmente, que os 70% desta ajuda (cerca de 1.700 milhões) foram destinados à África Subsaariana.

Para os próximos anos o lógico seria esperar que, conforme o *Plano Diretor*, essa distribuição da AODE por regiões se mantenha. Ainda assim, o anúncio feito durante 2010, no âmbito da aplicação de um ajuste fiscal que respondesse à crise econômica, se traduzirá em um corte da Ajuda de uns 600 milhões de euros em dois anos; um corte que impedirá que em 2012 a Espanha alcance o objetivo no qual apostou estes anos: o de conseguir destinar 0,7% de seu PNB à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.³

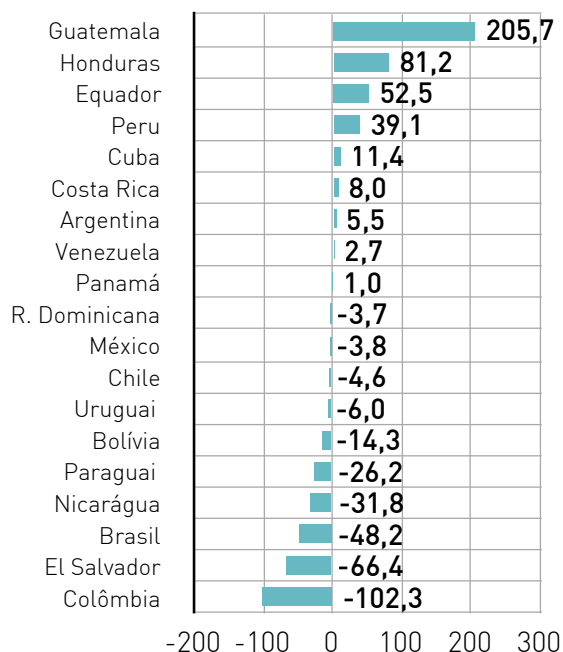
Gráfico VI.9. Participação dos países sobre a AODE destinada pela Espanha à região.

Em percentagem

VI.9.A. Participação em 2009



VI.9.B. Contribuição ao câmbio 2008-2009



Nota metodológica: no caso da contribuição ao câmbio, há que se levar em conta que, entre 2008 e 2009, a AODE espanhola à região diminuiu. Por esse motivo, o sinal da contribuição realizada por cada país -medida em termos de (Câmbio 2008-2009 do País A cambio 2008-2009 do Total)*100- deve ser lido no sentido inverso: os sinais positivos correspondem a países que também viram reduzida sua AODE (-/-), pelo que contribuíram "positivamente ao decrescimento do total"; e ao inverso para os sinais negativos (-/+), que na realidade correspondem a países que viram aumentada sua AODE e que contribuíram com isso para impedir uma queda maior da AODE total.

Fonte: SEGIB a partir da Agência Espanhola de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AECID).

Finalmente e ainda no âmbito da cooperação entre a Espanha e seus sócios ibero americanos, cabe destacar a distribuição da AOD de 2009 em termos dos principais receptores da região. Neste sentido, e como se observa no Gráfico VI.9,⁴ a cooperação espanhola se concentrou em seis países das regiões andina e centro americana. Todos eles receberam da Espanha uma AOD que oscilou entre 100 e 150 milhões de dólares: Colômbia (primeiro receptor), Peru e Bolívia, por um lado; Nicarágua (segundo receptor), El Salvador e Guatemala, por outro. O resto dos países recebeu fundos em valor inferior, que oscilou entre os 7 milhões de dólares do Panamá e os praticamente 70 milhões do Brasil. O México foi o único país que registrou um fluxo da AOD espanhola de sinal negativo.

Sobre o volume da AOD destinado aos sete principais receptores da Cooperação Espanhola (incluindo Brasil e com a única exceção do Peru), foi determinante o impulso que a Espanha deu, em 2009, ao denominado *Fundo de Cooperação para Água e Saneamento*. Aprovado no âmbito da XVII Cúpula Ibero Americana de Chefes de Estado e de Governo de 2007, o Fundo tem como objetivo que a América-Latina avance na consecução da Meta 3 do Objetivo 7 do Milênio. Para tal, a Espanha se comprometeu a doar à região cerca de 1.500 milhões de dólares para um período de 4 anos. Tal como se observa na Tabela VI.3, em 2009 o Fundo executou 236 milhões de dólares em oito países. Para uma grande parte destes, o Fundo representou entre 25% e 40% da AOD que receberam da Espanha

Tabela VI.3. Fundo de Cooperação para Água e Saneamento, segundo receptor. 2009

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

	Colômbia	Nicarágua	El Salvador	Guatemala	Bolívia	Brasil	Paraguai	Argentina	Total
Fundo Água	62,0	51,5	33,4	28,1	23,2	28,5	6,8	2,3	235,9
AODE espanhola	153,9	146,8	128,3	117,2	102,7	69,3	40,7	25,9	---
Participação	40,3	35,1	26,0	24,0	22,6	41,1	16,8	8,7	---

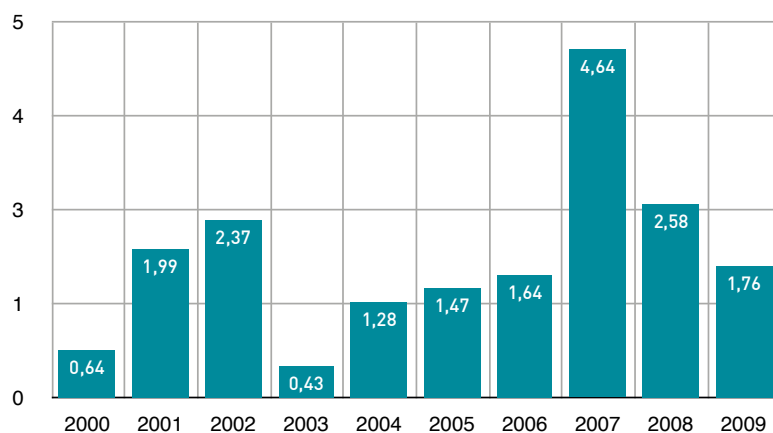
Fonte: SEGIB a partir da Agência Espanhola de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AECID).

De sua parte e no que se refere já a Portugal, os volumes de AOD para a região movimentaram-se em quantidades inferiores à espanhola:⁵ de fato, em 2009, Portugal destinou aos sócios ibero-americanos 1.800.000 dólares (Gráfico VI.10). Isto se explica por um duplo motivo: a menor capacidade relativa de Portugal para liberar recursos para a cooperação para o desenvolvimento (o total de 2009 subiu para 512,9 milhões de dólares); e a que se trata de uma cooperação preferencialmente concentrada na África e países de língua portuguesa. Ainda assim, e no caso do destinado à Ibero-América, Portugal tendeu a concentrar sua AOD em um receptor principal: Brasil. Ainda assim, em 2009 sua distribuição esteve mais diversificada que em exercícios precedentes: o Brasil captou cerca de 70% da AOD portuguesa, El Salvador praticamente cerca de 10%, ao passo que a Venezuela, Argentina, Nicarágua, Chile, Uruguai, Peru e México, por ordem de importância relativa, se distribuíram pelos 20% restantes.

Finalmente, um breve destaque acerca da cooperação para o desenvolvimento que Andorra destinou a seus sócios ibero-americanos. Neste sentido, em termos de volumes, a dinâmica de 2009 foi muito similar à do exercício precedente: uns 300.500 dólares em AOD para a Ibero América e 2009 frente aos quase 360.000 do ano anterior. A troca mais significativa, contudo, proveio do tipo de instrumento utilizado: a Ajuda Humanitária e de Emergência. Mais especificamente, em 2008, oito países ibero americanos receberam a AOD procedente de Andorra; para três destes (Cuba, Honduras e Guatemala) a Ajuda Humanitária teve um peso significativo (de 100% nos dois primeiros casos, de 16,5%, no segundo). Entretanto, toda a AOD relatada para 2009 foi articulada através de assistência de emergência. O Gráfico VI.11 reúne esta ajuda por países. Como se observa, os fundos executados tiveram novamente como destino países das regiões centro americana (Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua) e andina (Bolívia e Peru).

Gráfico VI.10. AODE líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2009

Em milhões de dólares

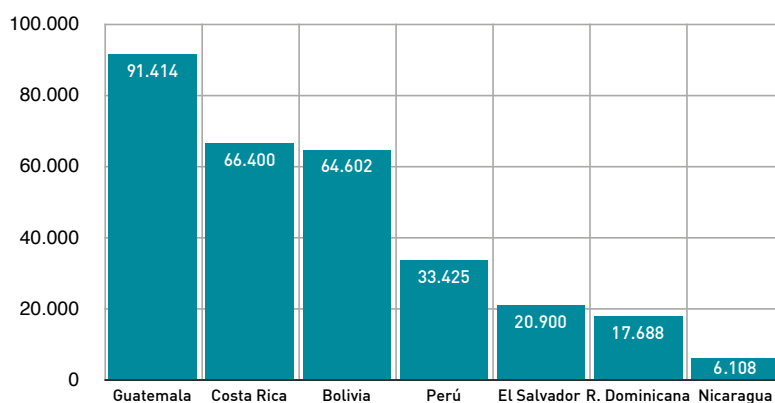


Nota: O dado de 2009 procede da declaração do IPADE – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em euros. A conversão para dólares foi efetuada aplicando-se a taxa de câmbio média de 2009 (1€ = 1,3933) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e IPAD.

Gráfico VI.11. AODE líquida que Andorra destina a outros países de Ibero-América, segundo receptor. 2009

Em dólares



Nota: O dado de 2009 procede da declaração do Ministério de Assuntos Exteriores e de Relações Institucionais do Principado de Andorra em euros. A conversão para dólares foi efetuada aplicando-se a taxa de câmbio média de 2009 (1€ = 1,3933) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e Ministério de Assuntos Exteriores e de Relações Institucionais do Principado de Andorra.

NOTAS

- 1- Referências a estes fóruns podem ser encontradas no Quadro I.1 anexo ao primeiro Capítulo.
- 2- Incluem-se aqui todos os países da região, não apenas os 19 que além deles fazem parte da Conferência Ibero-americana.
- 3- Europa Press, 12 de maio de 2010.
- 4- Os dados absolutos se encontram na Tabela A.1 do anexo, dedicada à AOD líquida destinada pela Espanha aos países ibero-americanos entre 2000 e 2009.
- 5- Os dados absolutos se encontram na Tabela A.2 do anexo, dedicada à AOD líquida destinada por Portugal aos países ibero-americanos entre 2000 e 2009.

CAPÍTULO VII
As instituições de cooperação
na Ibero-América

Introdução

As instituições responsáveis da cooperação nos países Ibero-Americanos estão em plena evolução. Aos processos de mudança habituais em qualquer administração pública somam-se dois fatores que incidem na maior parte dos países:

1. Por um lado, aqueles que ainda recebem um volume significativo de cooperação tradicional, encontram-se em plena adaptação à agenda de eficácia da ajuda marcada por Paris e Accra. Não só os requisitos que a adoção desta agenda lhes supõe como receptores, se não também ao uso do poder que este processo lhes dá enquanto a liderança de uma cooperação que deve integrar-se nos planos e estruturas nacionais.
2. Por outro lado, a Cooperação Sul-Sul e triangular emerge com força na região, como se reflete em todas as edições deste Informe. Não se trata de um fato novo já que esta cooperação têm uma longa história. Sem embargo, sua vitalidade nos últimos anos está mudando o panorama da cooperação, e incluso das relações externas, entre os países da América Latina.

Um bom número de instituições assume uma dupla função. Administram a recepção da cooperação externa que recebe seu país, ainda que esta reduziu-se de forma notável em boa parte dos países da região; e, além disso, têm a responsabilidade de orientar, negociar e administra a oferta de projetos Sul-Sul.

Este capítulo do Informe 2010 analisa a situação das instituições responsáveis da cooperação na Ibero-América, descreve sua estrutura, equipamentos e processos de coordenação e mostra as principais tendências e desafios que têm no futuro. Com isso pretende-se contribuir a um maior conhecimento destas instituições assim como a contribuir elementos ao debate sobre as estruturas mais adequadas para afrontar os desafios da cooperação.

A efeitos deste capítulo, como para o resto do Informe, tomaram-se como instituições responsáveis aquelas cujo Diretor/a foi nomeado por seu Governo como Responsável da Cooperação Ibero-Americana no marco das Cúpulas Ibero-Americanas. Nos casos nos que há duas instituições que co-lideram cooperação, normalmente uma direção geral de Chancelaria e uma Secretaria ou Ministério de Planeamento, a análise refere-se às duas.

* Autoria principal: José María Vera, Diretor de Planeamento da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Instituições governamentais responsáveis da cooperação

Ao longo deste capítulo divide-se aos países Ibero-Americanos em dois blocos:

1. O primeiro inclui aos países da Península Ibérica (Andorra, Espanha e Portugal), que só oferecem cooperação, e àqueles que se converteram em ofertantes significativos de Cooperação Sul-Sul (CSS), ainda que recebam por sua vez algo de AOD e também da CSS (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Venezuela). Ademais, vários deles contribuem a Organismos Financeiros Internacionais.
2. O segundo bloco inclui ao resto dos países que ainda são eminentemente receptores de cooperação, ainda que alguns deles também levam tempo com uma oferta de CSS ou estão no processo de expor esta oferta (Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai).

Este capítulo baseia-se na informação enviada à SEGIB pelas instituições responsáveis da cooperação técnica e parcialmente da financeira não re-embolsável nos países Ibero-Americanos. A informação é variável pelo que a descrição de cada país nas diversas sessões deste capítulo, tem distintos graus de profundidade.

A modo de resumo e tal e como observa-se no Quadro VII.1, cabe indicar que entre os países ofertantes prima a opção de uma Agência adscrita a Exteriores e com um certo grau de autonomia, variável segundo os casos. O México está avançando nessa direção através da Lei que se encontra tramitando e, ainda que a Argentina não aponte nessa linha, se tem previsto modificar o organograma de sua Direção de Cooperação para fortalecer sua capacidade ofertante.

Entre os países eminentemente receptores, dentro de uma heterogeneidade maior, podem distinguir-se duas opções. Bem a unidade responsável de cooperação – agência, direção ou vice-ministério- depende de Assuntos Exteriores, bem da Secretaria ou Ministério de Planejamento, que costuma estar estreitamente vinculado com a Presidência do país. Naqueles casos nos que a unidade depende de Exteriores sem ser uma Agência, a responsabilidade costuma a estar compartilhada com o Ministério de Planejamento ou equivalente (Costa Rica, Colômbia...). Há países que avançam a uma Agência, como o Uruguai, uma opção que se estão apresentando outros ainda que de maneira incipiente.

Um caso singular é o do Equador que, trás anos de contar com uma Agência, volta a uma Secretaria Técnica como forma de integrar mais à unidade no governo, ainda que mantenha o mesmo caráter que a Agência tinha. Finalmente cabe destacar o caso de países, como o Panamá ou a Bolívia, que mantêm a responsabilidade da cooperação no Ministério de Finanças ou de Inversões, ainda que de maneira coordenada com Assuntos Exteriores.

A foto não é fixa. Há uma constante evolução nos modelos institucionais, especialmente nestes últimos anos. A retirada paulatina da cooperação tradicional e a vitalidade da Cooperação Sul-Sul assim como um novo auge de planejamento nacional, especialmente em países pequenos e médios, são os principais catalisadores destes processos de mudança.

Marcos legais

Uns poucos países da região contam com uma lei e/ou decretos específicos sobre cooperação internacional que incluía definições, princípios, objetivos e marco de atuação. Sem embargo, na maioria dos casos a legislação limita-se àquela que estabelece as funções, atribuições e marco de atuação de cada unidade responsável. O desenvolvimento normativo completa-se com regulamentos operativos e funcionais.

Entre os primeiros cabe destacar o caso do Peru que conta com um desenvolvimento legislativo completo incluindo uma Lei de Cooperação Técnica Internacional, que atua como marco, ademais de regulamentos, um decreto para dar cobertura ao Sistema Descentralizado de Cooperação e uma Política Nacional de Cooperação que data de 2007. Cabe destacar que a legislação está orientada à recepção de recursos, a função prioritária da APCI.

Um caso similar no lado dos ofertantes de cooperação é o da Espanha, que conta com uma Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento desde 1998, vários decretos que regulam as funções e um recente, de 2007, que cria a nova AECID. A Espanha conta com um Plano Diretor da Cooperação quadrienal. Nos casos de Portugal e Andorra o marco legal concentra-se em documentos de visão estratégica e planejamento. Tal é o caso também de alguns receptores como El Salvador que está preparando sua Estratégia Nacional de Cooperação.

Quadro VII.1. Instituições responsáveis da cooperação, por países

País	Instituições responsáveis da Cooperação
Andorra	<i>Departamento de Assuntos Multilaterais e Cooperação</i> , adscrito ao Ministério de Assuntos Exteriores e Relações Institucionais já que se considera a cooperação como uma parte fundamental da política exterior de Andorra.
Argentina	<i>Direção-Geral de Cooperação Internacional</i> dependente do Secretário de Coordenação e Cooperação Internacional dentro do Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto . Este Ministério tem a responsabilidade da negociação da cooperação em todos os âmbitos, em coordenação com os ministérios setoriais.
Brasil	<i>Agência Brasileira de Cooperação (ABC)</i> integrada no Ministério de Relações Exteriores através da Subsecretaria -Geral de Cooperação e Promoção Comercial. A ABC foi criada em 1987 a raiz do incremento do número de projetos de cooperação do Brasil com outros países.
Chile	<i>Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)</i> . Trata-se de uma instituição pública descentralizada, adscrita ao Ministério de Relações Exteriores através do qual relaciona-se com a Presidência da República. Tem personalidade jurídica e patrimônio próprio. Até 2005 a AGCI estava enquadrada no Ministério de Planejamento (MIDEPLAN).
Colômbia	Duas instituições estão a frente da Cooperação Internacional neste país: - <i>A Agência Presidência para a Ação Social e a Cooperação Internacional</i> e - <i>A Direção de Cooperação Internacional</i> do Ministério de Relações Exteriores . A Chancelaria ocupa-se de orientar a cooperação que recebe e outorga o país. Ação Social programa, negocia, coordena e realiza o seguimento da ajuda. Ambas têm funções tanto a oferta como na recepção de cooperação.
Cuba	<i>Vice-ministério para a América Latina</i> do Ministério de Comércio Exterior e a Inversão Estrangeira (MINCEX) no que se localiza o conjunto da cooperação internacional.
Espanha	<i>Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)</i> , organismo adscrito ao Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação através da Secretaria de Estado de Cooperação Internacional (SECI). A AECID, criada em Novembro de 2007 a partir da antiga AECL, tem personalidade jurídica diferenciada, patrimônio e tesouraria próprios e autonomia de gestão e funcional dentro dos limites estabelecidos por Lei de Agências.
México	<i>Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica</i> , enquadrada na Secretaria de Relações Exteriores dentro da Unidade de Relações Econômicas e Cooperação Internacional . Existe também uma Direção Geral de Cooperação Educativa e Cultural. O 13 de Abril de 2010 a Câmara de Deputados aprovou a Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que inclui a constituição da Agência Mexicana de Cooperação Internacional.
Portugal	<i>Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (IPAD)</i> enquadrado no Ministério de Assuntos Exteriores dentro da Secretaria de Estado de Assuntos Exteriores e Cooperação.
Venezuela	<i>Direção de Cooperação Internacional</i> no Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores .

Este marco de legislação concentra-se, no caso da Costa Rica, em um Decreto que regula tanto o processo de gestão e as funções das dependências implicadas, Relações Exteriores e MIDEPLAN, como os conceitos e as orientações da Cooperação Internacional neste país.

Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua e República Dominicana são exemplos de países com marcos legais cingidos à definição das instituições responsáveis da cooperação, daquelas mais amplas às que estão adscritas ou de instâncias de coordenação ao interior dos governos. Em todo caso, como ocorre no Brasil, esta legislação desenvolve e detalha um artigo de uma lei superior, como a Constituição, que dá cobertura à cooperação governamental.

Países como o México ou o Uruguai encontram-se em pleno processo de aprovação ou implementação de um marco legal amplo, incluindo o parágrafo orçamentário. Outros como República Dominicana estão-se enfocando na possibilidade de abordar a definição de um novo marco legal.

Cabe indicar que são os poucos os países que têm uma legislação que respalde e oriente de maneira compreensiva a Cooperação Sul-Sul que realizam ou aspiram a realizar. São aqueles que estão em pleno processo de definição do marco legal os que apostam por que este dê uma cobertura mais completa à Cooperação Sul-Sul.

Quadro VII.1. Instituições responsáveis da cooperação, por países (continuação)

País	Instituições responsáveis da Cooperação
Bolívia	<i>Vice-ministério de Inversão Pública e Financiamento Externo (VIPFE)</i> dentro do Ministério de Planejamento do Desenvolvimento . Este Ministério tem responsabilidade sobre a cooperação técnica, econômica e financeira e é quem desenha as políticas de inversão e financiamento do desenvolvimento.
Costa Rica	A gestão da cooperação é compartilhada entre a <i>Direção de Cooperação Internacional</i> do Ministério de Relações Exteriores e Culto que tem a responsabilidade da negociação internacional a cooperação, e o Ministério de Planejamento (MIDEPLAN) que tem a reitoria ao interno do país em relação com as instituições nacionais e o Plano Nacional de Desenvolvimento.
Equador	Desde o dia 16 de julho de 2010 a Agência Equatoriana de Cooperação Internacional (AGECI) transformou-se na <i>Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI)</i> . Com esta mudança o governo pretende reforçar a capacidade da instituição como estrutura de Estado assim como clarificar seu rol na gestão das políticas públicas sobre cooperação internacional. Igual que a AGECI, a SETECI está adscrita à Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento (SENPLADES) e desde agora pode participar também nas troca de dívida externa.
El Salvador	<i>Vice-ministério de Cooperação para o Desenvolvimento</i> enquadrado no Ministério de Relações Exteriores e do que depende a <i>Direção Geral de Cooperação</i> que aconteceu uma reorganização significativa da gestão e estratégia da cooperação neste país.
Guatemala	<i>Subsecretaria de Cooperação Internacional</i> enquadrada na Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (SEGEPLAN) que tem como função central a de coadjuvar na formulação da política de desenvolvimento nacional.
Nicarágua	<i>Secretaria de Cooperação Externa</i> dentro da estrutura do Ministério de Relações Exteriores responsável da relação com os países sócios no marco da AOD.
Panamá	A responsabilidade da cooperação neste país é compartilhada entre o Ministério de Economia e Finanças (MEF) , para a cooperação técnica e científica, e o Ministério de Relações Exteriores para a cooperação educativa, cultural e esportiva.
Paraguai	<i>Direção de Cooperação Internacional</i> do Ministério de Relações Exteriores .
Peru	<i>Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)</i> uma das primeiras instituições que se criaram na região. É um organismo público descentralizado que se encontra adscrito ao Ministério de Relações Exteriores com autonomia técnica, econômica, orçamental e administrativa.
República Dominicana	<i>Vice-ministério de Cooperação Internacional</i> do Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento que é o órgão reitor do Sistema Nacional de Planejamento. O Vice-ministério tem a responsabilidade de manter as relações com organismos e agências de cooperação internacional assim como de administrar e avaliar a cooperação técnica e financeira não re-embolsável que recebe o país.
Uruguai	<i>Departamento de Cooperação Internacional</i> do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP) da Presidência em coordenação com o Ministério de Relações Exteriores , como executor da Política Exterior do país. No futuro próximo está prevista a criação da <i>Agência Uruguia de Cooperação Internacional (AUCI)</i> que dependerá diretamente do Presidente da República .

Países nos que prima a recepção de cooperação

Dupla função: recepção e oferta de cooperação

Um dos aspectos mais significativos das instituições de cooperação na região Ibero-Americana é que boa parte delas encontram-se em plena evolução: da recepção de recursos provenientes de doadores tradicionais à oferta de Cooperação Sul-Sul. Dada a diversidade de países, esta evolução não é homogênea nem obedece aos mesmos padrões. No entanto o manejo desta dualidade é um dos fatores mais determinantes nas decisões institucionais que se estão tomando e um dos desafios aos que devem enfrentar-se estas instituições.

Este fato recolhe-se bem em um dos objetivos declarados pela Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica do México: *“Potenciar a posição dual do México desde o âmbito da cooperação a partir de uma perspectiva integral que permita somar esforços e capacidades em favor do desenvolvimento nacional, particularmente nas zonas mais deprimidas e esquecidas, e manter a posição ofertante à terceiros países, especialmente na região centro-americana”*.

Ante esta nova realidade, a situação difere entre os países:

1. Espanha e Portugal estão assentados em sua função de ofertantes de cooperação ao desenvolvimento desde anos. Com isso, convém não esquecer que também realizaram esta evolução nos anos 80 para passar de receptores a doadores. Além disso a Espanha e Portugal recebem um volume notável de recursos da União Europeia, não caracterizados como AOD mas que se requerem de uma boa gestão e de sua integração em planos e políticas nacionais. Sem embargo e independentemente do momento histórico, as instituições para oferta e recepção estiveram localizadas em ministérios distintos e tomaram formas institucionais diferentes, o qual pode colaborar com alguma experiência ao resto dos países.
2. Os países com uma maior trajetória e capacidade para oferecer Cooperação Sul-Sul localizam suas instituições responsáveis sob Ministérios de Assuntos Exteriores, pelo vínculo estreito que esta cooperação tem com a política exterior do país. Quando predomina a recepção, as instituições se adscvem a Exteriores ou o Planejamento ou a uma combinação de ambas. A modo de ilustração:
 - Chile, cuja Agência de Cooperação estava adscrita ao Ministério de Planejamento há cinco anos, quando passou a Exteriores, como reflexo da perda de relevância da cooperação recebida versus a oferta, incluindo nela a captação de recursos para triangular.
 - Brasil é um caso parecido ao do Chile. Em ambos países sua Agência administra a recepção da cooperação que ainda recebe o país, majoritariamente técnica. Sem embargo sua estrutura e processos estão cada vez mais orientados à oferta.
 - Argentina e México são dois países que estão em plena evolução ainda que com diversos graus de profundidade, no manejo da função dual. O primeiro se está querendo criar uma unidade específica de Cooperação Sul-Sul dentro da Direção de Cooperação Internacional. O segundo está em pleno processo de criação da Agência de Cooperação que terá, em caso de chegar a porto, umas características similares a outras dos países ofertantes da região baixo um marco legal consistente e amplo. Ambos países mantêm e gestão a recepção de cooperação bilateral e articulam a recebida por Províncias, Estados e Municípios. Sem embargo apostam de maneira crescente pela oferta

Cabe uma reflexão neste ponto sobre se manter as duas funções em uma mesma instituição é uma dificuldade ou supõe vantagens, especialmente se nos referimos só à cooperação técnica, acompanhada em todo caso de financiamento não re-embolsável. A base da cooperação técnica encontra-se no conhecimento, em compartilhar experiências, lições, tecnologia e processos. A final das contas, tanto na oferta de Cooperação Sul-Sul como na recepção, as instituições de cooperação articulam a relação entre ministérios setoriais ou outras instituições, que são as que normalmente executam. O valor acrescentado das instituições de cooperação encontra-se na negociação, na gestão e também no apoio à transferência e instalação de experiências, capacidades e boas práticas. O fato de que a Cooperação Sul-Sul aposte pela reciprocidade e o benefício mútuo aponta nesta direção de manter a dupla função em uma mesma instituição.

3. No resto dos países que ainda recebem um volume de fundos significativos, as instituições estruturam-se de acordo a esta função receptora. A aparição da dualidade de forma incipiente ainda que já explícita, se produz por exemplo no Uruguai ou Costa Rica, país onde a responsabilidade está compartilhada entre dois Ministérios, ainda que com um reparte desigual segundo seja a recepção ou oferta. No primeiro caso MIDEPLAN planeja e administra e Exteriores negocia. Na Sul-Sul a responsabilidade de Exteriores é maior ainda que Comissões Mistas e Projetos coordenam-se sob um sistema de Comitês e Equipamentos Técnicos nos que participam ambos Ministérios e outras instituições segundo o setor abordado.

Há países como o Peru ou El Salvador que se estão dotando de unidades de Cooperação Sul-Sul, tanto para canalizar a que recebem como para sua oferta, antiga no caso do Peru e incipiente no de El Salvador. Resultam exemplos interessantes de países eminentemente receptores que, desde a mesma instituição, empreendem o caminho da oferta de cooperação a partir das capacidades e experiências acumuladas ou incorporadas. Algo similar ocorre na República Dominicana país que está começando a elaborar um Banco de Oferta a partir das experiências que tiveram êxito que se produziram no país.

4. Em outros casos, como o do Equador e especialmente Cuba e Venezuela, a função de oferta de cooperação associam-se de maneira estreita com a integração e a solidariedade regional. Ainda que contam com instituições coordenadoras da oferta, e no caso da nova SETECI do Equador com uma nova unidade específica para a oferta de Sul-Sul, são vários os ministérios que participam da cooperação de maneira ativa, tanto na oferta como na recepção, especialmente da Cooperação Sul-Sul que se produz entre estes países.

Em qualquer dos casos, a função dual afeta a todos os aspectos, não só ao marco legal e operativo das instituições ou a sua adscrição a um ministério ou outro. A estrutura interna e o perfil da equipe humana também devem ser levados em conta na hora de acrescentar a atividade ofertante à tradicional, associada com a recepção de recursos.

Estruturas e organização

As instituições de cooperação organizam-se de várias maneiras que podem agrupar-se em três grandes blocos: por áreas geográficas, por atores e por funções. Ao analisar caso a caso encontra-se uma grande diversidade de situações e combinações nas estruturas e organigramas que obedecem a propósitos diferentes:

1. Uma estrutura clássica é a que combina o geográfico com os atores da cooperação, como a que tem a Direção de Cooperação Internacional da Chancelaria da Costa Rica, com áreas por regiões e duas áreas para a relação com organismos internacionais financeiros e não financeiros. De maneira mais agrupada, a República Dominicana replica este esquema através de duas direções gerais para bilateral e multilateral. Igual que outras instituições, o Vice-ministério de cooperação deste país conta com uma unidade de análise e coordenação. O Vice-ministério de Cooperação de El Salvador opta por uma estrutura similar, por atores, ainda que mais completa ao incorporar um departamento de cooperação não oficial e descentralizado e uma unidade Sul-Sul dentro do departamento de bilateral.
2. Entre os ofertantes, tanto o Brasil e o Chile como a Espanha apostaram pelo setorial, criando áreas, direções e departamentos que se ocupam de temas específicos ou de setores amplos. No caso da Espanha estas unidades setoriais, de recente criação, operam matricialmente com as direções geográficas. Na ABC Brasileira às três áreas setoriais se lhe somam outras três coordenações funcionais, uma para CTPD (Sul-Sul) e duas para a recepção de cooperação bilateral e multilateral. AAGCI chilena tem um organigrama mais reduzido mas que reproduz a filosofia do brasileiro: com um departamento setorial, um para cooperação horizontal e outro para bi-multilateral. Em todos os casos aparece a necessidade de trabalhar em uma matriz na que a especialização setorial seja para a recepção ou para a oferta, têm um peso significativo.

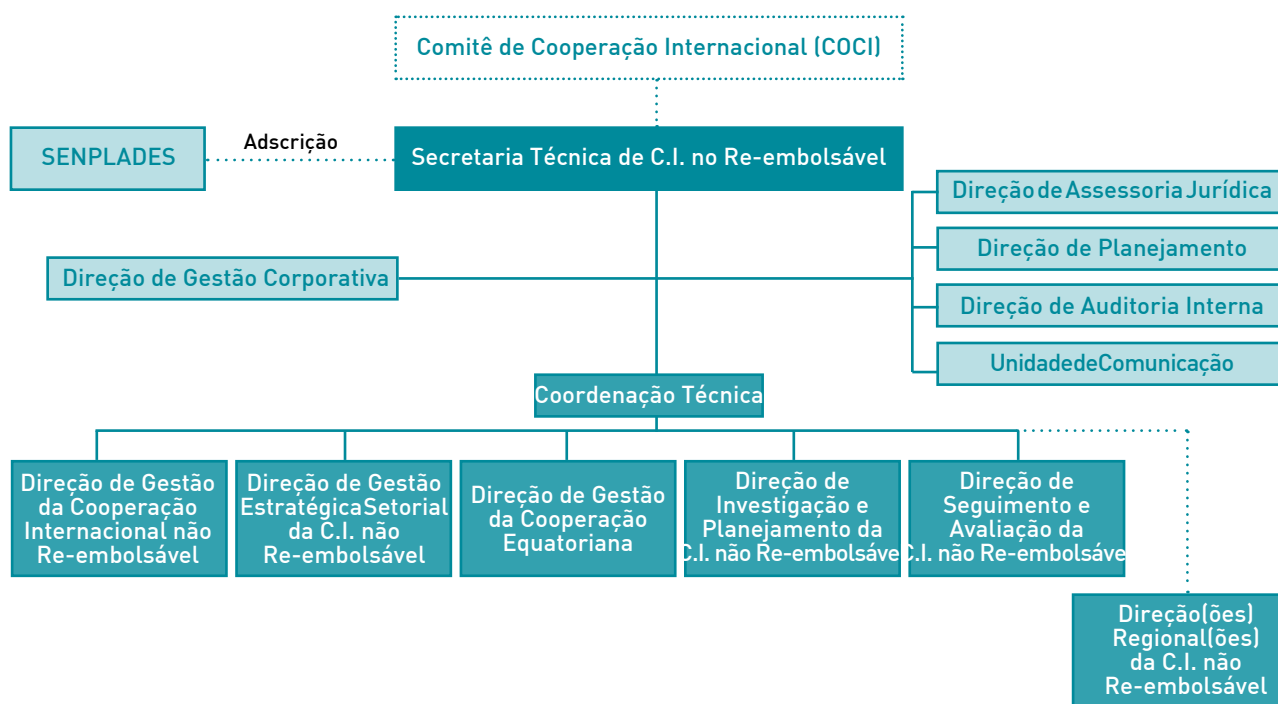
Cabe ressaltar que qualquer organização matricial incorpora complexidades que devem ser abordadas com um reparto claro da responsabilidade e do poder e em processos bem definidos. A especialização setorial aporta conteúdo e qualidade à cooperação, dotando-a de maior valor em relação com a mera gestão de projetos e programas. No entanto, não é evidente que funcione e possa incorporar dificuldades que travem a gestão da instituição. De fato, alguns ofertantes como Portugal mantêm uma estrutura eminentemente geográfica, acompanhada somente de unidades de planeamento e gestão.

3. Algo similar ocorre no México. Enquanto o país decide se avança à nova Agência, a Direção de Cooperação Técnica e Científica estrutura-se através de direções que combinam o geográfico com o funcional: recepção oferta e cooperação regional, sem acrescentar o setorial mais que para a prevenção e atuação ante desastres. É interessante constatar que este é dos poucos países com uma unidade específica para a cooperação regional, não necessariamente homologável às clássicas unidades de cooperação multilateral. Como já se indicou, a Argentina também está redefinindo sua estrutura. Enquanto isso, conta com um organigrama simples por atores: bi, multi e uma direção de projetos.
4. Cabe ressaltar também os casos de algumas instituições que estão apostando por estruturas só funcionais assim como pelos processos e a organização em base aos mesmos. Ação Social da Colômbia, cujas responsabilidades excedem aquelas da cooperação internacional, tem uma estrutura mista na que combina numerosas unidades de processo com as funcionais. Sendo duas as que se ocupam as cooperação internacional.

A Subsecretaria de Cooperação Internacional da SEGEPLAN Guatemalteca organiza-se por funções: gestão, seguimento e avaliação da cooperação somando-se a estas unidades uma direção de cooperação territorial. No caso do Peru as quatro direções (Políticas e Programas, Gestão e Negociação, Operações e Capacitação, e Fiscalização e Supervisão e os três escritórios (Administração, Assessoria Jurídica e Planificação) apontam à linha funcional e de processos.

5. Finalmente recolhemos o caso do Equador que, em sua evolução da AGECI à SETECI está mudando de maneira significativa sua estrutura e organograma. A instituição aposta por uma Estrutura Organizativa por Processos que se recolhe no Esquema VII.1.

Esquema VII.1. Estrutura Organizativa da Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI) do Equador



Fonte: Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI) do Equador.

Tal e como se observa neste Esquema, a SETECI propõe-se utilizar um modelo de gestão por processos, no que definem os processos governantes, os de apoio e assessoria, comuns a outras instituições, e os habilitantes de apoio. Estas unidades combinam-se e articulam com as direções regionais. Provavelmente trata-se do organograma mais evoluído e complexo das instituições analisadas e será um desafio notável fazê-lo funcionar de maneira eficaz e eficiente com um círculo que não é elevado.

Equipes humanas

A Tabela VII.1 mostra o pessoal reportado pelos Responsáveis de Cooperação como equipes de suas instituições. Nos casos de unidades mais amplas (Ação Social na Colômbia, SEGEPLAN na Guatemala...) indica-se o pessoal designado a Cooperação Internacional. Os níveis indicados no quadro recolhem-se como orientação já que as instituições não necessariamente identificam o mesmo perfil para cada nível.

Tabela VII.1. Conformação de equipes humanas das instituições de cooperação, segundo país

País	Diretivo	Profissionais	Técnicos	Administrativos	Total
Andorra	1	---	2	1	4
Argentina	7	---	33	5	45
Bolívia	12	---	66	---	88
Brasil	15	---	38	89	142
Chile	7	---	61	24	92
Colômbia (1)	3	4	36	5	48
Costa Rica (2)	2	---	9	3	14
Equador	8	---	22	17	47
El Salvador	1	---	56	7	64
Espanha sede (3)	18	---	209	307	610
Espanha exterior (4)	60	241	432	---	733
Guatemala	5	---	11	5	21
México	6	---	7	23	36
Nicarágua	5	---	28	10	43
Peru	10	49	32	9	100
Portugal	26	---	136	21	183
R. Dominicana (5)	17	---	51	81	149
Uruguai	2	---	22	2	26

(1) Referido só ao pessoal da Direção de Cooperação Internacional de Ação Social. Não inclui a Chancelaria. (2) Referido só ao pessoal da Direção de Cooperação Internacional. Não inclui MIDEPLAN. (3) O total inclui 76 contratados laborais (4) A categoria de profissionais inclui adjuntos à direção, arquitetos e responsáveis de programa e de projeto. Sob a categoria de técnico recolhe-se o pessoal local. (5) Inclui o pessoal da Direção Geral de Cooperação Multilateral incorporado recentemente ao Vice-ministério de Cooperação Internacional.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

No questionário remetido aos Responsáveis de Cooperação não se incluíram perguntas específicas sobre suas equipes, mais além de número. A diversidade de situações, ademais, limita a possibilidade de extrair conclusões unânimes. Ainda assim, apontam-se aqui as seguintes reflexões:

- Os níveis diretivos se caracterizam por uma elevada rotação. Pode considerar-se normal que as pessoas não se mantenham nestes postos mais além de um período de governo. Sem embargo o fato é que em uma mesma legislatura se produzem mudanças nos níveis diretivos, o que pode conduzir à falta de estabilidade e à lentidão dos processos e mudanças. A estabilidade e a experiência acumulada pelo diretivo que permanecem faz-se notar positivamente tanto em suas instituições como na presença e influência dos países em reuniões e processos internacionais.

-
- O segundo nível diretivo é fundamental, máxime se há uma alta rotação no primeiro. Há instituições que contam com pessoas de grande profissionalidade e experiência nesta categoria que se foram formando e renovando com o tempo para fazer valer sua trajetória.
 - A maior parte das instituições contam com um grupo de profissionais e técnicos com experiência de entre 5 e 10 anos que são cruciais na hora de dar-lhe consistência ao trabalho. Ao tempo, todas estão incorporando a jovens profissionais bem formados e que estão apostando por seu desenvolvimento no terreno da cooperação. A meio e logo prazo este grupo é fundamental; vale a pena apostar por sua formação e dar-lhe estabilidade laboral, algo que se faz de forma desigual segundo os países.
 - A adscrição dos postos, especialmente dos diretivos ainda que também de profissionais, a um determinado corpo da administração é uma prática habitual em alguns países. De fato, uma boa parte dos postos são cobertos por membros do serviço exterior. Com segurança há profissionais nestes corpos que conjugam vocação e formação para trabalhar na cooperação internacional ao desenvolvimento. Sem embargo, o que poderia debilitar estas instituições é o fato de que os postos só possam ser cobertos por este pessoal. Por um lado se afiança a dependência estrita da cooperação à política exterior. Por outro, há que remarcar que a cooperação ao desenvolvimento requer de formação e capacidades específicas e de uma aposta profissional a longo prazo.

A formação é importante para contar com profissionais capazes em um campo complexo e mutável como é a cooperação. Desde o Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul realizou-se um questionário e uma Oficina para detectar as necessidades formativas das equipes destas instituições. Deste processo, que já está sendo abordado pelo Programa em forma de módulos, se desprendem as seguintes necessidades formativas:

- Gestão de projetos, incluindo a avaliação. Uma formação central e básica para os trabalhadores da cooperação que requer de uma profundidade notável e de uma atualização frequente.
- Capacidades técnicas, especialmente em indicadores, medição de impacto e sistemas de informação.
- Habilidades para a negociação.
- Habilidades para a transferência de conhecimentos, práticas e experiências.

Este último aspecto mostra algumas das especificidades da formação requerida para a cooperação técnica. Os profissionais da cooperação devem ajudar a outros, expertos com um profundo conhecimento técnico em um setor determinado, a explicar e adaptar o que sabem e experimentaram. Também devem facilitar, aos que recebem estes conhecimentos, sua assunção, adaptação e aplicação de maneira efetiva.

Coordenação com outras instituições e atores da cooperação

“Sistema” é um conceito que se repete com frequência ao analisar a gestão da cooperação nos países Ibero-Americanos. Vários deles e com níveis diversos de amplitude e profundidade contam com marcos estável de coordenação e trabalho conjunto, tanto com outros ministérios e administrações como com atores da sociedade civil.

São três os níveis nos que cabe mostrar a coordenação e articulação:

- Ministérios e outras instituições do Governo.
- Governos regionais e locais (Cooperação Descentralizada).
- Academia e organizações privadas: ONG, grêmios, sindicatos, empresas...

Esta coordenação é mais estreita nos países receptores. Acostuma a dar-se ao redor do Plano Nacional de Desenvolvimento que, apontado pela Agenda de Eficácia, serve de marco estratégico para a cooperação que recebe o país.

Este é o caso da Nicarágua, que coordena a nível de Gabinete o Plano Nacional de Desenvolvimento Humano. E também do Equador através do Plano Nacional para a Boa Vida que se concretiza para a cooperação não reembolsável em uma política específica. A AGECI, desde agora a SETECI, define políticas, planos e articula-se com os Ministérios Coordenadores e estes com os de linha. Os governos autônomos, que administram a cooperação que recebem, também coordenam-se através de uma Estratégia comum.

O país está trabalhando na criação de um sistema de cooperação no que interatuem todos os envolvidos, que estará administrando por processos e no que se prevê o fortalecimento das unidades de cooperação dos diversos ministérios.

Tanto o Equador como o Chile, Espanha e o Peru contam com um Conselho ou Comitê Reitor como órgão do governo da Agência correspondente. No mesmo participam vários ministérios, normalmente os mais envolvidos na cooperação. A existência deste órgão pode facilitar a coordenação interinstitucional, tanto de cara ao trabalho da Agência como à cooperação impulsionada pelos Ministérios participantes.

O Peru também conta com um Sistema Nacional Descentralizado de Cooperação Internacional não Reembolsável, que define prioridades de atuação territorial alinhadas com as estratégias nacionais e que reúne às unidades orgânicas e dependências públicas e privadas encarregadas da cooperação internacional, incluindo os poderes legislativo e judicial e as ONG peruanas e estrangeiras que operam no país. O Sistema está dirigido e articulado pela Agência Peruana de Cooperação (APCI). Ademais há um Foro de Cooperantes e um Comitê de Coordenação Multissetorial encarregado de formular o marco político e programático da cooperação entre os Ministérios do país.

O trabalho dentro do sistema peruano não se limita à coordenação se não que incorpora a capacitação dos governos regionais para a elaboração de planos assim como outras ações de fortalecimento que contam com o apoio da cooperação internacional.

A Guatemala também integra a cooperação que recebe dentro do Plano Nacional (Plano Esperança). A coordenação mais estreita se produz entre SEGEPLAN e os Ministérios de Exteriores e de Finanças Públicas. Um Sistema de Conselhos de Desenvolvimento lhe permite a articulação com a administração descentralizada.

No caso da Colômbia a cooperação recebida está orientada ao Plano Nacional "Estado Comunitário, Desenvolvimento para Todos". Como outros países, a Colômbia conta com um Sistema Nacional de Cooperação, não só para coordenar a recepção se não também a oferta. Um potente Mapa de Cooperação, que está sendo utilizado como base por outros países, facilita a informação e a profundidade desta coordenação.

além do trabalho conjunto entre Ação Social e Chancelaria, se estabelecem reuniões com os outros atores para alinhar-se no marco da Estratégia de Cooperação.

Igual que ocorre na Colômbia, na Costa Rica, ao existir duas instituições com uma responsabilidade importante na cooperação internacional, a coordenação entre ambas requer de espaços e energias significativas. Neste país a cooperação recebida é integrada pelo MIDEPLAN no Plano Nacional. Um Sistema de Enlaces permite a coordenação com outros Ministérios.

El Salvador, em pleno processo de remodelação de sua estrutura institucional, está por lançar um Sistema Integrado de Cooperação ao Desenvolvimento, centrado no aspecto informativo dos programas e projetos que recebem as instituições do país. Além disso há todo um entramado de reuniões de coordenação com diversos atores.

A República Dominicana aprovou uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento que serve como marco para a Cooperação. Este país está impulsionando um Sistema Nacional de Cooperação e mesas setoriais onde se reúnem as instituições públicas e privadas que administram cooperação em um determinado setor.

Cabe destacar que a coordenação é mais estreita no âmbito da recepção de cooperação tradicional (AOD) que no da recepção de Sul-Sul e que a articulação é ainda mais incipiente no lado da oferta de cooperação. A exceção se dá naqueles países como Espanha, que já têm uma tradição longa e um trabalho de anos em fortalecer os sistemas de coordenação (Quadro VII.2) e Portugal, que também conta com uma Comissão Interministerial de Cooperação e um Foro de Coordenação para articular com outros atores. Neste último caso assume-se uma gestão descentralizada que pivota ao redor do IPAD e na que participam ministérios, ONG, academia e outras instituições.

Quadro VII.2. O sistema de coordenação da Cooperação Espanhola

Para sua coordenação, a Cooperação Espanhola conta com os seguintes mecanismos:

- Um sistema de informação completo enquanto aos projetos recolhidos de todas as instituições, ainda que frágil na profundidade dos dados.
- Um sistema de planejamento comum ao interior do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação. Este sistema melhorou de maneira notável, mas ainda tem um desafio no que se refere à integração de outros Ministérios e isso apesar da existência de uma Comissão Interministerial de Cooperação Internacional.
- Para a coordenação com os agentes da Cooperação Descentralizada, a Espanha impulsionou o funcionamento da Comissão Interterritorial. Também tem um Conselho de Cooperação que reúne a ONGs, empresas e academia. Tudo isso facilita o diálogo e a informação, ainda que os atores mantenham grande autonomia em suas decisões operativas. A atuação conjunta se produz quando há programas financiados desde a Agência junto com ONGs ou administrações descentralizadas.

Fonte: Agência Espanhola para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AECID).

O México também está avançando na linha de fortalecer sua coordenação. O sistema de informação que está realizando é dos mais potentes e completos da região e está previsto que recolha dados de todos os ministérios e dependências públicas que recebem ou ofertam cooperação. A cooperação recebida articula-se ao redor do Plano Nacional de Desenvolvimento enquanto a oferta começa a contar com um marco de planejamento que ainda é limitado.

A coordenação interinstitucional no Brasil ocorre de maneira fundamentalmente bilateral, entre a ABC e determinados Ministérios setoriais. O nível de informação da cooperação recebida por outras instituições é suficiente, sendo mais limitado o da Cooperação Sul-Sul oferecida por outras instituições, sejam Ministérios, governos de estados, municipalidades ou outros. A exceção ocorre quando a missão técnica ou o projeto se fazem de maneira conjunta entre a ABC e outra instituição. Algo similar ocorre no Chile onde a AGCI fortaleceu seu sistema de informação interno ficando fora de seu alcance boa parte da cooperação na que participam outros ministérios e instituições públicas.

A Argentina encontra-se em plena evolução neste campo, de uma coordenação pontual com outros ministérios em função de projetos concretos, à elaboração de um Programa Federal de cooperação que aspira a trabalhar em rede e fortalecer outras instituições. Está-se trabalhando em um catálogo de capacidades e em um mapa de cooperação internacional que complete a informação e fortaleça a coordenação.

No caso da Venezuela a cooperação impulsiona-se desde cada Ministério setorial, especialmente aqueles com um maior peso na oferta de projetos e programas. A Chancelaria aglutina a informação, especialmente na hora de participar em mecanismos regionais de integração e concertação.

Finalmente cabe destacar que os países reportam uma muito fraca coordenação com a cooperação re-embolsável, tanto na recebida de instituições financeiras como no relativo às contribuições, crescentes, que os países realizam à AIF, BID e instituições financeiras sub-regionais. Em todo caso existe uma relação ocasional para os componentes não re-embolsáveis dos créditos e para planos gerais.

A modo de resumo do colaborado pelos países sobre esta questão pode-se deduzir que:

- A coordenação interinstitucional está incrementando-se mesmo que ainda é débil.
- A primeira via utilizada para impulsioná-la é a informação. As instituições responsáveis da cooperação contam ou estão estabelecendo mapas e sistemas de informação que aspiram a recolher toda a cooperação que se recebe ou se oferece.
- Há grande desigualdade entre os países na hora de abordar passos mais significativos. Os planos e mesas setoriais, catálogos de oferta e certa consulta para políticas e planos gerais, são as vias mais utilizadas.
- Ainda assim, aprecia-se um nível de coordenação geral baixo. Há muita cooperação que os ministérios setoriais realizam sem que seja integrada, e incluso sem conhecimento, das instituições responsáveis (Agencias, Chancelarias, Ministérios de Planificação).
- Os maiores avanços se produzem nos países que ainda recebem um volume significativo de AOD e que contam com um Plano Nacional que atua como um vetor de integração. É frequente encontrar linhas de fortalecimento das unidades de cooperação de ministérios e de governos descentralizados, o qual é também uma via indireta para favorecer a coordenação.
- A consulta e participação da sociedade civil, academia e outros atores está pouco consolidada. Ademais de sua participação em sistemas de informação comum, se limita a mesas e espaços ocasionais não estáveis nem respaldados por um marco legal.

Tendências de futuro e desafios

A cooperação internacional ao desenvolvimento na Ibero-América mantém uma tendência similar à dos últimos anos. Tal e como assinalou-se no capítulo anterior, a AOD recebida pelos países da região está estancada entorno a uns 5.000 milhões de dólares e não é previsível que cresça. Em todo caso diminuíra ao ritmo das previsíveis reduções globais da AOD produto da contração fiscal nos doadores. A Cooperação Sul-Sul e a regional no âmbito de esquemas de concertação e integração seguirão crescendo e ocuparão cada vez mais energia e espaço dentro das dinâmicas nacionais e regionais.

As instituições de cooperação terão que seguir adaptando-se a este marco, combinando funções e realizando frequentes mudanças de orientação e estrutura em um contexto em plena evolução.

Apontam-se a continuação as principais tendências e desafios para esses países no que faz referencia a suas estruturas, instituições e marcos legislativos e de planeamento.

1. Instituições e localização.

- A medida que a oferta vai ganhando peso, talvez tem menos sentido que as instituições responsáveis da cooperação enquadrem-se em Ministérios ou Secretárias de Planeamento. A conexão com a ação exterior, seja na oferta ou na recepção, é elevada e pelo tanto parece razoável que **estas instituições se encontrem adscritas às Chancelarias**, ainda que tenham certo grau de autonomia e permitam a implicação de outros ministérios. Sempre poderão coordenar-se com os Ministérios de Planeamento ou similares a efeitos da integração da cooperação recebida nos planos nacionais e setoriais.
- Uma alternativa poderia ser localizar a instituição com uma dependência direta da Presidência
- De não dar-se esta evolução, uma possibilidade é conceber **duas instituições diferentes**, que respondam à dupla função. Uma responsável da recepção de AOD e Cooperação Sul-Sul e outra responsável da oferta e da participação nos programas regionais e sub-regionais.
- O fato de que estejam adscritas às Chancelarias não teria porque implicar uma subordinação à agenda imediata da política exterior do país. É este um debate que foi recorrente em países doadores como a Espanha e que supões uma tensão constante. Em ocasiões mostrou-se a possibilidade de que haja Ministérios de Cooperação, extremo que pareceria excessivo no caso dos principais ofertantes da América Latina.
- Ao final deste capítulo se aponta a opção de uma **Agência de Cooperação como a que poderia ser a fórmula mais adequada**.

2. Marcos legais e de planeamento.

- Seria desejável que todos os países contem com uma **legislação que ampare e oriente a cooperação internacional** e que transcenda a mera designação de funções à instituição responsável. Sendo positivo que a cooperação esteja amparada por marcos legislativos superiores, como a Constituição, é necessário que haja leis próprias que detalhem os princípios, objetivos, marcos de planeamento e coordenação, órgãos e funções dos mesmos. Não só servem para amparar e orientar, também dão estabilidade à cooperação no tempo.
- A Lei de Cooperação pode completar-se com regulamentos, políticas, decretos e planos, cuidando que não excedam os necessários e práticos para uma gestão eficaz. **Os planos diretores plurianuais** são uma boa ferramenta para contribuir com estratégia e estabilidade.
- No caso da recepção será imprescindível um programa que conecte a cooperação recebida (AOD e Sul-Sul) com o Plano Nacional de Desenvolvimento do país. No caso da oferta seria útil um plano que combine as orientações políticas com o catálogo de oferta, as prioridades e os processos.

-
- Considera-se necessário elevar o alcance e a cobertura do limitado respaldo legal que ainda encontra a Cooperação Sul-Sul em muitos países.

3. Estruturas.

É impossível indicar uma estrutura perfeita e válida em todos os casos. A situação de cada país e de seus marcos institucionais requer de uma análise caso a caso. Ainda assim podem aponta-se algumas tendências relevantes para a análise desta casuística.

- Se a instituição orienta-se à recepção, poderia suficiente com uma estrutura que **combine o geográfico/atores (bi e multi) com algumas unidades funcionais** para planejamento e avaliação. O conhecimento setorial viria contribuído pelos Ministérios de cada âmbito.
- Uma **organização por processos**, como a Equatoriana, resulta interessante ainda que pode ser complexa se não ficam bem definidas as interlocuções externas e internas nas diferentes fases dos programas e projetos.
- No caso de países orientados à oferta, a alternativa de **unidades geográficas e por atores segue sendo uma opção válida**. O fato de que a triangulação com doadores tradicionais seja uma das principais vias de financiamento reforça esta opção. Sem embargo **é importante acumular certa experiência setorial** dentro da instituição responsável da cooperação. Aponta-se por tanto a uma matriz, uma opção sempre complexa e que deveria definir-se com cuidado, clareza e autoridade na hora de repartir o poder dentro da estrutura.
- **A Cooperação Regional deveria ter mais presença nos organigramas das instituições**. Supõe uma forma de trabalhar, em comum com outros através de programas horizontais, que requer de habilidades específicas e de uma relevância maior dentro das instituições.

4. Equipes humanas.

No ponto correspondente já recolheu-se os principais desafios e tendências que podem resumir-se em:

- A importância de dar estabilidade nos níveis diretivos das instituições e de contar com pessoal formado especificamente para a cooperação internacional ao desenvolvimento e que acumule experiência neste campo.
- Colaborar com estabilidade laboral e formação contínua aos jovens profissionais que se estão incorporando e que contribuem com frescura, boa formação e energia às instituições.
- Dentro da formação e ademais da tradicional referida à gestão de projetos e à negociação, cabe destacar a importância de capacitar ao pessoal em habilidades para a transferência e instalação de conhecimentos e experiências, a chave da cooperação técnica.

5. Coordenação com outras instituições e atores da cooperação.

- Apesar dos avanços reportados em vários países, contar com **sistemas de informação potentes** ainda supõe um desafio em boa parte deles. Muitos sistemas são incompletos, já que não recolhem toda a cooperação recebida e especialmente a ofertada, nem colabora com suficiente informação sobre os projetos e programas. Como se aponta em outros capítulos do informe, a capacidade destes sistemas para indicar o valor econômico da cooperação oferecida é ainda limitada.
- **A coordenação entre ministérios é potente ao redor da recepção de AOD**, não assim em relação com a oferta de CSS. As instituições responsáveis da cooperação conhecem e articulam aquilo que administram ou, ao menos, intervêm. Seria positivo avançar na coordenação interinstitucional, respeitando as competências mas ganhando em sinergias e por tanto em eficiência. Há diversos sistemas que podem apoiar nesta direção mas requer-se antes de vontade e de marco político adequado.

-
- Cabe destacar a importância de **promover a participação social e a articulação com outros atores** nos planos e atividades de cooperação. Da discussão conjunta de políticas e programas à coordenação de intervenções em setores e zonas geográficas, há uma ampla gama de potenciais espaços de participação que ainda são escassos, têm pouca cobertura legal e por tanto estabilidade e relevância. Contar com Conselhos de Cooperação com competências significativas e marcos estável, seria um passo positivo.

6. Modalidades de Cooperação.

Com frequência se identifica a Cooperação Sul-Sul só com a Cooperação Técnica. Este mesmo Informe centra-se nesta cooperação ocupando-se, em todo caso, da financeira não re-embolsável. Sem embargo, vários países da região são muito ativos na **cooperação econômica e financeira**, na gestão da dívida, contribuindo a organizações financeiras internacionais regionais ou sub-regionais ou em grandes programas de infraestruturas. Deveria ter uma relação muito mais estreita entre ambas atividades de cooperação, normalmente nas mãos das Chancelarias, a técnica, e dos Ministérios de Finanças ou Economia, a financeira. Esta maior relação pode, entre outras coisas, reportar um melhor aproveitamento das contribuições ao articular a cooperação técnica ao menos com a cooperação financeira não re-embolsável que cada vez mais países da região colaboram com o Organismos Financeiros Internacionais

7. Agências de Cooperação Internacional.

Finalmente, apontam-se elementos do que poderia ser uma arquitetura institucional idônea em alguns dos países. Apostamos pelo modelo de Agência ainda que o relevante não é tanto o termo (poderia ser Instituto ou Secretaria) como os princípios e orientações que o sustentam e que, normalmente, coincidem mais com a figura institucional da Agência.

- Organismo descentralizado ou desconcentrado, com certa autonomia, adscrito ao Ministério de Assuntos Exteriores. O passo dado pela Espanha de acrescentar-lhe “e de Cooperação” ao nome do Ministério é um bom reflexo da relevância que a oferta de cooperação internacional pode ter dentro da ação exterior de um país. Pode-se considerar a possibilidade da dependência direta da Presidência.
- Que conte com um Comitê Reitor/Diretivo no que estejam representados outros Ministérios favorecendo assim a coordenação interinstitucional e a apropriação por parte de outras entidades públicas da cooperação. Em reciprocidade, a participação de outros Ministérios no órgão de governo da Agência deveria completar-se com a abordagem comum das atividades de cooperação destes Ministérios, em planos diretores integrados e comissões conjuntas, lideradas pela Agência.
- Regida por regulação administrativa pública com todos os controles pertinentes mas com certos graus de flexibilidade, requerida para a atividade da que se trata: cooperação internacional em situações complexas e de fragilidade.
- Que conte com pessoal suficiente para realizar uma boa gestão e que colabore com valor acrescentado aos recursos da cooperação. Em número proporcional ao volume de recursos administrado e à complexidade da execução. Com um corpo de diretivos e profissionais que colabore com estabilidade e que esteja formado neste campo.
- Com uma estrutura orientada a colaborar com valor acrescentado aos projetos e programas acumulando experiência e conhecimento geográfico e setorial assim como habilidades para manejar os principais processos, incluindo os de transferência e instalação de capacidades.

BIBLIOGRAFÍA

BIBLIOGRAFÍA

- Abrisketa e Pérez de Armiño (2000). "Ação Humanitária: Conceito e evolução" em Pérez de Armiño (diretor): *Dicionário Ação Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento*. Icaria Editorial e Hegoa, Bilbao
- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). "A Cooperação Triangular espanhola na América do Sul". Apresentação na *Oficina The European Union's Triangular Cooperation in the context of aid effectiveness*. AECID, Madri, 8 de março
- Alonso (2010). "Cooperação com Países de Renda Média e Cooperação Sul-Sul". Proposta apresentada na Oficina-Seminário *Esboço e programação da linha de trabalho de formação e intercâmbio estruturado de experiências*, Programa Ibero americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, San Salvador, de 31 de maio a 2 de junho
- Alonso-Amelot (1999). "Samambaia macho, saúde animal e saúde humana" na *Revista da Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia (LUZ)*, número 16. Venezuela, pág. 528-541
- Arnaude, O. e Peraza, S. (2004). "Biologia e Manejo do *Pteridium aquilinum* (samambaia macho): Um Mato Problema". Apresentação do projeto financiado pela Coordenação de Ciências Agropecuárias do Decanato de Pesquisas da Universidade Nacional Experimental de Táchira (UNET) e Fundacite -Táchira. Venezuela.
- Budget, R. e Sudjic, D. (2007). *The endless city: the Urban Age project*. London School of Economics e Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. Londres
- Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (2010). *Development Co-operation Report 2010*. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Paris, 278 pp
- Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (2010). *Tendências e avanços da cooperação internacional para o Desenvolvimento*. Informe do Secretário Geral. Nova York, 39 pp
- ----- (2009). *Support to UN Development Cooperation Forum 2010 South-South and Triangular Cooperation: Improving Information and Data*. ECOSOC, New York, 41 pp
- Held, G. (2000). "Políticas de habitações de interesse social orientadas ao mercado: experiências recentes com subsídios à demanda no Chile, Costa Rica e Colômbia." Caderno 96 da *Série Financiamento ao Desenvolvimento* da Comissão Econômica Para América Latina e El Caribe (CEPAL). Santiago do Chile, 53 pp
- Elsner, C. e Pantoja, E. (2009). *Triangular Cooperation: New Paths to Development. Summary Report of the Discussions and Experiences presented in the 1st International Symposium on Triangular Cooperation*. Brasília, 11 pp, em www.oecd.org/dataoecd/63/32/43705278.pdf
- Lucángeli, J (2008). "MERCOSUL: A integração produtiva progride" na *Revista do CEI (Comércio Exterior e Integração)* nº12, agosto, Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Buenos Aires, p. 24-39
- Pérez de Armiño (2000). "Ação Humanitária: Debates recentes" em Pérez de Armiño (diretor): *Dicionário Ação Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento*. Icaria Editorial e Hegoa, Bilbao

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). *Informe sobre Desenvolvimento Humano 2009. Superando barreiras: mobilidade e desenvolvimento humano*. PNUD, Grupo-Mundi Prensa, Madri, 245 pp
- ----- (2009). *Melhorar a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Estudo da situação atual e das boas práticas adotadas nas políticas, nas instituições e a operação da Cooperação Sul-Sul e Triangular*. Nova York, 20 pp
- Programa Ibero americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (2010). "Sistemas de Informação e registro da Cooperação Sul-Sul na Ibero América: compartilhando experiências". Informe do Seminário-Oficina, Unidade Técnica do Programa, Cartagena de Indias, 21-23 de julho, p. 10
- Secretaria Geral Ibero americana (SEGIB) (2010). "Guia metodológico" no Questionário para o *Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero América 2010*, 13 pp
- ----- (2009). *Informe da Cooperação Sul-Sul na Ibero América 2009*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madri, 151pp
- Vicens, A. e Stark, C. (2009). *Melhores práticas de apoio à MIPYME para a inovação e desenvolvimento exportador. El Salvador: Caso FOEX-FONDEPRO*. CEPAL/GTZ. Disponível em www.foex.gob.sv
- Weissbluth (1980). *A Reforma do Estado na América Latina*. Programa Latino americano de Gerência Pública. Santiago do Chile, 60 pp

Declarações, resoluções e documentos oficiais

- Aliança Bolivariana Para Os Povos da Nossa América (ALBA) (2010). *Declaração da Reunião extraordinária do Conselho Político da Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América – tratado de comércio dos povos*, Caracas, 1o de fevereiro de 2010, em: <http://alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2083>
- ----- (2009). *Declaração da V Cúpula Extraordinária do ALBA – TCP, Cunamá, 16 e 17 de abril*, em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=4277>
- Assembleia Geral das Nações Unidas (2009). *Promoção da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: uma perspectiva de 30 anos*. Informe do Secretário Geral. Nações Unidas, Nova York, 28 pp
- Associação de Parlamentares Europeus com a África (AWEPA). *O Parlamento e os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio na Nova Arquitetura da Ajuda: Priorização da Cooperação Sul-Sul e da nova Aliança para o Desenvolvimento da África* (2010). Informe. Madri, 23 pp
- Comissão Econômica Para América Latina e El Caribe (CEPAL) (2010). *Resoluções aprovadas pelos estados membros de La CEPAL no trigésimo terceiro período de sessões*. Brasília, 18 pp
- Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI/OEA) (2009). *Consenso de Bogotá. Declaração*. Bogotá, 2 pp
- Cúpula Ibero-Americana (2009a). *Comunicado especial sobre Cooperação para o Desenvolvimento com Países de Renda Média*. XIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Estoril

- ----- (2009b). *Declaração de Lisboa*. XIX Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, Estoril, 4pp
- ----- (2009c). *Programa de Ação de Lisboa*. XIX Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, Estoril, 8pp
- ----- (2009d). *Comunicado especial da Presidência portuguesa sobre a situação em Honduras*. XIX Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, Estoril
- Direção Geral de Planeamento e Avaliação de Políticas de Desenvolvimento (DGPOLDE) (2009). *Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2009-2012*. Aprovado pelo Conselho de Ministros em 13 de fevereiro de 2009. Madri, 236 pp
- ----- (2008). *Estratégia Multilateral da Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento. Resumo Executivo*. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Madri, 8pp
- G8 (2009a). *Promovendo a agenda global. Declaração*. L'Aquila, 5pp
- ----- (2009b). *A agenda do Processo de Heiligendamm*. L'Aquila, 17 pp
- Grupo do Rio e Comunidade de Estados Latino americanos e Caribenhos (CALC) (2010). *Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe*. Cancún, 12 pp
- MERCOSUL (2009a). *Declaração Presidencial Sobre Assistência Humanitária*. XXXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum. Assunção, 24 de julho, em <http://www.mercosul.gov.br/declaracoes/2009/declaracion-presidencial-sobre-assistencia-humanitaria-del-mercosur/>
- ----- (2009b). *Declaração sobre mecanismos de coordenação e articulação de problemas comuns em matéria de desenvolvimento social e saúde*. XXXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum. Assunção, 24 de julho, <http://www.mercosul.gov.br/declaracoes/2009/declaracion-sobre-mecanismos-de-coordenacion-y-articulacion-de-problemas-comunes-en-materia-de-desenvolvimento-social-y-saude/>
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Mundial (BM) e Ministério de Finanças da Rússia (2010). *Chairman's Summary The Moscow Process*, Moscow International Conference "New Partnerships in Global Development Finance", Moscou, 17 e 18 de fevereiro, em http://www.mgdf.ru/eng/press/speeches/chairmans_summary
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2009). *Final report: Policy Dialogue on Development Co-operation*. México DF, 5 pp
- Organização dos Estados Americanos (OEA) (2009). *A Eficácia da Cooperação Hemisférica*. Lima, 46 pp
- União das Nações Sul americanas (UNASUR) (2010). *Declaração Final* da Reunião Extraordinária do Conselho de chefes e chefas de Estado da União das Nações Sul americanas. Buenos Aires, 4 de maio, <http://www.comunidadandina.org/unasur/4-5-10BuenosAires.htm>
- União das Nações Sul americanas (UNASUR) (2009a). *Declaração Presidencial de Quito*. III Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul americanas. Quito.

-
- União das Nações Sul americanas (UNASUR) [2009b]. *Declaração conjunta de Reunião Extraordinária do Conselho de Chefes e Chefas de Estado da União das Nações Sul americanas*. São Carlos de Bariloche. .

Principais páginas digitais consultadas

- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) - <http://www.aecid.es/>
- Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) - www.alternativabolivariana.org/
- Asian Development Bank - <http://www.adb.org/>
- Banco Mundial - <http://www.bancomundial.org/>
- Comissão Econômica para a América Latina e El Caribe (CEPAL) - <http://www.eclac.org>
- Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *International Development Statistics Online* - <http://www.oecd.org/dataoecd/idsoline>
- Comunidade Andina das Nações (CAN) - <http://www.comunidadandina.org/>
- Economic and Social Council (ECOSOC) - <http://un.org/ecosoc>
- Evento de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento de Capacidades - <http://www.impactalliance.org>
- Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) - <http://www.apec2010.go.jp/en/>
- A Ibero América pelo Haiti - www.iberoamericaporhaiti.com
- Grupo dos 5 (G5) - <http://www.groupoffive.org/>
- Grupo dos 8 (G8) [Itália, 2009] - <http://www.g8italia2009.it/>
- Grupo dos 77 (G77) - <http://www.g77.org/>
- Mercado Comum do Sul (MERCOSUR) - <http://www.mercosur.org.uy>
- Organização dos Estados Americanos (OEA) - <http://www.oas.org/es/>
- Movimento dos Não Alinhados (MNOAL) - <http://www.cubanoal.cu>
- Organização das Nações Unidas (ONU) - <http://www.un.org/>
- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) - <http://www.fao.org>
- Organização Mundial da Saúde (OMS) - <http://www.who.int/>
- Organização Pan-americana da Saúde (OPS) - <http://www.paho.int/>
- Policy Dialogue on Development Co-operation - www.oecd.org/dac/mexicodialogue
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Informes sobre Desenvolvimento Humano* - <http://hdr.undp.org/en/espanol/>
- Programa Ibero americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul - www.cooperacionsursur.org
- Secretaria Geral Ibero americana (SEGIB) - <http://www.segib.org>
- The Association of European Parliamentarians with Africa (AWEPA) - <http://www.awepa.org/>
- The South South Opportunity - <http://www.southsouth.info/>
- UNASUR - <http://www.mre.gov.br/>
- Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas. *Dependência Especial do PNUD* - <http://tcdc.undp.org/>

ANEXO

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores de atividade. 2009

En unidades

A.1.1. Dimensão social

OFERTANTE		RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	
PRM-BAIXA	Bolívia																			
	Brasil								1	1			1		2		4	3	1	13
	Colômbia																2			2
	Cuba					5			1			1							4	11
	Equador	1																		1
	El Salvador																			
	Guatemala																			
	Honduras																			
	Nicarágua																			
	Paraguai																	1		1
	Peru																	21		21
R. Dominicana																				
PRM-ALTA	Argentina									3	2	1			1					7
	Chile	1			2	7			2	1							3			16
	Costa Rica								1											1
	México					1			1	1	1	1	3		1		1			10
	Panamá																			
	Uruguai													2		1			1	4
	Venezuela									2										2
TOTAL	2			2	5	8			6	8	3	3	4	2	4	1	32	3	6	89

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores de atividade. 2009
(continuação)

A.1.2. Dimensão econômica. Infraestrutura e serviços econômicos

OFERTANTE		RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	
PRM-BAIXA	Bolívia	■																		
	Brasil		■			■			■	■			■		1		■			
	Colômbia			■			2			■	■	4		6		1				
	Cuba				■	■			■			■							3	
	Equador	■				■			■	■	■			■	■				■	
	El Salvador					■	■													
	Guatemala						■													
	Honduras							■												
	Nicarágua								■											
	Paraguai									■									■	
	Peru			1		1	1	■		■	■	■						■		
R. Dominicana						1					■									
PRM-ALTA	Argentina				■	3	1		1	1	■	■	■	1	1	2		1		
	Chile	■			1		2		■	■			■	■			■	■		
	Costa Rica							1		1				■			1			
	México	1				■			■	3	■	2	■	■		■	1	1		
	Panamá																■			
	Uruguai		4	1		■				2	3		2	■		■		■		
	Venezuela			1	3	4			■	■									■	
TOTAL	1	4	3	4	8	7		1	1	7	3	7	2		8		5	1	4	66

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores de atividade. 2009
(continuação)

A.1.3. Dimensão econômica. Setores produtivos

OFERTANTE		RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	
PRM-BAIXA	Bolívia																			
	Brasil								1											1
	Colômbia						1			2	1	2			8		2			16
	Cuba								1			3							6	10
	Equador																		1	1
	El Salvador																			
	Guatemala																			
	Honduras																			
	Nicarágua																			
	Paraguai																			
	Peru						1			1										2
R. Dominicana																				
PRM-ALTA	Argentina			2	1					2				1	3			2	11	
	Chile	1		3	4				2						1				11	
	Costa Rica																			
	México									1		2			1				4	
	Panamá																			
	Uruguai		3				1						1		1				6	
	Venezuela				3				1										4	
TOTAL	1	3	3	9	1	2	1	5	4	3	7	1	10	2	5	9	66			

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores de atividade. 2009
(continuação)

A.1.4. Outras dimensões

OFERTANTE		RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXA											PRM-ALTA							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	
PRM-BAIXA	Bolívia																			
	Brasil				4				2	2								5		
	Colômbia					2				1	2				2		1			
	Cuba								3			5							1	
	Equador	1							1	1	1			1	1				1	
	El Salvador						1													
	Guatemala																			
	Honduras																			
	Nicarágua																			
	Paraguai																			
	Peru			1																
R. Dominicana																				
PRM-ALTA	Argentina				4		3		2	2	1	2			1		3			
	Chile	2		2	8	7	2		1	3						2		5		
	Costa Rica																			
	México	1				2			1					1			4	1		
	Panamá																			
	Uruguai																			
	Venezuela				1															
TOTAL	4		3	1	16	11	6		10	8	3	9		2	4	2	8	11	2	

Segundo os critérios do Banco Mundial, os países classificaram-se por níveis de renda: Média-Baixa (entre 936 e 3.705 dólares); Média-Alta (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação.

Tabela A.1. AOD neta destinada pela Espanha aos países Ibero-Americanos. 2000-2009

Em milhões de dólares. Ordem decrescente, segundo dados do ano 2009.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Colômbia	13	25	32	14	10	31	69	64	85	154
Nicarágua	20	399	22	73	208	60	37	115	125	147
El Salvador	22	46	56	27	27	43	44	61	84	128
Guatemala	15	17	18	23	22	39	224	253	256	117
Peru	19	29	32	44	56	66	69	109	131	105
Bolívia	22	30	31	52	55	67	52	75	93	103
Brasil	6	7	6	7	10	10	17	33	37	69
Honduras	35	33	36	58	54	95	44	111	118	63
Equador	23	19	43	25	31	48	38	71	88	53
Paraguai	5	8	4	12	6	7	10	13	23	41
Cuba	11	10	13	15	17	15	18	24	46	38
R. Dominicana	16	17	38	25	45	21	18	27	32	35
Argentina	-6	-4	10	41	33	12	14	22	30	26
Venezuela	28	11	17	36	3	-5	10	16	15	14
Uruguai	3	2	1	4	3	2	4	13	9	13
Costa Rica	11	3	10	10	10	2	3	10	15	10
Chile	-2	-3	2	2	3	4	4	7	7	10
Panamá	13	7	6	8	7	4	6	11	7	7
México	-11	-9	-12	-27	-28	-24	-23	-17	-15	-13
Total	241	647	365	449	572	498	658	1.017	1.187	1.120

Nota: O dato do ano 2009 procede da declaração da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional (AECID), em euros. A conversão a dólares efetuou se aplicando a taxa de câmbio média do ano 2009 (1€ = 1,3933 \$US) proporcionada por el Banco Central Europeu (BCE).

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e de AECID.

Tabela A.2. AOD neta destinada por Portugal aos países Ibero-Americanos. 2000-2009

Em dólares. Ordem decrescente, segundo dados ano 2009.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	620.000	860.000	1.270.000	370.000	880.000	1.140.000	1.200.000	3.800.000	1.810.000	1.220.227
El Salvador	0	90.000	0	0	0	0	0	40.000	0	167.349
Venezuela	0	30.000	110.000	0	80.000	100.000	110.000	150.000	120.000	77.797
Argentina	0	130.000	510.000	0	80.000	30.000	70.000	140.000	120.000	70.386
Nicarágua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52.695
Chile	0	50.000	70.000	60.000	50.000	50.000	90.000	130.000	100.000	51.816
Uruguai	0	10.000	80.000	0	10.000	10.000	20.000	90.000	110.000	44.364
Peru	0	50.000	60.000	0	0	10.000	0	60.000	0	43.637
México	0	60.000	110.000	0	80.000	120.000	110.000	120.000	100.000	22.564
Cuba	0	10.000	150.000	0	90.000	0	10.000	10.000	60.000	0
Guatemala	0	250.000	0	0	0	0	20.000	0	60.000	0
Honduras	20.000	150.000	0	0	0	0	0	0	60.000	0
Colômbia	0	0	10.000	0	0	10.000	10.000	100.000	40.000	0
Bolívia	0	0	0	0	10.000	0	0	0	0	0
Costa Rica	0	150.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Equador	0	150.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	640.000	1.990.000	2.370.000	430.000	1.280.000	1.470.000	1.640.000	4.640.000	2.580.000	1.756.221

Nota: O dado do ano 2009 procede da declaração do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em euros. A conversão a dólares efetuou se aplicando a taxa de câmbio média do ano 2009 (1€ = 1,3933) proporcionada pelo Banco Central Europeu. Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e IPAD

Tabela A.3. A Cooperação ao Desenvolvimento e seus distintos Setores de Atividade

Dimensão Cooperação	Grupo CAD	Setor	Descrição
Social	Infraestruturas e serviços sociais	Educação	<u>De básica a universitária</u> Ações relacionadas com políticas educativas, investigação, formação professores, formação profissional...
		Saúde	<u>Geral e básica</u> . Política sanitária, serviços médicos, investigação médica, nutrição básica, infraestrutura sanitária, educação sanitária, formação pessoal sanitário, atenção sanitária básica...
		População e saúde reprodutiva	Programas e política sobre população, atenção saúde reprodutiva, planejamento familiar, luta contra DSTS, formação específica...
		Abastecimento e saneamento de água	Política de recursos hídricos, subministro e potabilização, desenvolvimento bacias fluviais, formação...
		Outros	Serviços sociais, política de habitação...
Econômica	Infraestruturas e serviços econômicos	Energia	<u>Geração e subministro</u> . Política energética, produção energética, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroelétricas, energia solar, investigação energética...
		Transporte e armazenamento	Política de transporte, transporte por estradas, trem, marítimo fluvial, aéreo, armazenamento...
		Comunicações	Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e as comunicações...
		Ciência e tecnologia	<u>Desenvolvimento científico e tecnológico</u> . apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia...
		Banca e finanças	Política financeira, instituições monetárias, ensino serviços financeiros...
		Emprego	Política de emprego...
		Empresas	Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento PYME, privatizações, fortalecimento processos de competência...
	Setores produtivos	Extrativas	<u>Exploração e extração recursos minerais e energéticos</u> . Planejamento e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais...
		Agricultura	Política agrária, terras cultiváveis, reforma agrária, soberania alimentária, pecuária, desenvolvimento agrário alternativo, cooperativas agrícolas...
		Silvicultura	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura...
		Pesca	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação pesqueira...
		Construção	Política de construção
		Indústria	Política industrial, indústrias por setores...
		Turismo	Política turística...
Comércio	<u>Política e regulação comércio exterior</u> . Acordos comerciais regionais, negociações comerciais multilaterais...		
Outra	Multissetorial	Governo e sociedade civil	Planejamento econômico do desenvolvimento, gestão do setor público, fortalecimento institucional e/ou da sociedade civil, modernização do Estado, governabilidade, Direitos Humanos (extensão de direitos de primeira, segunda e terceira geração), luta contra a impunidade, desmobilização, retirada minas terrestres, processos de consolidação da paz pós os conflitos (ONU), capacitação estadística ...
		Cultura	Cultura e ócio, bibliotecas, museus...
		Meio ambiente	Proteção do meio ambiente, políticas meio ambientais, biodiversidade, saúde animal, investigação meio ambiental...
		Gênero	Programas e projetos que relacionem mulher e desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e organizações de mulheres...
		Outros	Desenvolvimento rural e urbano, desenvolvimento alternativo no agrário, desenvolvimento comunal...
	Ajuda humanitária e de emergência	Ajuda humanitária	Ajuda alimentária de emergência, ajudas de qualquer tipo frente a catástrofes e à reconstrução de infraestruturas ou restabelecimento de serviços essenciais para facilitar a volta a condições de vida normais
		Prevenção de desastres	Apoio logístico à previsão de desastres que tenham sua origem em fenômenos sísmicos ou climatológicos (furações, ciclones, chuvas torrenciais...)...

Fonte: SEGIB a partir da classificação do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (novembro de 2004).



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Organismo Internacional da Conferência Ibero-Americana



Com a colaboração do:



www.segib.org